

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 59

Ano XXVII - Nº 59 - janeiro de 2017



Limites do capital:
questões urbanas, agrárias,
ambientais e de ciência e tecnologia

Em defesa de uma educação que forme sujeitos
com pensamento crítico, capazes de compreender e
transformar a realidade.

por uma escola sem mordada



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

Contra os projetos de lei PLS 193/2016, PL 7180/2014, PL 867/15,
PL 7181/14, PL 1859/15, PL 5487/16, PL 1411/15 e o PL 4486/16.

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 59

Ano XXVII - Nº 59 - janeiro de 2017

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

- 6 Elementos para avaliação da política**
de biocombustíveis no Brasil
Gean Claudio de Souza Santana
- 18 Lógica de mercado e impactos socioeconômicos e ambientais:**
flexibilização da legislação ambiental no Brasil
*Sandra Maria Franco Buenafuente, José Domingues Godoi Filho,
Patrícia Araújo de Abreu Cara e Emerson Lucena de Oliveira*
- 32 Limites do capital** e direcionamento da política de ciência e tecnologia
Silvia Cristina Guimarães Ladeira
- 46 Dependência tecnológica na produção de imunobiológicos no Brasil:**
transferência de tecnologia *versus* pesquisa nacional
Mateus Dalcin Luchese, Silvia Regina Bertolini, Ana Maria Moro e Ariane Leites Larentis

Debates

- 60 Sobre amarras e grilhões:** análise dos instrumentos de regulação
do trabalho no âmbito da indústria têxtil “Casa de Costura”
Hiago Trindade e Eliana Costa Guerra
- 70 O sucateamento da Universidade Pública:**
a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF
Priscila Keiko Cossual Sakurada
- 82 Reconhecimentos de Saberes e Competências-RSC** e as novas configurações da carreira
dos Professores Federais do Ensino Básico Técnico e Tecnológico-EBTT
Jennifer Susan Webb Santos e Vera Lúcia Jacob Chaves
- 92 Brasil em tempos** de contrarrevolução
Kátia Lima
- 104 O estado brasileiro e as políticas de garantia do direito à cidade:**
análise dos governos de Lula e Dilma (2003-2014)
Ada Kallyne Sousa Lopes
- 116 Expressões do trabalho docente precarizado:** os professores substitutos da Universidade
Estadual do Ceará (UECE) - Brasil
Danielle Coelho Alves e Erlenia Sobral do Vale

Debates

- 128 O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro:**
contribuições para a (re)construção da profissão
Tales Willyan Fornazier Moreira e Leslieane Caputi
- 142 Fundação privada dita “de apoio”,**
inovação e a refuncionalização da universidade
Giovane S. Ramos
- 156 As configurações das situações de violência e violação de direito**
dos indivíduos e famílias atendidos no CREAS Sede de Caucaia
Alline Aragão Pontes Barbosa e Rosane Castelo Branco
- 166 A produção do** espaço urbano de Fortaleza
Renata Mariano Cardoso de Oliveira
- 180 Reservas extrativistas no Ceará:**
direitos, processos e resolução de conflitos
Maria do Céu de Lima

Resenha

- 192 Rio de Janeiro:** sobre *flashes* da barbárie
David Moreno Montenegro

Charge

- 195** Estamos no **limite**
Bira Dantas

Homenagem

- 196** Ao companheiro **Marcio**
Rondon de Castro

Entrevista

- 198** “Vivemos um momento de resistência e de unidade” **Paulo Rizzo**
Entrevista concedida a Ana Maria Ramos Estevão

Atualidade em foco

- 210** Dura **poesia**

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

■ Publicação semestral do ANDES-SN:

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

■ Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.

■ Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES Para publicação na próxima edição, ver **página 165**.

Conselho Editorial

Antônio Candido, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antônio de Oliveira (*in memoriam*), Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel (*in memoriam*), Paulo Marcos Borges Rizzo, Renato de Oliveira, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Coordenação GTCA - Comunicação e Artes

Cláudio Rezende Ribeiro, Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Jailton de Jesus Costa, João Francisco Ricardo Kastner Negrão e Luis Eduardo Acosta Acosta

Editoria Executiva deste Número

Ana Maria Ramos Estevão, Erlando da Silva Rêses e Rondon Martin Souza de Castro

Pareceristas Ad Hoc

Ana Cristina Fernandes Martins, Antônio de Pádua Bosi, Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, Danielle Marafon, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Flávia Alessandra de Souza, Josélia Maria da Silva Farias, Lila Cristina Xavier Luz, Luiz Henrique dos Santos Blume, Maslowa Islanowa Cavalcanti Freitas e Raquel de Almeida Moraes

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Rondon de Castro, Gabi Caspary e Pádua Pires

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 5.000 exemplares

Impressão Gráfica Ipiranga

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940

E-mail: andesregsp@uol.com.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)

Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2017 - Ano XXVII Nº 59

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.

I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C

CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716

E-mail: secretaria@andes.org.br / revista.andes@andes.org.br

59

Há períodos da História capazes de concentrar em pouco tempo todas as contradições de um século.

Quando, em sua reunião, a diretoria do ANDES decidiu que o tema do número desta revista seria “Limites do capital, questões urbanas, agrárias, ambientais e de ciência e tecnologia”, os editores executivos tiveram a nítida sensação de que seriam poucos os artigos que chegariam até nós... Ledo engano! O interesse foi tão grande que choveram artigos sobre o tema; tantos que nem foi possível incluímos todos neste número.

Assim, temos artigos que tratam da questão da política dos biocombustíveis no Brasil; da relação entre os limites do capital, ciência e tecnologia, com ênfase na inovação em saúde; da dependência tecnológica em várias áreas da produção de conhecimento e de saberes; das questões ambientais tipificadas nas reservas extrativistas do Ceará; das consequências da regulação do trabalho em tempos de desemprego; e da flexibilização da lei ambiental no país.

Por outro lado, a instabilidade política que o país atravessa, a queda de braço que afigurava entre os três poderes e as medidas perversas que retiram direitos dos trabalhadores, trazendo desemprego, e estimulam nossa juventude a buscar alguma perspectiva de futuro trouxeram, também, para a US artigos sobre o sucateamento da Universidade, as políticas de garantia do direito à cidade, análises da conjuntura, precarização do

trabalho docente e, claro, o sempre presente movimento estudantil.

Mas, como não poderia deixar de ser, o real pode sempre nos ultrapassar e o que era uma discussão sobre o marco legal da ciência e tecnologia e as análises de conjuntura transformou-se numa chuva de medidas propostas pelo governo, em tal quantidade que todos os dias o país acorda com uma nova PEC, PL ou Medida Provisória sendo apresentada ao Congresso, o que mal nos dá tempo de respirar.

Entre um fôlego e outro, os estudantes ocuparam as escolas e universidades e os docentes também foram à luta, juntamente com outras categorias em defesa dos serviços públicos e de seus direitos.

Bombas, literalmente, choveram sobre as nossas cabeças em vários locais do país (principalmente em Brasília, em frente ao Congresso), lançadas de helicópteros. Gás pimenta, cavalaria e balas de borracha também se fizeram presentes e tudo o que as 20.000 pessoas presentes queriam era simplesmente dizer não à PEC 55, que ia ser votada no Senado.

Este cenário compôs o pano de fundo para a elaboração deste número da Revista US que o leitor tem em mãos.

Estaremos vivendo um momento da História que concentra todas as contradições de um século? É a pergunta que nos resta. Resposta, talvez, vários números adiante. **US**

Elementos para avaliação da política de biocombustíveis no Brasil

Gean Claudio de Souza Santana

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: gean@uefs.br

Resumo: Este trabalho propõe trazer elementos para avaliar a política de biocombustíveis no Brasil iniciada como política de governo durante a ditadura empresarial militar como forma de atender às reivindicações dos usineiros em crise por conta da queda do preço do açúcar e pelos choques do petróleo. Posteriormente, já no século XXI, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva institui o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. A ideia construída de que os biocombustíveis são “combustíveis verdes”, limpos e ambientalmente sustentáveis, não passa de uma dissimulação para torná-los aceitos pela opinião pública. O nome verde dos biocombustíveis brasileiros leva a mácula de destruição do meio ambiente, desrespeito aos sem-terra, aos povos indígenas e povos tradicionais, como os quilombolas; é notável, para além do sangue derramado para manter o latifúndio. Essas são algumas das consequências da expansão das plantações de soja e cana-de-açúcar, matérias-primas principais dos biocombustíveis.

Palavras-chave: Biocombustíveis. Limites do Capital. Agronegócio.

Introdução

Até a metade do século XX, as agressões ao meio ambiente causadas pelo modo de produção capitalista não foram suficientes para acender o sinal de alerta sobre os limites da expansão capitalista sobre a natureza e que poderia colocar em risco a sobrevivência da humanidade. A compreensão de que “a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvol-

vimento do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801) ainda não fazia sentido. Aliás, a visão compartilhada por amplos setores era que o desenvolvimento das forças produtivas era quase sinônimo de desenvolvimento, progresso, civilização. Não havia ainda uma crítica contundente à forma como esse desenvolvimento se dava em relação aos limites impostos pela própria natureza no que diz respeito aos recursos materiais e energéticos utilizados como a água, o solo e o ar



ou, se existia, não era capaz de provocar ecos em parcelas significativas da sociedade. Ou como Mészáros (2002, p. 679) sintetiza: “consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de realização capitalista”.

Ao que tudo indica, o sinal começou a ser percebido apenas após a tragédia provocada pela contaminação por mercúrio da fábrica de produtos químicos Chisso. Toneladas do contaminante da fábrica foram lançados na baía de Minamata, no Japão, em 1951, onde peixes contaminados atingiram a comunidade que deles se alimentavam. A contaminação por mercúrio provocou graves problemas no sistema nervoso de várias pessoas, além da morte de quase mil moradores da ilha de Kyushu, no sul do Japão. Outros problemas ambientais apareceram em várias partes do mundo: Londres e outras cidades europeias apresentavam, na década de 1950, índices de poluição que provocavam graves doenças na população; a contaminação hídrica na Europa atingia níveis preocupantes; o uso de produtos químicos para melhorar

o rendimento agrícola foi denunciado no início da década de 1960 no livro *Silent Spring*, de Rachel Carson, além dos gases de efeito estufa que bloqueiam a saída de algumas radiações, promovendo o aquecimento na terra com sérias consequências para as condições climáticas e ambientais. Posteriormente, vários desastres ambientais se deram em vários países dos continentes americano, africano e asiático, tais como a contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro da Purificação, estado da Bahia, ocasionado por uma fábrica desde as evidências encontradas no Rio Subaé e em amostras de sangue de trabalhadores da Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac) e de urina e cabelo de pescadores (ANDRADE e MORAES, 2013) e, mais recentemente, o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, estado de Minas Gerais, considerado o maior desastre ambiental no Brasil.

Por seu lado, durante a reunião de Estocolmo, em 1972, o governo brasileiro defendia o “direito” ao

desenvolvimento a qualquer custo, pois, segundo a compreensão dos ditadores, a pior poluição era a pobreza. A partir daí, convidava a entrada de capitais para promover o desenvolvimento ou, como se dizia na época, “venham poluir o Brasil – numa aceitação absolutamente acrítica de que o desenvolvimento naturalmente está associado à degradação ambiental (PORTO-GONÇALVEZ, 2015, p. 63), ou seja, o pensamento defendido pelos governantes da época “apregoava ser necessário primeiro desenvolver-se, depois pagar a conta dos danos ambientais” (DUARTE, 2003, p. 17). A posição defendida pelo governo ditatorial brasileiro era compartilhada por governos de países como China e Índia, onde, em resumo, com o desenvolvimento econômico, a poluição seria corrigida.

Aliás, não foi sem consentimento das burguesias locais que, “sob os auspícios do Banco Mundial e outros organismos supranacionais, foram construídas grandes hidrelétricas em vários cantos do mundo e abertas estradas por todo lado, indústrias se trasladaram por regiões que antes as desconheciam, assim como a “revolução verde” colonizou os espaços agrários na América Latina, na Ásia e na África, ou seja, mais uma vez, como desde sempre, a modernização foi colonização” (PORTO-GONÇALVEZ, 2015, p. 65). Ou, ainda, de acordo com Meszáros (2002, p. 683): “é precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferentes seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade umas com as outras, as práticas econômicas mais antitiquadas e abertamente exploradoras”.

Nesse cenário de pressão por um novo modo de desenvolvimento, muitas vezes sem questionar o modo de produção capitalista, inserem-se os biocombustíveis como alternativa aos combustíveis fósseis líquidos, como a gasolina e o diesel. De forma ainda tímida, a energia solar como fonte de calor para o aquecimento de água ao invés da eletricidade ou energia eólica como fonte para eletricidade. Ficamos apenas nos biocombustíveis.

A política de biocombustíveis

Utilizando a retórica de que o Brasil é um dos pa-

íses que apresentam 43,5% da produção de energia primária oriunda de fontes renováveis tendo a participação expressiva e importante da energia hidráulica (11%) e da energia proveniente da cana-de-açúcar (18,1%), enquanto no mundo a energia oriunda de fontes renováveis é de apenas 12% (BEN, 2015), a implementação e a expansão dos biocombustíveis etanol e biodiesel ocorrem sem muita resistência ou questionamento, tanto interno quanto externo. Como já mencionado anteriormente, o álcool da cana-de-açúcar tem o objetivo de substituir total ou parcialmente a gasolina e o biodiesel, até o momento, substituir parcialmente o diesel. O etanol teve sua implementação pelo Programa Nacional do Álcool - Proálcool, instituído pelo governo ditatorial de Ernesto Geisel através do Decreto 76.593/75. Dentre os objetivos do Proálcool, destaque para dois (BRASIL, 1975):

1) Economizar divisas, através da substituição de importações de combustíveis e matérias-primas derivadas do petróleo; e

2) Reduzir as disparidades regionais de renda, visto que praticamente todas as áreas do país, inclusive as de baixa renda, dispõem das condições mínimas necessárias para a produção de matérias-primas para o Proálcool em volume adequado, sobretudo em se tratando da mandioca.

Chamo a atenção que não consta entre os objetivos a preocupação com a redução da dependência dos combustíveis fósseis como uma justificativa ambiental, como aparece para o biodiesel, conforme veremos mais adiante. Coincide com o lançamento do Proálcool uma das fortes crises que afetou o setor sucroalcooleiro, em 1975. Conforme Oashi (2008), a queda dos preços internacionais do açúcar, em meados da década de 1970, foi um fator determinante que impulsionou a implementação do Proálcool, dada a importância do produto na pauta de exportação brasileira na época e a forte pressão dos usineiros que haviam investido em recursos no setor. Ou seja, para esse autor, o eixo central para a implementação do Proálcool foi a pressão dos usineiros e não o choque do petróleo, conforme vários autores sinalizam. Obviamente, isso não significa que o aumento do preço no barril de petróleo não tenha tido uma im-

portância periférica na escolha do governo, que, posteriormente acrescido aos interesses dos empresários do setor automobilístico, não tenha impulsionado o Proálcool. Por outro lado, a promessa de inclusão de pequenos agricultores produtores de mandioca na cadeia produtiva do álcool não foi alcançada. Tal situação se repetiu com o biodiesel: apesar da promessa da inclusão desses setores (como os agricultores familiares) na cadeia produtiva do biodiesel, esse fato não aconteceu. Alertamos, entretanto, que não se trata de reivindicar a inclusão dos pequenos produtores na produção de biocombustíveis, mas apenas pontuar que nem os ditos aspectos sociais dos programas de biocombustíveis foram atendidos. Obviamente é necessária uma avaliação criteriosa de como se daria a inclusão dos pequenos produtores na dita cadeia produtiva dos biocombustíveis.

Biodiesel

No caso do biodiesel, desde sua implantação, são anunciados por diversos pesquisadores, governo e demais setores da sociedade civil os benefícios “inquestionáveis” da utilização do biodiesel em substituição ao diesel. Ao que tudo indica, são opinião quase unânime os benefícios de sua utilização e, se tiver

alguma desvantagem, os benefícios sociais, econômicos e ambientais garantiriam um saldo que neutralizaria as possíveis desvantagens. Em seu programa, lançando em 2004, o governo de Luiz Inácio da Silva anunciou os seguintes benefícios:

“A entrada do biodiesel no mercado nacional vai gerar uma expressiva economia para o Brasil, reduzindo as importações do diesel de petróleo, além de contribuir para preservar o meio ambiente e promover a inclusão social de milhares de brasileiros” (BRASIL, 2016, p. 2).

Em relação à viabilidade, é anunciado:

O Brasil reúne condições ideais para se tornar um grande produtor mundial de biodiesel, pois dispõe de extensas áreas agricultáveis, parte delas não propícias ao cultivo de gêneros alimentícios, mas com solo e clima favoráveis ao plantio de inúmeras oleaginosas. O país também conta com tecnologia para implantar o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) de forma sustentável (BRASIL, 2016, p. 2).

Quanto à inclusão de pequenos produtores na dita cadeia produtiva do biodiesel, é prometido que: “Além do agronegócio, o Programa privilegia a participação da agricultura familiar, estimulando a formação de cooperativas e consórcios entre produtores” (BRASIL, 2016, p. 3).

Tabela 1 - Produção, consumo e importação de diesel e produção de biodiesel

Ano	Produção (m³)	Consumo (m³)	Importação (m³)	Biodiesel (m³)	%Importação/Consumo
2000	31.316	36.442	5.859		16,08
2001	32.369	38.047	6.585		17,31
2002	32.549	38.678	6.389		16,52
2003	35.421	38.308	3.820		9,97
2004	39.235	40.677	2.695		6,63
2005	38.396	40.421	2.971	1	7,35
2006	38.729	40.608	3.545	69	8,73
2007	39.516	42.784	5.099	404	11,92
2008	42.244	46.369	5.829	1.167	12,57
2009	44.051	45.533	3.515	1.608	7,72
2010	43.827	51.488	9.007	2.397	17,49
2011	45.564	53.817	9.333	2.673	17,34
2012	48.294	57.598	9.719	2.717	16,87
2013	52.086	60.668	10.024	2.917	16,52
2014	52.722	62.767	11.275	3.420	17,96

Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em BEN (2015).

Tributariamente, foram criados alguns incentivos para alavancar o programa de biodiesel:

O marco regulatório é formado por atos legais que tratam dos percentuais de mistura do biodiesel ao diesel, da forma de utilização e do regime tributário, que considera a diferenciação das alíquotas com base na região de plantio, nas oleaginosas e na categoria de produção (agronegócio ou agricultura familiar). Cria também o Selo Combustível Social e isenta a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (BRASIL, 2016, p. 3).

Um forte argumento para o incentivo à produção do biodiesel era que possibilitaria a redução da importação de diesel, o que impactaria na balança comercial brasileira. Esse fato não foi verificado de acordo com o levantamento feito pelo presente trabalho e que está expresso na Tabela 1. De acordo com esses dados, o Brasil não apenas não conseguiu superar a dependência do diesel importado, como também aumentou sua dependência desde 2010. Isso significa que as fábricas de biodiesel instaladas no país precisariam aumentar a produção, o que demandaria mais óleo vegetal e, consequentemente, mais áreas de cultivo para as oleaginosas. Avaliaremos, posteriormente, qual o impacto atual da expansão de oleaginosas no Brasil e suas prováveis consequências para uma implementação ainda maior do cultivo de oleaginosas.

Avaliação preliminar dos programas de biocombustíveis no Brasil

Avaliaremos nesse tópico alguns elementos relacionados ao plantio da cana-de-açúcar e da soja, principais matérias-primas para o etanol brasileiro e o biodiesel.

Cana-de-açúcar

Por trás da retórica de utilizar fontes renováveis em sua matriz energética, como a energia hidráulica, do álcool da cana e do biodiesel das oleaginosas, temos o passivo ambiental, socioeconômico por conta do avanço dessas matérias-primas. Segundo (LAN-

GOWSKI, 2007), a indústria canavieira reproduz um modelo de relação trabalhista do século XVII, no qual os cortadores de cana vivem à margem da lei e trabalham até o limite da exaustão. O autor pondera que a relação entre aumento da produtividade do corte manual e mortes por exaustão é direta, relatando a ocorrência de mortes de trabalhadores em São Paulo sob suspeita de excesso de trabalho (LANGOWSKI, 2007). A Pastoral do Migrante de Guariba (SP), entre as safras de 2004 e 2008, confirmou a morte de 21 trabalhadores com idade entre 24 e 50 anos. Embora nos atestados de óbito apareçam apenas laudos inconclusivos, citando resumidamente paradas cardíacas, insuficiência respiratória ou acidente vascular cerebral, amigos e familiares relatam que, antes de morrerem, os trabalhadores reclamavam de excesso de trabalho, dores no corpo, câibras, falta de ar e desmaios, revelando a relação direta entre a morte dos trabalhadores e o exercício do trabalho canavieiro (GONÇALVES e SZMRECSANYI, 2009). Acrescentando mais informações a esse relato, têm-se denúncias de trabalho escravo, trabalhadores morando em condições precárias, sem ventilação e condições mínimas de higiene, e a intensificação do trabalho de colheita onde, por exemplo, na década de 1960 um trabalhador colhia 2 toneladas de cana por dia e atualmente colhe 12 toneladas por dia. Esse aumento de “produtividade” do trabalhador foi acompanhado por redução salarial (na década de 1980 ganhavam mais que hoje) e utilização de substâncias psicoativas para suportar as dores da exploração (na década de 1980 era comum o relato do alcoolismo e, hoje, do crack).

Foi no governo Luiz Inácio da Silva que o país passou por uma nova expansão do monocultivo de cana através de políticas que visavam transformar o etanol brasileiro em *commodity*. Dentre os principais compradores do etanol brasileiro destacam-se os países europeus: Holanda (23 fornecedores), Inglaterra (14 fornecedores) e Suíça (9 fornecedores). Além destes, tem os EUA (14 fornecedores), Japão (13 fornecedores) e Índia (8 fornecedores) (XAVIER *et al.*, 2011). Aliás, conforme Xavier *et al.* (2011), é no bojo de um movimento de formulação política de substituição do consumo de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis que o etanol e biodiesel encontram aceitação entre a opinião pública.

Dívida pública e subsídios ao setor sucroalcooleiro

Como é de conhecimento público, o setor sucroalcooleiro depende de diversas formas de subsídio estatal. Por conta desses subsídios, principalmente no âmbito do BNDES, o setor acumula uma dívida no montante de 95 bilhões de reais em 2016 (SCARAMUZZO e PAPP, 2015). Para conceder crédito, o Estado necessita captar dinheiro na forma de dívida a partir da emissão de títulos da dívida pública. A diferença entre a taxa básica de juros que o Estado paga para a captação, denominada taxa SELIC (12,5% em 2011), e os juros cobrados para o empréstimo pelo BNDES (6% em 2011) constitui o subsídio. Ou seja, parte daquilo que o Estado arrecada através de tributos é canalizado para financiar o setor sucroalcooleiro. Segundo informações da Auditoria da Dívida Pública, cerca de metade daquilo que a União arrecada é para pagar juros e amortização da dívida pública, onde grande parte dessa dívida foi paga e/ou tem-se contratos fraudulentos.

Novo cenário no setor sucroenergético brasileiro

O Brasil produz cerca de 45% do etanol mundial (BEN, 2015). Atualmente, cresce a participação de empresas estrangeiras no setor: em 2000, elas participavam com 1% e, em 2010, com 25% (XAVIER *et al*, 2011). Associado a isso, vê-se, também, uma aliança entre o agronegócio com empresas petrolíferas, automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. A corporação Raízen, resultado da associação da Cosan com a petrolífera holandesa Royal Dutch Shell, representa a maior transação do setor sucroenergético brasileiro (Cosan) com uma petrolífera. Juntas na nova corporação, a Raízen possui cerca de 4.500 postos de gasolina, 5500 lojas de conveniência, atuação em 53 terminais de distribuição de combustíveis e em 54 aeroportos. Antes, a Cosan, em parceria com o grupo açucareiro britânico Tate&Lyle, conseguiu deter cerca de 10% das operações no terminal portuário de Santos e, em 2005, em ação conjunta com empresas nacionais e estrangeiras, implanta o Terminal Expor-

tador de Álcool de Santos S/A (Teas) (XAVIER *et al.*, 2011, p. 9). Ou seja, o setor sucroalcooleiro ou sucroenergético, como alguns autores preferem, expressa a forma como o capitalismo se expande desde a metade do século XX, conforme Fontes (2010) pontua. Onde essa propagação envolve a intensificação de expropriações primárias, terras para possibilitar a expansão do cultivo da cana, e secundárias, com uma enorme concentração de capitais, mesclando e fusionando diferentes setores.

Biodiesel

Por sua vez, a implantação do biodiesel se deu a partir da expansão do cultivo da soja, contrariando os objetivos iniciais do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis, que previa a utilização de oleaginosas oriundas da agricultura familiar como mamona, dendê, pinhão manso e óleos e gorduras residuais. A matéria-prima principal para a produção do biodiesel é o óleo de soja, participando com cerca de 80%, seguido do sebo animal, principalmente o bovino, com cerca de 15% (BEN, 2015). Ou seja, ambas matérias-primas têm origem no agronegócio.

Importante destacar alguns impactos da monocultura da soja. Um deles está relacionado ao controle das sementes por parte das maiores empresas do setor. De acordo com Porto-Gonçalves (2015), as empresas obrigam o produtor a comprar todo um pacote, que vai da semente ao herbicida, pois suas variedades são protegidas dos herbicidas elaborados e produzidos por essas empresas, como a Monsanto. Ainda de acordo com Porto-Gonçalves (2015), na década de 1980 as empresas de sementes controlavam 1% do mercado, em 2002, 10 empresas controlam 30% do mercado de grãos e 10 empresas de insumos agrícolas controlam cerca de 90% do mercado. Esse panorama certamente piorou nesses 14 anos, haja vista o comportamento do novo modo de expansão do capital mencionado por Fontes (2010).

Altas taxas de erosão acompanham o cultivo da soja. De acordo com Altieri (2012), as perdas por erosão devido ao cultivo de soja variam entre, por hectare de solo perdido, 19 a 30 toneladas de soja plantada; as monoculturas de soja na Bacia Amazônica têm contribuído para tornar os solos inférteis; a depen-

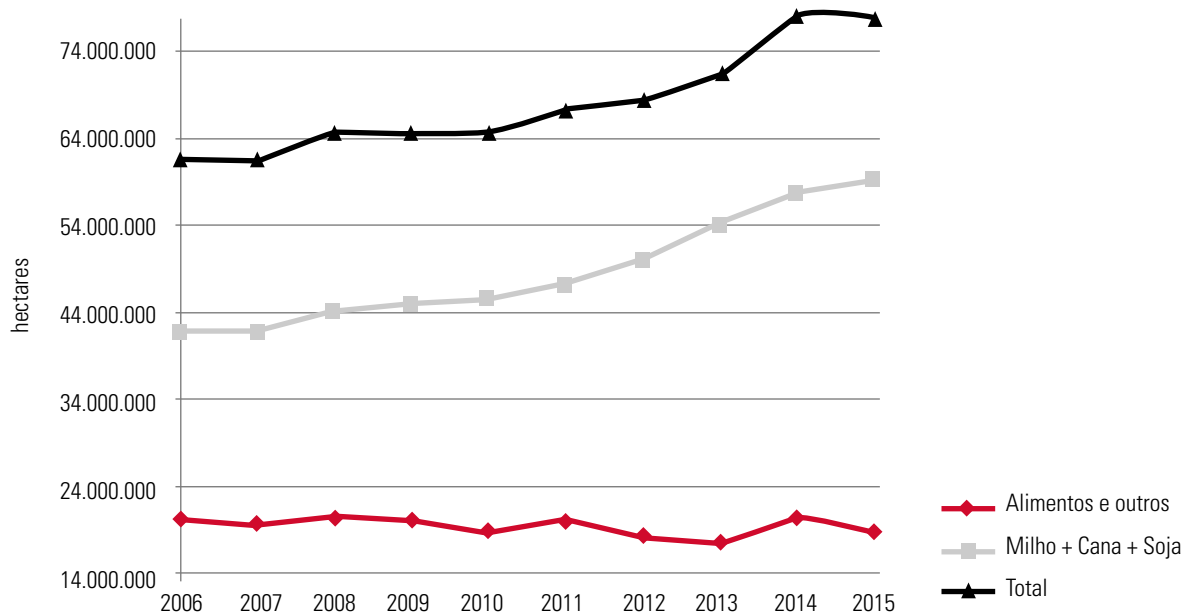
dência da soja resistente ao herbicida fez aumentar os problemas de resistência em plantas espontâneas e a perda de vegetação natural; mesmo em áreas onde a resistência de plantas espontâneas não tenha sido observada, cientistas têm verificado um aumento da presença de espécies mais agressivas, pois as culturas transgênicas têm maior potencial para causar problemas como culturas voluntárias do que as culturas convencionais. Além disso, várias pesquisas demonstram os efeitos da aplicação do principal composto da Monsanto, o glifosato, como (BUFFIN; JEWELL, 2001; CERDEIRA; DUKE, 2006; MOTAVALLI; KREMER; FANG; MEANS, 2004):

- 1) Fungos e bactérias benéficas aos solos, incluindo as fixadoras e as responsáveis pela decomposição, são afetadas pelo glifosato;
- 2) Inibição de fungos micorrízicos que auxiliam as plantas na absorção dos nutrientes;
- 3) Efeitos negativos sobre as minhocas;
- 4) Efeitos tóxicos diretos e indiretos sobre habitats das populações de insetos benéficos. Como exemplo, um estudo descobriu que a exposição ao glifosato matou mais de 80% de uma população teste de besouros predadores e 50% de vespas parasitóides, neuropteras, joaninhas e ácaros predadores; e
- 5) A utilização do glifosato torna certas culturas mais vulneráveis a doenças.

Para além dos efeitos nocivos aos solos e lençóis freáticos, o cultivo da soja traz consigo a tragédia do sangue derramado pelas disputas pela terra implementada pelo setor do agronegócio brasileiro, além do aumento da concentração de terras para viabilizar o plantio da soja, cana-de-açúcar e milho. Enfim, o nome verde dos biocombustíveis brasileiros leva a mácula de destruição do meio ambiente, desrespeito aos sem-terra, aos povos indígenas e povos tradicionais, como os quilombolas.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) mostram que o país presenciou um aumento da concentração de terras entre 1995 e 2006. Fundamentalmente, segundo o levantamento, por conta da expansão do binômio soja-milho na região centro-oeste e oeste da Bahia e pela pastagem bovina na região amazônica. No tocante à expansão do plantio da soja, milho e cana-de-açúcar, observamos um crescimento acentuado em detrimento das culturas alimentícias e outras não relacionadas ao mercado de *commodity*, conforme pode ser visualizado na Figura 1. A área plantada para soja, milho e cana-de-açúcar cresceu de 67%, em 2006, para 76%, em 2015, enquanto que as áreas destinadas a alimentos e outras culturas decresceu de 33% para 24% no mesmo período. Obviamente que a expansão das culturas agroenergéticas

Figura 1 - Expansão da área plantada para milho, cana e soja versus alimentos e outras culturas da pequena agricultura



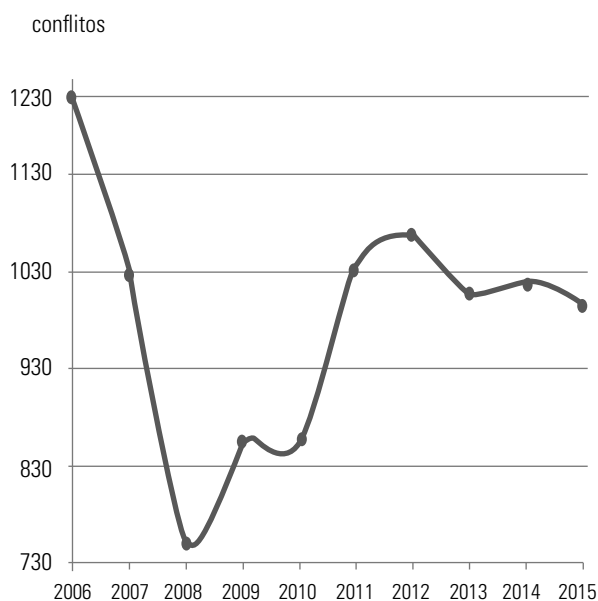
Fonte: Elaborado pelo autor do presente trabalho a partir dos dados encontrados no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE, 2016).

não foi resultado apenas da política de biocombustíveis, no caso do biodiesel, pois cerca de metade da soja plantada é exportada.

No tocante à disputa pela terra, as figuras 2 e 3, abaixo, mostram o crescimento do número de conflito ao longo dos anos e de famílias envolvidas, com queda em 2007 e 2008. Esses dados foram levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e trabalhados por Oliveira (2016). Porto-Gonçalves *et al.* (2016) concluíram que os números referentes à violência no campo entre o período de 2000 a 2015 é superior a todos os períodos desde que a CPT passou a registrar a violência no campo, em 1985. Destaca-se, no estudo de Porto Gonçalves *et al.* (2016), o aumento de casos envolvendo indígenas e comunidades tradicionais como quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e comunidade de pescadores. No período entre 2008 a 2015, 56% dos conflitos envolveram famílias das populações tradicionais; no período entre 2000 a 2007 esse número foi de 28%, ou seja, caiu a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao mesmo tempo em que aumentaram tanto a quantidade de conflitos quanto a presença das comunidades tradicionais e indígenas. Chama a atenção o papel dos agrotóxicos nessas disputas. Para

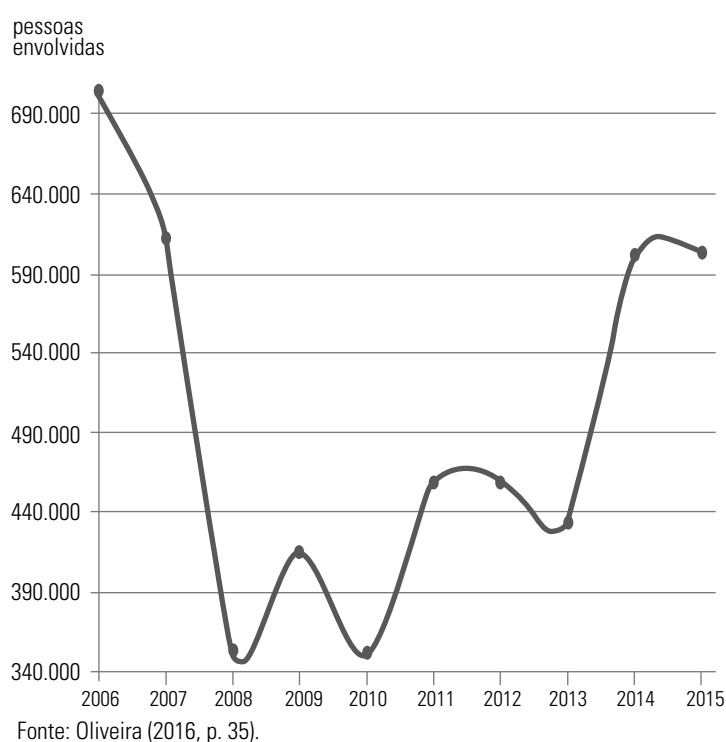
além dos vários casos de contaminação envolvendo trabalhadores rurais, as consequências para a saúde humana, a contaminação de solos, rios e lençóis freáticos e o crescimento escandaloso do uso desses compostos, com destaque para a soja que consome 50% de todo agrotóxico consumido no Brasil, conforme levantamento feito por Porto *et al.* (2016), os agrotóxicos vêm sendo utilizados, também, para expulsar indígenas, trabalhadores rurais acampados e quilombolas. Segundo Porto *et al.* (2016), mais da metade dos casos de contaminação por agrotóxico em 2015 estava relacionada a contexto de conflito de terras. Portanto, sem muito esforço intelectual, é notável o papel da soja, cana-de-açúcar e milho nesses conflitos. Mais que isso, é notável, para além do sangue derramado para manter o latifúndio, as condições precárias do trabalho no campo, com destaque para a cana-de-açúcar, a devastação dos cerrados, a floresta amazônica e a caatinga para possibilitar a expansão dessas culturas e do gado; a contaminação dos rios e lençóis freáticos pelo consumo frenético dos agrotóxicos; e a destruição de culturas e modo de viver tradicional dos povos indígenas e comunidades tradicionais como quilombolas, pescadores, ribeirinhos e extrativistas, dentre outros.

Figura 2 - Número de conflitos de terra entre 2006 e 2015 no Brasil



Fonte: Oliveira (2016, p. 35).

Figura 3 - Pessoas envolvidas no conflito pela terra entre 2006 e 2015 no Brasil



Fonte: Oliveira (2016, p. 35).

Conclusão

A política dos governos militares e de Luiz Inácio da Silva de implementarem, respectivamente, o etanol e o biodiesel apresentam alguns elementos importantes que merecem atenção por parte da sociedade brasileira. Ambas políticas tinham como objetivo inserir os pequenos agricultores. Esse fato não foi constatado em nenhum dos dois programas implementados. Dentre os objetivos precípuos do Pro-álcool estava a necessidade de atender aos interesses dos usineiros que foram fortemente afetados pela queda da exportação dos derivados da cana-de-açúcar na década de 1970 e que coincidiu com a crise do petróleo. No caso do biodiesel, apesar de não explícito, também fica subjacente que são os interesses dos latifundiários do agronegócio da soja o principal motivo. O biodiesel brasileiro, apesar de ter o nome de combustível renovável, de fato não é. Isso porque o álcool utilizado no processo químico de obtenção do biodiesel é o metanol e não o etanol, com raríssimas exceções. O metanol utilizado na reação do biodiesel é formado a partir da reação química entre o metanol e gás carbônico, o gás natural utilizado é de origem fóssil, portanto, o biodiesel brasileiro é parcialmente renovável, ou parcialmente não renovável.

Foram elencados alguns problemas que denunciam os biocombustíveis brasileiros, etanol e biodiesel. Mas, supondo que, hipoteticamente, fossem o etanol e o biodiesel combustíveis 100% renováveis; com práticas ambientalmente corretas, sem a utilização de agrotóxicos, por exemplo; sem estarem maculados pelo sangue dos trabalhadores sem-terra, indígenas, quilombolas e outros oriundos da comunidade tradicional. Ainda assim, é necessário fazer uma avaliação em sua totalidade. Lançamos ao leitor deste artigo a seguinte pergunta: o que adianta utilizar um combustível renovável se há uma lógica para expansão de carros individuais? Aliás, essa foi a lógica implementada pelos governos petistas para salvar parte do grande capital na crise capitalista de 2008, com a consequente ampliação dos engarrafamentos e emissão de gases de combustão como gás carbônico, monóxido de carbono, NOx. Aliás, todos esses gases também são emitidos quando se utiliza os biocombustíveis. A diferença é que, em tese, todo

CO₂ gerado é capturado pelas plantações oleaginosas e de cana-de-açúcar, ou seja, o gás carbônico gerado nas cidades é capturado na zona rural, onde se dá a plantação. Não existe justificativa para suprir a necessidade de locomoção das pessoas para o trabalho e/ou para atividades sociais (como diversão, lazer, cultura e arte) escolhendo o veículo individual apenas. Tal escolha só se sustenta para garantir o lucro e a acumulação capitalística do complexo constituído pelas indústrias automobilísticas, capital financeiro e indústria petrolífera, dentre outras. Se há necessidade de locomoção, por que não se pensar em saídas que atendam à coletividade, com transporte público de qualidade, ônibus, metrô, trem e bicicletas, dentre outros?

Essa pergunta se insere no questionamento sobre até que ponto são suficientes as mudanças dentro dos marcos do capitalismo. Ou seja, será que se, hipoteticamente, conseguíssemos tornar toda matriz energética mundial 100% renováveis tais como a oriunda das hidrelétricas, dos biocombustíveis, da energia solar e eólica, seria suficiente? Essa é uma pergunta que merece uma profundidade na análise, pois tem a ver com os limites dos recursos naturais para prover as necessidades humanas. Penso que a mudança na matriz energética reduzirá o impacto da atividade humana na natureza, mas não será suficiente, pois conforme sinalizado por Mészáros (2002, p. 677): “[...] o impulso capitalista para a expansão da produção não está de modo algum necessariamente ligado à necessidade humana como tal, mas somente ao imperativo abstrato da “realização” do capital”.

Ou, ainda, em outra formulação:

Dessa maneira, a dinâmica interna do avanço produtivo, baseada nas potencialidades objetivas da ciência e tecnologia, é gravemente distorcida, na verdade fatidicamente desencaminhada, com a tendência à perpetuação das práticas capitalistas viáveis – por mais perdulárias e destrutivas – e com bloqueios das abordagens alternativas que possam interferir nas exigências fetichistas do valor de troca em autoexpansão (MÉSZÁROS, 2002, p. 676).

Impõe-se questionar, em primeiro lugar, o modo de produção que tem como eixo principal a obtenção de lucro ao invés de satisfazer as necessidades

humanas socialmente e historicamente construídas enquanto ser social fundado pela relação ontológica com a natureza, ou seja, pelo trabalho. Ou, como diz IASI (2002), “é necessário sairmos da lógica da necessidade para o reino da liberdade. A história já mostrou que a busca pelo ‘capitalismo limpo’, uma variante do ‘capitalismo humano’, é uma ilusão que poderá levar à tragédia da humanidade”. Nesse sentido, mesmo que toda a matriz energética seja alterada, ainda assim, continuará a produção de mercadorias para não atender às reais necessidades humanas.

É necessário, como diz Löwy (2014, p.37), “uma revisão crítica profunda da concepção tradicional de forças produtivas, bem como uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna”. Ou, ainda, segundo James O’Connor (*apud* LÖWY, 2014), acrescentar à primeira contradição do capitalismo, examinada por Marx, a que há entre as forças e as relações de produção, uma segunda contradição, a que há entre as forças produtivas e as condições de produção: os trabalhadores, o espaço urbano e a natureza.

Para finalizar, mais uma vez, uma citação de Löwy (2014):

“Inspirando-se em algumas observações de Marx sobre a Comuna de Paris: os/as trabalhadores/as não podem apoderar-se do aparelho do Estado capitalista e pô-lo em funcionamento próprio. Devem “quebrá-lo” e substituí-lo por outro, de natureza totalmente distinta, uma forma não estatal e democrática de poder político” (LÖWY, 2014, p. 75). **US**

- ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ANDRADE, Maiza Ferreira de; MORAES, Luiz Roberto Santos. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e a morosidade do poder público. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 63-80, Jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2016.
- BEN: **Balanço Energético Nacional**. 2015. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2015.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 nov. 1975. Seção 1, p. 15257.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Biodiesel. O novo Combustível do Brasil. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. Brasília-DF, 2004. 7 p. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/galerias/arquivos/biodiesel/cartilha_biodiesel_portugues.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- BUFFIN, David; JEWELL, Topsy. **Health and environmental impacts of glyphosate: the implications of increasead used of glyphosate in association with genetically modified crops**. Londres, Friends of the Earth, 2001. Disponível em: <https://www.foe.co.uk/sites/default/files/downloads/impacts_glyphosate.pdf>. Acesso em: 3 set. 2016.
- CERDEIRA, Antônio. L.; DUKE, Stephe.O. The current status and environmental impacts of glyphosate-resistant crops. **Journal of Environmental Quality**, v. 35, p. 1633-1658, 2006. Disponível em: <<http://www.dzumenvis.nic.in/GM%20Crops/pdf/The%20Current%20Status%20and%20Environmental.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2016.
- DUARTE, Lílían Cristina Burlamaqui. **Política externa e meio ambiente**. 1. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro, EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, Daniel Bertoli; SZMRECSANYI, Tamás. Efeitos socioeconômicos e ambientais da expansão da lavoura canavieira no Brasil. In: LASA 2009 - XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association, 28, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: LASA, 2009.
- IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. 1. ed. São Paulo, Viramundo, 2002.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2006. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

referências

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2016. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/lspa_201607.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/lspa_201607.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- LANGOWSKI, Eleutério. Queima da cana: uma prática usada e abusada. Cianorte: Apromac, 2007. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/etanol/efeitosDaQueimaDeCana.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2. ed. São Paulo, Cortez, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.
- MOTAVALLI, P.P; KREMER, R.J; FANG, M; MEANS, N.E. Impact of genetically modified crops and their management on soil microbially mediated plant nutrient transformations. **Journal of Environmental Quality**, v. 33, p. 816-824, 2004. Disponível em: <<http://dzumenvis.nic.in/Microbes%20and%20Soil%20Fertility/pdf/Impact%20of%20Genetically%20Modified%20Crops.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2016
- OHASHI, Fernando Hideki. **O advento, crescimento, crise e abandono do Proálcool**. 2008. 46p. Monografia (graduação) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: CANUTO, A.; Luz, C., R. S. e Andrade, T. V. P. A. **Conflitos no Campo - Brasil 2015**. Goiânia, Comissão Pastora da Terra, 2016.
- PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo, Ferreira da Rocha e PACHECO, Tânia. Agrotóxico, armas de uma guerra não declarada. In: CANUTO, A.; Luz, C., R. S. e Andrade, T. V. P. A. **Conflitos no Campo - Brasil 2015**. Goiânia, Comissão Pastora da Terra, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LEAL, Leandro Teixeira; SILVA, Marlon Nunes e MATOS, Rhayssa Meire Belloti. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: CANUTO, A.; Luz, C., R. S. e Andrade, T. V. P. A. **Conflitos no Campo - Brasil 2015**. Goiânia, Comissão Pastora da Terra, 2016.
- XAVIER, Carlos V.; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. **Monopólio da produção de Etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell**. Publicação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, Outras Expressões, 2011.
- Scaramuzzo, Mônica e Papp, Anna Carolina. Dívida de usinas de cana deve somar R\$ 95 bilhões. **Exame**, 24 dez. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/divida-de-usinas-de-cana-deve-somar-r-95-bilhoes>>.

referências

Lógica de mercado e impactos socioeconômicos e ambientais: flexibilização da legislação ambiental no Brasil¹

Sandra Maria Franco Buenafuente

Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR)
E-mail: sanma239@hotmail.com

Patrícia Araújo de Abreu Cara

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: patycara@yahoo.com.br

José Domingues Godoi Filho

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: jdgodoif@terra.com.br

Emerson Lucena de Oliveira

Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: lucenaemerson@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo aborda a expansão do capital, sua relação com a exploração dos recursos naturais e os impactos socioeconômicos e ambientais, a partir do processo de flexibilização da legislação ambiental no Brasil. Tem-se como objetivo descrever como as políticas de crescimento econômico impactam na exploração de recursos naturais, na estruturação e flexibilização da legislação ambiental e seus impactos socioeconômicos. É uma abordagem descritiva, por meio de revisão bibliográfica, com análise qualitativa dos impactos das políticas ambientais que promovem assimetrias e desigualdade sociais. As políticas ambientais surgiram a partir da necessidade de se encontrar um equilíbrio entre crescimento econômico, alocação dos ganhos para o grande capital e exploração dos recursos naturais. O processo de flexibilização se dá por escolhas em privilegiar os interesses de mercado, em detrimento de políticas que possam contribuir para a construção de um sistema de produção mais equilibrado, no uso dos recursos naturais e em seus benefícios para a sociedade.

Palavras-chave: Expansão do Capital. Recursos Naturais. Legislação Ambiental. Impactos Socioeconômicos.

Introdução

A expansão do capital e seus impactos ao meio ambiente promovem desequilíbrios econômicos, políticos, sociais e ecológicos, que engendram capacidades distributivas desiguais. Esta força transformadora, essencialmente orientada para o mercado, com o fim de promover lucro para os proprietários privados dos

meios de produção e para o capital financeiro, implica em significativas desigualdades sociais. Assim, a compreensão acerca desta dinâmica, que envolve as diferentes dimensões e os impactos socioambientais que produz, requer uma abordagem sobre o contexto de formação, distribuição e consumo dos recursos naturais e energéticos.



Contudo, para melhor analisar as modificações e avaliar as transformações ambientais e os conflitos gerados, há a necessidade de se estudar e se verificar qual é o resultado do cruzamento do arranjo natural das paisagens em que os recursos são explorados, com o arranjo produzido pelos grupamentos humanos sobre esses espaços, obrigando, inclusive, a repensar a maneira como o conhecimento vem sendo construído.

A reprodução do capital, quando ultrapassa, em muito, as formas primitivas e selvagens de apropriação e amplia os mecanismos de trocas desiguais de recursos naturais e energéticos, entre os países em desenvolvimento, por produtos tecnológicos dos países industrializados, legitima a apropriação desses

recursos para os fins de desenvolvimento econômico. No entanto, com o discurso genérico de *desenvolvimento sustentável*, se assume uma estratégia de apropriação, legitimada pelo desenvolvimento intergeracional, em nível global. Com tal manobra, passa-se a discutir e a definir, por exemplo, geobiodiversidade como patrimônio da humanidade, recodificando as comunidades dos chamados mercados emergentes, como parte do capital humano do planeta.

Nos últimos cinquenta anos, os conflitos gerados pelos interesses do capital e pelas políticas de crescimento econômico obrigaram o reconhecimento, por parte da sociedade e dos governantes, das responsabilidades com as condições de vida no planeta. Assim, passa-se a reconhecer e admitir a necessida-

de de cooperação internacional para se enfrentar a questão. Neste processo é que se naturalizaram as políticas e ações que direcionam o desenvolvimento da sociedade.

Neste contexto, a questão ambiental se converteu num instrumento para ampliar os limites de crescimento. O ambiente e/ou o aparato tecnológico passaram a funcionar como tecnologia de reciclagem; a biotecnologia como um fator para reduzir a vida a uma mera reprodução de mercadorias; e o ordenamento ambiental como um instrumento viabilizador da localização de atividades produtivas. Nesta dinâmica, as forças sociais foram dispersadas, contribuindo para o aumento do espaço de produção, circulação e consumo, além de ampliar o território como suporte para o crescimento econômico.

O Brasil, por suas características socioeconômicas, ambientais e culturais bem diversas – que compreendem um patrimônio natural, social, cultural muito rico –, tem uma posição importante no cenário mundial, especialmente em relação à legislação ambiental, que vem sofrendo pressões para ser revogada ou flexibilizada para atender aos interesses do capital. Assim, pretende-se evidenciar, numa exposição descritiva e analítica, a forma como a expansão

O Brasil, por suas características socioeconômicas, ambientais e culturais bem diversas – que compreendem um patrimônio natural, social, cultural muito rico –, tem uma posição importante no cenário mundial, especialmente em relação à legislação ambiental, que vem sofrendo pressões para ser revogada ou flexibilizada para atender aos interesses do capital.

do processo produtivo numa economia de mercado impõe as bases para a tomada de decisões políticas, com o objetivo de promover o crescimento econômico em detrimento do equilíbrio ambiental e de políticas sociais mais equânimes.

Nesse contexto, serão abordados vários dos aspectos que envolvem o conflito de interesses e que geram impactos socioeconômicos e ambientais para a sociedade. As propostas mais impactantes e que trazem perspectivas negativas, a partir da efetivação de entrega do patrimônio natural nacional e do potencial

cultural e socioeconômico ao grande capital, são representadas pelas PEC 215/2000, Lei nº 12.651/2012, PEC 65/2012, PL 654/2015, PL 5807/2013, Lei nº 13.123/2015 e Lei nº 13.334/2016.

1. Lógica de expansão do capital

A estruturação do processo de apropriação, produção e consumo, definida e adotada pelo modelo econômico predominante, culminou na atual distribuição extremamente desigual da riqueza. Os países mais ricos, berço da Revolução Industrial, tornaram-se exportadores de uma parte crescente das externalidades negativas que geraram, impondo-as ao resto do planeta. Uma profunda assimetria entre a valorização monetária e o custo físico passa a predominar, ao longo do tempo, na evolução do processo econômico em geral. Territórios distantes são impactados e passam a sofrer a deterioração ecológica pela exploração e expropriação de seus sistemas naturais e sociais locais (BAUMOL; OATES, 1988, BUENAFUENTE, 2002).

Esses impactos são resultados do mau uso que o capitalismo faz da utilização dos recursos, que gera as crises de excesso de investimento ou infraconsumo, a partir do processo de exploração do trabalhador e da luta de classes. Na visão de Marx, os conflitos gerados pelo capitalismo são sinais de que a dinâmica das relações de produção estão bloqueando o desenvolvimento das forças produtivas. Os atores sociais do sistema econômico perseguem a acumulação de capital e o aumento da produção, para, assim, poder vender mais e obter maiores benefícios, com o objetivo de aumentar seu capital e a exploração dos trabalhadores (MARX, 1996).

Nesse contexto, Mészáros (2007, p. 77) afirma que:

O capital em um sentido superficial, seja sem dúvida triunfante, mas, em um sentido mais fundamental, ele é, de todos, o problema mais grave. Entretanto, se reconhecemos o modo como o capital domina o processo de reprodução social em todos os lugares, cumpre reconhecer também que ele é, estruturalmente, incapaz de resolver seus problemas e contradições. Para onde quer que olhemos, perceberemos que aquilo que parece ser – e é sonoramente

propagandeado como – uma sólida solução duradoura, mais cedo ou mais tarde, desfaz-se em pó.

Todavia, não é somente a própria natureza da valorização e da especialização em que operam o comércio mundial que origina o crescimento econômico e a deterioração ecológica, observadas em escalas planetárias. A natureza do próprio sistema financeiro internacional, que oferece aos países ricos as possibilidades de adquirir riquezas materiais sem necessidade de produzi-las, também compõe este processo. Os fluxos de capital financeiro que financiaram projetos de infraestrutura geraram impactos significativos ao sistema natural (NAREDO, 1996).

A evolução e transformação desse capital é impactada pelas duas Grandes Guerras Mundiais e pela Crise de 1929, que contribuíram para promover a desintegração da atividade produtiva dos países mais ricos. Assim, a partir da década de 1950, os ramos mais dinâmicos da economia internacional se centraram na potencialização do progresso técnico, com o objetivo de incrementar a produtividade. Inicia-se, assim, um novo processo de expansão do comércio, baseado nos princípios da integração da economia mundial (FEENSTRA, 1998).

Nesse processo, o investimento estrangeiro passou a ser canalizado de forma direta, por meio de companhias multinacionais que estabeleceram centros de produção e serviços em todo o mundo. Some-se outro tipo de capital, representado por uma enorme massa de recursos, em efetivo móveis, representados por fundos mútuos de pensões e outros ativos de pessoas com grande patrimônio, que cruzaram fronteiras em busca de rentabilidade mais elevada em curto prazo. Estas relações econômicas internacionais deram e continuam dando lugar a processos onde o fluxo comercial apresenta uma taxa de crescimento maior que a produção e a expansão do capital financeiro agrega valores desproporcionais à atividade produtiva (DUNNING, 1985; FEENSTRA, 1998; BUENAFUENTE, 2002).

Expansão da capacidade produtiva e globalização

Este processo de expansão da atividade produtiva mundial teve sua operacionalização por meio das empresas transnacionais que buscavam minimizar os custos de produção. A cadeia de valor passou a se localizar nos países que ofereciam maiores vantagens de acesso aos recursos naturais, força de trabalho, infraestrutura física e de comunicação e proximidade dos principais centros de demanda. Ademais, estas empresas também se aproveitavam dos preços de transferência e, mais amplamente, da redução dos custos de transação (HUIZING, 1999; KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

O avanço espetacular nos sistemas de comunicação, na tecnologia de processamento, no armazenamento e transmissão de dados e informações permitiu o surgimento de complexas inovações financeiras, caracterizadas por produtos sofisticados e complexas técnicas de análises e gestão. Assim, o maior grau de industrialização que deu lugar à criação de novos produtos, à especialização e a um crescente comércio interindustrial foi fator que contribuiu para a redução dos custos de comunicação e transportes e potencializou as transações comerciais e financeiras (BIFANNI, 1999; BUENAFUENTE, 2002).

Para dinamizar a expansão do capital, as políticas governamentais exerceram um papel importante ao



liberalizar a economia e estabelecer um sistema de comércio internacional baseado em regras. O comércio, em nível internacional, regional e local, passou a ter um impacto espacial da integração em termos de localização da atividade e suas consequências impactantes sobre o desenvolvimento dos países e das regiões (FUJITA; THIES, 1996; TUGORES, 1999).

A ampla e generalizada desregulação financeira promoveu maior competição interna, mobilidade internacional de capital no curto prazo e uma integração financeira internacional crescente. A consideração do alcance da globalização segundo o mercado é um fenômeno muito heterogêneo, já que prevalece uma elevada mobilidade de recursos e integração do setor financeiro. Contudo, este fenômeno promove distorções, porque necessita de infraestrutura mínima da capacidade instalada para aproveitar as diferentes mudanças positivamente (TUGORES, 1999).

Todos esses fatos condicionam o manejo das políticas dos Estados e a capacidade reguladora do processo econômico, quando influi no nível de produção e no emprego. Por outra parte, algumas políticas internas de liberalização e desregulação dos mercados, iniciadas nos países industrializados nos anos de 1970 e adotadas por outros países nos anos de 1980 e começo dos anos de 1990, criaram as condições necessárias para que o processo de globalização se estabelecesse como caráter de fenômeno mundial (BRUNHOFF, 1985).

A ampla e generalizada desregulação financeira promoveu maior competição interna, mobilidade internacional de capital no curto prazo e uma integração financeira internacional crescente. A consideração do alcance da globalização segundo o mercado é um fenômeno muito heterogêneo, já que prevalece uma elevada mobilidade de recursos e integração do setor financeiro.

2. Crescimento econômico e políticas ambientais

Durante séculos, a natureza foi vista como fonte supridora de recursos inexauríveis e, ao mesmo tempo, um depositário dos subprodutos inaproveitáveis das atividades econômicas. O subsequente desenvol-

vimento econômico e tecnológico baseado no uso intensivo de matérias-primas e energia aumentou a velocidade de utilização dos recursos naturais. Diante deste pensamento, se difundia a ideia de que os recursos naturais e o crescimento econômico poderiam ser *ad infinitum*, sem haver maiores preocupações com a escassez dos recursos e com os limites do crescimento (PEARCE, 1995).

A dinâmica desse processo de crescimento, com o uso intensivo de recursos naturais, busca atender à demanda capitalista por novos mercados e à criação de novas necessidades para os consumidores. Como as necessidades da população aumentam juntamente com a escala de produção industrial, com a demanda por recursos naturais e com os rejeitos dos processos produtivos, a ideologia do crescimento infinito se mostra incapaz de enfrentar os problemas do mundo contemporâneo (NAREDO, 1999).

Prioridades de mercado e recursos naturais

Com o crescimento do comércio mundial, por meio da expansão estratégica da cadeia produtiva, o mercado mudou sua forma a partir da década de 1970, com o impacto de novas regras do multilateralismo e regionalização. Este impulso à multinacionalização da atividade empresarial promoveu uma alteração na cadeia de especialização produtiva, que passa a jogar um papel importante na redefinição das pautas de divisão internacional do trabalho (TUGORES, 1999).

Neste contexto, surge a ideologia neoliberal como forma de garantir a ausência de um Estado intervenor para que, pretensamente, predomine a soberania dos agentes de mercado. O Estado somente atuaria para garantir o funcionamento do setor privado, transferindo a tomada de decisões de forma crescente e repassando serviços básicos estatais para as mãos de empresas particulares, deixando, assim, a sociedade sob a égide da “eficiência” e da “livre concorrência”. São práticas político-econômicas que propõem o bem-estar humano a partir da capacidade empreendedora individual, em um regime pleno de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Este modelo implica em uma tríade composta pela desre-

gulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica (HAYEK, 1990; HARVEY, 2004).

Chesnais e Serfati (2003) argumentam que os conflitos entre a expansão do capital, a atuação do Estado e a continuidade do processo de crescimento das forças produtivas, a partir da ideologia neoliberal, têm seus fundamentos nas relações de propriedade e de dominação capitalista e sua relação com a exploração dos recursos naturais. As condições de reprodução e de funcionamento do capital, ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural, não podem implicar em redução dos ganhos dos capitalistas. A esse respeito os autores afirmam que:

[...] por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 62).

Com as novas formas de capitalização dos recursos naturais e energéticos, renováveis ou não, necessários à reprodução do capital, se impõem um padrão de acumulação capitalista e um novo processo de controle e domínio sobre a natureza. Nesse sentido, a exploração intensiva e destrutiva da natureza pela ordem social do capital engendra não apenas uma forma degradante de existência social e econômica, mas também coloca em risco a permanência e reprodução da própria humanidade no planeta Terra.

Ademais, é na reestruturação econômica que se processa a implantação de novos modelos produtivos, novas formas de organização do trabalho e inovações técnico-científicas. Surgem mudanças que, além de buscar conter as contradições sociais inerentes à “*crise estrutural do capital*”, visam garantir também novas bases de produção e reprodução econômica e novas formas de controle sobre o trabalho e sobre a natureza para repor o movimento incessante de expansão e acumulação do capital (MESZÁROS, 2002).

O sistema natural, frente a esta conjuntura, é submetido a uma pressão crescente para oferecer os recursos que necessita um consumo contínuo e ilimitado. Assim, para receber, reciclar e absorver um

fluxo incessante, crescente e sem limites de resíduos, resultantes da utilização parcial dos recursos, da obsolescência prematura de bens e equipamentos e do consumo supérfluo, aflora a necessidade de regulamentações globais para a utilização dos recursos naturais e expansão do sistema de acumulação (CHESNAIS; SERFATI, 2003; PEREIRA, 2009).

Contexto internacional e políticas ambientais

Os problemas ambientais que se manifestaram no final da década de 1960 explicitavam uma violenta crítica ao conceito de desenvolvimento dominante, no qual prevalecia a ideia de crescimento econômico ilimitado. Para muitos, o desenvolvimento era, e ainda continua sendo, sinônimo de crescimento econômico. Frente a estas questões, houve a necessidade de se revisar o conceito de desenvolvimento e explicitar suas múltiplas dimensões, entre elas a ambiental. Esta era a situação do debate sobre o desenvolvimento ao iniciar-se a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo em 1972.

Os problemas ambientais que se manifestaram no final da década de 1960 explicitavam uma violenta crítica ao conceito de desenvolvimento dominante, no qual prevalecia a ideia de crescimento econômico ilimitado. Para muitos, o desenvolvimento era, e ainda continua sendo, sinônimo de crescimento econômico.

A partir da década de 1970, os movimentos ambientalistas representaram um fenômeno político de expressão internacional. Como resultado, surgiram exigências de legislações e políticas públicas para regular o uso dos recursos naturais e proteger os patrimônios ecológicos e culturais. Foram incorporados às políticas ambientais: a questão energética, o papel dos governos, das organizações, a poluição e a capacidade de armazenamento dos resíduos, entre outros. Contudo, a relação entre comércio, impacto ambiental e políticas ambientais varia muito, segundo as questões e países (JAYADEVAPPA; CHHATRE, 2000).

Políticas ambientais globais

Na segunda metade do século XX, os países desenvolvidos começaram a perceber com nitidez o risco do esgotamento dos recursos naturais, fundamentalmente dos combustíveis fósseis. Com o advento de duas crises petrolíferas na década de 1970, o mundo tomou consciência da necessidade de se harmonizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais. Para tanto, precisava-se de uma coordenação de políticas públicas em nível global amparadas no chamado “Direito Intergeracional” (PEARCE, 1995).

Dentre as diversas convenções ambientais realizadas, destacam-se a de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano), em 1972, e a Eco 92, ou Rio 92, em que se produziram os seguintes documentos: Agenda 21 Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB); Declaração do Rio para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas; e Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Carta da Terra, entre outras.

Como resultado e direcionamento dessas políticas, em 1987, a Comissão *Brundtland* incorporou aos documentos internacionais a expressão “Desenvolvimento Sustentável”, no qual destaca como um tipo de produção econômica que garante a manutenção dos recursos naturais para o uso das futuras gerações (CMMAD, 1988). A partir dessa concepção, Bermejo (2005, p. 23) afirma que “o fator ambiental já não pode ser considerado como um problema sistêmico. É o sistema econômico que mostra incompatibilidade com o equilíbrio ecológico; por esta razão, se tem que transformá-lo”.

Política ambiental brasileira

No Brasil, os processos de uso predatório de elementos da natureza (como as florestas, os solos férteis para a plantação de açúcar, café, pecuária e mineração) e as decisões políticas para a aplicação dos recursos públicos foram orientadas muito mais por critérios econômicos do que por necessidades sociais e ambientais. Os programas e projetos desenvolvidos pelo governo buscavam a industrialização e o de-

senvolvimento do país e pretendiam transformá-lo numa potência mundial (BECKER, 2004).

Nesse sentido, Cano (1995) destaca o fato de que as especificidades do país, enquanto colônia, se remete à inserção internacional precária e condicionada pela extração e apropriação do excedente produzido por parte da metrópole. A inserção da nossa economia no século XIX estava subordinada ao comércio internacional e interesses do imperialismo, o que configura a característica da infraestrutura, do mercado de trabalho, da distribuição de renda e até mesmo o próprio papel do Estado.

A exploração dos recursos naturais é histórica, no Brasil, e os atos legais de proteção à natureza surgiram como forma de proteger os interesses econômicos da coroa portuguesa. Contudo, com o surgimento do Código Florestal de 1934, as florestas que cobrem o solo adquirido não pertencem ao próprio dono e, por esta razão, não se tem o direito de destruir a floresta, desmatar totalmente a sua propriedade. Ao contrário disso, ao dono da terra é dada a incumbência de preservar a floresta e todos os recursos naturais disponíveis na sua propriedade (MEDEIROS, 2006).

Como resposta às reivindicações de movimentos sociais da década de 1960, houve avanço na legislação ambiental e mudanças estruturais na propriedade e no uso dos recursos naturais no Brasil. Leis como o Estatuto da Terra, o novo Código Florestal, os Códigos de Caça e Pesca e de Mineração, bem como a Lei de Proteção à Fauna, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a nova Constituição Federal estabeleceram uma relação de exploração mais racional dos recursos, em sintonia com as políticas globais (MELO, 2011).

Na década de 1980, a política ambiental brasileira deu um salto qualitativo muito importante com a definição da lei da Política Nacional do Meio Ambiente e do marco do processo de Licenciamento ambiental. Diferentes leis e decretos editados inovaram, ao apresentar o meio ambiente como objeto específico de proteção. Contudo, com a Constituição de 1988 é que foram estabelecidas regras rigorosas de proteção ambiental, nas quais as instituições brasileiras passaram a ter mais força para impor a política ambiental e prestar especial atenção ao meio ambiente (MARGULIS, 1996).

Com o avanço dos problemas ambientais, principalmente os causados pelo aumento do desmatamento na Amazônia, a partir da década de 1990, o Brasil passa a dispor de diversas leis de proteção ao meio ambiente. Os mecanismos mais importantes para o contexto abordado são: a Lei de política Agrícola; a Lei de Crimes Ambientais; a Lei do Sistema nacional de unidades de Conservação; a Lei que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; Política Nacional de Resíduos Sólidos; e o Estatuto das Cidades, entre outras. Contudo, processos de flexibilização da legislação ambiental começam a fazer parte das políticas do governo, com mais força, para atender às bases de crescimento econômico definidos nas políticas de governo (MELO, 2011).

3. Flexibilização da legislação ambiental brasileira e impactos socioeconômicos

As políticas ambientais de cada país evidenciam o contexto da relação da política econômica e socio-cultural em que são explorados os recursos naturais e seus efeitos na distribuição dos excedentes para satisfação das demandas de mercado (REDCLIFT, 1987). Acerca dessa relação, Harvey (1996) enfatiza que o processo político e suas inter-relações com o processo espacial demonstram como se estruturam, desestruturam e se reestruturam as classes sociais no espaço ou em uma região, para assim se adaptarem melhor ao entorno de intervenção externa.

É neste contexto que serão abordados os processos de flexibilização das leis de proteção à natureza, que datam antes mesmo da alteração do código florestal, em 2012 (Lei 12.651/2012), e vêm avançando e depredando os recursos naturais no mesmo ritmo que avançam o neoliberalismo e a naturalização do estado de exceção. As políticas ambientais que representam estas questões são: PEC 215/2000, Lei nº 12.651/2012, PEC 65/2012, PL 654/2015, PL 5807/2013, Lei nº 13.123/2015 e Lei nº 13.334/2016.

Direitos indígenas, quilombolas e unidades de conservação

Na proposta do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 215/2000, que altera o processo de reconhecimento de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas, a decisão final de demarcação dessas áreas sairá do Poder Executivo e passará para o Congresso Nacional. Ao ser efetivada essa mudança, serão causados grandes prejuízos e ameaças aos direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais à terra, assim como à conservação da biodiversidade presente nas áreas já protegidas (ou antes protegidas) por estes povos. Da mesma forma, esta emenda constitucional retira “o direito de todos os brasileiros a um meio ambiente ecologicamente equilibrado”, garantia esta até então salvaguardada pela Constituição, que, aos poucos, vem sendo rasgada.

A garantia dos direitos das populações tradicionais e povos indígenas a viverem nas terras ocupadas



originalmente por seus ancestrais contribuem para a sustentabilidade do ambiente natural, da manutenção das suas culturas e, ainda, para a segurança da continuidade da vida desses povos. Com a flexibilização das leis que garantem esses direitos, esses povos sofrerão mais violência no enfrentamento de conflitos com fazendeiros, mineradoras, garimpeiros e com o setor do agronegócio. A alteração do procedimento de demarcação será um retrocesso à árdua história de conquista dos direitos dos povos indígenas. A mudança proposta, se aprovada, deixará as populações indígenas ainda mais vulneráveis.

Novo Código Florestal

Os impactos das mudanças do novo Código Florestal - **Lei nº 12.651/2012** têm como pontos mais relevantes a flexibilização das regras para recomposição de Reserva Legal - RL e Áreas de Preservação Permanente - APP. Estas mudanças comprometem a justiça social para os agricultores familiares e pequenos produtores, que não teriam terra suficiente para produzir e preservar ao mesmo tempo. E, por outro lado, favorecerem o processo de crescimento do agronegócio, com a ampliação de espaços para atender à demanda de mercado e à intensificação da produção em grande escala. Por consequência, o estabelecimento dessas novas regras poderá acarretar uma mudança no rumo das ações e, inclusive, uma elevação da taxa de desmatamento.

A partir das alterações propostas, observa-se que a situação dos impactos da mudança na Lei não possibilitará uma maior preservação e proteção ao meio ambiente no Brasil, visto que desconsidera as disposições constitucionais do Art. 225 da Constituição Federal.

A partir das alterações propostas, observa-se que a situação dos impactos da mudança na Lei não possibilitará uma maior preservação e proteção ao meio ambiente no Brasil, visto que desconsidera as disposições constitucionais do Art. 225 da Constituição Federal. Mesmo com uma legislação ambiental robusta, a realidade brasileira carece de normas mais restritivas para o uso do espaço natural, haja vista as

violações que já ocorreram e que, lamentavelmente, ainda ocorrem em todo país.

Alteração do sistema de licenciamento ambiental

Com as mudanças apresentadas e aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, as mudanças propostas na **PEC 65/2012**, ao acrescentar o § 7º ao art. 225 da Constituição, irá alterar a sistemática do processo de licenciamento ambiental. Neste caso, com a simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a execução de uma obra será autorizada, a qual fica impedida de ser suspensa ou cancelada. A apresentação do EIA, na atual legislação, compõe somente uma das partes do processo de licenciamento ambiental, que envolve uma análise de muitas variáveis do futuro empreendimento. É o instrumento que analisa a viabilidade ou não de uma construção a partir dos impactos socioambientais que pode gerar.

A partir da mudança na Lei, o processo de licenciamento ambiental, que é uma das garantias do uso racional dos recursos em equilíbrio com o meio natural e socioeconômico, passará a não existir mais. Essa flexibilização na Lei, para atender aos interesses do mercado, possibilita a expansão de empreendimentos que causam danos irreversíveis ao meio natural e à sociedade. Vai na contramão do princípio da sustentabilidade, que busca compatibilizar a atividade econômica, a proteção ambiental e a promoção do bem-estar da sociedade.

Para consolidar as políticas que favorecem os ganhos do grande capital, está em tramitação o **PL 654/2015**, que contribui para enfraquecer ainda mais o processo de licenciamento ambiental, instituindo o licenciamento ambiental especial. Neste caso, é estabelecido um período mais curto para a emissão da licença ambiental para empreendimentos que o governo classificar como estratégicos. A proposta tem como objetivo atender com mais celeridade às metas de políticas de crescimento econômico do governo, em um prazo mais curto. Embora esse crescimento seja possibilitado à custa de grandes tragédias e impactos socioambientais que poderiam ser evitados caso o processo de instalação e liberação de licença

fosse feito de maneira cautelosa e séria, o que demanda tempo, com o processo de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos do Meio Ambiente (RIMA).

Marco regulatório do setor da mineração

Para facilitar a realização de investimentos com fins à exploração de recursos minerais no país, o governo propôs o **PL 5807/2013**, que representa um novo marco regulatório para o setor da mineração no país. O objetivo desse projeto é intensificar as políticas do estado de exploração dos recursos naturais, que aprofundam as atividades intensivas no uso desses recursos. As propostas de mudança são: a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), a Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao atual departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e também mudanças na outorga de Título Mineral. Estas medidas, de acordo com o projeto, garantem melhor acompanhamento, fiscalização e gestão, implicando, no longo prazo, na maior atratividade de investidores estrangeiros.

Além da eliminação do direito de prioridade, que garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a realização de pesquisa, a empresa interessada em pesquisar e explorar uma área terá que participar de uma chamada pública. Contudo, a maior crítica a este projeto de lei é a de que, além de não garantir uma justa arrecadação aos municípios e estados, este projeto poderá servir apenas para ampliar as áreas exploradas, sem trazer vantagens econômicas reais para o país e para os trabalhadores envolvidos. Ademais, com a expansão da exploração de áreas com potencial mineral, ocorrerá o aumento dos impactos ambientais e sociais ocasionado por esse processo produtivo, além de vulnerabilizar os direitos das populações locais, principalmente os das comunidades indígenas.

Convenção sobre a biodiversidade biológica

A regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica, por meio da **Lei nº 13.123/2015**, regulamenta sobre o acesso ao patrimônio genético,

a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. A referida Lei torna vulnerável a apropriação dos conhecimentos tradicionais, principalmente dos povos indígenas. O acesso e exploração ao patrimônio genético em pesquisas com plantas e animais nativos facilitam a utilização de conhecimentos tradicionais e indígenas associados à biodiversidade. Além de possibilitar a exploração desses conhecimentos, a repartição ou manutenção dos benefícios resultantes do acesso ao conhecimento associado ao patrimônio genético é ignorado pelo Estado, para as comunidades indígenas.

Esta Lei demonstra, claramente, a priorização de políticas que beneficiam o mercado, em detrimento do desenvolvimento com igualdade para a sociedade local. A repartição dos benefícios só será aplicada sobre a comercialização de produtos acabados que chegarão ao mercado. Foi uma lei instituída à revelia e sem consentimento ou conhecimento prévio dos principais interessados: os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Assim, as portas estão abertas para a pesquisa e exploração da natureza, mesmo em terras indígenas e sem consentimento prévio deste povo e sem a real partição de benefícios, que seria uma das propostas da referida Lei.

Programa de Parcerias de Investimentos - PPI

A **Lei nº 13.334/2016** institui o “Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)”, com estruturas governamentais para gerenciamento e execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de privatização. Esta iniciativa institui profundas alterações no marco legal sobre parcerias público-privadas no país. A fim de custear e participar do fundo de apoio a esses projetos do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) recebeu a autorização da instância de assessoramento imediato do Presidente da República. A principal justificativa para tal medida é a crise econômica atual do Brasil, que resulta em um grande e crescente número de desempregados.

Essas novas medidas teriam como objetivos: ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico; garantir a expansão da infraestrutura pública com qualidade, com tarifas e preços adequados; promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; e fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Contudo, por não haver tido um envolvimento democrático da sociedade sobre o tema, organizações e especialistas apontam impactos negativos em diferentes áreas, a partir da implementação desta Lei. Por ter sido implementada por meio de Medida Provisória, não houve diálogo entre os órgãos de formulação e implementação dos projetos e os grupos e populações interessados. Dessa forma, não há previsão de envolvimento das comunidades que poderão ser direta ou indiretamente impactadas pelos projetos inseridos no âmbito do programa em nenhuma das fases de estudos prévios, estruturação dos projetos e execução. Emendas que visavam salvaguardar a proteção do meio ambiente e os direitos humanos não foram consideradas. Assim, os direitos dos povos indígenas de serem consultados previamente sobre projetos que poderão afetar diretamente suas terras e cultura, com essa Lei, não serão considerados.

Implicações da flexibilização da legislação ambiental

Os previsíveis problemas socioambientais decorrentes do mau uso e exploração dos recursos naturais e energéticos no Brasil foram acentuados e tomaram proporções seríssimas nos últimos quarenta anos. A causa principal pode ser buscada nas políticas de desenvolvimento que foram adotadas e que, na prática, não levaram em consideração nem mesmo os aspectos de manutenção ou recuperação de paisagens. O que dizer, então, dos aspectos sociais, econômicos e culturais que a questão ambiental impõe?

O cenário gerado e que sintetiza o desvario do modelo de desenvolvimento foi assim resumido por

Godoi Filho (1990): destruição das formas de organização produtiva e social das populações nativas; intensificação da degradação do meio ambiente através da exploração desordenada dos recursos naturais; substituição do social pelo econômico; grandes migrações induzidas pelos grandes projetos; empobrecimento da população nativa expropriada do seu lar, com a consequente perda da qualidade de vida e de sua identidade cultural; aumento das doenças; desapropriação de populações rurais; aumento da tensão nos núcleos urbanos em função do êxodo rural; destruição de reservas indígenas, invadidas por estradas, inundadas por hidrelétricas e abertas à mineração; concentração fundiária e conflitos de terra; desmatamento e utilização depredatória dos recursos florestais; destruição de grandes áreas devido a empreendimentos hidrelétricos; assoreamento de rios e lagos; e poluição atmosférica e hídrica e modificação no ciclo hidrológico.

Como indicado por Godoi Filho (1992), as políticas de desenvolvimento se caracterizaram de maneira explícita pelo privilégio ao crescimento econômico a qualquer custo e em curto prazo, tendo como estratégia a agilização do processo de industrialização, a implantação de projetos de infraestrutura, a exploração de recursos minerais e a ampliação dos espaços de atividades agropecuárias. Neste contexto é que os conflitos socioambientais se estruturam.

Na lógica de desenvolvimento dessas políticas, a flexibilização da legislação ambiental brasileira evidencia a efetivação de um projeto de economia de mercado, que prioriza políticas de crescimento econômico voltadas para o grande capital. Embora haja consenso mundial de que o meio ambiente deve ser preservado e que a escala de produção degradadora deve ser revista, para os políticos, empresários e ruralistas, a questão ambiental no Brasil é um entrave para o país crescer. Portanto, este cenário e expedientes seguem a continuidade da lógica da acumulação pra poucos, impondo a continuidade do projeto de estado Mínimo para o social e Máximo para o capital, por meio da retirada de direitos da classe trabalhadora e da população em geral, pintando em tons empreendedores a face predatória e perversa do capital.

Considerações finais

As crises do capitalismo contemporâneo, representadas pelas duas Guerras Mundiais e a Crise de 1929, evidenciaram os impactos socioeconômicos e ambientais que resultaram do processo de crescimento produtivo, da intensificação da exploração de recursos naturais, do crescimento populacional e da expansão do capital. Contudo, esses problemas se acentuaram a partir da década de 1960, o que levou à necessidade de se construir políticas ambientais que dessem sustentação ao processo de acumulação de capital.

A partir da integração da economia mundial, as ações do homem sobre um determinado ecossistema natural, em um espaço geográfico definido, afetam outros sistemas naturais e, às vezes, bem distantes. Assim, os processos de regulamentação dessas ações levam em conta a construção ou execução de políticas que impactarão no ambiente, sobretudo, em equilíbrio com os aspectos sociais, econômicos, geográficos e culturais diferentes. A relação entre meio ambiente, crescimento e desenvolvimento é intrínseca e inseparável. Não é possível explicar metas de crescimento e processo de desenvolvimento das forças produtivas sem explicar as implicações nas dimensões sociais e ambientais.

Dessa forma, as implicações que hoje se fundamentam no desenvolvimento de políticas macroeconômicas para promover o crescimento e desenvolvimento econômico da sociedade têm, na institucionalização da economia de mercado, o marco regulatório que direciona os encaminhamentos das políticas econômicas, sociais e ambientais. A maior complexidade das relações dessas políticas e seus impactos para a sociedade se manifestam em distintas formas de produção e em uma rede cada vez mais estreita de relações que efetivam este processo, que gera significativas assimetrias.

Os problemas causados ao meio ambiente e à sociedade como um todo pela expansão do processo predatório de exploração dos recursos naturais demonstram que esse sistema não pode mais seguir com esse nível de escala produtiva. A produção em pequena escala, respeitando as especificidades da

cultura local e do potencial natural disponível, é o que pode possibilitar a continuidade da vida com respeito à dignidade humana.

Assim, conclui-se que todo esse processo de projetos, leis e políticas que visam flexibilizar a legislação ambiental brasileira têm como principal objetivo somente mascarar o verdadeiro problema que deve ser enfrentado: a falta de um projeto social que priorize políticas mais equânimes; que os ricos não tenham que ficar mais ricos explorando os pobres; que instituições devam se fortalecer para beneficiar as boas regras de conduta social; que as políticas institucionais priorizem o desenvolvimento com humanidade; e que se reconheça que a produção em pequena escala poderá fortalecer a sustentabilidade de um sistema mais integrado com o meio, em que a vida possa valer mais que o poder do mercado.

Portanto, deve-se reconhecer, diante do exposto, que as formas de exploração da economia de mercado chegaram ao seu ponto de saturação quanto à expansão do crescimento em larga escala e às desigualdades e injustiças sociais que promove. O crescimento não é infinito e a capacidade de utilização dos recursos naturais é limitada. E a sociedade não pode mais viver com a expansão da acumulação desse capital predatório, que beneficia a um grupo de poder privilegiado. Portanto, devemos intensificar a luta contra essas políticas que seguem priorizando a lógica do capital em detrimento das históricas conquistas sociais e da existência da vida, em todos os níveis. **US**

nota

1. Este artigo tem como base as discussões do Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais - GTPAUA - ANDES-SN. A abordagem teórica adotada no trabalho é resultado da compilação de ideias de economia internacional, recursos naturais e legislação ambiental, a partir da área de especialidade dos autores. Contudo, a síntese analítica se dá pelo viés da economia política socioambiental.

- BAUMOL, W. J.; OATES, W. E. The theory of environmental policy. **Cambridge University Press**, 1988.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BERMEJO, R. **La transición hacia la sostenibilidad**: principios e estrategias de economía sostenible. Madrid: Catarata, 2005.
- BIFANI, P. **Medio ambiente y desarrollo sostenible**. 4ª Ed, Madrid: IEPALA, 1999.
- BRASIL. Lei 13.123, de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.
- _____. Lei 13.334/2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13334.htm>. Acesso em: 21 set. 2016.
- _____. Lei nº 12.651/2012. Novo Código Florestal - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13334.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.
- _____. Projeto de Emenda Constitucional 165, de 2012. Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109736>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- _____. Projeto de Emenda Constitucional 215, de 2000. Transfere para o Legislativo a prerrogativa de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- _____. Projeto de Lei 5.807, de 2013. Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor...PL+5807/2013>. Acesso em: 19 set. 2016.
- _____. Projeto de Lei 654, de 2015. Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123372/pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- BRUNHOFF, S. **Estado e capital**: uma análise da política econômica, Forence Universitaria, Rio de Janeiro, 1985.
- BUENAFUENTE, S. M. F. **Capital transnacional y recursos naturales**: la industria del aluminio en la Amazonia brasileña - políticas públicas y el proyecto ALBRAS. 2002. Tese de Doutorado. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad de Barcelona. Barcelona - ES.
- CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (Des) ordem internacional**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica marxista**, n. 16. São Paulo: Boitempo, mar. 2003.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

referências

- DUNNING, J. H. (Ed.) **Multinational enterprises, economic structure and international competitiveness**. New York: John Wiley, 1985.
- FEENSTRA, R. C. Integration of Trade and Disintegration of Production in the Global Economy. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 12, nº 4, Fall 1998, p. 31-50, 1998.
- FUJITA, M.; THIES, J.F. Economics Agglomeration”, **CEPR Discursions Paper** n. 1344, 1996.
- GODOI FILHO, J. D. Incentivos fiscais e preservação ambiental. In: VI ENCONTRO DE PESQUISADORES DA AMAZÔNIA, Cuiabá: UFMT, 1990.
- GODOI FILHO, J. D. A Política Nacional de Meio Ambiente e a degradação dos recursos naturais. In: A Universidade, a Conferência de 92 e a nova ordem internacional: textos básicos. In: V SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE. Brasília: IBAMA, 1992.
- HARVEY, D. W. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAYEK, F. A. **O caminho para a servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HUIZING, H. A two-region model of redistribution, migration and international trade. **Journal of Public Economics**, nº 71, p. 335-354, 1999.
- JAYADEVAPPA, R.; CHHATRE, S. International trade and environmental quality: a survey. **Ecological Economics**, vol. 32, p. 175-194, 2000.
- KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. São Paulo: Pearson, 2010.
- MARGULIS, S. A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e implementação. **IPEA, texto para discussão** nº 437, Rio de Janeiro, outubro, 1996.
- MARX, K. **O capital** - crítica da economia política. Vol. 1, Rio de Janeiro: Nova cultural, 1996.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 1, jan./jun., 2006, p. 41-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.
- MELO, M. A. **A evolução da legislação ambiental brasileira**. 2011. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6921>. Acesso em: 28 set. 2005.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NAREDO, J. M. **La economía en evolución**. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- NAREDO, J. M; VALERO, A. **Desarrollo económico y deterioro ecológico**. Madrid: Argéntaria, 1999.
- PEARCE, D.W; MARKANDYA, A. **Environmental policy benefits: monetary valuation**. Paris: OCDE, 1989.
- PEARCE, DAVID W. **Economía de los recursos naturales y del medio ambiente**. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.
- PEREIRA, S. A. Natureza e trabalho na lógica do capital: contradições sociais do desenvolvimento econômico e limites ambientais do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, n. 42, outubro de 2009.
- REDCLIFT, M. **Sustainable development. exploring contradictions**. London and New York: Routledge. 1987.
- TUGORES, Q. **Economía internacional: globalización e integración regional**. Madrid: McGraw-Hill, 1999.

referências

Limites do capital e direcionamento da política de ciência e tecnologia

Silvia Cristina Guimarães Ladeira

Assistente Social do INCA e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS) - Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: silvia_ladeira@yahoo.com.br

Resumo: O artigo tem por objeto de estudo a relação entre as exigências do capital para superar as dificuldades de valorização e o direcionamento da política de ciência e tecnologia na área da saúde no Brasil. Por meio da análise da política governamental para o setor produtivo, com ênfase na área de inovação em saúde, evidenciou-se a centralidade da participação do Estado para responder aos limites do capital, sendo dado enfoque à intervenção do BNDES. Destacamos o processo de centralização de capital, uma das principais requisições do modo de produção capitalista para reverter a fase de estagnação, presente nas diretrizes governamentais para a área em questão. Compreendemos que as políticas para desenvolvimento e inovação para o complexo da saúde move-se na direção estabelecida pela dinâmica capitalista atual, que pressupõe a formação de monopólios, articulada à financeirização do capital, com participação do Estado.

Palavras-chave: Ciência e Tecnologia. Saúde. BNDES. Centralização de Capital. Financeirização do Capital. Estado. Fundo Público.

Introdução

O presente artigo aborda os limites do capital relacionado às repercussões para a política de ciência e tecnologia em saúde. Para tanto, discutimos os pressupostos da acumulação capitalista no contexto do capitalismo tardio, as dificuldades de valorização do capital e as estratégias para superá-las, sendo destacadas as requisições ao Estado e ao fundo público, por meio da análise das políticas industrial e de ciência e tecnologia e o financiamento do BNDES.

A partir da perspectiva de totalidade, vinculada à teoria marxista, traçamos como caminho a análise das políticas industrial e de ciência e tecnologia voltada para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), bem como as diretrizes de financiamento do BNDES, por meio do programa Profarma, sendo possível destacar o processo de centralização de capital como uma das respostas aos limites do capital. As políticas de ciência e tecnologia na área da saúde



de, voltadas para o complexo econômico-industrial da saúde, movem-se na direção estabelecida pela dinâmica capitalista atual. As requisições do modo de produção capitalista, marcadas pela financeirização do capital articulada à formação de monopólios com a exigência da participação do Estado por meio de abertura econômica, de incentivos e aplicação de recursos do fundo público, são identificadas nas referidas políticas e no CEIS. A mercantilização da saúde, portanto, consolida-se como tendência à estratégia de valorização do capital, fato que compromete as possibilidades de direcionamento das políticas de acordo com as necessidades sociais. Desse modo, enfatiza-se a centralidade do fortalecimento da organização e lutas populares para a disputa das prioridades estabelecidas pelo Estado.

Limites e requisições do capital

Partirmos da caracterização do momento atual do capitalismo, capitalismo tardio, para discutirmos

as estratégias de enfrentamento da crise do capital. “Capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capital monopolista” (MANDEL, 1982, p. 5). Trata-se da dinâmica de uma sociedade em permanente instabilidade, que requer transformações em seu modo de produção, no entanto, sem alterar a contradição entre capital e trabalho e as desigualdades decorrentes, que lhes são inerentes.

Para superação das dificuldades de valorização de capital, uma das questões imprescindíveis é o movimento de centralização, esse, entendido como “concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes” (MARX, 2011, p. 729). A centralização de capital torna-se decisiva na concorrência entre os próprios capitalistas, numa tendência à formação de monopólio nos diferentes setores da economia.

A centralização, por meio das fusões e aquisições,

determina a viabilidade de inserção nas relações de produção capitalistas atuais. A centralidade dos monopólios nacionais é justificada tanto pelas vantagens comerciais internas, quanto pela possibilidade de maior poder de negociação perante gigantes monopolistas. O impulso às fusões decorre dentre outros motivos,

Do peso dos custos fixos (especialmente sob a forma de despesas elevadas de P&D) [...] [assim como de] vantagens de poder aprovisionar, à escala mundial, insumos essenciais [...] [e de] penetrar em outros mercados (CHESNAIS, 1996, p. 64).

Dessa forma, o estímulo às fusões e aquisições apresenta relação direta com as barreiras criadas pelos oligopólios, em um nítido movimento de adaptação às regras de lógica de acumulação capitalista.

O investimento em ciência e tecnologia também está inserido nesse processo, demanda grande volume de capital, com repercussão no movimento de centralização da economia. Essa possui relação intrínseca com a possibilidade de oferta de crédito, por meio do qual é viabilizado o acúmulo necessário

Os custos crescentes com mudanças estruturais no processo de produção capitalista são, por meio da participação do fundo público, minorados para o grande capital. Todavia, a redução dos riscos para o capital repercute, necessariamente, no aumento das perdas para a classe trabalhadora. A disputa travada pela ampliação e pela distribuição do fundo público tem representado a apropriação privada de parte cada vez maior dos capitais excedentes e necessários.

de capital para executar transações naquela direção. A disponibilidade de crédito acentua a participação do capital financeiro no sistema produtivo, numa articulação cada vez maior entre capital bancário e industrial.

Da mesma forma, a demanda pela oferta de crédito pressiona a intervenção do Estado em favor de políticas que assegurem ganhos financeiros. A sustentação da lógica capitalista requer a iniciativa de políticas públicas, em distintas áreas, a exemplo da política de ciência e tecnologia, que impulsionem a

acumulação. A função de crédito não se caracteriza como único interposto do Estado, entretanto, assume importância diante das limitações do capital e incide decisivamente no fundo público. A participação do fundo público torna clara a disputa entre capital e trabalho por sua destinação final, uma vez que representa a retenção de parte de capitais excedentes e necessários.

O enfrentamento das crises capitalistas vislumbra no fundo público a superação de obstáculos para realização de valor. Assim como outros mecanismos, a intervenção do fundo público contribui para a diminuição do tempo de rotação de capital, na medida em que acelera o processo de reprodução capitalista. Dessa forma, no “capitalismo monopolista [...]”, o fundo público passou a se constituir como um elemento nem *ex ante* nem *ex post* do processo de produção e reprodução capitalista [...], mas um componente *in flux*” (BEHRING, 2010, p. 22). Essa leitura evidencia a centralidade do fundo público para a dinâmica capitalista, visto que “atua constituindo ‘causas contrariantes’ à queda tendencial da taxa de lucros [...], intensificando e mediando os ritmos do metabolismo do capital” (BEHRING, 2010, p. 21).

No contexto do aumento da composição orgânica do capital e da diferenciação de produtividade, a aplicação de grandes quantias de capitais para investimentos em setores de tecnologia e inovação exige contrapartidas dos Estados para tornar-se viável. A busca de superlucros (MANDEL, 1982), por meio de revoluções no capital fixo, implica em riscos até a consolidação das novas tecnologias, sendo o fundo público disputado para concessão de garantias.

Os custos crescentes com mudanças estruturais no processo de produção capitalista são, por meio da participação do fundo público, minorados para o grande capital. Todavia, a redução dos riscos para o capital repercute, necessariamente, no aumento das perdas para a classe trabalhadora. A disputa travada pela ampliação e pela distribuição do fundo público tem representado a apropriação privada de parte cada vez maior dos capitais excedentes e necessários. Sendo importante ratificar que “a necessidade do crescimento do fundo público [...] evidencia um esgotamento de uma suposta autorreprodução automática do capital” (BEHRING, 2008a, p. 55).

Política de desenvolvimento

O período referente aos dois mandatos do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) e à gestão de Dilma (2011-2014) é comemorado e representado por uma conjuntura desenvolvimentista. A caracterização ocorre a partir da comparação com os anos em que o país esteve governado por FHC (1995-1998 e 1999-2002). A análise presente no texto das políticas governamentais identifica a gestão FHC como representativa de políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que define as políticas adotadas na gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) como pós-neoliberais.

Rezende (2013) ainda enfatiza que não havia, para o setor de ciência e tecnologia, uma “política de desenvolvimento consistente, não contemplavam a pesquisa básica nem importantes setores do conhecimento [...]” (REZENDE, 2013, p. 265). Já o cenário para o segmento da Ciência, Tecnologia & Inovação (C,T&I), após os governos do PT, é considerado completamente modificado. O mesmo autor define que “as questões de C,T&I ganharam centralidade, o que possibilitou o desenvolvimento e a implantação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI) [...] através da subvenção econômica e do aumento dos recursos federais para investimento em C,T&I (MATTOSE, 2013, p. 266).

Identifica ainda os avanços obtidos com a criação do PACTI (Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional), a articulação desse com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o programa Mais Saúde. Do mesmo modo, com as subvenções econômicas e os incentivos fiscais assegurados por meio da Lei da Inovação e da Lei do Bem, Rezende (2013).

Em que pesem as tentativas de justificar a caracterização da gestão Lula-Dilma como representante de um novo projeto desenvolvimentista, a discussão da política econômica evidencia as contradições presentes nesse discurso. A manutenção dos pressupostos da política macroeconômica contrapõe o discurso do novo desenvolvimentismo e da superação do neoliberalismo.

Gonçalves (2012) faz um contraponto entre as políticas neoliberal, novo-desenvolvimentista e nacional-desenvolvimentista, importante para com-

prendermos as propostas político-econômicas da gestão iniciada pelo governo Lula. Com perspectiva diferente, o nacional-desenvolvimentista pressupõe “política comercial protecionista, [...] investimento estatal nos setores básicos, preferência revelada pelo capital privado nacional e subordinação da política de estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento” (GONÇALVES, 2012, p. 652). Em relação ao novo desenvolvimentismo, apresenta-se como crítica ao Consenso de Washington [...]. A diretriz estratégica básica do novo desenvolvimentismo é o crescimento econômico com menor desigualdade (ibidem, p. 656).

Ainda que os governos Lula e Dilma tentem diferenciar-se da política neoliberal, assim como da gestão anterior, identificada como representante do neoliberalismo, as medidas adotadas convergem com aquelas também orientadas pelo Consenso de Washington. *Liberalização e Desregulamentação* divergem frontalmente das estratégias de fortalecimento da economia

Ainda que os governos Lula e Dilma tentem diferenciar-se da política neoliberal, assim como da gestão anterior, identificada como representante do neoliberalismo, as medidas adotadas convergem com aquelas também orientadas pelo Consenso de Washington. *Liberalização e Desregulamentação* divergem frontalmente das estratégias de fortalecimento da economia e do capital nacionais. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo impõe limites à presença do capital estrangeiro na economia, o neoliberalismo estimula e relaciona o mesmo ao crescimento da economia.

e do capital nacionais. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo impõe limites à presença do capital estrangeiro na economia, o neoliberalismo estimula e relaciona o mesmo ao crescimento da economia.

Desse modo, ao discutirmos a política de desenvolvimento nos três mandatos de gestores do PT, consideramos tais aspectos centrais para avaliarmos propostas de modernização. Os apontamentos feitos ratificam a necessidade de confrontar modernização com autonomia nacional, com atendimento às necessidades sociais e ao enfrentamento à desigualdade social.

O complexo da saúde na política de desenvolvimento

A discussão da saúde como determinante para o crescimento econômico, por meio do desenvolvimento tecnológico e incremento na área de pesquisas e inovação é priorizada ao longo dos anos 2000. Por meio de políticas de desenvolvimento industrial, como a PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), 2003, e a PDP, 2008, bem como a PNCTI&S (Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde), 2008, e o Mais Saúde, 2008, reconhece-se a pertinência e necessidade da articulação entre políticas setoriais para maior dinamismo econômico.

Dessa forma, o governo parte da “abordagem que envolva [...] a inovação como fator propulsor do capitalismo e o processo político, social e institucional em que está inserida [...], concentrando-se no processo de transformação da estrutura produtiva centrada na introdução de inovações” (GADELHA; ROMERO, 2007, p. 317).

A inovação, entendida como elemento decisivo para o desenvolvimento econômico, com vistas à maior inserção no comércio internacional, é relacionada ao sistema produtivo da saúde. Esse compreendido como um dos setores produtivos estratégicos para a reorientação da posição ocupada pelo país nas trocas internacionais, para que sobressaia-se a produção de conhecimento, com vistas ao crescimento de pesquisas e produtos e processos inovadores.

A inovação, entendida como elemento decisivo para o desenvolvimento econômico, com vistas à maior inserção no comércio internacional, é relacionada ao sistema produtivo da saúde. Esse compreendido como um dos setores produtivos estratégicos para a reorientação da posição ocupada pelo país nas trocas internacionais, para que sobressaia-se a produção de conhecimento, com vistas ao crescimento de pesquisas e produtos e processos inovadores (GADELHA; ROMERO, 2007).

A referência ao sistema produtivo da saúde remete-se a um complexo articulado de diferentes áreas.

as. O conceito presente na política governamental reflete um

Espectro amplo de atividades industriais: um conjunto de setores que, liderados pela indústria farmacêutica, adotam paradigmas de base química e biotecnológica; e outro conjunto conformado pelas indústrias de equipamentos e materiais, cujas inovações se baseiam em paradigmas de base mecânica, eletrônica e de materiais. A produção de todos esses segmentos industriais conflui para mercados fortemente articulados que caracterizam a prestação de serviços de saúde, hospitalares, ambulatoriais e de diagnóstico e tratamento, condicionando a dinâmica competitiva e tecnológica do CEIS (GADELHA *et al.*, 2012, p. 18).

Descrito acima o conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), que envolve indústrias farmacêuticas e de equipamentos e prestadores de serviço, aponta estreita relação entre os distintos segmentos na conformação do CEIS. A caracterização do referido complexo decorre das “relações de interdependência entre as diversas atividades econômicas” (GADELHA *et al.*, 2012, p. 12). A perspectiva presente na política governamental no início dos anos 2000 foi modificada para abranger os três setores destacados, a partir da mudança de conceito que a direciona.

Como sistema produtivo caracterizado pela crescente demanda por aprimoramentos tecnológicos, amplia-se a produção de novos produtos e processos, a serem incorporados aos mercados em menor tempo. Observa-se o alinhamento entre as transformações ocorridas na área da economia da saúde e as requisições do capital.

O processo de centralização de capital é acompanhado pelas transações de fusões e aquisições que se acentuam em cada setor produtivo do CEIS e entre os mesmos. Resultam dessa dinâmica processos de horizontalização e verticalização, com o objetivo de maior lucratividade e produtividade. Tanto os segmentos das indústrias farmacêuticas quanto das indústrias de equipamentos e materiais e os prestadores de serviço têm sido marcados pela crescente formação de oligopólios, em consonância com a tendência mundial para economia, bem como especificamente para a produção na área da saúde (LADEIRA, 2014).

A consolidação e ampliação da mercantilização da saúde mostram-se decisivas para o processo de valorização de capital, a considerar o potencial de crescimento desse setor na economia brasileira. No contexto da mundialização do capital, o potencial do mercado brasileiro atrai investimentos estrangeiros em busca de lucratividade.

Política de desenvolvimento e o BNDES

Na análise de Tavares *et al* (2010) e Curralero (1998), coube ao BNDES historicamente estimular fusões e capitalização de empresas nacionais. O desenvolvimento capitalista brasileiro direcionou-se, nitidamente, atrelado à lógica da dinâmica capitalista, marcada pela centralização e pela financeirização do capital. O BNDESPAR, subsidiária do BNDES, criada justamente para apoiar o processo de capitalização de empresas nacionais, implicou “na participação direta do capital de risco das empresas privadas” (CURRALERO, 1998, p. 44). Os investimentos direcionados pelo referido banco de investimento não implicaram, necessariamente, em compromisso com um projeto de nação, todavia, é possível afirmar que contribuiu para favorecer a iniciativa privada, não apenas nacional, mas também estrangeira (TAVARES *et al.*, 2010). Essa parece-nos ser a questão fundamental para o debate sobre política de desenvolvimento, o objetivo principal da mesma, qual seja de atendimento às necessidades da coletividade ou de privilegiamento aos setores dominantes.

A eleição do governo Lula retoma a trajetória anterior à década de 1990, de proposição de política desenvolvimentista, com a presença do Estado na promoção e indução da industrialização no país, na perspectiva, segundo expressa, de um projeto de nação.

Políticas para indústria foram elaboradas durante as duas gestões, PITCE (2003) e PDP (2008). Em ambas, a área da saúde é entendida como um setor produtivo estratégico para o desenvolvimento do país, de modo que é formulada a PNCT&I/S. Nesse contexto, entendemos a importância do papel requerido ao BNDES como parte da proposta do governo para a área da saúde, que expressa seu projeto político.

No final de 2003, o governo elaborou a PITCE. Por meio desta, o governo almeja retomar a estratégia de desenvolvimento, com enfoque para o aprimoramento tecnológico, a modernização da produção e o investimento na inovação, tendo em vista a consolidação nacional e a ampliação da competitividade externa. Como parte da análise macro, expressa na PITCE, reafirmou-se o compromisso com os parâmetros que definiram a política econômica na década de 1990, a exemplo do risco Brasil e da estabilização da economia. Essa escolha repercutiu na continuidade das políticas macroeconômicas do governo anterior, pautadas pelo superávit primário, pela contenção orçamentária, pela priorização do pagamento da dívida, pelos juros altos e mesmo pelas privatizações que tiveram continuidade. Essa é uma questão central, a viabilidade de um projeto desenvolvimentista em meio a um cenário político de restrições e impedimentos ao desenvolvimento.

Para a retomada dos investimentos no setor industrial, essencial para que os objetivos definidos fossem alcançados, a política em questão define como medidas indispensáveis “aprimorar os marcos regulatórios dos setores de infraestrutura [...], medidas para isonomia competitiva, como [...] desoneração das exportações [...], redução do custo do crédito [...] e ações para redução do custo do investimento”.

Para a retomada dos investimentos no setor industrial, essencial para que os objetivos definidos fossem alcançados, a política em questão define como medidas indispensáveis “aprimorar os marcos regulatórios dos setores de infraestrutura [...], medidas para isonomia competitiva, como [...] desoneração das exportações [...], redução do custo do crédito [...] e ações para redução do custo do investimento” (BRASIL, 2003, p. 2).

Para tanto, compreende a centralidade da participação do Estado nesse projeto, por envolver planejamento de longo prazo, a ser viabilizado pelo poder público. A estratégia que articula a presença de empresas multinacionais e a interferência do Estado coaduna com as tentativas de saída da crise capitalista. Definidas mundialmente, foram e são implementa-

das em acordo com os setores dominantes internos.

Dentre os segmentos priorizados pelo governo estão enquadrados o setor de fármacos e medicamentos. A articulação presente na dinâmica do setor de saúde, entre indústria farmacêutica, prestadores de serviço e, posteriormente, também incorporada a indústria de equipamentos, associada à garantia de compra do poder público, definem a saúde como setor estratégico para o crescimento econômico. Já na PITCE está indicada a articulação entre política industrial, de inovação e a política de saúde, retomada nas políticas “desenvolvimentistas” seguintes.

O contexto que justifica e estimula o investimento no setor também está relacionado ao expressivo aumento das despesas com importação de fármacos e medicamentos ao longo da década de 1990. O comprometimento da balança comercial e a dependência externa definiram estratégias específicas para a área, que envolvem “internalização de atividades de P&D, estímulo à produção doméstica de fármacos e medicamentos [...], fortalecimento do programa de genéricos [...] e estímulo aos laboratórios públicos”

O contexto que justifica e estimula o investimento no setor também está relacionado ao expressivo aumento das despesas com importação de fármacos e medicamentos ao longo da década de 1990. O comprometimento da balança comercial e a dependência externa definiram estratégias específicas para a área, que envolvem “internalização de atividades de P&D, estímulo à produção doméstica de fármacos e medicamentos [...], fortalecimento do programa de genéricos [...] e estímulo aos laboratórios públicos”.

(BRASIL, 2003, p. 20). Tais objetivos representam os desafios enfrentados pela economia do país diante dos baixos investimentos internos em inovação, associada às ações das multinacionais que priorizam a produção nas filiais e a inovação nas matrizes.

Duas leis aprovadas no curso da PITCE fazem parte das iniciativas de diminuir os custos: Lei do Bem (Lei 11.196) e Lei da Inovação (Lei 10.973). A Lei do Bem “introduz uma ruptura essencial: os benefícios têm usufruto automático. Não é preciso submeter projeto, nem pedir sua aprovação, não exi-

ge autorização prévia. Basta lançar os dispêndios em P&D” (SALERNO; DAHER, 2006, p. 14).

A busca de superação dos entraves ainda permanece após a vigência da PITCE (GUERRIERO, 2012) ratifica a continuidade da política “desenvolvimentista” com a apresentação da PDP, em 2008. Reitera-se a avaliação do governo relativa aos investimentos em pesquisa e inovação no Brasil, que traça um cenário de parques investimentos, principalmente referente à iniciativa privada (BRASIL, 2003). Dessa forma, a política governamental persiste na pretensão de aumentar a capacidade de inovação das empresas brasileiras. A proposição da PDP pretende, ainda, superar lacunas existentes na PITCE, justificadas pelo longo período de ausência de políticas desenvolvimentistas no país. Reafirma-se, portanto, a necessidade de ampliar as iniciativas em inovação para que aumente o valor agregado dos produtos.

O PDP destaca-se em relação à PITCE, haja vista a consistência das ações propostas. A referida política é construída a partir da definição do objetivo central, qual seja, de dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão. Para alcance do mesmo são propostos quatro Desafios e quatro Macrometas, que serão detalhados em Programas Específicos. Entre esses, destacamos os Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas, em que estão localizadas as medidas previstas para o Complexo Industrial da Saúde, dentre outros setores elencados.

Em relação ao objetivo para área, mantém-se a proposta de “consolidar no Brasil uma indústria competitiva na produção [...] e dominar o conhecimento científico-tecnológico em áreas estratégicas” (BRASIL, 2008, p. 2). A análise para efetividade da política também é mantida na PDP e diz respeito, dentre outras, ao incentivo à formação de grandes empresas brasileiras, tendo em vista a exigência de corporações de grande porte para empreendimentos que exijam vultosos investimentos tecnológicos, com potencial de competitividade internacional. A articulação com a iniciativa privada e a definição de incentivos são pressupostos para assegurar o objetivo da política, de sustentabilidade do crescimento econômico. Aqueles últimos são decisivos, uma vez que há o entendimento de que para tamanho empreendimento é imprescindível a participação do Estado,

para diminuição dos custos e dos riscos de planejamentos de longo prazo, como demandam os investimentos em P&D.

Dentre os cinco objetivos estratégicos definidos no PDP, é notório o predomínio de incremento tecnológico para ampliar a competitividade internacional da produção brasileira, sendo apenas um deles referente à prestação de serviço à população, “ampliar acesso da população a bens e serviços básicos para a qualidade de vida” (BRASIL, 2008, p. 23).

Em relação ao financiamento, reafirma-se a importância do BNDES, sendo definido maior aporte de crédito a ser liberado pelo órgão, bem como diminuição do *spread*¹ médio do BNDES. Somam-se, ainda, os incentivos fiscais, sendo realizadas mudanças na legislação tributária, que favorecem significativamente o setor privado.

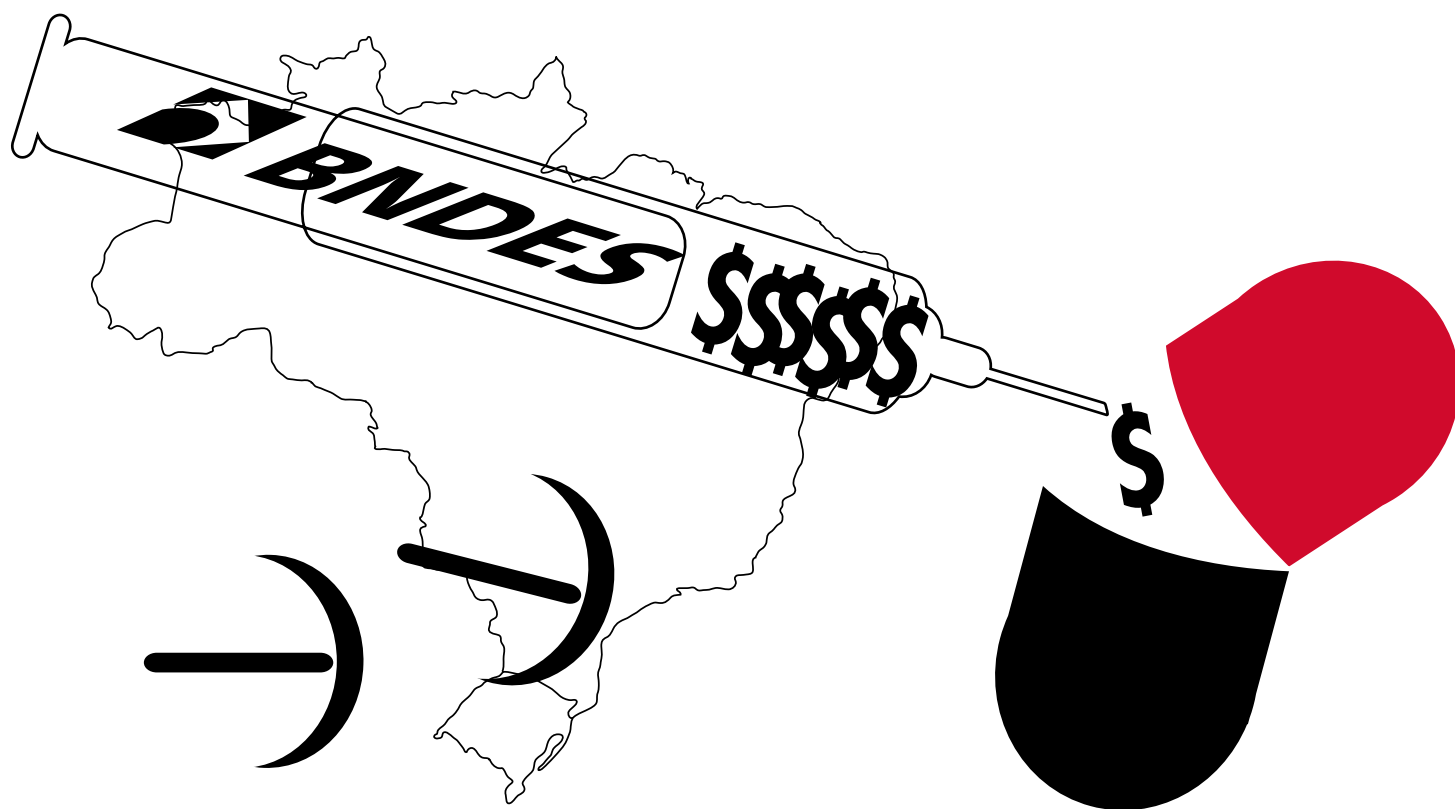
Outra pretensão da PDP é a articulação com o programa Mais Saúde e com a PNCT&I/S, dentre outros. O Programa Mais Saúde, formulado para o período de 2008 a 2011, de acordo com os objetivos definidos no mesmo, pressupõe o alcance da consolidação do SUS a partir da compreensão da saúde em suas dimensões social e econômica. Dessa forma, o Mais Saúde considera saúde como estratégia de crescimento econômico, a considerar a movimentação de

expressivos recursos para atividades produtivas da área. E endossa a centralidade do complexo da saúde para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2008a).

Nesse contexto, ocorre a realização da II Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, realizada em 2004, dez anos após a primeira. A partir da conferência, foram definidas diretrizes para a PNCT&I/S que a impulsionassem de modo a reverter a dependência nacional em relação à tecnologia da saúde. O fortalecimento das empresas nacionais é um dos principais objetivos da política em questão, entretanto, não é excluída a relação com empresas estrangeiras. Enfatizamos, porém, conforme apontado anteriormente, levantamentos que identificam que aquelas pouco investem em pesquisas no país, tendo em vista o desenvolvimento de tecnologia que já possuem em suas matrizes (Chesnais, 1996).

Articulada ao baixo investimento de empresas privadas em P&D está a relação feita pela PNCT&I/S entre gastos das empresas com tecnologia e marketing, sendo apontados que os mesmos funcionam “mais como estratégia de marketing do que para o desenvolvimento ou transferência de tecnologia” (BRASIL, 2004, p. 12).

A tendência à concentração de capital também é destacada nessa política, como projeção a ser alcan-



çada na perspectiva do que já está consolidado no mercado mundial, a exemplo dos “imensos conglomerados multinacionais que competem/repartem o mercado mundial de medicamentos e também de vacinas” (GUIMARÃES, 2004, p. 386). Chama-nos atenção a sugestiva conciliação de interesses de capitais nacionais e estrangeiros desenhados pela intervenção do Estado.

A participação do Estado é mais uma vez reafirmada para o desenvolvimento das ações de P&D no país. Diante do cenário até aqui discutido, de lacunas e dificuldades crescentes após a década de 1990, reivindica-se a intervenção do Estado. Assim como outras políticas aprovadas nos anos 2000, também a PNCT&I/S reivindica o marco regulatório do Estado, bem como incentivos fiscais, subsídios e o uso do poder de compra do Estado para impulsionar o crescimento do setor.

A viabilidade para a proposta de desenvolvimento articulada à política de saúde, industrial e de ciência e tecnologia também requisita o financiamento do BNDES, principal agente de fomento das políticas

A viabilidade para a proposta de desenvolvimento articulada à política de saúde, industrial e de ciência e tecnologia também requisita o financiamento do BNDES, principal agente de fomento das políticas “desenvolvimentistas”. Por meio do PROFARMA, o complexo econômico-industrial da saúde passa a ter prioridade no financiamento do referido órgão.

“desenvolvimentistas”. Por meio do PROFARMA, o complexo econômico-industrial da saúde passa a ter prioridade no financiamento do referido órgão.

No primeiro momento, o PROFARMA I (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica), 2004-2007, destinou-se ao fortalecimento da cadeia produtiva farmacêutica, conforme indicação de setor estratégico definido pela PNTCE. Sendo assim, os objetivos definidos e publicados no *site* do BNDES foram: incentivar o aumento da produção de medicamentos e seus insumos no país; melhorar os padrões de qualidade dos medicamentos produzidos, adequando-os às exigências da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); contri-

buir para a redução do déficit comercial da cadeia produtiva; e estimular a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, com perspectivas de aproveitamento dos recursos da biodiversidade e criação de condições para a obtenção de novas moléculas.

Os investimentos, destinados a empresas sediadas no Brasil, foram organizados em três subprogramas: Investimentos Associados à Produção; Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento; e Fortalecimento das Empresas de Controle Nacional. Em relação aos dois primeiros, o BNDES comprometeu-se com até 90% dos itens financiáveis, com prazo de carência e amortização de até 10 anos. O terceiro subprograma destinou-se ao incentivo às aquisições e fusões de empresas, com o objetivo de “criação de empresas de controle nacional de maior porte e/ou mais verticalizadas, com financiamento e subscrição de valores mobiliários de até 75% do valor do projeto, com prazo de até 10 anos” (BNDES, 2004).

No final de 2007, o PROFARMA foi ampliado até dezembro de 2012, com algumas importantes modificações em sua proposta para adequar-se às mudanças também ocorridas na política industrial. Essa versão ampliou as potencialidades do setor produtivo de saúde, uma vez que antes eram priorizados apenas os segmentos farmacêuticos. De tal modo que o PROFARMA II (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde), 2008-2012, incluiu os segmentos de equipamentos médicos, materiais, reagentes e dispositivos para diagnóstico, hemoderivados, imunobiológicos, intermediários químicos e extratos vegetais para fins terapêuticos, princípios ativos farmacêuticos e medicamentos para uso humano.

O nome do programa foi mudado e incluíram-se nele dois subprogramas, sendo alteradas as nomenclaturas dos já existentes, sem alteração dos objetivos dos mesmos. Criou-se o Profarma Exportação e o Profarma Produtores Públicos, que incluiu os laboratórios públicos produtores de medicamentos, vacinas, hemoderivados e reagentes e dispositivos para diagnóstico. Com relação aos três subprogramas já existentes, denominou-os: Profarma-Produção, Profarma-Inovação e Profarma-Reestruturação.

As condições de financiamento também foram

ampliadas em relação à política anterior, de modo que, com o Profarma-Produção, “os custos do financiamento foram reduzidos: o *spread* caiu de 3% ao ano para 1,5% ao ano para grandes empresas e o prazo de amortização aumentou para até 10 anos, com carência de até três anos” (BNDES..., 2007). Em relação ao Profarma-Inovação, houve

Aumento do limite de participação máxima do BNDES de 90% para 100% dos itens financiáveis e a possibilidade de dispensa de constituição de garantias reais para operações de até R\$ 10 milhões. O prazo de amortização será de 15 anos, com carência máxima de cinco anos (BNDES..., 2007).

Quanto ao Profarma Produtores Públicos, uma das novidades propostas foi que “poderão ser utilizados recursos não-reembolsáveis. O apoio do BNDES será limitado a 80% dos itens financiáveis e a contrapartida deverá, necessariamente, ser aportada pelo Ministério da Saúde, secretarias estaduais ou municipais” (BNDES..., 2007).

Os investimentos no setor público, um diferencial na proposta do BNDES de financiamento do segmento produtivo privado da saúde, precisam ser analisados no contexto da política de modernização da gestão do Ministério da Saúde. Assim como os hospitais universitários e federais, também os laboratórios públicos são alvos de debates para aprovação de novos modelos jurídicos, a exemplo do Conglomerado FIOCRUZ e da Empresa Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde Biomanguiños, que teve aprovado em Congresso Interno, em 2012, a criação de grupo de trabalho para criação de subsidiárias.

Em 2013, foi prorrogado até 2017 o PROFARMA III, 2013-2017, sendo criado o subprograma Profarma - Biotecnologia, que “tem por objetivo apoiar investimentos voltados para a construção de competitividade local em pesquisa, desenvolvimento e produção de produtos para a saúde humana, com base em biotecnologia moderna” (PAZ, 2013). Atualmente, compõem o PROFARMA, com esse último, os subprogramas de Produção e de Inovação. As despesas com a incorporação, fusão ou aquisição de empresas encontram-se no subprograma de Produção.

Por dentro do BNDES: centralização de capital e impulso à inovação tecnológica na saúde

O objetivo do governo de incremento tecnológico na área da saúde materializa-se, dentre outros, na destinação de recursos por meio do financiamento do BNDES. Decisão que entendemos estar vinculada à participação do Estado no processo de centralização de capital como estratégia de superação das dificuldades de valorização de capital. Por meio do Relatório do BNDES, referente aos contratos do Profarma, foi possível identificar o processo de centralização e a interferência de políticas governamentais para a consolidação de fusões e aquisições nos setores estratégicos para a política de ciência e tecnologia na área da saúde.

Os investimentos do PROFARMA/BNDES foram analisados por meio de dados fornecidos pelo BNDES, referentes ao relatório de contratações do Profarma I, II e III, com posição consolidada até 24/06/14. Solicitamos os dados referentes às contratações das operações diretas², realizadas no âmbito do Profarma I, II e III, assim como a classificação das empresas por porte³, de acordo com definição do próprio BNDES.

Observamos, nos dados apresentados pelo BNDES (2014), a prioridade assumida pela indústria farmacêutica no Profarma, ainda que haja a perspectiva de estimular o desenvolvimento do setor produtivo da saúde em sua complexidade. Os objetivos do gover-



no que envolvem a diminuição do déficit comercial e a primazia de inovações tecnológicas na geração de medicamentos, vacinas e insumos são evidenciados ao analisarmos a distribuição de recursos.

O impulso para a criação de superfarmacêuticas brasileiras reflete o predomínio das grandes indústrias de capital nacional desse setor no conjunto de financiamento do BNDES, por meio do Profarma I, II e III. A proposta de criação de indústrias brasileiras, em condições de competição com multinacionais farmacêuticas, demanda grande volume de recursos aplicados para o fortalecimento, bem como introdução de padrões exigidos mundialmente. Os mesmos, no entanto, não apresentam garantia de efetividade quanto às metas de competitividade e independência externas.

No período de 2004-2014 (jun), foram realizados 46 contratos entre empresas e o BNDES, no âmbito do referido programa, sendo 28 negociações envolvendo indústrias farmacêuticas. Do total das operações, 24 foram destinadas às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e 22 negociações, às grandes e média-grandes.

A presença expressiva de micro, pequenas e médias empresas no programa de financiamento do BNDES para a saúde é limitada pelo quantitativo de recursos recebidos pelas mesmas. A prioridade é assumida pelas grandes e média-grandes empresas, como demonstram os números. Esses expressam a política de desenvolvimento do país, uma vez que sinaliza a centralidade do grande capital para a política governamental.

Ao verificarmos, porém, o volume de recursos destinados pelo referido banco de desenvolvimento às duas distinções apresentadas de porte de cada empresa, observamos a inversão do percentual anterior. As empresas de grande e médio-grande porte tiveram financiamento superior ao das MPME, com expressiva diferença percentual entre as mesmas. Enquanto as empresas de grande e médio-grande porte receberam 94,42% dos recursos do Profarma, para as MPME houve o investimento de 5,58% do total de recursos.

A presença expressiva de micro, pequenas e médias empresas no programa de financiamento do

BNDES para a saúde é limitada pelo quantitativo de recursos recebidos pelas mesmas. A prioridade é assumida pelas grandes e média-grandes empresas, como demonstram os números. Esses expressam a política de desenvolvimento do país, uma vez que sinalizam a centralidade do grande capital para a política governamental. Dentre as metas do BNDES, explicita-se a realização de fusões e aquisições no setor da saúde, a partir do entendimento das vantagens competitivas das grandes empresas. “O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios” (NETTO, 2005, p. 25). O Estado brasileiro participa do processo de acumulação capitalista e não apenas apoia, mas estimula a monopolização do capital, a partir de diretrizes governamentais.

Do total de 46 contratos do PROFARMA I, II e III, somente de capital nacional, notória é a representação das grandes empresas farmacêuticas em relação à totalidade do financiamento em questão. Seus 11 contratos são responsáveis por 56,34% dos recursos disponibilizados pelo BNDES no período discutido. Dentre esses contratos, é importante destacar que 5 empresas constituem atualmente as duas superfarmacêuticas brasileiras. Três contratos envolvem as farmacêuticas Hypermarchas, EMS e Aché, que, juntamente com a União Química, compõem a *joint venture* Bionovis. Enquanto dois contratos abrangem a Eurofarma e a Biolab, que, juntas, criaram a superfarmacêutica Orygen. Outros quatro contratos referem-se a farmacêuticas que foram vendidas às anteriormente citadas, posteriormente aos contratos estabelecidos por meio do Profarma.

O percentual destacado acima é acentuado ao incorporarmos o contrato estabelecido pelo Profarma com a indústria farmacêutica suíça Novartis. O mesmo representa 27,38% do total destinado no Profarma I e II. Esse valor equipara-se a quase metade das 11 operações mencionadas anteriormente, relativas às empresas de capital nacional, exclusivamente. Ao acrescentarmos a transação com a Novartis às 11 destacadas antes, a concentração dos investimentos do Profarma atinge 83,72%, referente a 12 dos 46 contratos firmados.

De acordo com critérios do BNDES, indústrias de capital estrangeiro podem ser beneficiadas pelos pro-

gramas do órgão a partir da instalação de fábricas no país, ainda que os centros de pesquisa e desenvolvimento sejam mantidos na matriz. As multinacionais, além da intensificar as transações entre filial e matriz, com importação das inovações produzidas externamente, beneficiam-se dos contratos vantajosos com o banco de desenvolvimento público. Até 2010, 11% dos valores investidos pelo Profarma haviam sido destinados ao capital estrangeiro (FILHO; CAPANEMA, 2010), sendo ampliado para 27,38% até junho de 2014, evidência de que não há objeção ao capital estrangeiro por parte do governo.

O financiamento de uma empresa multinacional está previsto nas diretrizes do Profarma, porém, mostra-se incoerente com a estratégia definida pelo BNDES de fortalecimento das indústrias farmacêuticas nacionais. Há que se considerar as vantagens dos investimentos decorrentes dos contratos firmados com o BNDES, em relação aos praticados no mercado. Os benefícios presentes na concessão de crédito feito pelo BNDES são vinculados aos riscos e contrapartidas assumidos pelo governo, como parte do incentivo desse à política “desenvolvimentista” nacional, sendo imprescindível distinguirmos projetos nacionais de projetos nacionalistas.

Considerações finais

Ao ter lugar de destaque no projeto de desenvolvimento, o complexo da saúde articula as políticas de saúde, industrial e de ciência e tecnologia, sendo observado o discurso único nas mesmas. São tidos como centrais o incremento tecnológico e a centralização de capital, para que seja viabilizada a revolução no modo de produção na área da saúde, que repercute para o desenvolvimento da economia e da saúde. As políticas construídas ratificam a perspectiva que restringe o desenvolvimento à industrialização e à redução da pobreza. A autonomia nacional, o enfrentamento da desigualdade social, a construção de princípios do projeto vinculado à política nacional-desenvolvimentista não são enfrentados, uma vez que o comprometimento do Estado é com a garantia da valorização do capital.

Diante das dificuldades de valorização do capital,

a política de ciência e tecnologia em saúde assume potencial espaço de geração de valor. A mercantilização da área da saúde acompanha os limites enfrentados pelo capitalismo, assim como as alternativas encontradas para a superação de crises estruturais, inerentes a esse modo de produção. A transformação na composição orgânica do capital, com vistas ao alcance de níveis diferenciais de produtividade, encontra no Complexo Econômico-Industrial da Saúde terreno fértil para a consolidação de superlucros.

Ainda que o objetivo central apresentado seja de crescimento tecnológico do complexo produtivo da saúde nacional, com impacto para a redução da dependência externa e do déficit comercial nesse setor, o favorecimento ao grande capital nacional ratifica o compromisso com as requisições do capital. A opção pelas grandes empresas e pela formação das mesmas, a partir do incentivo às fusões e aquisições, repercute diretamente na viabilidade de desenvolvimento do potencial inovador de médias empresas.

Importante, portanto, destacar a centralidade da diferença entre projetos de desenvolvimento e de modernização e dos riscos de “reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social [...]” (SAMPAIO JR, 2012, p. 677).

Há que se enfatizar a importância da presença do Estado no processo de centralização de capital na área de ciência e tecnologia da saúde, seja por meio do financiamento direto, seja por subvenções econômicas, desonerações, garantia de compras públicas, parcerias público-privadas ou acordos orientados por normatizações externas. Intervenções do Estado que pressupõem e comprometem o fundo público, “pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital” (BEHRING, 2008, p. 46). **US**

notas

1. “*Spread* é o termo bancário que designa a margem de lucro como percentual do valor de principal emprestado” (PIRES, 1997, p. 37).

2. Operações diretas são as realizadas diretamente com o BNDES. Operações indiretas são intermediadas por instituições financeiras credenciadas, quando o BNDES não possui agências no município.

3. De acordo com informação presente no site do BNDES, classificação de porte de empresa adotada pelo banco e aplicável a todos os setores, Microempresa refere-se àquelas com receita bruta anual menor ou igual a R\$ 2,4 milhões; Pequena empresa, maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões; Média empresa, maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões; Média-grande empresa, maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões; e Grande empresa, maior que R\$ 300 milhões.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório PROFARMA**. Rio de Janeiro, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, I. et al. **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008a. p. 44-63.

_____. Crise do Capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Capitalismo em crise**: Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.

BNDES renova o Profarma com prazo de vigência até 2012 e orçamento de R\$ 3 bilhões. **BNDES**, Rio de Janeiro, 18 out. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20071018_not241_07.html>. Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. **Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2003.

_____. II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

_____. **Política de desenvolvimento produtivo**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008.

_____. **Mais Saúde**: Direito de Todos - 2008-2011. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008a.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

referências

- CURRALERO, C. R. B. **Atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomentos no período de 1952 a 1996**. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1998.
- FILHO, P. L. P.; CAPANEMA, L. X. de L. A indústria farmacêutica nacional: desafios rumo à inserção global. In: ALÉM, A.C.; BIAGI, F. G. (Org.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. p. 307-318.
- GADELHA, C. A. G.; ROMERO, C. Complexo Industrial da Saúde e Inovação: desafios para a competitividade nacional em vacinas e o papel da Fiocruz. In: AZEVEDO, N. et al. (Org.). **Inovação em saúde: dilemas e desafios de uma instituição pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 317-330.
- GADELHA, C. A. G. et al. **A dinâmica do sistema produtivo da saúde: inovação e complexo econômico-industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- GONÇALVES, R. O Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 112, p. 637-671, 2012.
- GUERRIERO, I. R. A recente Política Industrial Brasileira: Política de Desenvolvimento Produtivo e Plano Maior Brasil. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.
- GUIMARÃES, R. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr./jun., 2004.
- LADEIRA, S. C. G. **Centralização de capital na saúde e participação do BNDES no contexto da política de desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. UERJ, 2014. (mimeo)
- MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **O capital: crítica da Economia Política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 111-121.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAZ, A. S. BNDES renova o Profarma e amplia apoio à biotecnologia. **Revista SBCC**. São Paulo, n. 64, p.6-10, mai./jun., 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3110466-Bndes-renova-o-profarma-e-amplia-apoio-a-biotecnologia.html>>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- PIRES, L. S. Fundamentos da Política Financeira do BNDES. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p. 31-70, dez, 1997. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev802.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- REZENDE, S. M. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 265-283.
- SALERNO, M. S.; DAHER, T. **Política industrial e tecnológica e de comércio exterior do governo federal (PITCE): Balanço e Perspectiva**. Brasília, 2006.
- SAMPAIO JR. P. de A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 112, p. 672-688, 2012.
- TAVARES et al. **O papel do BNDES na industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980**. 2010. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231719550.MD4_0_007.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

referências

Dependência tecnológica na produção de imunobiológicos no Brasil: transferência de tecnologia *versus* pesquisa nacional

Mateus Dalcin Luchese^{1,2}

Silvia Regina Bertolini¹

Ana Maria Moro²

Ariane Leites Larentis³

¹Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

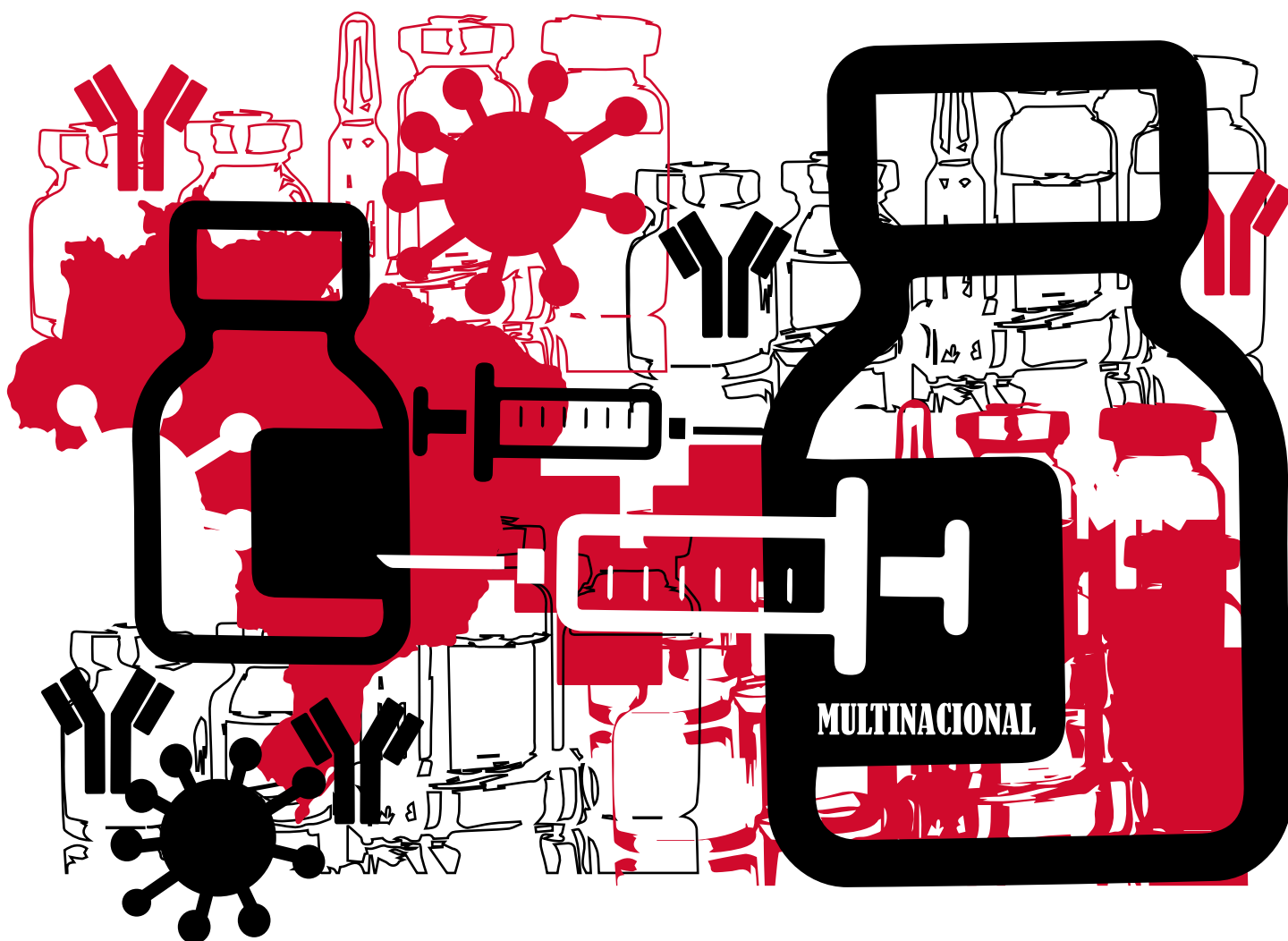
²Instituto Butantan - Laboratório Especial de Biofármacos em Células Animais - São Paulo

³Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/CESTEH - Rio de Janeiro

E-mails: arianelarentis@fiocruz.br; arilarentis@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias adotadas para a produção de imunobiológicos no Brasil no ano de 2014/2015 nos principais centros biotecnológicos do país. Foi realizada avaliação de portfólios, artigos científicos, relatórios técnicos e outros que reportam as decisões adotadas pelos órgãos públicos para viabilizar a produção de imunobiológicos no Brasil. Os dados mostram que a principal política brasileira adotada é a transferência tecnológica de indústrias privadas pertencentes aos países desenvolvidos. A decisão nem sempre é baseada em análises técnicas prévias, como impacto econômico, benefício social e efetividade, que confirmem a viabilidade do processo e produto incorporado. Quando não aliada ao desenvolvimento estratégico e pesquisa no país, a transferência de tecnologia pode originar produtos sem eficiência ou obsoletos ao final do processo. A política adotada influencia a pesquisa e desenvolvimento biotecnológico nacional. Além disso, o país carece de investimentos suficientes em saneamento básico, pesquisa tecnológica e educação em saúde, que poderiam reduzir demandas na área da saúde.

Palavras-chave: Imunobiológicos. Desenvolvimento Tecnológico. Transferência de Tecnologia. Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Complexo Industrial da Saúde.



Introdução

O uso de imunobiológicos (vacinas e biofármacos) compreende uma importante estratégia de intervenção em saúde devido ao grande impacto na profilaxia e redução da morbimortalidade de condições patológicas (BREKKE, SANDLIE, 2003; HENDRIKS, 2012). Atualmente existem vacinas para a prevenção de mais de trinta doenças infecciosas (HE *et al.*, 2010) e biofármacos utilizados para a remissão sustentada de inúmeras manifestações clínicas, como em pacientes com câncer, transplantados e portadores de doenças autoimunes, inflamatórias crônicas e genéticas (BREKKE, SANDLIE, 2003).

Se, por um lado, o uso de imunobiológicos impacta positivamente o quadro sanitário e de saúde da população, por outro, exige que o Estado seja capaz de garantir seu acesso de forma universal, integral e

igualitária, preceitos promulgados na Constituição Nacional. O Brasil possui um programa de imunizações considerado dos melhores e mais completos (HOMMA, 2009) e a incorporação crescente de biofármacos na lista de medicamentos distribuídos pela rede pública, através do Programa de Medicamentos de Alto Custo (PMAC), atribui gastos que preocupam a organização dos recursos concedidos pelo governo federal (BRANDÃO *et al.*, 2011). O Ministério da Saúde reconhece que, para suprimento de demandas estatais, deve haver incentivo à produção nacional (HOMMA, 2009; ZORZETTO, 2014). Dentre as estratégias relacionadas ao acesso de tecnologias para a produção de imunobiológicos em países em desenvolvimento, destacam-se: (i) pesquisa e desenvolvimento nacional a partir de parcerias com

universidades, institutos e fundações de pesquisa; (ii) contratos de transferência de tecnologia com empresas multinacionais ou organizações de setor público de outros países; e (iii) importação e envase de produtos a granel. Cada uma delas apresenta vantagens e desvantagens em termos de velocidade para a obtenção do produto, colocação no mercado e capacitação para a produção no país (HO *et al.*, 2011; MILSTIEN *et al.*, 2007).

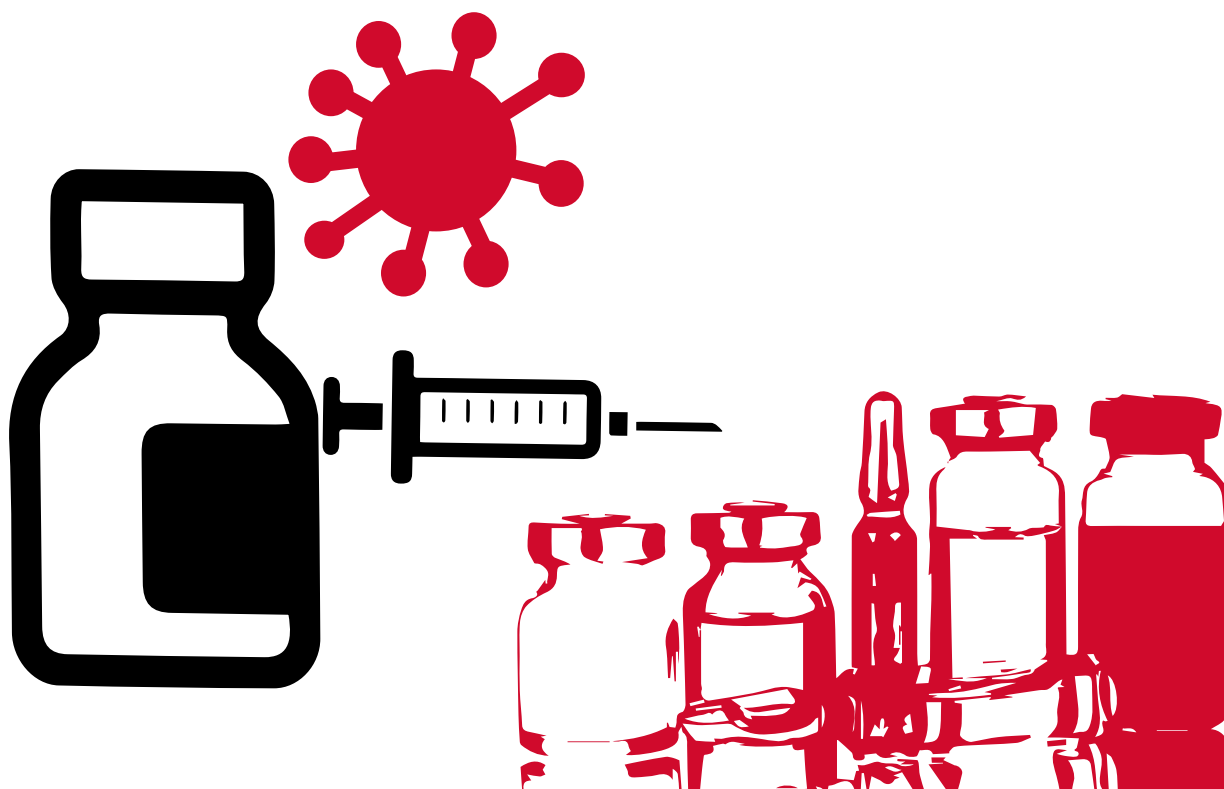
Considerando o exposto, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar as estratégias adotadas para a produção de imunobiológicos no Brasil, identificando tanto aquelas de pesquisa e desenvolvimento nacional como as de melhorias de processo e de transferências de tecnologia nos principais centros produtores do país (Bio-Manguinhos/Fiocruz e Fundação Ataulpho de Paiva, no Rio de Janeiro/RJ, e Butantan, em São Paulo/SP). O trabalho se propõe a agregar reflexões sobre estudos de casos recentemente publicados (HO *et al.*, 2011; PORTES, 2012) que exemplificam a importação tecnológica efetivada pelo país. Outros trabalhos relacionados analisam aspectos econômicos que embasaram a transferência de tecnologia na área de imunobiológicos (SANTANA, 2012) e defendem políticas de gestão de tecnologias em saúde já adotadas (COUTO *et al.*, 2012; FERREIRA, 2005; HOMMA, MOREIRA, 2008; RAW, 2012). O presente estudo ainda incluiu biofármacos

aos exemplos de vacinas, devido às semelhanças do processo produtivo e impacto das consequências da estratégia adotada.

Métodos

Foi realizada avaliação de portfólios divulgados, principalmente, pelo Ministério da Saúde, Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) da Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Ataulpho de Paiva e Instituto Butantan da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, além de artigos científicos, relatórios técnicos e outras publicações que reportam as estratégias adotadas pelas instituições públicas para a produção de imunobiológicos (vacinas e biofármacos) no Brasil. A busca foi realizada no período de março de 2013 a abril de 2015, empregando palavras-chave como Ministério da Saúde, imunobiológicos, vacinas, transferência de tecnologia, Instituto Butantan e Bio-Manguinhos, dentre outras, em inglês e português. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/HSP), registrado sob o nº 1168721013.

Para a avaliação dos documentos realizada neste trabalho, definiu-se como pesquisa tecnológica ou aplicada toda utilização de conhecimentos e tecnologias já existentes para se obter aplicações práticas,



Quadro 1 - Descrição das classificações que incluem produtos biotecnológicos segundo INPI

Classificação	Descrição
A61P	ATIVIDADE TERAPÊUTICA ESPECÍFICA DE COMPOSTOS QUÍMICOS OU PREPARAÇÕES MEDICINAIS. Nota(s): 1. Esta subclasse abrange atividade terapêutica de compostos químicos ou preparações medicinais já classificados nas subclasses A61K ou C12N ou nas classes C01, C07 ou C08. 2. Nesta subclasse, o termo “fármacos” inclui os compostos químicos ou composições com atividade terapêutica. 3. Nesta subclasse, a atividade terapêutica é classificada em todos os locais apropriados. 4. Atenção para os casos nos quais o objeto da invenção refere-se somente a uma atividade terapêutica específica de compostos químicos ou preparações médicas e à estrutura química, composto, mistura ou composição do objeto da invenção já é conhecido. Nestes casos, a classificação é feita em ambas as subclasses A61K e A61P como informação da invenção. Adicionalmente, se a estrutura química, composto, mistura ou composição de qualquer agente individual da mistura ou composição for considerada como informação de interesse para as buscas, também pode ser classificada como informação adicional [2012.01]. 5. Os símbolos da classificação desta subclasse não são colocados em primeiro lugar quando atribuídos a documentos de patentes.
C12N	MICRO-ORGANISMOS OU ENZIMAS; SUAS COMPOSIÇÕES (biocidas, repelentes ou atrativos de pragas ou reguladores do crescimento de plantas contendo micro-organismos, vírus, fungos microbianos, enzimas, fermentados ou substâncias produzidas por, ou extraídas de, micro-organismos ou material animal A01N 63/00; preparados medicinais A61K; fertilizantes C05F); PROPAGAÇÃO, CONSERVAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS; ENGENHARIA GENÉTICA OU DE MUTAÇÕES; MEIOS DE CULTURA (meios de ensaio microbiológico C12Q 1/00).

com finalidade imediata e aceitação pelo mercado consumidor. A pesquisa tecnológica objetiva alcançar inovação a um produto ou processo frente a uma demanda ou necessidade preestabelecida, podendo originar novas patentes (JUNG, 2003). Já a transferência de tecnologia compreende a aquisição de um conhecimento tecnológico já desenvolvido, através de um conjunto processual complexo firmado entre duas entidades sociais. A transferência pode ser parcial ou completa e até mesmo agregar melhorias ao produto ou processo produtivo (TAKAHASHI, SACOMANO, 2002). Pesquisa e desenvolvimento tecnológico foram caracterizados por viabilizar a obtenção de novos produtos. No caso de desenvolvimento chamado de nacional para este trabalho, definimos como resultado de pesquisas realizadas por grupos brasileiros, em institutos de pesquisa ou universidades, como contraponto à transferência de tecnologia de outros países. Considerou-se “produção” os imunobiológicos de fabricação local, bem como os importados a granel e envasados ou importados como produto final e rotulados com identificação do centro produtor, a exemplo dos produtos de aquisição recente ou com transferência tecnológica incompleta.

Foi realizada busca por patentes de depositantes brasileiros no site do Escritório Europeu de Patentes (*Espacenet Patent search*, <https://worldwide.espacenet.com/>), usando abrangência de patentes depositadas no mundo inteiro (banco de dados *Worldwide*),

sem limitação de ano, empregando as classificações A61P e C12N, que incluem produtos biotecnológicos, conforme descrição do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, <http://ipc.inpi.gov.br/ipcpub/>) apresentada no Quadro 1.

A busca de patentes limitadas a depositantes brasileiros [BR] foi realizada independente de terem as duas classificações ao mesmo tempo (A61P [OR] C12N), assim como classificadas simultaneamente como A61P [AND] C12N.

A pesquisa tecnológica objetiva alcançar inovação a um produto ou processo frente a uma demanda ou necessidade preestabelecida, podendo originar novas patentes (JUNG, 2003). Já a transferência de tecnologia compreende a aquisição de um conhecimento tecnológico já desenvolvido, através de um conjunto processual complexo firmado entre duas entidades sociais.

Resultados e discussão

Neste trabalho foram identificados os imunobiológicos em produção no ano de 2014/2015, nos principais centros biotecnológicos do Brasil, Bio-Manguinhos/Fiocruz do Governo Federal, Instituto Butantan da Secretaria da Saúde do estado de São Paulo e Fundação Ataulpho de Paiva, e a respectiva estratégia que viabilizou sua produção, conforme

Tabela 1 - Vacinas e biofármacos produzidos atualmente nos principais centros biotecnológicos do Brasil*

Produto	Local de Produção	Tecnologia Necessária (Composição)	Estratégia Adotada
Vacina contra BCG (Bacillus Calmette-Guérin)	Fundação Ataulpho de Paiva	Bactéria atenuada	Desenvolvimento nacional - 1930 (com base em normativas da OMS)
Vacina contra febre amarela	Bio-Manguinhos	Vírus atenuado	Desenvolvimento pela Fundação Rockefeller no Brasil - 1937
Vacina Dupla Bacteriana - DT e dT ¹ (difteria e tétano)	Instituto Butantan	Toxóides diftérico e tetânico	Desenvolvimento nacional - DT: 1970 e dT: 1973 (melhoramento de formulação e de processo industrial com base em normativas da OMS)
Vacina Tríple Bacteriana - DTP (difteria, tétano e pertussis)	Instituto Butantan	Toxóides diftérico e tetânico e bactéria <i>Bordetella pertussis</i> inativada, adsorvidos ao hidróxido de alumínio	Desenvolvimento nacional - 1970 (melhoramento de formulação e de processo industrial com base em normativas da OMS)
Vacina Meningocócica AC (<i>Neisseria meningitidis</i> sorogrupos A e C)	Bio-Manguinhos	Bactéria inativada (polissacarídeos capsulares purificados)	Transferência tecnológica (Instituto Mérieux, França - 1975)
Vacina contra HBV - ButanG	Instituto Butantan	Vacina recombinante	Desenvolvimento nacional - 1999
Vacina contra Influenza	Instituto Butantan	Vírus fragmentado e inativado	Transferência tecnológica (Sanofi Pasteur, França - 1999)
Vacina Tetraivalente - DTP e Hib (difteria, tétano e pertussis e <i>Haemophilus influenzae</i> B, Hib)	Instituto Butantan (DTP) e Bio-Manguinhos (Hib e formulação final)	Formulação das vacinas DTP (Instituto Butantan) e Hib (Bio-Manguinhos)	DTP: idem vacina DTP Hib: Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 1999)
Vacina contra Hib (<i>H. influenzae</i> B) Conjugada	Bio-Manguinhos	Bactéria inativada (polissacarídeo capsular purificado conjugado ao toxóide tetânico)	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 1999)
Vacina contra Poliomielite - VOP e VIP ²	Bio-Manguinhos	VOP - vírus atenuado e VIP - vírus inativado	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - VOP: 1980 e VIP: 2012)
Vacina Tríple viral (sarampo, caxumba e rubéola)	Bio-Manguinhos	Vírus atenuado	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 2003)
Vacina Tetraivalente viral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela)	Bio-Manguinhos	Vírus atenuado	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 2012)
Biofármaco Alfaepoetina	Bio-Manguinhos	Proteína recombinante	Transferência tecnológica (Cimab S.A., Cuba - 2004)
Biofármaco Alfainterferona 2b	Bio-Manguinhos	Proteína recombinante	Transferência tecnológica (Heber Biotec, Cuba - 2004)
Vacina contra Rotavírus humano	Bio-Manguinhos	Vírus atenuado	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 2008)
Vacina Pneumocócica (<i>Streptococcus pneumoniae</i>) 10-valente	Bio-Manguinhos	Bactéria inativada (sorotipos 1, 4, 5, 6B, 7F, 9V, 14, 18C, 19F e 23F conjugados a proteína D de <i>H. influenzae</i> e toxóide tetânico e diftérico)	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 2010)
Vacina contra HPV	Instituto Butantan	Proteína recombinante	Transferência tecnológica (Merck Sharp & Dohme, Estados Unidos - 2013)
Vacina contra HAV	Instituto Butantan	Proteína recombinante	Transferência tecnológica (Merck Sharp & Dohme, Estados Unidos - 2013)
Componente pertussis acelular para Vacina Tríple Bacteriana - DTP	Instituto Butantan	Antígenos bacterianos	Transferência tecnológica (GlaxoSmithKline, Inglaterra - 2013)

¹DT: uso infantil; dT: uso adulto. 2VOP: Vacina Oral contra Poliomielite; VIP: Vacina Injetável contra Poliomielite. OMS: Organização Mundial de Saúde. *Elaborado com base em: <<http://portalsaude.saude.gov.br>>; <<http://www.bio.fiocruz.br>>; <www.fundacaotaulphodepaiva.com.br>; e outros (PRADO, 2008; VIANA *et al.*, 2012; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014).

mostrado na Tabela 1. A produção de soros, realizada no país pelos Institutos Butantan e Vital Brazil da Secretaria da Saúde do estado do Rio de Janeiro, não foi considerada no estudo.

Além dos imunobiológicos listados, está prevista a produção no país do biofármaco Alfataliglicerase em transferência tecnológica, realizada entre Bio-Manguinhos e a empresa israelense Protalix, e dos anticorpos monoclonais biossimilares terapêuticos Bevacizumabe, Etanercepte, Cetuximabe, Rituximabe, Infliximabe, Certolizumabe, Adalimumabe e Trastuzumabe, também obtidos a partir de transferência tecnológica (2013) entre institutos e empresas nacionais com empresas estrangeiras (AMARAL *et al.*, 2013; PORTAL BRASIL, 2014; RONDON, MARTINS, 2013).

Analisando o perfil histórico dos imunobiológicos produzidos atualmente no país (Tabela 1), observa-se que são poucos os casos de imunobiológicos de desenvolvimento nacional, nenhum deles tendo sido realizado nos últimos 15 anos. A maior parte das estratégias adotadas foi de transferência tecnológica, algumas das quais nem chegaram a ser concluídas.

Observa-se também relação entre a estratégia adotada e o contexto socioeconômico/político, sugerindo que a incorporação deva ser uma conduta ponderada de acordo com características específicas de cada produto. Por exemplo, a aquisição nacional da vacina contra Influenza foi consequência da mobilização global existente para o controle epidemiológico do vírus, do envolvimento da Organização Mundial de Saúde (OMS), que facilitava o provimento das cepas vacinais aos centros produtores, da possibilidade (e necessidade) de suprimento de demandas no hemisfério sul para além de níveis nacionais e do próprio interesse do Instituto Butantan para aquisição de novas tecnologias de produção. A soma destes fatores culminou no acordo de transferência tecnológica que tornou o Brasil o primeiro produtor de vacina contra Influenza do hemisfério sul (VIANA *et al.*, 2012). Já para o desenvolvimento nacional da vacina contra a febre amarela, a ameaça sanitária que preocupava a comunidade científica norte-americana para surtos da doença foi determinante na mobilização emergencial da Fundação Rockefeller dos EUA, que, no início do século XX, instituiu um centro de

pesquisas no Brasil estimulando a criação da primeira vacina brasileira (BERTOLLI FILHO, 2002). Os dados da Tabela 1 mostram também que todos os recentes contratos de transferência tecnológica para a produção de vacinas foram com indústrias privadas pertencentes aos países desenvolvidos, como as firmadas por Bio-Manguinhos com a empresa inglesa GlaxoSmithKline (ALARCON *et al.*, 2012) e do Butantan com a americana Merck Sharp & Dohme.

Os processos nacionais de desenvolvimento tecnológico de algumas vacinas, realizados anteriormente aos anos 2000, estão relacionados à visão política da época de produção de vacinas e medicamentos ligados ao complexo industrial da saúde. O Programa de Auto-Suficiência Nacional em Imunobiológicos (PASNI), instituído em 1985, buscava estimular a produção nacional de vacinas, contornando dificuldades na oferta de vacinas e soros importados ou de produção privada (VIANA *et al.*, 2012). Como pode ser verificado pela situação atual da produção de imunobiológicos no Brasil (Tabela 1), esta política não se concretizou e este trabalho se propõe a fazer algumas reflexões sobre isto.

Os processos nacionais de desenvolvimento tecnológico de algumas vacinas, realizados anteriormente aos anos 2000, estão relacionados à visão política da época de produção de vacinas e medicamentos ligados ao complexo industrial da saúde. O Programa de Auto-Suficiência Nacional em Imunobiológicos (PASNI), instituído em 1985, buscava estimular a produção nacional de vacinas, contornando dificuldades na oferta de vacinas e soros importados ou de produção privada.

A relevância da pesquisa tecnológica para a efetividade da transferência de tecnologia

A justificativa que defende a transferência tecnológica como um mecanismo efetivo para acelerar o desenvolvimento de países de economia emergente baseia-se na possibilidade de captação de tecnologias mais novas, disponíveis apenas em países desenvolvidos (KUMAR *et al.*, 2007), além de partir de um pressuposto que esta estratégia por si só traria “au-

tossuficiência” da produção, pois compreenderia um conhecimento científico com valor agregado. Entretanto, não pode ser vista apenas como uma operação de compra e venda, mas sim como uma transação de inerentes operações contratuais explícitas e implícitas (VIANA *et al.*, 2012).

Embora a capacitação tecnológica dos produtores nacionais de imunobiológicos, em sua maioria instituições públicas, tenha propiciado o domínio das tecnologias de fabricação (HOMMA, MOREIRA, 2008), a estratégia governamental adotada, quando compreende a importação tecnológica, pode ser contraproducente. As empresas são relutantes em transferir a tecnologia de forma completa, de modo que visam impedir a criação de competidores em tecnologias de ponta, conhecimento e capacidade de produção. Assim, os acordos firmados abrangem métodos e tecnologias, muitas vezes, ultrapassados, preservando a dependência do fornecedor para o suprimento de tecnologias, insumos ou de materiais essenciais à produção, mesmo após o fim do monopólio garantido pelas patentes. As parcerias também podem impedir que novas tecnologias sejam agre-

Os acordos firmados abrangem métodos e tecnologias, muitas vezes, ultrapassados, preservando a dependência do fornecedor para o suprimento de tecnologias, insumos ou de materiais essenciais à produção, mesmo após o fim do monopólio garantido pelas patentes. As parcerias também podem impedir que novas tecnologias sejam agregadas ao longo do processo produtivo e gerenciam até o preço final de venda para o Ministério da Saúde.

gadas ao longo do processo produtivo e gerenciam até o preço final de venda para o Ministério da Saúde (HO *et al.*, 2011). Por outro lado, estes acordos são incentivados pelos países desenvolvidos, sendo vistos como uma grande oportunidade econômica para as empresas multinacionais detentoras destas tecnologias (HENDRIKS, 2012; LEITE, 2011), muitas vezes já com patentes vencidas, e onde a transferência de

tecnologia auxilia na ampliação de seu tempo de monopólio no mercado. Outro fator relevante é que o produto a ser fabricado não sofre ensaio clínico no país importador, não havendo a garantia, inclusive, se realmente apresentará eficácia naquela população (HO *et al.*, 2011). Por exemplo, no caso da Vacina Pneumocócica, a transferência se deu com uma tecnologia conhecida há anos, e protegendo contra sorotipos que não são os de maior prevalência no Brasil (LARENTIS *et al.*, 2011). Raw (2012) discute que o pretexto de se receber transferência de tecnologia não resulta necessariamente em produção, inovação ou empregos. Anualmente, gastam-se centenas de milhões de reais com a importação de produtos a granel que são rotulados como “fabricados no Brasil”, compondo uma conduta que destrói a política nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na área de saúde (RAW, 2012).

Para uma implementação de sucesso, o país receptor necessita ter condições de absorver o conhecimento transferido (TAKAHASHI, 2005). Segundo Barbosa (2009), as atividades subjacentes à tecnologia incorporada impulsionam o sistema de qualidade institucional, porém, apesar dos esforços existentes para a aquisição das tecnologias e conhecimentos externos, o nível de desenvolvimento ainda não se traduz na conversão do conhecimento individual em conhecimento organizacional. Fatores como o modo e natureza da tecnologia importada, experiências prévias locais, disponibilidade de pessoal qualificado, a capacidade gerencial e o próprio sistema governamental são determinantes neste contexto. Em um estudo de caso (TAKAHASHI, 2005) de onze empresas (quatro no Canadá e sete no Brasil), o autor concluiu que todas elas adquiriram capacidade operacional em todos os estágios tecnológicos de desenvolvimento e produção de medicamentos, mas o mesmo não ocorreu para a capacidade de aprendizagem dinâmica, ou seja, a transferência de tecnologia não garante o desenvolvimento tecnológico, da pesquisa, de soluções próprias; em contrapartida, esta política pode inclusive inibi-lo, à medida em que os recursos são focados na política de transferência de tecnologia como solução imediatista e praticada pelos governos, sobretudo quando a transferência de tecnologia não é completa.

A forma de negociação entre as entidades participantes, principalmente quando envolve os tipos de serviços prestados pelo fornecedor, seu tempo de duração e os interesses e critérios objetivos do grupo e da organização, também são fundamentais para a efetividade da transferência tecnológica (ABDI, 2013; REIS *et al.*, 2011; TAKAHASHI, 2005). Ao país receptor, a condição ideal seria que os contratos agregassem melhorias ao patamar tecnológico, tornando-o apto a conduzir o processo produtivo de forma autônoma ao término da transferência, tanto para as capacitações operacional e de adaptação quanto para atingir um estágio de desenvolvimento capaz de substanciar novos incrementos aos produtos e/ou processos, de desenvolvê-los de forma independente ou em conjunto com o fornecedor da tecnologia inicial, ou mesmo a superá-lo, na medida em que exista um processo contínuo e acumulado de aprendizagem (LEONARD-BARTON, 1995; TAKAHASHI, 2005).

A política da transferência de tecnologia representa, portanto, uma ação emergencial justificada politicamente para solucionar uma determinada demanda em saúde. Embora propicie investimentos em infraestrutura produtiva, ela tende a reduzir a prioridade na pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, podendo comprometer a estruturação institucional em recursos humanos (pessoal e informação) e reduzir a efetividade da incorporação tecnológica. Como consequência, a decisão pode acarretar na necessidade de importação do produto para o total suprimento do serviço ofertado. A pesquisa e desenvolvimento tecnológico, por sua vez, tendem a promover, no longo prazo, a estruturação do setor através de investimentos em infraestrutura e formação de recursos humanos.

Para além da discussão de transferência de tecnologia *versus* pesquisa e desenvolvimento tecnológico, do ponto de vista da saúde pública, a profilaxia vacinal baseia-se em um modelo de atenção à saúde que é centrado na doença e, para algumas delas, a vacina poderia ser estratégia complementar e não a principal forma de intervenção. Medidas como saneamento básico, rede de esgoto, infraestrutura habitacional e políticas educacionais atingindo a totalidade da população surtiriam maior impacto social para a erradicação de doenças (BARRETO *et al.*, 2010; FERLIE

et al., 2012; JOSHI, AMADI, 2013; WAMPLER, 2011) como dengue, leptospirose, cólera, chagas, hepatite A e leishmaniose, dentre outras. Atualmente, dos 100 maiores municípios do Brasil, 34 não possuem Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), mostrando que esta política de saúde é negligenciada no país, quando deveria ser uma das principais, do ponto de vista da promoção e prevenção em saúde: menos de 50% da população brasileira possui coleta de esgoto, menos de 40% do esgoto gerado recebe algum tipo de tratamento e mesmo o fornecimento de água potável atende somente a cerca de 80% da população de áreas urbanas e rurais (TRATA BRASIL, 2012). Pode-se observar que, na discussão do complexo industrial da saúde, definido por Gadelha (2003) como “*um conjunto interligado de produção de bens e serviços em saúde que se movem no contexto da dinâmica capitalista*” (GADELHA, 2003), não são considerados serviços como saneamento básico, constituição de redes de esgoto, provavelmente por não serem vistos pelos setores privados como um espaço de acumulação de capital, como o são os serviços hospitalares, ambulatoriais e serviços de diagnóstico e tratamento (GADELHA, 2003).

A política da transferência de tecnologia representa, portanto, uma ação emergencial justificada politicamente para solucionar uma determinada demanda em saúde. Embora propicie investimentos em infraestrutura produtiva, ela tende a reduzir a prioridade na pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, podendo comprometer a estruturação institucional em recursos humanos (pessoal e informação) e reduzir a efetividade da incorporação tecnológica. Como consequência, a decisão pode acarretar na necessidade de importação do produto para o total suprimento do serviço ofertado.

O desenvolvimento científico e tecnológico resiste em meio à balança político-econômica

A maior parte do investimento das empresas no Brasil concentra-se na compra de máquinas e equipamentos, o que traz impacto sobre a produtivi-

dade, porém, não necessariamente capacita para o desenvolvimento de novos produtos e processos. Os esforços estão focados no aumento da produtividade e redução salarial, ambos visando à redução de custos, e com baixo investimento no lançamento de novos produtos e desenvolvimentos de processos inovadores devido ao maior risco inerente (GADELHA, 2003; GARCIA, JERÔNIMO, 2012; MOTA *et al.*, 2014). Os setores de maior produtividade e crescimento no país estão relacionados com produtos primários e exportação de *commodities* (ligadas ao agronegócio e mineração) com menor atuação em mercados intensivos em tecnologia de produtos de maior valor agregado (LORA, PAGÉS, 2011). No segmento farmacêutico, o parque industrial brasileiro apresenta atividades dirigidas apenas à produção e comercialização de medicamentos não biológicos, sendo marcado pelo baixo desenvolvimento de princípios ativos (GADELHA, 2003; MOTA *et al.*, 2014).

Embora o discurso político nacional seja de que se deve priorizar a substituição de importações e a redução do custo de produtos de saúde, tem crescido a dependência do Brasil em produtos importados: em 2010, o déficit na balança comercial farmacêutica foi

político ao desenvolvimento nacional (GADELHA, 2003). O que foi identificado por este trabalho foi que, após mais de uma década, o que o compõe são indústrias de biotecnologia em saúde compostas por um número crescente de empresas de base tecnológica de pequeno e médio porte, algumas incubadas, e de indústrias farmacêuticas estruturadas para a produção de genéricos e formulação de medicamentos a partir de produtos importados a granel. Algumas destas empresas estão em transição para atividades de inovação; entretanto, no geral, o setor continua muito imaturo frente à vasta evolução biotecnológica que ocorreu na última década no mundo (BIOTECHNOLOGY INDUSTRY ORGANIZATION, 2014; REZAIE *et al.*, 2012). Há ainda grandes centros de pesquisa estatais, como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan, que estão aptos a administrar o financiamento público para satisfazer a crescente agenda de governo com soluções técnico-científicas e iniciativas inovadoras. Porém, conforme mostra a Tabela 1, a transferência de tecnologia é a principal política adotada. Na conjuntura atual, espera-se o agravamento da dependência brasileira de conhecimento e tecnologia produzida no exterior (MOTA *et al.*, 2014).

As pesquisas científicas nacionais são desenvolvidas predominantemente em institutos e universidades públicas, onde os investimentos, assumidos principalmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Fundações de Apoio à Pesquisa dos Estados (FAPs), entre outros órgãos de fomento, capacitam recursos humanos e favorecem o surgimento de trabalhos científicos e patentes, que não chegam a ser implementados industrialmente porque não há um parque produtivo que os absorva e transforme em produtos. A busca por depositantes brasileiros realizada resultou em 4562 patentes nas categorias A61P ou C12N para produtos biotecnológicos, mas que não necessariamente são imunobiológicos, e 279 patentes simultaneamente nas duas classificações A61P e C12N, sendo um resultado mais específico para os produtos de interesse neste trabalho. Entre os principais depositantes brasileiros estão as maiores universidades públicas e instituições de pesquisa brasileiras (INPI, 2011). Estes dados indicam que há resultados práticos reais das pesquisas no Brasil com

A constituição de um complexo industrial da saúde proposta no início dos anos 2000 conotava apoio político ao desenvolvimento nacional. O que foi identificado por este trabalho foi que, após mais de uma década, o que o compõe são indústrias de biotecnologia em saúde compostas por um número crescente de empresas de base tecnológica de pequeno e médio porte, algumas incubadas, e de indústrias farmacêuticas estruturadas para a produção de genéricos e formulação de medicamentos a partir de produtos importados a granel.

de U\$ 5,4 bilhões (MOTA *et al.*, 2014); e, em 2013, de U\$ 7,67 bilhões, com aumento de 40% nas importações pelo setor (MDIC, 2014). Em contraste, governos de outros países em desenvolvimento (como Índia e China) fomentam um sistema de inovação e uma economia com maiores ambições para exportações pelo setor (LE MOS, 2008; REZAIE *et al.*, 2012).

A constituição de um complexo industrial da saúde proposta no início dos anos 2000 conotava apoio

possibilidades de inovação e exploração de produtos biotecnológicos e que, inclusive, poderiam permitir retorno em longo prazo do investimento estatal. Na prática, a temática da inovação é vivida como um discurso político, perdido do contexto científico. O meio acadêmico também sofre pelas dificuldades de valorização e absorção profissional, fato que favorece a evasão acadêmica e compromete a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico do país (RAWAT, MEENA, 2014).

Em relação ao impacto econômico das estratégias adotadas, não existem estudos formais anteriores aos acordos de transferência firmados. Os governos não projetam a viabilidade econômica em longos períodos, considerando alterações na balança comercial e a obsolescência tecnológica ou substituição do produto por um mais eficiente, fatores que poderiam comprometer drasticamente o investimento (MOTA *et al.*, 2014; VIANA, 2012). Esta análise reforça a ideia de que a importação da tecnologia compreende uma política governamental e que sua fundamentação através de uma avaliação eficiente, composta por justificativa financeira e discutida tecnicamente e politicamente com a comunidade científica, poderia embasar maior segurança à incorporação de cada produto em específico.

O Brasil depende de mudanças de seu sistema produtivo (ARBIX, 2007) para o desenvolvimento de produtos de maior valor agregado e/ou intensivos em tecnologia. Para promover o impulso desejado, é necessário que haja o incentivo a políticas públicas focadas no sistema nacional de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Observamos, ainda, a ascendência da terceirização dos serviços de saúde às organizações privadas. Na área de biofármacos, onde a conduta política à produção de anticorpos terapêuticos vem seguindo a mesma de vacinas, as PDPs preveem um funcionamento sobre cooperações entre o setor público e o privado (RONDON, MARTINS, 2013). Criadas em 2012, pela portaria nº 837 do Ministério da Saúde, buscam incentivar o acesso a tecnologias prioritárias à redução da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e ao controle de preços de produtos estratégicos para a saúde, com o comprometimento de internalizar e desenvolver novas tecnologias estratégicas e de valor agregado elevado. As empresas parceiras são cotadas como principais produtoras dos anticorpos e possuem garantia de compra pelo Ministério da Saúde, minimizando riscos ao investidor privado. Por outro lado, o Estado exige a garantia



de transferência de tecnologia ao laboratório público, que deve cumprir com parcela de 10% da produção. Em paralelo, há atualmente no SUS uma alocação progressiva do financiamento público a convênios e contratos do setor privado. As Parcerias Público-Privadas (PPP), Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) tornaram-se diferentes formas legais para conceder ao setor privado autonomia de gestão de recursos públicos. Na saúde coletiva, os serviços de saúde complementar atualmente já superam os oferecidos pela rede pública, assim como mais da metade dos gastos públicos com saúde são com o setor privado (ANDREAZZI, BRAVO, 2014; CORREIA, 2012).

Conclusões

A política nacional adotada para a produção de imunobiológicos no Brasil tem priorizado a transferência tecnológica de indústrias privadas multinacionais sediadas em países desenvolvidos. Esta política influencia a pesquisa e o desenvolvimento biotecnológico nacional, que não são priorizados em termos de investimentos. Embora críticas ao processo de transferência tecnológica permeiem debates acadêmicos relacionados ao tema, elas raramente são documentadas. Já as divulgações do Ministério da Saúde promovem a informação destacando apenas os pontos positivos do investimento. Até mesmo os contratos firmados são sigilosos e de difícil acesso, condição imposta pelas empresas que vendem os processos/produtos. Os argumentos levantados neste trabalho objetivam incentivar novas políticas públicas que fortaleçam a estruturação do setor biotecnológico em saúde do país, chamando atenção que o país carece de investimentos em saneamento básico, infraestrutura habitacional, no apoio à formação e absorção de recursos humanos na área de saúde e em pesquisa tecnológica, que necessitam de maior priorização. **US**

Agradecimentos

Ao Grupo Interinstitucional e Interdisciplinar de Estudos em Epistemologia (GLE₂, <http://www.epistemologia.ufrj.br/>) e à Professora Tatiana Vargas (ENSP/Fiocruz) pela leitura crítica do artigo e aos professores José Augusto Pina e Eduardo Navarro Stotz pelas discussões sobre o tema proporcionadas pela disciplina “*Capitalismo e Saúde no Brasil*” do Programa de Saúde Pública da ENSP/Fiocruz. À Dra. Sally Muller Affonso Prado (Instituto Butantan) pelas informações técnicas sobre as vacinas dT, DT e DTP produzidas no Instituto. Ao Me. Leonardo Dias Nunes (UAB/UNIFESP) pelas orientações metodológicas recebidas. A Guilherme Coutinho, do Núcleo de Inovação Tecnológica da Vice-Direção de Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) pelo apoio na busca de patentes.

A publicação deste artigo contou com apoio financeiro da ENSP/Fiocruz. Trabalho desenvolvido como parte dos requisitos para conclusão do curso de Especialização em Gestão em Saúde da Universidade Federal de São Paulo - Universidade Aberta do Brasil.

- AGÊNCIA BRASILEIRA de DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Relatório de acompanhamento setorial. Incorporação da rota biotecnológica na indústria farmacêutica brasileira:** desafios e oportunidades. Brasília (DF), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); 2013. 63 p.
- ALARCON, Tatiana. SUS terá vacina contra catapora a partir de 2013. Brasília (DF): **Agência Saúde, Ministério da Saúde** [Internet]. 2012 Ago 09. [acessado 2013 Dez 12]. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/6503/162/sus-tera-vacina-contracatapora-a-partir-de-2013.html>>.
- ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; BRAVO, Maria Inês Souza. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12 n. 3, p. 499-518, 2014.
- AMARAL, Valéria; CAVICHIOLI, Sílvia; MARTINS, Daniela. Ministério da Saúde incorpora vacina contra HPV ao SUS. Brasília (DF). **Agência Saúde, Ministério da Saúde** [Internet]. 2013 jul 01. [acessado 2013 Dez 12]. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/11613/162/ministerio-da-saude-incorpora-vacina-contrahpv-ao-sus.html>>.
- ARBIX, Glauco. **Inovar ou inventar: a indústria brasileira entre o passado e futuro**. 1ª ed. São Paulo, SP: Papagaio; 2007. 185 p.
- BARBOSA, Antonio de Pádua Risolia. **A formação de competências para inovar através de processos de Transferência de Tecnologia** [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2009. 222 p.
- BARRETO, Maurício L.; GENSER, Bernd; STRINA, Agostino; TEIXEIRA, Maria Gloria; ASSIS, Ana Marlúcia O.; REGO, Rita F.; TELES, Carlos A.; PRADO, Matilde S.; MATOS, Sheila; ALCÂNTARA-NEVES, Neuza M.; CAIRNCROSS, Sandy; Impact of a citywide sanitation program in Northeast Brazil on intestinal parasites infection in young children. **Environmental Health Perspectives**, v. 118, n. 11, p. 1637-42, 2010.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. Por uma história renovada da febre amarela e da vacina antiamarílica no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 9, n. 1, p. 213-20, 2002.
- BIOTECHNOLOGY INDUSTRY ORGANIZATION. **Building the Bioeconomy: Examining National Biotechnology Industry Development Strategies**. Reino Unido: Pugatch Consilium (UK); 2014 abr. 74 p.
- BRANDÃO, Cristina Mariano Ruas; GUERRA, Jr. Augusto Afonso; CHERCHIGLIA, Mariângela Leal; ANDRADE, Eli Iola Gurgel; ALMEIDA, Alessandra Maciel; SILVA Grazielle Dias da; QUEIROZ, Odilon Vanni de; FALEIROS, Daniel Resende; ACURCIO, Francisco de Assis. Gastos do Ministério da Saúde do Brasil com medicamentos de alto custo: uma análise centrada no paciente. **Value in Health**, v. 14, n. 5, p. S71-7, 2011.
- BREKKE, Ole Henrik; SANDLIE, Inger. Therapeutic antibodies for human diseases at the dawn of the twenty-first century. **Nature Reviews Drug Discovery**, v. 2, n. 1, p. 52-62, 2003.
- CORREIA, Maria Valéria Costa. A construção do SUS e os processos de privatização. **64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**; 2012 jul 22-27; São Luís, Brasil. 2012, 5 p.
- COUTO, Arthur Roberto; HOMMA, Akira; BARBOSA, Luiz F. Inventar ou transferir. **O Globo** 2012 Nov 23; p. 23.
- FERLIE, Ewan; MCGIVERN, Gerry; FITZGERALD, Louise. A new mode of organizing in health care? Governmentality and managed networks in cancer services in England. **Social Science & Medicine**, v. 74, n. 3, p. 340-7, 2012.
- FERREIRA, Antonio Gomes Pinto. **Processo de transferência da tecnologia de produção do teste rápido para HIV-1 e HIV-2 em Bio-Manguinhos: um modelo para incorporação de novas tecnologias** [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2005. 95 p.

referências

- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Momento Terapêutico 2014**. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos (BRA); 2014. 95 p.
- GADELHA, Carlos Augusto Graboio. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 521-35, 2003.
- GARCIA, Tomás Coelho; JERÔNIMO, Igor Peres. Crescimento econômico e luta de classes: considerações atuais de um debate antigo. **2º Seminário de Pós-Graduandos em Ciências Sociais do estado Rio de Janeiro (Sepocs-Rio)**; 2012 set 17-21; Rio de Janeiro, Brasil. 2012, p. 1-16.
- HE, Yongqun; RAPPUOLI, Rino; GROOT, Anne S. De; CHEN, Robert T. Emerging vaccine informatics. **Journal of Biomedicine and Biotechnology**, v. 2010, n. 218590 p. 1-26, 2010.
- HENDRIKS, Jan. Technology transfer in human vaccinology: a retrospective review on public sector contributions in a privatizing science field. **Vaccine**, v. 30, n. 44, p. 6230-40, 2012.
- HO, Paulo Lee; MIYAJI, Eliane Namie; OLIVEIRA, Maria Leonor Sarno; DIAS, Waldely de Oliveira; KUBRUSLY, Flavia Saldanha; TANIZAKI, Martha Massako; MARTINS, Elizabeth Angélica Leme; RAW, Isaias. Economical value of vaccines for the developing countries - The case of Instituto Butantan, a public institution in Brazil. **PLOS Neglected Tropical Diseases**; v. 5, n. 11, p. e1300, 2011.
- HOMMA, Akira, MOREIRA, Mario. New challenges for national capability in vaccine technology: domestic technological innovation versus technology transfer. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 238-9, 2008.
- HOMMA, Akira. The Brazilian vaccine manufacturers' perspective and its current status. **Biologicals**, v. 37, n. 3, p. 173-6, 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Principais Titulares de Pedidos de Patente no Brasil, com Prioridade Brasileira. Depositados no período de 2004 a 2008**. Rio de Janeiro: INPI; 2011.
- JOSHI, Ashish; AMADI, Chioma. Impact of Water, Sanitation, and Hygiene Interventions on Improving Health Outcomes among School Children. **Journal of Environmental and Public Health**, v. 2013, id. 984626, p. 1-10, 2013.
- JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia científica, ênfase em pesquisa tecnológica** [livro na Internet]. 3ª ed. revisada e ampliada. Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul; 2003. [acessado 2013 Nov 05]. Disponível em: <<http://www.jung.pro.br>>.
- KUMAR, Uma; KUMAR, Vinod; DUTTA, Shantanu; FANTAZY, Kamel. State sponsored large scale technology transfer projects in developing country context. **The Journal of Technology Transfer**, v. 32, n. 6, p. 629-44, 2007.
- LARENTIS, Ariane Leites; ARGONDIZZO, Ana Paula Corrêa; ESTEVES, Gabriela dos Santos; JESSOURON, Ellen; GALLER, Ricardo; MEDEIROS, Marco Alberto. Cloning and optimization of induction conditions for mature PsA (pneumococcal surface adhesin A) expression in *E. coli* and recombinant protein stability during long-term storage. **Protein Expression and Purification**, v. 78, n. 1, p. 38-47, 2011.
- LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira; Patentes, pirataria e servilismo. **Folha de São Paulo** 2011 nov. 07.
- LEMONS, Maria Beatriz Pentead de Camargo. **Indústria farmacêutica, propriedade intelectual e acesso a medicamentos: dilemas e perspectivas** [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2008. 229 p.
- LEONARD-BARTON, Dorothy. **Wellsprings of knowledge**. 1ª ed. Boston: Harvard Business School Press; 1995. 274 p.
- LORA, Eduardo; PAGÉS, Carmen. Face-to-Face with Productivity. **Finance & Development**, v. 48, n. 1, p. 16-9, 2011.

- MILSTIEN, Julie B; GAULÉ, Patrick; KADDAR, Miloud. Access to vaccine technologies in developing countries: Brazil and India. **Vaccine**, v. 25, n. 44, p. 7610-9, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior, Brasil. **Balança Comercial Brasileira. Relatório de setores industriais por intensidade tecnológica**. Brasília:MDIC; 2014.
- MOTA, Fábio Batista; CASSIOLATO, José Eduardo; GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Futuro da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção industrial de biofarmacêuticos no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 8, n. 4, p. 461-77, 2014.
- PORTAL BRASIL [internet]. Site de informação e pesquisas sobre o sistema de saúde brasileiro. Brasília (DF), Ministério da Saúde (BRA). [acessado 2014 Ago 21]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>>.
- PORTES, João Vitor de Araujo. **O processo de transferência internacional de tecnologia no setor de imunobiológicos: um estudo de caso** [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2012. 231 p.
- PRADO, Sally Müller Affonso. **Aplicabilidade do antígeno tetânico conjugado com derivados do monometoxi-polietilenoglicol** [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2008. 142 p.
- RAW, Isaias. Vacinas: autossuficiência e inovação. **Folha de São Paulo** 2012 Ago 2; Tendências/Debates: (não paginado).
- RAWAT, Seema; MEENA, Sanjay. Publish or perish: Where are we heading? **International Journal of Research in Medical Sciences**, v. 19, n. 2, p. 87-9, 2014.
- REIS, Carla; LANDIM, André Borges; PIERONI, João Paulo. **Lições da Experiência internacional e proposta para incorporação da rota biotecnológica na Indústria farmacêutica brasileira**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro; n. 34, p. 5-44, 2011.
- REZAIE, Rahim; MCGAHAN, Anita M.; FREW, Sarah E.; DAAR, Abdallah S.; SINGER, Peter A. Emergence of biopharmaceutical innovators in China, India, Brazil, and South Africa as global competitors and collaborators. **Health Research Policy and Systems**, v. 10, n. 18, p. 1-13, 2012.
- RONDON, Rhaiana, MARTINS, Daniela. Brasil amplia produção de medicamentos biológicos. Brasília (DF). **Agência Saúde, Ministério da Saúde** [Internet]. 2013 Jun 18. [acessado 2013 Dez 12]. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/11454/162/brasil-amplia-producao-de-medicamentos-biologicos.html>>.
- SANTANA, Patrícia Corrêa. **Transferência de tecnologia: inovação na área de imunobiológicos - o papel estratégico da logística internacional** [dissertação]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2012. 120 p.
- TAKAHASHI, Vania Passarini; SACOMANO, José Benedito. Proposta de um modelo conceitual para análise do sucesso de projetos de transferência de tecnologia: estudo em empresas farmacêuticas. **Gestão & Produção**, v. 9, n. 2, p. 181-200, 2002.
- TAKAHASHI, Vania Passarini. Transferência de conhecimento tecnológico: estudo de múltiplos casos na indústria farmacêutica. **Gestão & Produção**, v. 12, n. 2, p. 255-69, 2005.
- TRATA BRASIL. **Manual de saneamento básico: entendendo o saneamento básico no Brasil e sua importância econômica**. São Paulo (SP): Instituto Trata Brasil (BRA); 2012. 67 p.
- VIANA, Maria Luiza d'Ávila; BOUSQUAT, Aylene; IBÁÑEZ, Nelson - organizadores. **Saúde, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação**. 1ª ed. São Paulo, SP: Hucitec-Cealag; 2012, 487 p.
- WAMPLER, Peter J. Pick sanitation over vaccination in Haiti. **Nature**, v. 470, n. 7333, p. 175, 2011.
- ZORZETTO, Ricardo. A construção de um medicamento. **Pesquisa FAPESP**; n. 223, p. 17-23, 2014.

referências

Sobre amarras e grilhões: análise dos instrumentos de regulação do trabalho no âmbito da indústria têxtil “Casa de Costura”¹

Hiago Trindade

Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
E-mail: hiagolira@hotmail.com

Eliana Costa Guerra

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: elianacostaguerra@hotmail.com

Resumo: Atualmente, a fragilidade e mesmo as alterações/modificações que, numa perspectiva regressiva, infletem os contratos de trabalho e os demais instrumentos normativos que balizam a inserção do trabalhador no espaço produtivo são um aspecto sintomático para pensar a precarização do trabalho. Nesse sentido, o manuscrito que ora apresentamos ao público se materializa a partir de pesquisa documental que tomou como objeto o conjunto de legislações existentes no âmbito da indústria têxtil “Casa de Costura”. Objetiva analisar criticamente as determinações e inflexões que acometem os trabalhadores neste espaço laboral para perceber como isto conforma o modo de ser e existir dos trabalhadores.

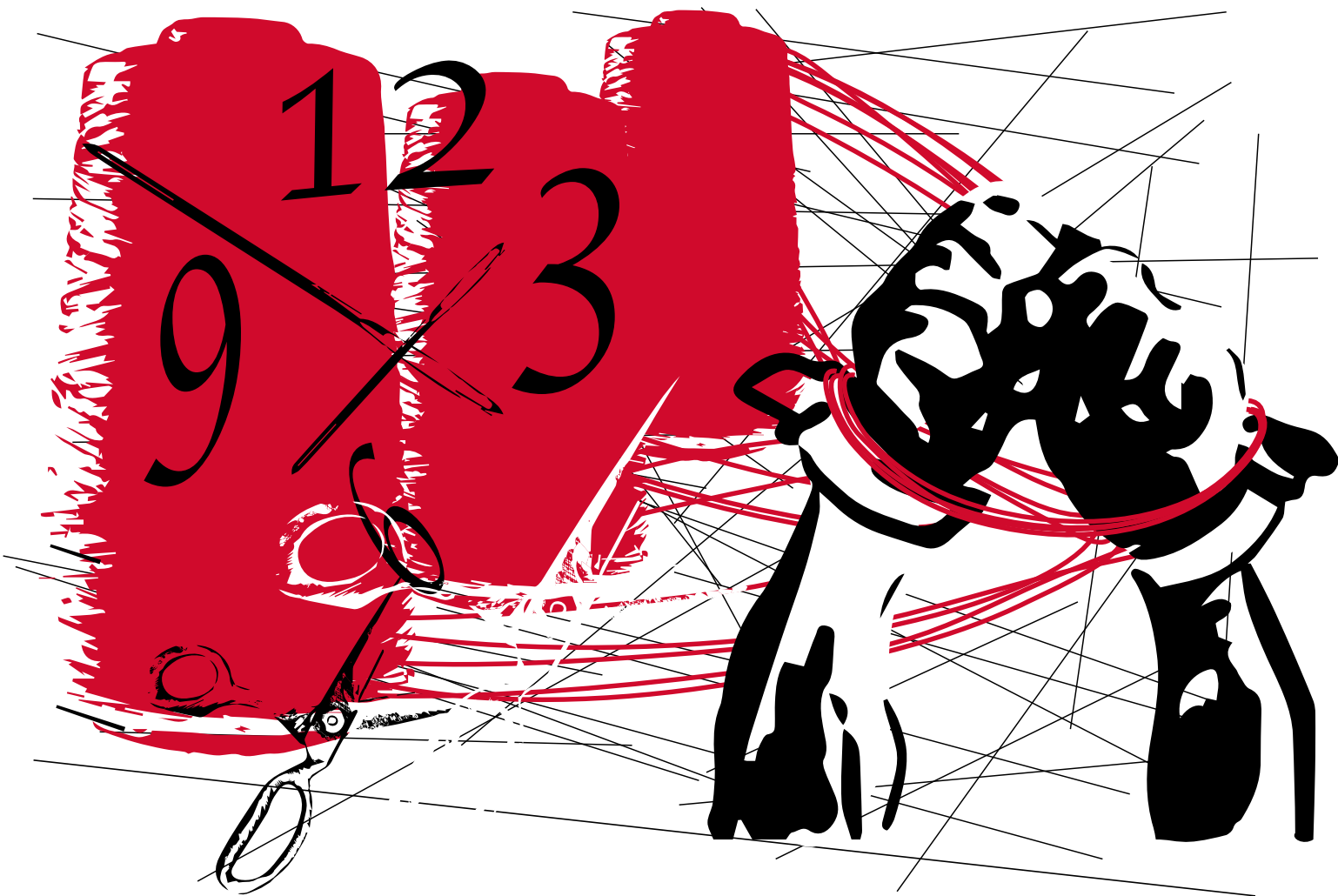
Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Instrumentos de Regulação do Trabalho. Indústria Têxtil.

Introdução

A gênese do modo de produção capitalista pressupõe a conformação de um conjunto de homens e mulheres que, destituídos dos meios de produção fundamentais, veem-se compelidos a vender sua força de trabalho para outro conjunto de sujeitos, estes, por sua vez, detentores dos artifícios necessários para levar a cabo o processo produtivo de mercadorias. Em seus escritos, Marx (1989) evidencia esta realidade ao fazer menção ao contato estabelecido, quando

do irrompimento do sistema de metabolismos do capital, entre duas espécies distintas de possuidores de mercadorias: capitalistas e trabalhadores, opressores e explorados, respectivamente.

No momento em que estes sujeitos emergem, marcados pela condição indicada anteriormente, ou seja, como vendedores e compradores de mão de obra, institui-se uma realidade inteiramente diferente daquela em que se assentava o modo de produção



feudal, no qual os trabalhadores estavam presos às estruturas da gleba e aos ditames dos seus senhores.

O capitalismo anuncia, assim, o desprendimento das estruturas feudais e atesta uma suposta liberdade para os trabalhadores. Agora, eles estão “livres” para sair das terras de seus senhores e desbravar o mundo. E estão igualmente “livres” para vender sua força de trabalho ao burguês, proprietário de uma indústria nascente, ou para morrer de fome e estar privado de diversas necessidades. Ora, a liberdade plena pressupõe a possibilidade de escolhas concretas entre alternativas concretas. A liberdade burguesa, ao contrário, restringe-se à possibilidade da compra e venda da força de trabalho e, por isso mesmo, mantém, sob muitas formas, as amarras e grilhões nos trabalhadores, prendendo-os a uma vida sem sentido e limitando acentuadamente o desenvolvimento do gênero humano, de forma geral.

Nesse contexto em que a força de trabalho torna-se uma mercadoria², as relações sociais passam a

ser mediadas por instrumentos normativos que expressam e regulam um modo de ser e existir dos trabalhadores perante seu empregador e as estruturas que lhes pertence. Todavia, no avesso da igualdade, puramente formal, que defronta capitalistas e trabalhadores diante de tais instrumentos e, mais especificamente do contrato de trabalho, se materializa uma situação de pauperia, miséria e submissão do trabalhador. Para usar as palavras de Marx: “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador” (1989, p. 831), sujeição essa que avança e se consolida na exata medida em que o capital amplia seus meios de produção, no marco de suas bases sócio-históricas de sustentação.

O contrato de trabalho consolida o momento em que o trabalhador e o capitalista legitimam um acordo, por meio do qual este último adquire o direito de utilizar a força de trabalho do primeiro como melhor lhe convier, no âmbito do processo produtivo de mercadorias, desde que ao final de um ciclo estabele-

cido, o trabalhador seja retribuído, de alguma forma, por dispêndio de energia física e psicológica.

Assim sendo, na órbita da sociedade capitalista, os contratos, de diversos tipos, definem diretamente as condições de produção e reprodução do trabalhador, no tocante às variadas esferas da vida social. Nos dias que correm, a fragilidade e mesmo as alterações/modificações que, numa perspectiva regressiva, infletem os contratos de trabalho e os demais instrumentos normativos que balizam a inserção do trabalhador no espaço produtivo, é uma dimensão sintomática para pensarmos a precarização do trabalho.

Assim, em meio à conjuntura contemporânea, permeada por uma crise estrutural que se agrava exponencialmente com o passar dos dias e, ainda, por um conjunto de metamorfoses no mundo do trabalho responsável por reconfigurar a posição da classe trabalhadora, podemos inferir que a submissão e sujeição do trabalhador ganham traços particulares, a partir dos dinamismos conjunturais que se fazem presentes na sociedade, contribuindo sobremaneira para operar a subsunção real do trabalho ao capital.

Tomando a compressão dos aspectos supramencionados, o presente texto se propõe a tecer análise de três documentos que balizam as condições de trabalho e existência do operariado no âmbito da indústria têxtil potiguar “Casa de Costura”, quais sejam: contrato de trabalho, regulamento interno e normas internas de segurança. Procedemos, assim, pesquisa documental, debruçando-nos sobre a análise e reflexão crítica de alguns elementos presentes nesse conjunto de legislações.

Desenvolvimento

Ao ingressarem à “Casa de Costura”, os trabalhadores recebem três documentos: o contrato de trabalho, o regulamento interno e as normas internas de segurança. Todos eles apresentam mecanismos com o intuito de fixar obrigações, direitos, deveres e de fornecer uma série de indicações que passam a nortear a relação estabelecida entre empregado e empregador, entre explorados e exploradores. Assim, o contrato de trabalho é o instrumento pelo qual capitalista e proletariado concordam, “livremente”, em

estabelecer uma relação por meio da qual a este primeiro cabe o direito de utilizar a força de trabalho destes últimos de acordo com seus interesses. Por sua vez, o regulamento e as normas de segurança forçam procedimentos que demarcam outras posições balizadoras desta relação. No caso em apreço, a articulação destas normas e instruções conforma o “modo de ser” do trabalhador no ambiente fabril.

Neste momento do texto, nos limitaremos a destacar alguns pontos destes documentos, mais precisamente aqueles que estabelecem conexões com o aprofundamento da realidade vivenciada pelos operários têxteis nos marcos das compósitas condições e relações de trabalho³ no Rio Grande do Norte. Acreditamos que eles conseguem elucidar e nos permite avançar na compreensão de como materializam um padrão de exploração da força de trabalho cuja marca predominante é a precarização. No que se refere especificamente ao contrato de trabalho, encontramos, em seus primeiros itens, um conjunto de elementos mais gerais, tais como o valor da remuneração, a carga horária e os dias da semana trabalhados. Contudo, chamou-nos atenção o texto que encontramos escrito no artigo 4º, em que se pode ler:

O empregado se compromete a trabalhar em regime de prorrogação de horas, inclusive em período noturno, sempre que as necessidades de serviço assim exigirem, observando as formalidades legais (CONTRATO DE TRABALHO, Art. 4º).

Por este artigo, o trabalhador se vê obrigado a estender sua jornada de labor para além do tempo de trabalho já cumprido, tomando-se por base um dia normal. Isso significa que, de um lado, o operário precisa moldar sua dinâmica de vida às intempéries que se gestam na empresa, ou melhor, precisam estar atentos aos sinais de necessidade para assumirem seus postos quando assim for demandando. De outro lado, embora esteja delineado no artigo supramencionado que a exponenciação da carga horária ocorre observando-se as formalidades legais, cabe-nos observar três pontos:

1) As legislações que dizem respeito ao mundo do trabalho, ou seja, que incidem diretamente sobre os trabalhadores mediante a ma-

terialização de condições e relações de trabalho determinadas, acompanham o movimento histórico da realidade e dos interesses de classes que a dinamizam. Nesse sentido, tais normas podem se apresentar favoráveis ou não para estes sujeitos, a depender do que se processa em cada conjuntura histórica. Num contexto de crise e de busca de saídas para superá-la, a flexibilização das legislações trabalhistas tem sido uma investida constante dos setores burgueses. Assim, mesmo inscritas nos parâmetros jurídico-legais, são moldadas, quase sempre, para garantir a burguesia o máximo de mais-valia possível de ser extraída⁴;

2) Ao trabalhador não compete o poder de decidir se quer ou não estender sua carga horária, ele não tem autonomia para isto; a dimensão dos compromissos pessoais e dos planos futuros precisa, dessa forma, curvar-se ao ritmo produtivo e, por vezes, incerto, da “Casa de Costura”. De toda forma, ainda que pudesse escolher, acreditamos que uma boa parte desses sujeitos aceitaria a extensão da jornada. Isso porque, nesse sentido, recai sobre eles o peso dos baixos salários, acompanhado das necessidades cotidianas com as quais se defrontam. Para alguns, aumentar o tempo de trabalho pode significar um acréscimo financeiro importante na sua renda, mesmo que o seu preço seja perverso: estar entre a cruz (o fardo do trabalho pesado) e a espada (o desgaste do humano, em todas as suas dimensões, como esclarecemos no ponto 3); e

3) Fomenta-se, assim, uma maior degradação dos homens e mulheres que trabalham, haja vista que, no expediente de trabalho legal/habitual/contratual, estes já são embalados por um estágio de cansaço e exaustão física e mental decorrente da intensidade e do ritmo das atividades desenvolvidas, das pressões pelo cumprimento das metas e das elevadas taxas de produtividade requeridas no âmbito da “Casa de Costura”. Nesse sentido, não temos dúvida que a ampliação da jornada de trabalho – no caso, mediante extração de mais-valia absoluta – é, em maior ou menor grau de intensidade, um catalisador das depreciações das condições de vida e trabalho destes sujeitos. Há uma dissolução da vida privada, em detrimento da vida industrial (tomando-se, aqui, uma demarcação puramente formal), como se os operários pudessem ser explorados sem limites.

Logo na sequência do artigo comentado, segue:

O empregado se compromete, ainda em qualquer época, a prestar seus serviços em lugar diverso daquele no qual iniciou este contrato, concordando em ser transferido para quaisquer outros estabelecimentos comerciais ou industriais que pertençam ou venham a pertencer à empregadora na mesma ou em outra função compatível com sua condição pessoal (CONTRATO DE TRABALHO, Art. 5º).

Neste artigo, salta aos olhos a flexibilidade a que é submetido o trabalhador, o qual, já de tão elástico, na visão do capitalista, pode se adequar a outros espaços e funções num piscar de olhos, deixando de levar em consideração as (im)possibilidades objetivas e subjetivas de o operário executar suas atividades profissionais em outro estabelecimento. Como o operário está à disposição de uma grande empresa que congrega outros tantos ramos/espacos, na visão dos detentores dos meios de produção, ele pode “passear” por cada um deles, moldando-se objetiva e subjetivamente aos elementos que cada novo espaço lhe apresente.

A possibilidade de obter mão de obra barata e abundante, a parca legislação no controle das formas de exploração do trabalho e de violação aos direitos humanos fundamentais, a concessão de subsídios fiscais, dentre outros elementos, demarcam alguns fatores que podem incentivar a mudança das indústrias de um lugar para outro.

É comum a transferência das unidades produtivas de região para região a depender dos atrativos oferecidos por elas. A possibilidade de obter mão de obra barata e abundante, a parca legislação no controle das formas de exploração do trabalho e de violação aos direitos humanos fundamentais, a concessão de subsídios fiscais, dentre outros elementos, demarcam alguns fatores que podem incentivar a mudança das indústrias de um lugar para outro. Ressalte-se, ainda, que, em se tratando especificamente do setor têxtil potiguar, está em curso um processo de disseminação de unidades produtivas, as chamadas facções, nas cidades interioranas do Estado do Rio Grande do Norte. Todos esses acontecimentos implicam mu-

danças e alterações diversas para os trabalhadores.

Ademais, sabemos que, na atual fase de regulação do capitalismo, a flexibilidade se faz em todas as dimensões possíveis. Elas se refletem, fundamentalmente, no âmbito dos documentos que balizam o exercício do trabalho e, mais precisamente, no contrato de trabalho. Nesse sentido, como alerta Giovanni Alves, o fulcral é garantir “[...] a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho, dentro e fora da empresa” (2014, p. 74).

Ainda no contrato de trabalho, mais especificamente em seu artigo 8º, podemos observar a seguinte informação: “Faz parte integrante do presente contrato o regulamento interno da empregadora do qual o empregado se declara ciente e se obriga a cumprir”. Este regulamento interno, como consta no próprio documento, tem a pretensão de estabelecer alguns indicativos que confluem para propiciar o “[...] bem-estar, saúde, [e uma] melhor relação possível no ambiente de trabalho”. Elencamos, abaixo, algumas partes que nos chamaram atenção. O primeiro fragmento que trazemos à tona versa sobre o comportamento dos trabalhadores nos marcos da indústria.

Sabemos que, na atual fase de regulação do capitalismo, a flexibilidade se faz em todas as dimensões possíveis. Elas se refletem, fundamentalmente, no âmbito dos documentos que balizam o exercício do trabalho e, mais precisamente, no contrato de trabalho.

Consta no regimento o seguinte texto como um dos princípios: “Manter-se sempre bem comportado nas dependências da empresa, aí se incluindo vestiários, banheiros, restaurante, ônibus etc.” (REGULAMENTO INTERNO, item 05).

Certamente, o bom comportamento nas dependências da empresa está associado à não transgressão da ordem estabelecida. Assim, é preciso aceitar, sempre passivamente, todas as regras impostas, mesmo que elas se mostrem prejudiciais aos trabalhadores. O bom comportamento também pode ser expresso nas medidas que são tomadas em acordos com os patrões, para evitar maiores tumultos e agitações – algo que o sindicato parece ter aceitado e reprodu-

zido muito bem na indústria estudada⁵. Para nós, a dimensão da articulação política se sobressai neste item, até porque, na rotina de trabalho que possuem, os trabalhadores dispõem de tempos ínfimos para ir ao banheiro ou mesmo alimentar-se, existindo, portanto, poucas brechas para “más-criações”.

Ao prosseguirmos a leitura do regulamento interno, outro trecho nos chamou atenção. Ele se presta a fornecer prescrições no que tange às condições de higiene dos trabalhadores da empresa. Senão, vejamos: “Procurar apresentar-se para o trabalho nas melhores condições de higiene” (REGULAMENTO INTERNO, item 07).

A nós, este item parece revestido de certo tom preconceituoso, sobretudo pelo fato de grande parte dos trabalhadores da indústria residir em bairros periféricos, marcados por diversos estigmas. Com efeito, muitos realizam uma associação irreversível entre a pobreza e a sujeira, isto para citar um exemplo que não foge do aspecto que nos parece ser, por ora, central. Certamente, a indústria quer evidenciar uma imagem positiva para a sociedade. A maneira como os trabalhadores se apresentam é parte importante disso. Nesse sentido, as boas condições de higiene podem significar um mecanismo para fazer sobressair uma boa aparência da empresa, em detrimento da gama de aspectos negativos que ronda os trabalhadores em suas condições e relações de trabalho.

Nesse sentido, nos remetemos ao estudo de Engels (2010). No tempo em que estudou a classe operária inglesa, o autor destacou, enfaticamente, as condições dos bairros operários e elas não eram nada favoráveis. No contexto investigado pelo referido pensador, deparamo-nos com um conjunto de sujeitos – homens, mulheres, crianças e idosos – que vivem em vilas operárias degradantes, sem quaisquer condições de higiene e salubridade, permeadas, entre outras coisas, por poças de lama, lixos, fezes, pela poluição do ar etc. Nos minúsculos cubículos em que se encontram, vivem espremidos e, muitas vezes, têm que dividir o espaço já reduzido com porcos e/ou outros animais. Os móveis são raros ou inexistentes em alguns desses casebres, devido ao recurso corriqueiro ao penhor, por parte de seus moradores, na ânsia de conseguir meios financeiros capazes de atender às suas necessidades básicas. No mais das ve-

zes, dormem em “colchões” de palha improvisados e, para conseguirem se agasalhar do frio, muitos têm à disposição apenas a roupa esfarrapada que veste suas peles⁶. Devido aos baixíssimos salários, a alimentação também é deveras precária, consistindo em reduzidos produtos, sem qualidade alguma⁷.

Nos bairros e vilas operárias de hoje, persistem as dificuldades de viver em espaços marcados pela ausência e/ou precarização dos serviços básicos. Não se trata, aqui, de demonstrar equivalências entre os tempos históricos, embora saibamos que as podemos mapear. Por exemplo, em se tratando da indústria estudada, os trabalhadores continuam tendo como espaço para habitação os bairros periféricos – a maioria deles é oriunda da Zona Norte de Natal-RN, lugar conhecido justamente pela ausência/dificuldade na garantia dos serviços básicos necessários, pela concentração de índices de pobreza, violência etc. Nesse sentido, questionamos: teria a “Casa de Costura” medo de o bairro operário entrar na indústria e contaminá-la com sua falta de infraestrutura, de saneamento, do barro proveniente das ruas sem calçamento e de tantas outras problemáticas? Alguns pontos depois, o documento apresenta a seguinte recomendação: “Buscar não faltar ao trabalho, tendo em vista que, a cada falta que ocorrer, causará ao empregado a perda de 25% do seu prêmio de produção” (REGULAMENTO INTERNO, item 14).

Neste ponto, podemos observar o direcionamento e o caráter punitivo para os trabalhadores que faltam ao trabalho. E esta punição os atinge numa dimensão que, para os operários têxteis, é da maior importância: a financeira. O prêmio de produtividade é, certamente, uma estratégia para que os trabalhadores alinhem-se à diretriz da empresa, fazendo-os firmar um compromisso com o trabalho e colocá-lo em primeiro plano, sempre. A lógica que o move é: quanto mais trabalho for desenvolvido, maior prêmio receberá o trabalhador. Na realidade, porém, a lógica é outra: quanto mais trabalha o operário, mais lucro tem o capitalista.

Ressaltamos ainda que o item 14 é dúbio, posto que não esclarece as situações nas quais se faz ne-

cessário faltar ao emprego, como, por exemplo, problemas de saúde, óbito de familiares, dentre outros. Há ocasiões em que a falta é imperativa e justificável. Todavia, nesta parte do regulamento interno, não há menção a elas. Além disso, consideramos bastante elevada a porcentagem do “prêmio” retirada do trabalhador quando ele não comparece ao seu posto de trabalho, isso porque há uma relação inversamente proporcional. Se ele trabalha aproximadamente 23 dias por mês (dias úteis), por que uma única falta é acompanhada da redução de $\frac{1}{4}$ do tal prêmio de produção?

Ora, quanto mais assíduo for o trabalhador, mais ele poderá ser explorado e, conseqüentemente, maior será a taxa de mais-valia que o capitalista conseguirá obter. Fora do espaço laboral, a energia do trabalhador não pode ser aproveitada pelo espírito insaciável dos lucros. Fora da fábrica, portanto, não se produz mais-valia, embora seja realizada via consumo.

No último documento que tivemos acesso, qual seja, as normas internas de segurança, visualizamos como objetivo: “Informar os trabalhadores sobre os meios adequados de prevenir e limitar os riscos de acidente durante o desempenho de suas atividades e as medidas de segurança a serem adotadas” (NOR-



MAS..., s/p). Em seu corpo, este instrumento normativo apresenta diversas premissas que devem ser seguidas; algumas gerais, outras que variam de acordo com as funções exercidas. Assim, existem Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) cuja utilização é obrigatória. E, realmente, não se pode deixar de mencionar a importância de garantir que, pela via destas normas e equipamentos, se estabeleçam patamares de segurança do trabalho cada vez mais elevados.

No ponto 07 dessas normas, contudo, encontramos uma observação inquietante que diz:

O não cumprimento ao disposto nesta norma de segurança sujeita o trabalhador a punições que vão desde advertência e suspensão até a demissão por justa causa, seguindo esta ordem: 1- Advertência verbal; 2- Advertência por escrito; 3- Suspensão (1 dia); 4- Suspensão (2 dias); 5- Suspensão (3 dias); e 6- Demissão por justa causa.

Pelo exposto, notamos que há uma extrema responsabilização individual do operário com relação à utilização de seu equipamento, bem como à obediência das normas de segurança, responsabilização essa

mobilidade reduzida, tornando mais difícil a atividade de corte e aumentando, por conseguinte, o tempo de produção. Nesse sentido, não raras vezes, a pressa e a tensão para alcançar a meta estipulada fazem com que a tesoura caia e atinja o operário, causando ferimentos os mais diversos.

Assim, dadas as exigências de produtividade, o trabalhador prefere abandonar os equipamentos e, diante desse quadro, não nos parece justo responsabilizar individualmente os trabalhadores. Ora, se existissem condições mais favoráveis para a produção das mercadorias, é provável que o operário conseguisse seguir os preceitos estabelecidos pela indústria.

Destarte, de maneira geral, os três documentos procuram alinhar um perfil de trabalhador no âmbito da indústria, perfil este que se esboça com base em mecanismos de gestão do trabalho, dos comportamentos individuais e coletivos, bem como das normas, obrigações e punições. Seguir as instruções contidas nestes documentos significa ocupar o posto de trabalhador ideal para o capitalista, muito embora as contradições e malefícios, muitas vezes escondidos nas palavras bonitas que estão nos documentos, afetem, direta e indiretamente, todos os operários do ramo.

Considerações finais

Diante das análises elencadas, é evidente que, nos marcos da sociedade capitalista, as configurações assumidas pelo trabalho concorrem para degradar as condições de existência dos homens e mulheres que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Nesse contexto, os instrumentos jurídicos que legitimam e regulam a inserção dos trabalhadores nos mais diversos espaços laborais assumem um papel fulcral para a manutenção da produção e reprodução da burguesia e de sua lógica de metabolismos socioeconômicos.

Nota-se que o movimento operado pelo capital com a disseminação de formas de trabalho cada vez mais flexíveis se traduz, em verdade, num completo alargamento da precarização do trabalho. E isso, grande parte das vezes, é mediado pela fragilidade do contrato de trabalho e dos demais instrumentos nor-

Dadas as exigências de produtividade, o trabalhador prefere abandonar os equipamentos e, diante desse quadro, não nos parece justo responsabilizar individualmente os trabalhadores. Ora, se existissem condições mais favoráveis para a produção das mercadorias, é provável que o operário conseguisse seguir os preceitos estabelecidos pela indústria.

que invisibiliza as condições em que este trabalho é exercido, ou seja, sob múltiplas pressões. Em um de nossos diálogos com uma costureira da indústria, por exemplo, fomos informados da dificuldade com a utilização de alguns equipamentos de segurança, posto que eles impedem e/ou dificultam a realização, com rapidez, de tarefas com vistas ao alcance das metas.

Um desses equipamentos é a corrente que fixa a tesoura na mesa de costura. Frequentemente ela é solta. Tal soltura acontece porque, ao prender a tesoura à mesa, o trabalhador tem, de certo modo, sua

notas

mativos que conformam a relação capital-trabalho na contemporaneidade. Assim, temos presenciado, para além do alastramento das formas de contrato terceirizado, temporário, *part-time*, dentre outras já bastante exploradas por Antunes (2010) uma configuração regressa, no que tange, também, aos documentos que regem o conjunto de trabalhadores ainda “estáveis”.

Com a leitura crítica dos três documentos, podemos comprovar essa assertiva. No espaço fabril-têxtil que nos serviu de mote investigativo, observamos o estabelecimento de diretrizes que almejam moldar o trabalhador às regras e ditames da empresa, o que se sucede, sempre, maximizando os interesses econômicos e reduzindo as condições sociais que marcam essa relação de desigualdade.

Esperamos, com as análises e reflexões desenvolvidas ao longo das páginas precedentes, ter contribuído para desvelar as amarras e grilhões que envolvem o operariado na contemporaneidade e, mais especificamente, aquele que se encontra inserido na indústria têxtil potiguar “Casa de Costura”. Esperamos ainda e, como corolário, contribuir para aguçar nosso entendimento e crítica, no sentido marxiano do termo, das determinações que envolvem esta realidade; afinal, como proferiu o próprio Marx (2012, p. 76): “A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote”. **US**

1. Neste texto, preferimos, por questões de ordem objetiva e por atendimento aos preceitos éticos que nortearam a pesquisa de onde derivaram os dados aqui apresentados, salvaguardar o nome real da indústria que nos serviu de mote investigativo.

2. E, nesse sentido, não custa lembrar: para o capitalista, o trabalho vivo é uma mercadoria como outra qualquer, necessária ao desenvolvimento de um circuito produtivo determinado e, por esse motivo, seu preço/valor está regido pela mesma máxima utilizada com as outras mercadorias: o *quantum* de trabalho socialmente e historicamente requisitado para (re)produzir-se. Assim, por meio do contrato de trabalho, é pago ao trabalhador, sob a forma de salário, um valor em dinheiro que lhe permita a aquisição dos bens necessários para garantir sua sobrevivência e, dessa forma, poder continuar produzindo, sob determinadas condições.

3. A ideia de condições e relações compósitas de trabalho foi estabelecida com nossos estudos no âmbito da indústria têxtil potiguar, cujo resultado final derivou na Dissertação intitulada: “No fio da meada: Um estudo acerca da precarização do trabalho na indústria têxtil”. Ao analisar a realidade que envolve o referido ramo produtivo, percebemos que, nesse espaço, a gestão da força de trabalho ocorre numa verdadeira mescla entre os princípios fordistas (os quais, na particularidade brasileira, já ganham delineamentos bastante diversos, se comparados com o padrão existente nos países de capitalismo central), tayloristas e toyotistas. Estes, articulados de maneira particular, formam uma unidade que indica a forma e as determinações a recaírem sobre a classe trabalhadora no universo produtivo.

notas

4. Tomando-se por norte a realidade de forma mais geral, um clássico exemplo dessa assertiva poderia ser invocado quando nos reportamos a pensar no sistema de banco de horas, por exemplo. Por meio desta manobra, as empresas podem acumular as horas excedentes em relação ao tempo normal da jornada de trabalho para que os trabalhadores, ao invés de receberem os proventos por este tempo trabalhado, folguem, proporcionalmente em dias, de acordo com os interesses e com o dinamismo das empresas.

5. Durante a realização de nossa pesquisa empírica para elaboração da Dissertação, empreendemos esforços para realizar entrevistas com trabalhadores e ex-trabalhadores da indústria, como também procuramos dialogar com a então representante do Sindicato. Em nossas análises, percebemos que sua fala é permeada por diversas contradições que expressam, em alguma medida, os moldes sob os quais se constroem, na realidade hodierna, as formas de luta e resistência da classe trabalhadora, especialmente no âmbito da indústria têxtil “Casa de Costura”. Talvez sua larga experiência nesse cargo (2004-2014) possa tê-la dotado de um discurso sobre a entidade assentado num plano fundamentalmente formal, ou seja, sem densidade prático-política, no que tange ao significado e ao papel cumprido pelo Sindicato na organização e articulação dos trabalhadores. Nesse sentido, se, de um lado, a construção de seu discurso nos leva a compreender o popularmente chamado “sindicato das costureiras” como uma necessidade de união e articulação em defesa das demandas e requisições do operariado têxtil, de outro, pauta elementos que, para ela, apontam a importância do diálogo estabelecido nos gabinetes gerenciais dos administradores, da ausência de mobilizações nos últimos anos, dentre outros aspectos.

6. De acordo com o depoimento do pastor G. Alston (1844): “Não há um único pai de família em cada dez, em toda a vizinhança, que tenha outras roupas além de sua roupa de trabalho, e esta rota e esfarrapada; muitos só têm, à noite, como cobertas esses mesmos farrapos e, por cama, um saco de palha e serragem” (*apud* ENGELS, 2010, p. 73).

7. “Em geral, as batatas que adquiere[m] são de má qualidade, os legumes estão murchos, o queijo envelhecido, o toucinho é rançoso e a carne é ressequida, magra, muitas vezes de animais doentes e já em decomposição” (ENGELS, 2010, p. 110).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Baurú: Canal 6, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Livro 1, Volumes 1 e 2).

_____. Para a crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução. In: NETTO, José Paulo (Org). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

referências

O sucateamento da Universidade Pública:

a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF

Priscila Keiko Cossual Sakurada

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: keikooo@gmail.com

Resumo: Este artigo é fruto de uma sistematização sobre a realidade vivenciada nos cursos de Serviço Social das Universidades Federais Fluminense (UFF) e do Espírito Santo (UFES) como advento da implantação do REUNI e SISU. Buscamos ao longo do trabalho mostrar como decorreu esse processo e como os novos ordenamentos direcionados para a Educação Superior têm impactado diretamente na organização dos cursos e no ingresso e manutenção do alunado nestes cursos. Para tanto, recorreremos aos dados oferecidos pelos dois cursos, dados do MEC e também aos dados da ANDIFES, no que se refere ao perfil dos estudantes do Ensino Superior.

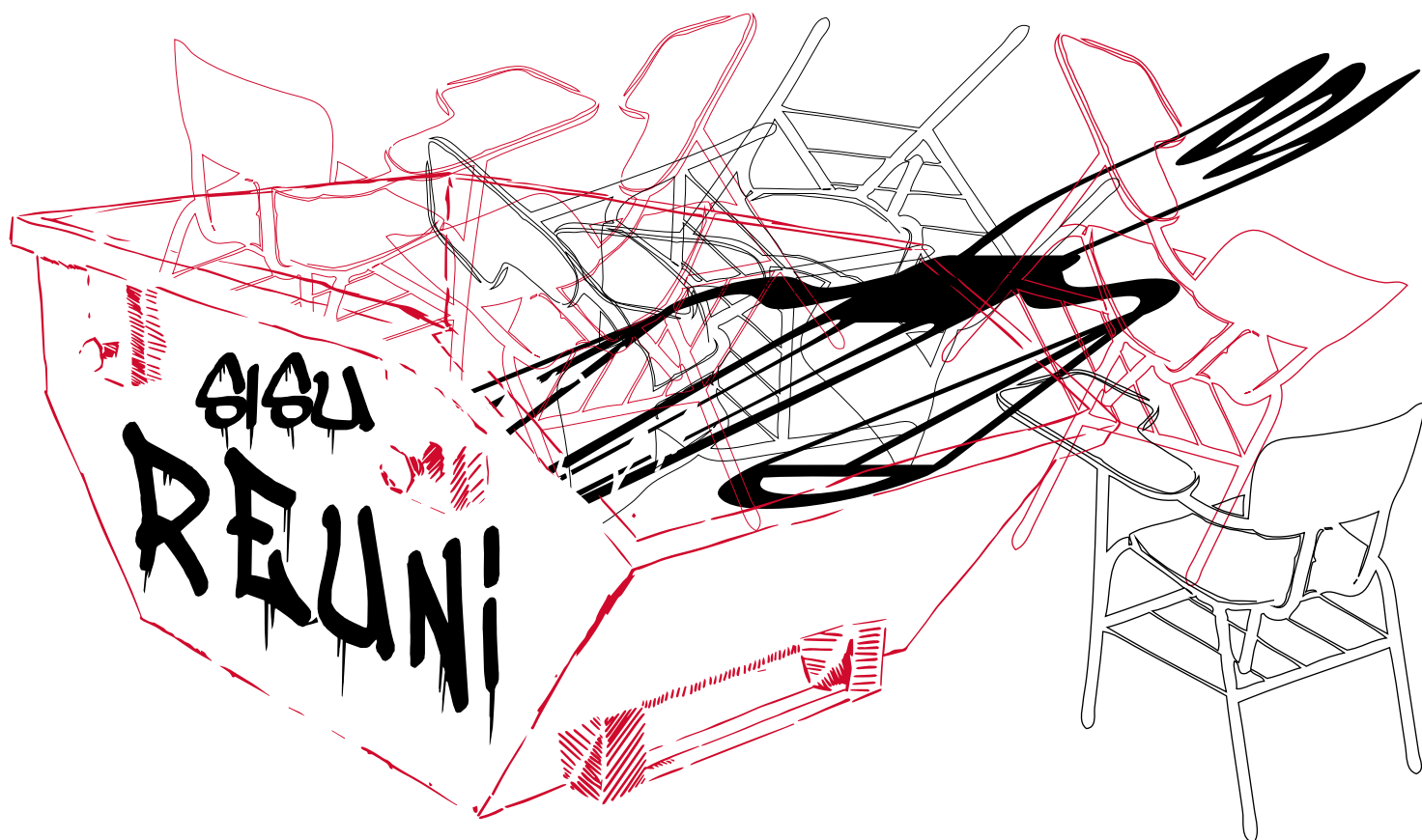
Palavras-chave: Universidade Pública. SISU. REUNI. Serviço Social.

Introdução

Desde os idos de 1990, com o advento da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008), vimos os direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora serem deteriorados sob o argumento do “mau gerenciamento do Estado” (MOTA, 1995).

Argumento este que tinha como intuito “mascarar” a crise mundial do sistema capitalista, iniciada no final da década de 1970, e as novas reconfigura-

ções que se faziam necessárias para garantir a perpetuação do ordenamento capitalista. No mundo do trabalho, as alterações decorreram por meio da acumulação flexível, no setor econômico pela mundialização financeira e nas relações sociais por meio da ideologia neoliberal. Com estas novas reconfigurações, estavam garantidas não somente a desmobilização da classe trabalhadora, mas também a ade-



quação de um “novo” homem, calcado no discurso de solidariedade, bem comum, competitividade e individualismo.

Na educação superior brasileira, esse processo se fez de forma mais contundente a partir da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que atingiu diretamente o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 ao estabelecer novos modelos organizacionais e novas modalidades de ensino.

Pois, apesar do artigo 207 estabelecer que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988), o que se viu foi uma reconfiguração do ensino universitário, aparecendo este enquanto “motor” capaz de aumentar a produtividade e competitividade empresarial (NEVES, 2005).

Ou seja, na LDB/96, a subordinação dos objetivos universitários passa a ter ligação direta com as

demandas do mercado e a vinculação da autonomia universitária à autogestão financeira, tornando as universidades responsáveis por obter recursos para a sua manutenção, estimulando as parcerias universitárias com o mundo empresarial (MACIEL, 2006; ANDES-SN, 2007; PIMENTA, 2009; NETTO *apud* SANTOS, 2006).

Vale ressaltar que todo o processo de contrarreforma não se fez sentir sem a mobilização e organização da classe trabalhadora contra os dismantelamentos da política educacional. Tanto é verdade que houve duas propostas de Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional: uma elaborada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública apresentada por Cid Sabóia (PL nº 1.258/88) e uma apresentada por Darcy Ribeiro (PL nº 101/93 - Lei nº 9.394/96), que contou com a participação de representantes do Ministério da Educação e frações da burguesia brasileira (LIMA, 2007).

De acordo com Lima (2007), se por um lado a

PL nº 1.258/88 trazia a educação enquanto um direito fundamental de todos, garantindo a igualdade de condições de acesso e permanência, cabendo ao Estado efetivá-las, vinculando o papel da educação ao mundo do trabalho e à prática social, produtora de conhecimento, tendo o papel de ser uma reflexão crítica de forma a possibilitar a participação na produção e sistematização e sociabilização do saber, a PL nº 101/93 expressava uma concepção de educação limitada à aquisição de conhecimentos, aparecendo enquanto um direito público subjetivo, onde ao Estado caberia garantir o ensino fundamental, com progressivo atendimento ao ensino médio e à educação superior limitada ao domínio e desenvolvimento das ciências e humanidades para a resolução de problemas nacionais.

Somado a isso, a concepção antagônica dos projetos de educação se viu também nas propostas sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Enquanto a proposta da sociedade brasileira se centrava na garantia de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e referenciada nas demandas dos trabalhadores, a PNE da Lei nº 10.172/2001 visava garantir uma “reformulação da política educacional brasileira

excelência, adequado aos interesses da maioria da população, tendo como base um currículo que permitisse a análise crítica da realidade social. Somado a isso, educação superior seria oferecida majoritariamente pela União por meio de universidades públicas, de modo a garantir a defesa de uma sociedade mais justa e de ser um instrumento de promoção e participação para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade, sendo o CNE um coordenador da política nacional de educação e articulador desta política com as demais políticas públicas de outras áreas.

Em contraposição, a proposta da Lei nº 10.172/2001 era a de que a educação deveria estar associada à concepção de uma formação profissional submetida aos interesses do mundo do capital, onde o currículo teria o papel de garantir o atendimento das necessidades diferenciais da clientela e das regiões. Ou seja, não estaria assegurada uma unidade e construção coletiva, muito menos uma educação enquanto promotora de uma análise crítica e emancipatória. Além disso, no que se refere à educação superior, fica claro o incentivo da expansão por via das instituições de ensino privadas, principalmente pela modalidade de ensino à distância (EAD), somado à distinção entre instituições de excelência e aos ditos “escolões”, aparecendo a educação superior enquanto um espaço de atendimento das demandas do mundo capitalista. Ao CNE caberia ser um mero espaço de assessoramento do MEC, garantindo, desta forma, a centralização do poder a este ministério (LIMA, 2007).

Percebemos, assim, que o processo de contrarreforma da educação superior expresso na LDB e no PNE não significou apenas a legitimação da retirada da função do Estado de garanti-la e o incentivo da expansão pela rede privada, mas também a adequação de um perfil de homem e trabalhador que atendessem aos interesses do capitalismo mundial. Considerando a subordinação que a economia brasileira apresenta nas relações capitalistas mundializadas, as novas configurações que a educação assume têm papel preponderante para a nova sociabilidade, sem, com isso, romper o lastro dependente político e economicamente que o país possui frente aos demais países ditos centrais.

Percebemos, assim, que o processo de contrarreforma da educação superior expresso na LDB e no PNE não significou apenas a legitimação da retirada da função do Estado de garanti-la e o incentivo da expansão pela rede privada, mas também a adequação de um perfil de homem e trabalhador que atendessem aos interesses do capitalismo mundial.

às políticas dos organismos internacionais do capital, operacionalizando a lógica que identifica a educação superior como um setor público não-estatal” (LIMA, 2007, p. 136).

Dentre as diversas concepções antagônicas, destacamos quatro pontos que atingem diretamente a educação superior: a concepção de qualidade, concepção de currículo, o papel do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a política de educação superior.

A proposta da sociedade brasileira versava por uma educação escolar que garantisse um padrão de

REUNI e SISU - as expressões do sucateamento da Universidade Pública

E foi nesse processo que, em 2007, no governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, por meio do Decreto nº 6.096, instituiu-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) enquanto uma das ações do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007).

De acordo com o governo, em se tratando do ensino superior, a proposta do PDE versava pela necessidade de ampliar a oferta de vagas, principalmente entre jovens de 18 a 24 anos, garantir qualidade na ampliação, promover a inclusão social pela educação, permitir que a educação de qualidade fosse acessível a todas as regiões do país e garantir, através da educação superior, a formação de recursos humanos altamente qualificados, sendo estes profissionais formados a chave da integração e desenvolvimento da nação (BRASIL, 2007).

Apesar da aparente democratização, ampliação e melhoria do ensino superior proposto pelo REUNI, os movimentos de docentes e discentes, desde a proposta de adesão pelas universidades ao programa, acenam para a incompatibilidade dos objetivos traçados no decreto e as condições precárias que se encontram nas universidades públicas brasileiras.

Dentre as preocupações dos movimentos, temos a proporção de 18 estudantes por professor, que provoca uma diminuição na qualidade do processo ensino-aprendizagem, uma vez que esses docentes exercem outras atividades simultaneamente, e que não são consideradas nos cálculos. Além disso, ao comparar com outros países (como os Estados Unidos, que apresentam uma proporção próxima a de 16/1), a proposta do REUNI apresenta uma clara conotação de precarização do trabalho docente e desrespeito ao tripé ensino, pesquisa e extensão, uma vez que no cálculo proporcional dos EUA não são levados em consideração os Professores Assistentes, que são os responsáveis por boa parte do contato com os estudantes (ANDES-SN, 2007).

Somado a isso, temos a obrigatoriedade do aumento de taxa de conclusão em cursos de graduação para 90%, demonstrando uma nítida intenção de for-

çar uma aprovação em massa e aprovações automáticas, como já presenciadas no ensino fundamental e médio, além de apresentar uma lógica produtivista e empresarial, uma vez que este crescimento da taxa se dá junto com a elevação da relação aluno/professor (ANDES-SN, 2007).

Para Lima (2010), o que tem ocorrido com o REUNI é uma perversa intensificação do trabalho docente nas universidades, conformando a figura do professor de ensino. Esse professor se caracteriza por um perfil docente com excesso de trabalho na graduação, que não desenvolve ou desenvolve com muitas limitações um projeto de pesquisa e/ou extensão, que não publica ou publica pouco, que não tem tempo para escrever e participar de eventos científicos (devido à falta de recursos financeiros).

Além da precarização do trabalho docente, esses professores de ensino são considerados pelos órgãos superiores das universidades como improdutivos, não conseguindo, assim, sair desse papel. Em con-

Dentre as preocupações dos movimentos, temos a proporção de 18 estudantes por professor, que provoca uma diminuição na qualidade do processo ensino-aprendizagem, uma vez que esses docentes exercem outras atividades simultaneamente, e que não são consideradas nos cálculos.

trapartida, os professores de dedicação exclusiva têm seu processo de trabalho precarizado com o produtivismo acadêmico, que, além de terem que dar conta da graduação, precisam atuar em programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa e/ou extensão e têm metas de produção a serem atingidas (como o número de livros, capítulos de livros, artigos e participação em eventos nacionais e internacionais).

Sabemos também que o REUNI não se configurou na efetiva ampliação de novas universidades públicas no país, muito menos em uma expansão que atendes-se à demanda social por um ensino de qualidade, ou seja, não se colocou, de fato, como uma política pública de ampliação de acesso ao ensino superior nas mais diversas regiões do Brasil. Ao contrário, o que vimos foi a expansão de *campi* das universidades já existentes, sem que essa expansão fosse acompanha-

da por estruturas físicas, materiais e pessoais capazes de dar conta do número elevado de ingresso de novos alunos, além do direcionamento dos recursos públicos para o setor privado.

De acordo com os dados fornecidos pelo sítio do REUNI (REUNI, 2016), que só fornece dados até o ano de 2010, foram criados 14 novas universidades e 100 novos *campi* em universidades já existentes. Além disso, na pesquisa preliminar do Censo 2013 do Inep (INEP, 2015), o número de universidades públicas, entre o período de 2003 a 2013, passou de 79 para 111. Contudo, no mesmo Censo, se fizermos um comparativo numérico da expansão do ensino público e do ensino privado, veremos que em 2003 o número de IES's¹ públicas era de 207, passando para 301, enquanto que o número de instituições privadas passou de 1.652 para 2.130.

Dentre outros dados do Censo 2013 (INEP, 2015) que contribuem para entendermos que não houve o direcionamento dos investimentos para a universidade pública que propiciasse uma efetiva democratização da educação enquanto direito, temos o número de matrículas em cursos de graduação nas IES divididas em categoria administrativa, como consta no quadro²:

IES	2003	2013
Pública	1.176.174	1.193.527
Privada	2.760.759	5.373.450

Com base nestes dados, podemos perceber que a dita “democratização” do ensino superior não veio acompanhada de investimentos que garantissem a consolidação de novas instituições públicas, mas, por via, principalmente, da interiorização dos *campi* de universidades já existentes. Ademais, o ingresso dos estudantes, principalmente da classe trabalhadora, ocorreu por meio do setor privado e não por de IES's públicas.

Somado a isso, vimos também a criação de cursos que têm objetivos claros de atender às demandas das frações empresariais das regiões. Alguns casos emblemáticos: curso de Gemologia, criado em 2014 na Universidade Federal do Espírito Santo, no *campus* de Goiabeiras-Vitória, que foi criado a partir da demanda por profissionais qualificados para atender aos empresários e profissionais do setor de minera-

ção e joalheria, desconsiderando o fato de que na região de Vitória não existem reservas de extração de pedras preciosas, comprometendo inclusive a formação profissional desses sujeitos (UFES, 2016); curso de Turismo, criado em 2013 na Universidade Federal Fluminense, no *campus* do Gragoatá-Niterói, com o objetivo de atender à demanda hoteleira e de turismo das empresas sediadas em Niterói, sendo inclusive o argumento do estabelecimento da parceria público-privada (PPP) entre a UFF, Prefeitura de Niterói e o grupo holandês Good Hospitality Group na criação do hotel flutuante Good Hotel Brasil (UFF, 2016; MONTEIRO, 2016; RODRIGUES, 2016).

A partir desses exemplos, podemos perceber como o processo de expansão das universidades públicas está ligada aos interesses das frações da burguesia brasileira e internacional, de forma a garantir a ampliação de sua lucratividade.

Ainda no processo de massificação e mercantilização do ensino superior, temos o Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado por meio da Portaria Normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012, do MEC, que tem como objetivo selecionar estudantes para as vagas em cursos de graduação nas instituições de ensino públicas, onde o critério de seleção é feito com base na nota obtida pelo estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Por um lado, o SISU representou a possibilidade dos estudantes disputarem as vagas nas universidades públicas sem a necessidade do custeio de taxa de vestibular e deslocamento, uma vez que a disputa passa a depender da inscrição pela plataforma virtual do SISU para os candidatos participantes do ENEM, podendo o candidato escolher até duas opções de cursos e realizar a alteração de opções durante as inscrições de acordo com a nota de corte do curso escolhido. Além disso, tivemos o aumento de ingresso de estudantes oriundos da classe trabalhadora, principalmente de baixa renda, e de negros e pardos.

Por outro lado, o ingresso do estudante nos cursos de ensino superior das universidades públicas, em muitos casos, não se faz por uma opção de interesse pelo curso, mas pela nota de corte obtida na seleção do SISU, incorrendo em posteriores evasões, além da perda de autonomia dos cursos em selecionar um determinado perfil de profissional³, de acordo com as

capacidades teórico-metodológicas acumuladas ao longo do processo formativo até o ensino médio, o que impacta diretamente no processo formativo no curso superior. E como a expansão não decorreu na estruturação de uma política de assistência estudantil que garanta o acesso e permanência, temos visto também casos de estudantes que precisam abandonar o curso por não possuírem condições financeiras de se manterem dentro da universidade.

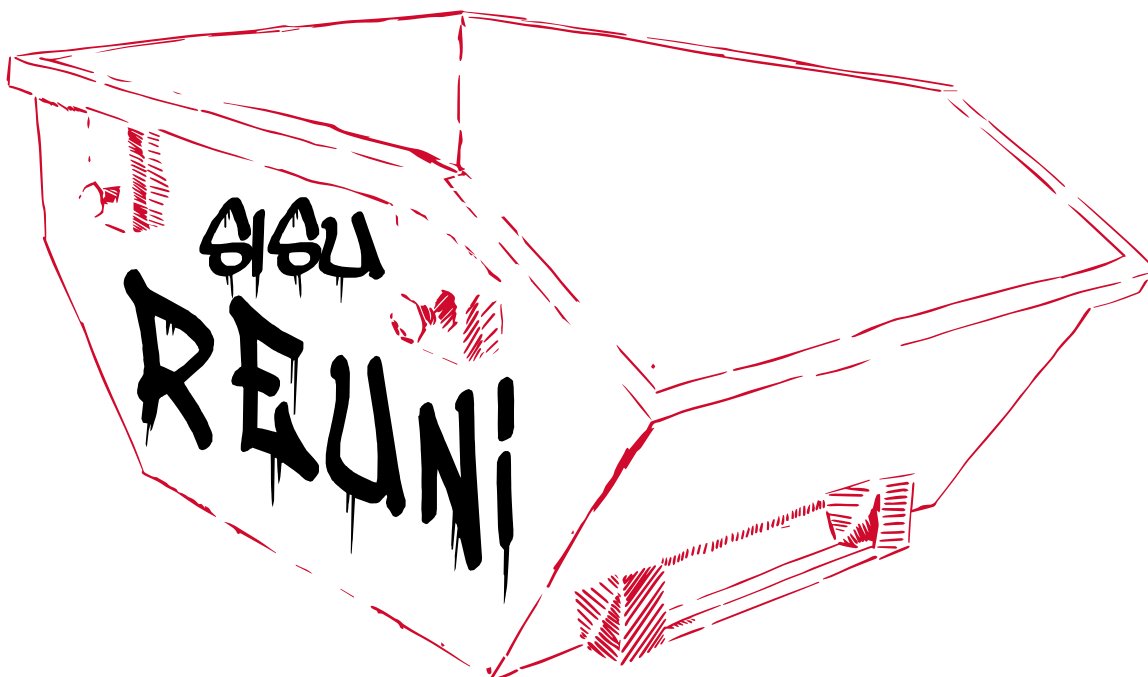
A partir das análises feitas até o momento, o que verificamos é que, para atender à proposta do PNE/2001 no aumento de ofertas de vagas no ensino superior de pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, e o aumento de conclusão em cursos de graduação em 90% no que se referem às universidades públicas, estas metas se fizeram sem considerar as reais necessidades de investimento na estruturação dos cursos (infraestrutura, corpo docente e técnico-administrativo), na manutenção dos estudantes na universidade (política de assistência estudantil) e sem atender às reais necessidades da maioria da população brasileira.

Tal realidade precisa ser problematizada, principalmente se considerarmos a publicação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES) intitulada “Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras”, publicada em junho de 2016.

Nesta pesquisa, foi possível identificar que os estudantes negros, com renda familiar bruta de até três salários mínimos, cresceram de 40,66% em 2010 para 51,43% em 2014. Além disso, o número de mulheres é de 52,37%, percentual estável desde 2010, e o ingresso de estudantes na faixa etária de “25 anos ou mais” decresceu, sendo no período de “2009 ou menos” de quase 70% e no período de “mais de 2013 a 2015” de 25%, crescendo neste período o número de estudantes na faixa etária de “18 a 24 anos”, sendo 73% do total no período de “mais de 2013 a 2015” (ANDIFES, 2016).

Outro dado importante que nos faz perceber como o processo de contrarreforma incide sobre a vida dos estudantes e o número de graduandos que se mudaram para ingressar na Universidade: de acordo com ANDIFES (2016), 407.097 estudantes (ou seja, 43,33%) informaram que moravam em outra cidade antes de ingressarem na Universidade e, deste universo, 80,6% informaram que o principal motivo da mudança foi a própria Universidade.

No que se refere à moradia, 48,49% informaram que moram em casa própria quitada ou financiada e 51,51% informaram que moram em casa cedida ou emprestada, alugada, pública, gratuita ou outra. Ainda de acordo com os dados, apenas 2,64% destas moradias são vinculadas às moradias estudantis das Universidades (ANDIFES, 2016).



Ou seja, com o advento do SISU, o que temos verificado é uma migração dos estudantes para as cidades onde se encontra a Universidade, sem que com isso sejam garantidas condições adequadas dentro dos espaços universitários, principalmente no que se refere à moradia estudantil, já que, de acordo com a AN-DIFES (2016), do universo de estudantes em 2014, 46% se encontram em condição de moradia alugada, cedida ou emprestada e apenas 2,46% em moradias públicas ou gratuitas.

Ao passo que o SISU permitiu um aumento no ingresso de estudantes da classe trabalhadora nos espaços universitários, contraditoriamente, o processo de expansão realizado por meio do REUNI sob o argumento de aumento de ofertas de vagas e a “facilidade” das inscrições por meio do SISU, não veio acompanhado de condições reais de acesso e permanência dos estudantes, ficando ainda a cargo do mesmo o custeio, inclusive da moradia.

Os casos dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF

Sabemos que a adesão ao REUNI nas universidades públicas, em grande medida, esteve vinculada ao discurso de garantir um acréscimo de recursos das despesas de custeio e pessoal para as universidades, tendo o seu repasse financeiro garantido a partir de 2008 (REUNI, 2016).

Nas duas Universidades Federais, a do Espírito Santo (UFES) e na Fluminense (UFF), tivemos a adesão ao REUNI, mesmo com ampla mobilização da comunidade acadêmica contrária ao Plano, seja por meio de ocupações de reitorias, manifestações e votações contrárias nos espaços deliberativos da universidade.

Ambas vivenciaram o processo de expansão desordenada, que acarretou na criação de cursos de graduação desarticulados com as demandas históricas da comunidade acadêmica e da sociedade, assim como na ausência de reposição dos quadros docentes e técnico-administrativos, decorrentes de aposentadorias, exonerações, bem como no déficit para atender às novas demandas criadas pela entrada maior de estudantes e novos cursos. Além disso, tivemos

também criação de *campis* com estruturas improvisadas e sem as reais condições de infraestrutura para o funcionamento.

Contudo, há uma distinção entre as duas universidades no que se refere ao SISU: enquanto a UFF aderiu integralmente à Seleção, na UFES a adesão se deu de forma parcial, prevalecendo a existência da segunda etapa (prova da área) no vestibular.

No que se refere ao curso de Serviço Social, houve um aumento de vagas, sendo que na UFES o número passou de 45 para 70 vagas, enquanto que na UFF o número passou de 110 para 220 vagas. Os aumentos de vagas, ofertadas nas duas instituições, tiveram impacto direto nas condições objetivas do processo formativo, como, por exemplo, o número de docentes disponíveis para o curso de graduação, laboratório de informática, biblioteca com acervo condizente com as necessidades do curso e integração do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Mas também há um fato que distingue as duas instituições no que se refere à adesão ao SISU: na UFF, com a adesão total ao SISU, tivemos aumento do número de estudantes, impactando diretamente nas condições de garantir uma formação profissional pautada na integração do ensino, pesquisa e extensão, de forma crítica e reflexiva. Somado a isso, tivemos também o impacto nas disciplinas de Estágio Acadêmico Supervisionado e nas orientações de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Em se tratando do Estágio Supervisionado, seguindo as normativas, tanto do Projeto Político Pedagógico do curso (UFF), quanto da Política Nacional de Estágio da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o mesmo deve ser realizado sob supervisão direta de um docente-assistente social para, no máximo, 15 alunos. O aumento do alunado no curso gerou na dificuldade de se garantir tais normativas, uma vez que o número de docentes-assistentes sociais existentes se encontra reduzido, tendo esses que, além desta disciplina, ter que dar conta de outras disciplinas que possuem competência exclusiva do profissional de Serviço Social.

Já na disciplina de TCC, o aumento de estudantes tem gerado a problemática do elevado número de orientações sob a responsabilidade dos docentes, que, para além da graduação, assumem também

orientações da pós-graduação⁴, supervisão de bolsistas de pesquisa (graduação e pós-graduação) e monitores acadêmicos.

Vale ressaltar também que, no final de 2014, o curso de Serviço Social da UFF passou por uma Medida Cautelar do MEC, gerando a suspensão dos ingressos em 2015, pois o curso havia recebido conceito insuficiente pela 3ª vez no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). No que se refere ao curso de Serviço Social, historicamente, enquanto posicionamento político do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), por não considerar o Exame enquanto instrumento real de avaliação do ensino e serem contrários à política educacional em curso, os estudantes têm realizado o “boicote” à prova.

Destacamos que a Comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) avaliou, em 2013, que a maior deficiência do curso decorria da insuficiência de docentes frente ao quantitativo de discentes, ultrapassando a proporção 18/1 do MEC, além da deficiência de recursos materiais e humanos suficientes para atender à necessidade do curso. Ou seja, o processo de precarização do curso e a ausência de condições reais de qualidade, que gerou a Medida Cautelar, não se localizavam no curso, mas na forma como têm sido conduzidos os investimentos nas Universidades Públicas. Assim, o que para o INEP se tratou de uma “punição” para o curso a não abertura de vestibular, decorrente dos boicotes dos estudantes no ENADE, para o curso de Serviço Social significou a comprovação pelo próprio órgão governamental das reais condições de precarização que perpassa a Universidade Pública.

Atualmente (2016), depois de um ano de Medida Cautelar, o curso de Serviço Social da UFF voltou a ter entrada de novos estudantes, contudo, a partir da decisão coletiva da comunidade escolar, ficou estabelecida a redução da oferta de vagas para 180⁵ anual, uma vez que a Medida Cautelar não resultou, por parte da reitoria, no aumento de número de docentes⁶ e melhoria das condições materiais do curso.

No que se refere ao curso de Serviço Social da UFES, o processo de precarização aparece com aspectos diferentes. Considerando que não houve adoção integral ao SISU, ao longo dos últimos anos, o que tem se visto é uma diminuição de alunado. Vale

frisar que o curso da UFES é o único ofertado em instituição pública de 09⁷ cursos presenciais que existem no estado.

No ano de 2015, o curso ofertou 92 vagas, tendo o ingresso de apenas 72 novos alunos. Em 2016, 70 vagas foram ofertadas no vestibular e 52 alunos entraram, sendo 46 no primeiro semestre e 06 no segundo semestre. Diante da baixa procura por meio do vestibular, a Escola ofertou 70 vagas ociosas de 2015, contando hoje com 37 alunos, sendo 06 de vestibular, 11 que não conseguiram pontuação em outros cursos de graduação (como Geografia e História) e enquanto segunda opção de curso, e 20 que vieram provenientes de outros cursos, transferências das redes privadas e do ensino a distância por meio do Processo Seletivo de Vagas Surgidas (PSVS). É importante também mencionar que no PSVS houve 74 inscritos, contudo, somente 20 candidatos conseguiram alcançar os requisitos mínimos para o ingresso no curso.

Destacamos que a Comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) avaliou, em 2013, que a maior deficiência do curso decorria da insuficiência de docentes frente ao quantitativo de discentes, ultrapassando a proporção 18/1 do MEC, além da deficiência de recursos materiais e humanos suficientes para atender à necessidade do curso.

Além do baixo ingresso de novos alunos no curso, outro fator que tem acarretado no esvaziamento se localiza na evasão escolar, sendo em 2014 de 23 alunos e em 2015 de 51, totalizando nestes dois anos 74 alunos, sendo que deste total, 11 eram alunos cotistas. De acordo com os dados fornecidos pela Coordenação de Curso, a evasão se caracteriza por desistência, abandono, re-opção de curso e três reprovações na mesma disciplina.

Esses dados são importantes, pois, quando se iniciou o debate do processo de precarização advindo da contrarreforma da educação, nos anos 2000, uma das grandes preocupações que os movimentos dos docentes, discentes e técnico-administrativos apontavam era o risco do “inchaço” dos cursos. É verdade que isso não deixa de ser uma realidade, vide o curso de Serviço Social da UFF, contudo, no mesmo pro-

cesso temos visto o esvaziamento dos espaços universitários em outras instituições, como é o caso do curso de Serviço Social da UFES.

Assim, a partir da realidade dos cursos de Serviço Social da UFF e UFES, o que temos visto é que o desmonte da Universidade Pública tem gerado, por meio do SISU, dois elementos distintos nos cursos de graduação, mas, ao mesmo tempo, ambos vivenciam transversalmente a problemática que rebate na Universidade: o corte de verbas para a manutenção e o não acompanhamento de investimento na política de assistência estudantil com o aumento de vagas.

Somado a isso, temos o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que deveria servir enquanto um instrumento de identificação das condições de funcionamento dos cursos e formação dos estudantes, mas, como ocorreu com o curso de Serviço Social da UFF, mesmo diante da constatação do déficit de professores, não propiciou a exigência no aumento do número de docentes, servindo apenas para “punir” o curso, quando decretou a Medida Cautelar com a suspensão de um ano no vestibular.

A partir da realidade dos cursos de Serviço Social da UFF e UFES, o que temos visto é que o desmonte da Universidade Pública tem gerado, por meio do SISU, dois elementos distintos nos cursos de graduação, mas, ao mesmo tempo, ambos vivenciam transversalmente a problemática que rebate na Universidade: o corte de verbas para a manutenção e o não acompanhamento de investimento na política de assistência estudantil com o aumento de vagas.

Ou seja, os mecanismos criados pelo SINAES, tal como o ENADE, que compõem o conjunto das avaliações, expressam o que diversos pesquisadores (ROTHEN E BARREYRO, 2011; BARREYRO E ROTHEN, 2006; ABREU, 2010; CALDERÓN *et alii*, 2011; LIMA, 2005) já têm apontado: um mero instrumento de *ranking* dos cursos, sem expressar efetivamente as reais condições dos cursos para o seu funcionamento e qualidade a partir do que se propõe a formação profissional em ensino superior.

Considerações finais

Essa realidade nos coloca questões para pensarmos, pois, se por um lado temos visto Universidades em que o processo de precarização e massificação tem colocado limites concretos na condução da formação profissional, com o aumento de alunado sem decorrer de um aumento de docentes e das condições materiais, por outro lado, temos visto o esvaziamento de alguns cursos, como no caso citado.

A nossa preocupação no que se refere ao esvaziamento dos cursos é que, primeiro, reforça o discurso da necessidade de investir em instituições privadas, já que a busca por uma qualificação profissional de nível superior tem aumentado nestas instituições; segundo, porque esse mesmo esvaziamento implica da dissolução do espaço universitário público enquanto política pública e direito; e terceiro, a ausência de alunado pode vir a servir de argumento para ou a extinção destes cursos ou a ocupação destes espaços para a iniciativa privada por meio das parcerias público-privadas ou, então, pressuposto para a oferta de vagas pagas nas universidades públicas, tal como já vem sendo acenado pela PLS 782/2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Além disso, o esvaziamento das Universidades Públicas não tem como ponto principal a adoção total ou não das instituições de ensino ao SISU. Nos cursos de Serviço Social, tanto da UFES quanto da UFF, a evasão também se localiza pelas condições objetivas e materiais dos estudantes em se manterem nos espaços universitários, uma vez que, ao longo dos anos, o investimento em políticas de assistência estudantil tem sido deficitário frente ao crescimento de ofertas de vagas, principalmente quando falamos do ingresso de alunos cotistas e de baixa renda.

A Universidade tem se “pintado de novas cores”, possibilitando, hoje, o ingresso de filhos da classe trabalhadora; contudo, o que o Governo chama de “democratização do acesso ao ensino superior”, nós caracterizamos como massificação e sucateamento, pois o modelo como tem sido conduzido a Universidade tem atingido diretamente a manutenção deste alunado nestes espaços, inviabilizando, por diversas questões, a conclusão nos cursos.

Pois, no mesmo lado da moeda do sucateamento, temos a criação de cursos que não possuem condições reais de se manterem e dos cursos que sofreram com o aumento de vagas, colocando problemáticas como a dificuldade na oferta de disciplinas práticas, infraestrutura (salas de aula, bibliotecas, laboratórios), falta de professores e profissionais técnico-administrativos e outros, além dos cursos de hoje já sofrerem com o esvaziamento de alunado, seja por não obter nota para o ingresso ou por evasão.

Por fim, ao trazermos a realidade dos cursos de Serviço Social da UFF e UFES, buscamos retratar como o desmantelamento da Universidade Pública, por meio do REUNI e SISU, coloca para o conjunto da comunidade acadêmica a necessidade de pautarmos lutas cotidianas juntamente com a classe trabalhadora, principalmente no que se refere à defesa da Universidade enquanto direito para todos, ofertada de forma laica, gratuita, plural e socialmente referenciada na classe trabalhadora. **US**

notas

1. Universidade, Centro Universitário, Faculdade, IF e CEFET – conforme divisão feita pelo próprio Censo do INEP.

2. Quadro organizado pela autora com base nos dados no Censo 2013 do INEP (INEP, 2015).

3. Vale destacar que o que tratamos aqui se refere ao domínio de conhecimentos da área correlata do curso. Não é nosso propósito alegar que o estudante é incapaz, mas que a ausência de um mínimo de conhecimento do campo da ciência que perpassa o curso implica em uma maior dificuldade em desenvolver as capacidades teórico-metodológicas no processo pedagógico. Sabemos também que essa dificuldade atravessa todo o processo educacional e a direção dada à política educacional, não se restringindo apenas ao ensino superior.

4. É importante mencionar que na Escola de Serviço Social da UFF existem hoje duas pós-graduações, sendo que ambas possuem curso de mestrado e doutorado: o Programa de Política Social (PPG) e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR).

5. O curso de Serviço Social da UFF é o que possui o maior número de ingressos anuais no país.

6. No período de 2015 e 2016, foram realizados concursos para Docentes Assistentes, depois de três chamadas (desde 2011) para Docentes Adjuntos. Com isso, 09 (nove) docentes foram aprovados, oriundos de vagas que o curso ainda possuía do REUNI e houve a reposição de 01 (um) docente, decorrente de vacância por aposentadoria. Contudo, esse aumento não gerou grandes impactos, uma vez que esse número não reduziu significativamente o quantitativo de alunos por docentes, tendo hoje 48 (quarenta e oito) docentes em sala de aula e 03 (três) licenciados sem remuneração. Ou seja, depois da Medida Cautelar, não houve, por parte da Reitoria e nem do MEC, a disponibilização de novas vagas para docentes no Curso de Serviço Social da UFF.

7. Em dados fornecidos pelo E-MEC em 25/08/16, a Faculdade J. Simões Ensino Superior (FABAVI) se encontra em processo de descredenciamento voluntário.

- ABREU, M. A. A. **Educação: um novo patamar institucional**. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 131-143, julho 2010.
- ANDES-SN. **Cadernos ANDES**. Brasília: ANDES, n. 25, ago. 2007.
- ANDIFES. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras - 2014**. Uberlândia, jul. 2016.
- BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. **“SINAES” Contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 955-977, out. 2006.
- BEHRING, E.R. **Brasil na Contrarreforma**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 6.069**, de 24 de abr. de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 24 de abr. de 2007.

CALDERÓN, A. I., et alii. **Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado?** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, out/dez 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília, DF, 2014. Disponível em <<http://bit.ly/176FjoE>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

LIMA, K. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. 2005. 225f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. O novo rosto da educação superior pública. **Classe - ADUFF**, Niterói, ano 02, n. 3, p. 18-24, jan/mar 2010.

MACIEL, A. L. S. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MONTEIRO, G. **Hoteleiros: prefeitura de Niterói cria concorrência desleal com hotel flutuante**. Coluna Gilson Monteiro - Niterói de Verdade, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2dkewQ4>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NEVES, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PIMENTA, A. C. B. Serviço Social à distância (EaD): análise da expansão. **PUCviva**, São Paulo, ano 10, n 35, p. 41-46, maio/ago. 2009.

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Expansão. Disponível em: <<http://bit.ly/cX5tWe>>. Acesso em: 30 set. 2016.

RODRIGUES, R. **Hotel flutuante holandês vai ancorar nas águas da Baía de Guanabara**. O Globo. Disponível em <<http://glo.bo/1LgOnQe>>. Acesso em: 22 ago 2016.

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. **Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: “Provão II” ou a reedição de velhas práticas?** Educação e Sociedade, Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan./mar. 2011.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. 2006. 251f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

UFF. Universidade Federal Fluminense. **Curso de Hotelaria da UFF faz parceria com hotel flutuante**. Notícias UFF, 11 abr. 2016. Disponível em <<http://bit.ly/25Vp2Ch>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

referências

Reconhecimentos de Saberes e Competências-RSC

e as novas configurações da carreira dos Professores Federais do Ensino Básico Técnico e Tecnológico-EBTT

Jennifer Susan Webb Santos

Professora da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: jennifersws@hotmail.com

Vera Lúcia Jacob Chaves

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: veraluciajacob@gmail.com

Resumo: O artigo discute consequências na carreira e trabalho dos professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico-EBTT, nas Instituições Federais de Ensino-IFE, decorrentes dos marcos regulatórios, entre 2008-2016, centrando a análise na Retribuição por Titulação-RT, denominada Reconhecimentos de Saberes e Competências-RSC. Foi realizada análise dos documentos legais que regulamentam a RSC, assim como dos dados coletados junto à Comissão Especial para Avaliação do RSC na UFPA, sobre os processos de concessão da RT aos docentes que se submeteram à avaliação no período de 08/2015 a 08/2016. Os resultados apontam significativas mudanças na carreira do docente EBTT, com a possibilidade de redução da formação docente e das condições de trabalho. Além disso, constatou-se que esse mecanismo não impacta na ascensão na carreira por promoção ou progressão funcional, permanecendo o docente estagnado no mesmo nível e classe após a concessão do RSC, anulando as possibilidades de se chegar ao topo da carreira.

Palavras-chave: Carreira. Trabalho e Formação Docente. EBTT. RSC.

Introdução

A carreira dos docentes federais passa, no decorrer dos últimos anos, por uma série de reestruturações apresentadas por sucessivas Leis e suas regulamentações, que impactam em diversos aspectos o trabalho docente e são provenientes de um contexto de reformas educacionais, advindas das reformas do

Estado que estão centralizadas na redefinição do seu papel, com o intuito de superação da crise vivenciada pelo sistema capitalista, a partir da década de 1970.

O principal objetivo deste trabalho é analisar as novas configurações incorporadas pelos marcos legais aprovados entre 2008 e 2016, na carreira e no



trabalho dos professores das Instituições Federais de Ensino-IFE, com ênfase no RSC.

Visando uma análise pormenorizada do trabalho docente nas IFE, o foco desta pesquisa foi o trabalho dos professores que atuam no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, na interface com suas carreiras, que tem sido alvo de recentes reestruturações: em 2008 e 2012, com as Leis 11.784 e 12.772, respectivamente. É na constituição da carreira que são reconhecidas as concepções sobre o professor, priorizadas nas políticas de formação docente que se fundamentam na lógica capitalista.

As principais alterações observadas nessas leis foram: em 2008 – a criação do cargo EBTT, com reenquadramento de todos os docentes, então classifica-

dos como do Magistério de 1º e 2º graus; e em 2012 – a instituição do Reconhecimento de Saberes e Competências-RSC, que vem sob forma de Retribuição de Titulação-RT, equivalente aos valores recebidos pelos titulados em pós-graduação.

A coleta de dados foi feita em agosto de 2016, junto à Comissão Especial de Avaliação do RSC/CPPD da Universidade Federal do Pará-UFPA, que foi responsável pelo processo de regulamentação sobre o RSC, a partir de 2015. Esses dados foram analisados em sua relação com a conjuntura das políticas educacionais, na perspectiva de verificar as consequências dos novos marcos regulatórios para os docentes EBTT da UFPA.

A coleta de dados foi feita em agosto de 2016, junto à Comissão Especial de Avaliação do RSC/CPPD da Universidade Federal do Pará-UFPA, que foi responsável pelo processo de regulamentação sobre o RSC, a partir de 2015. Esses dados foram analisados em sua relação com a conjuntura das políticas educacionais, na perspectiva de verificar as consequências dos novos marcos regulatórios para os docentes EBTT da UFPA.

Sendo assim, o texto apresenta inicialmente uma análise da conjuntura das políticas educacionais em consonância com as reformas do Estado adotada no Brasil a partir de 1994. Em seguida, mostra as nuances da carreira e trabalho dos docentes EBT'T, para, então, caracterizar suas novas configurações, especialmente o RSC, na UFPA. As considerações finais tratam das potenciais consequências da reestruturação da carreira EBT'T, diante da implementação das alterações legais, entre elas o afastamento desse docente da pesquisa acadêmica, por meio da centralidade do exercício docente nas atividades de Ensino e desestímulo ao acesso à capacitação por meio da pós-graduação *stricto sensu*.

O contexto sócio-político-econômico da Educação no Brasil

As últimas duas décadas, período pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, têm sido marcadas por um ciclo de reformas educacionais resultantes de reformas do Estado. Essas reformas estão presentes em todos os níveis da educação e atingem, sobremaneira, o profissional docente, sua carreira e a realização do seu trabalho, uma vez que o professor promove, com sua formação, concepção e atuação, a educação como ferramenta fundamental para o desenvolvimento da sociedade, tornando-se essencial

Harvey (2012) e Mészáros (2009) afirmam que o capitalismo passa por uma crise que se aprofunda desde a década de 1970. Para a superação dessa crise, sucessivas medidas, desde então, vêm sendo tomadas, sob a égide do neoliberalismo, especialmente reconfigurando o papel do Estado, que passa a ser, predominantemente, regulador das políticas públicas em detrimento de ser garantidor dos direitos fundamentais da população.

no processo em que há a necessidade de adequação às demandas do capitalismo, sistema produtivo da sociedade contemporânea, que se encontra em crise e buscando superá-la.

Harvey (2012) e Mészáros (2009) afirmam que o capitalismo passa por uma crise que se aprofunda

desde a década de 1970. Para a superação dessa crise, sucessivas medidas, desde então, vêm sendo tomadas, sob a égide do neoliberalismo¹, especialmente reconfigurando o papel do Estado, que passa a ser, predominantemente, regulador das políticas públicas em detrimento de ser garantidor dos direitos fundamentais da população. Sendo assim, o Brasil passa por uma crise que é essencialmente do sistema do capital e que atinge todos os países do mundo capitalista, mesmo que em tempos e contextos diferenciados.

Nessa conjuntura de crise, os sucessivos governos neoliberais brasileiros, principalmente a partir dos anos 1990 (desde Collor de Mello), têm adotado políticas públicas voltadas a atender às condicionalidades dos Organismos Internacionais, a exemplo do Banco Mundial, como afirmam Silva, Azzi e Bock (2008, p. 33):

O Banco Mundial teve forte influência na definição das políticas públicas educacionais brasileiras nas últimas décadas, nem tanto pelo volume de recursos que injetou no setor, mas pelo que conseguiu influenciar nas políticas sociais, principalmente porque seu aval abria portas para a liberação de empréstimos destinados a programas de ajustes.

Essas políticas secundarizam, cada vez mais, os direitos sociais da população brasileira, garantidos na Constituição Federal de 1988, cujas consequências são: privatizações, terceirizações, sucateamento dos serviços públicos, retirada dos direitos trabalhistas etc. Por conseguinte, a educação pública, assim como os serviços públicos, vem sendo sucateada, por meio de redução de recursos públicos, congelamento de salários, dentre outras medidas que têm contribuído para que o ensino no país seja avaliado como de pouca qualidade e ineficaz.

Essa crise, que para Frigotto (2010) é estrutural, pretende ser superada pelos governos neoliberais com o sacrifício da classe trabalhadora, que passa a ter seus direitos retirados por medidas que se consolidam em Projetos de Lei e Emendas Constitucionais que modificam a Constituição Federal e que passam a ser políticas não só de governos, mas políticas de Estado, com caráter permanente.

A crise não é, portanto, como explica a ideologia neoliberal, resultado da demasiada interferência do Estado, da garantia de

ganhos de produtividade e da estabilidade dos trabalhadores e das despesas sociais. Ao contrário, a crise é um elemento constituinte, estrutural do movimento cíclico da acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço (2010, p. 66).

A educação, nesse contexto, assume um papel diretamente relacionado ao mercado, configurando-se como fonte de lucros para empresas privadas que a ofertam como mercadoria a ser consumida. Esse caráter mercadológico da educação é defendido desde os clássicos do liberalismo econômico², que a distanciavam das atribuições do Estado, como analisado por Alves (p. 66-67, 2007), fundamentado em Adam Smith:

Sobre a gratuidade escolar, esse maiúsculo pensador da economia política clássica também não tergiversou. Entendeu ele que a redução dos custos da educação escolar seria o recurso determinante para o acesso das crianças das famílias trabalhadoras. Em suas próprias palavras, as atribuições do Estado, na oferta de educação, seriam resumidas à “criação em cada paróquia ou distrito de uma pequena escola, onde as crianças possam ser ensinadas através de um pagamento tão reduzido que até o trabalhador comum o possa suportar” (idem, p. 421). Adam Smith admitiu, tão somente, um subsídio do Estado para o financiamento dos custos dos serviços escolares.

Smith, em *Riquezas das Nações*, inclui a educação como um serviço que, assim como outros (estradas, pontes, canais navegáveis), “submete a dimensão pública à esfera privada em benefício desta última, no âmbito do próprio Estado Republicano” (SILVA JR, 2008, p. 61).

Nessa perspectiva, a educação pública é ideologicamente construída como um fracasso, ou seja, como um serviço que não deve ser garantido pelo Estado, distanciando-se de sua acepção de direito subjetivo. Assim sendo, adota-se medidas com vistas a individualizar a responsabilização por esse fracasso na atuação do professor da escola pública, que passa a ser culpabilizado pelo fracasso dos estudantes na escola, quando na realidade os fatores se relacionam ao conjunto das políticas públicas educacionais.

Concepção sobre a Carreira e o Trabalho Docente EBTT

O predomínio do pensamento neoliberal é evidente nas concepções sobre o trabalho docente presente no desenvolvimento da carreira ou quando as condições de trabalho são diretamente associadas à “meritocracia” – aos aspectos de um beneficiamento individualizado. Tal concepção está impregnada pelo produtivismo que ocorre fundamentado nas regulamentações que estabelecem tabelas de pontuações para cada ação do docente, vinculando-as à conquista de benefícios, como constatado no anexo I da Resolução nº 4.685/2016/CONSEPE/UFPA.

Sob essa concepção, a carreira e o trabalho docente reforçam o “individualismo” e a “meritocracia”, já que defende que o “sucesso” e o “benefício” são alcançados de acordo com a produtividade de cada pessoa.

Assim, o *laissez-faire*³, tão difundido pelo liberalismo é, nessa conjuntura, a responsabilização unicamente do professor, pelo desenvolvimento da carreira no trabalho, não levando em consideração outros fatores determinantes como as condições objetivas que perpassam a sua atuação, tais como o acesso a

O predomínio do pensamento neoliberal é evidente nas concepções sobre o trabalho docente presente no desenvolvimento da carreira ou quando as condições de trabalho são diretamente associadas à “meritocracia” – aos aspectos de um beneficiamento individualizado.

materiais didáticos e a cursos de formação continuada, quantidades de alunos por sala de aula e boas condições físicas do local de trabalho, entre outros.

O Estado no liberalismo, segundo Locke (1994) e Smith (1983), configura-se apenas como regulador das políticas públicas relacionadas ao andamento da vida em sociedade. Os autores defendem uma interferência mínima do Estado, principalmente nos assuntos econômicos, deixando livre ao mercado esse aspecto, o que se torna base para a consolidação e ampliação da sociedade capitalista, já que a livre concorrência e a defesa da propriedade privada são seus pilares. O Estado, todavia, seria o garantidor das li-

berdades individuais para manter o patrimônio, ou seja, garantidor dos direitos naturais definidos por Locke (*ibidem*) como direito à vida, à propriedade e a punir.

Esse caráter é percebido por meio da instituição da gratificação pelo mérito pessoal, como é o caso do Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC, em vigor para os professores EBT'T desde a promulgação da Lei nº 12.772/2012, sendo apresentado no Capítulo IV, que trata da remuneração do plano de carreiras e cargos de magistério federal:

Art. 18. No caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC.

§ 1º O RSC de que trata o *caput* poderá ser concedido pela respectiva IFE de lotação do servidor em 3 (três) níveis:

- I - RSC-I;
- II - RSC-II; e
- III - RSC-III.

Essa lei estabeleceu que cada IFE regulamentasse a concessão do RSC. A Universidade Federal do Pará, após mais de três anos de sua promulgação, publica, em 06 de agosto de 2015, a Resolução nº 4.685. Nesse documento, percebe-se mais explicitamente o individualismo através do incentivo à meritocracia para a obtenção de benefícios financeiros.

Art. 2º Conceitua-se Reconhecimento de Saberes e Competências o processo de seleção pelo qual são reconhecidos os conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas no âmbito acadêmico, para efeito do disposto no artigo 18 da Lei n.12.772/2012.

O RSC é uma equivalência monetária com relação comparativa direta às gratificações por titulação de pós-graduação dentro da carreira dos docentes vinculados às Instituições Federais de Ensino - IFE, na qual o docente comprova através da sua produtividade que merece receber a gratificação, respectivamente, RSC I, RSC II e RSC III, quando não possuir o título de especialista, mestre ou doutor na sua área de atuação.

Para a obtenção desse direito, é necessário que o professor some, no mínimo, 25 pontos no RSC pretendido e um total de 50 pontos, como expresso no Artigo 18 da mesma Resolução, que dispõe: "Para que a solicitação de RSC seja deferida, o candidato deverá atingir, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos, dos quais pelo menos 25 (vinte e cinco) devem ser obtidos no nível do RSC pleiteado, além de receber parecer favorável de, no mínimo, um membro da Comissão Especial".

A rigor, esse benefício se encerra, única e exclusivamente, na percepção remuneratória, pois não se relaciona com a promoção e progressão funcionais na carreira, como observado no artigo 6º da citada Resolução, *in verbis*: "O RSC será analisado somente para fins da Retribuição por Titulação, não podendo em nenhuma hipótese ser considerado para progressão ou promoção funcional".

Essa nova regulação aponta significativas mudanças à carreira do docente EBT'T e, por conseguinte, as suas condições de trabalho. Fato que poderá resultar em reestruturação do trabalho docente, principalmente no que se refere à capacitação via cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, tendo em vista que o docente adquiriu o direito ao recebimento da RT equivalente sem a obtenção dos títulos de especialista, mestre ou doutor. Embora esse mecanismo não impacte na ascensão na carreira por promoção ou progressão funcional, permanecendo o docente estagnado no mesmo nível e classe após a concessão do RSC, ainda que a Lei nº 12. 772, em seu Artigo 14, estabeleça:

Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput*, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

Assim, com o RSC, o docente irá receber uma RT equivalente, de acordo com o Parágrafo 2º do Artigo 18 da mesma Lei, porém, não será promovido para

a classe imediatamente superior à que se encontra, pois esta possui, como pré-requisito, a titulação correspondente.

§2º- A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, **exclusivamente para fins de percepção da RT**, ocorrerá da seguinte forma:

I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá a titulação de especialização;

II - certificado de pós-graduação *lato sensu* somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado (grifo dos autores).

A capacitação por meio de pós-graduação é reconhecida como um processo de formação continuada pela própria Lei supracitada, que incorpora os períodos de afastamento para esse fim como tempo de serviço, sendo contabilizados para efeitos de promoção e progressão e funcionais. Contudo, somente com o RSC não é possível chegar ao topo da carreira, à Classe de Titular, pois um dos critérios é ter o título de doutor, de acordo com o que estabelece o parágrafo 3º do Artigo 14 dessa Lei, que dispõe:

§3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - [...]

II - [...]

III - [...]

IV- para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

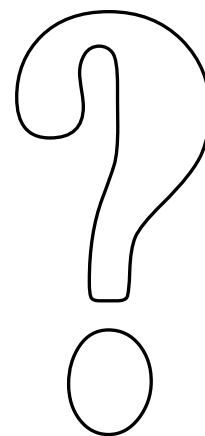
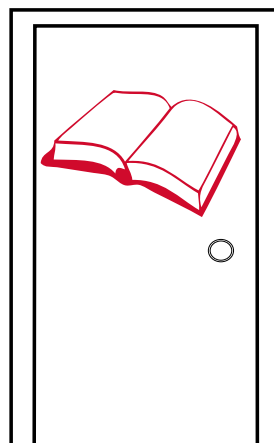
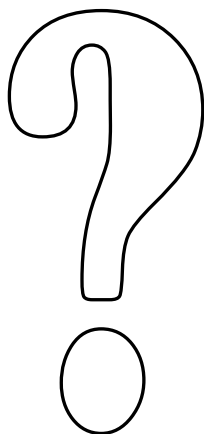
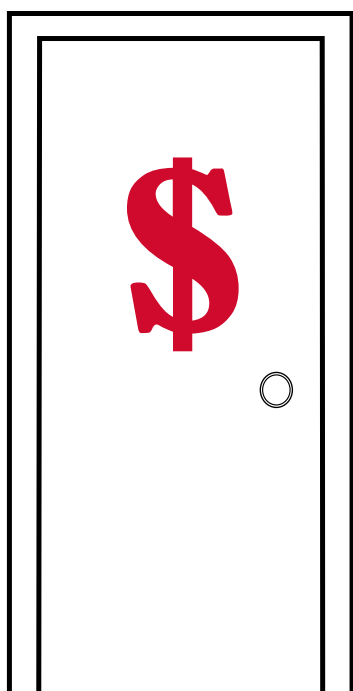
b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante ou de defesa de tese acadêmica inédita.

A titulação continua também como exigência para submissões a diversos editais de incentivo à realização de projetos de pesquisas e extensões das agências de fomento internas e externas às Universidades. Fica evidente que o RSC não titula o docente, mas apenas tem efeito na sua remuneração por meio de uma gratificação intitulada RT, ou seja, o docente não poderá concorrer aos editais de pesquisa e de extensão, permanecendo nas atividades apenas de ensino.

Os docentes do EBTT na UFPA e o RSC

A carreira EBTT na UFPA possuía em agosto de 2016 o total de 256 docentes⁴, distribuídos em três unidades: Escola de Aplicação - EAUFPA; Escola de Teatro e Dança - ETDUFPA e Escola de Música - EMUFPA. Esses docentes atuam na Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; e Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio e também nos Cursos Superiores, na modalidade Tecnológico, de acordo com suas respectivas lotações.



A partir da Resolução nº 4.685, de 06 de agosto de 2015, esses docentes tiveram regulamentados os critérios para a solicitação da RT pelo RSC, previsto na Lei nº 12.772/2012. De acordo com essa Resolução, os docentes da carreira da EBT'T poderiam se submeter a processos avaliativos para a obtenção dessa RT, de acordo com regulamentações de cada IFE, a partir de 01 de março de 2013.

Dessa forma, foi criada na UFPA uma Comissão Interna de Avaliação do RSC, vinculada à CPPD, cujos membros foram designados pela Portaria Interna CPPD nº 01/2015, possibilitando os trâmites dos processos de avaliação, como apresentado na tabela a seguir.

Os doutores, assim como os professores com apenas o Ensino Médio, não se enquadram nos critérios do RSC estabelecidos pela Lei. No primeiro caso, por terem o direito a solicitar a promoção a partir da sua titulação de Doutor, passando a receber a RT correspondente; no segundo caso, os professores que possuem o Ensino Médio, por não possuírem o critério mínimo, que é a graduação.

Dos 197 professores aptos a receber o RSC, apenas 41 não deram entrada ao processo para o recebimento da gratificação. É importante destacar que, dos que fizeram a solicitação (156 professores), 145 tiveram seus processos deferidos e que apenas 11 encontram-se em andamento.

No primeiro ano da publicação da Resolução nº 4.685, de 06 de agosto de 2015, que regulamenta o RSC na UFPA, cerca de 80% dos seus professores EBT'T aptos ao RSC, solicitaram a RT. Destes, mais

de 90% obtiveram deferimento de suas solicitações, como demonstrado no gráfico a seguir. A maioria foi no RSC III, que equivale à titulação de doutor, cujo requisito básico é ter o mestrado.

Os dados demonstram que a ampla maioria dos docentes aptos solicitou o RSC e está recebendo a retribuição em seus contracheques por terem seus processos finalizados. Nenhum processo foi indeferido nesse período e apenas aproximadamente 7% das solicitações encontram-se em andamento, significando, portanto, um acréscimo real ao salário dos professores.

Existem outras perspectivas a serem analisadas a partir da Lei nº 12.772/2012, além do estabelecimento do RSC. Algumas foram sistematizadas e estão mais evidenciadas na portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC, que detalha as atividades do cargo de docente do EBT'T, apontando diretrizes a serem regulamentadas por cada IFE num prazo de 180 dias e que centralizam o trabalho docente EBT'T nas atividades de ensino.

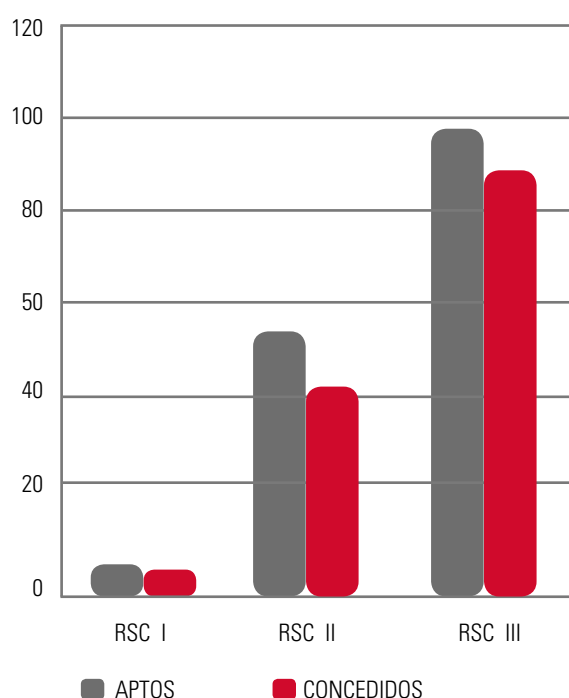
Esse fator caracteriza uma diferenciação na natureza do trabalho realizado pelos docentes EBT'T em relação aos do Magistério Superior-MS, no qual a centralidade está no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e não somente no Ensino. Logo, a perspectiva do afastamento do trabalho desse docente da pesquisa acadêmica é iminente e pode ser mais reforçada pelo RSC, pois desvincula a formação do pesquisador da pós-graduação da carreira docente, atribuindo uma RT equivalente.

Tabela 1 - Professores EBT'T da UFPA e o RSC - agosto de 2016

TÍTULO/ FORMAÇÃO	QT	APTOS AO RSC	PEDIDOS	DEFERIDOS	INDEFERIDOS	EM ANDAMENTO
Doutores	57	0	0	0	0	0
Mestres	102	102	102	93	0	9
Especialistas	58	58	47	46	0	1
Graduados	37	37	7	6	0	1
Ensino Médio	02	0	0	0	0	0
Totais	256	197	156	145	0	11

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados em agosto de 2016, junto à Comissão Especial para Avaliação do RSC - Portaria Interna CPPD/UFPA nº 01/2015.

Gráfico 1 - Processos de solicitações de RSC dos docentes EBTB da UFPA



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados coletados em agosto de 2016 junto à Comissão Especial para Avaliação do RSC - Portaria Interna CPPD/UFPA nº 01/2015.

Ademais, essa portaria, em seu Artigo 15, trata do afastamento de docentes em processo de capacitação e indica que estes não terão liberação total, pois estabelece que os limites diferenciados de carga horária de docentes nessas condições serão parciais.

Art. 15. A instituição poderá prever limites diferenciados de carga horária para docentes em processo de capacitação ou responsáveis por programas e projetos institucionais, mediante portaria específica do seu dirigente máximo.

Nesse sentido, a qualificação profissional, que seria condição *sine qua non* para a capacitação e sua formação enquanto professor-pesquisador, por conseguinte, para a melhoria da qualidade da educação e para a compreensão desta como ferramenta de emancipação humana, passa a não ser priorizada, pois:

Em meio ao contexto reformista, a funcionalidade da escola, a formação docente e os processos pedagógicos tendem a refletir, não sem resistências, a sintonia estabelecida com as determinações gerais da sociedade do capital, que busca fazer com que cada indivíduo assuma como suas as metas de reprodução do capital,

tornando-se um instrumento da reprodução do capital, que desvaloriza um processo de formação com qualidade social e de forma contínua (RIBEIRO, 2013, p. 41).

O RSC representa essa individualização da responsabilidade do professor pela busca de melhoria da educação, desresponsabilizando a instituição e os governos pela qualidade na educação. Outras mudanças nesse sentido apresentar-se-ão nos próximos períodos, pois as alterações apresentadas pela Portaria nº 17, da SETEC/MEC, devem vir num prazo de 180 dias a partir da sua publicação, 11 de maio de 2016.

O trabalho dos docentes EBTB na UFPA ainda passará por mais regulamentações legais, emergindo a necessidade de respostas coletivas às demandas latentes dessa categoria.

Considerações finais

É mister afirmar que todo benefício ao professor é importante para a superação das distorções salariais advindas de uma estagnação na carreira. Esses ganhos reais na remuneração contribuem para a recuperação frente aos processos históricos de defasagem salarial, decorrentes de inúmeros planos econômicos, assim como de prejuízos provocados por Reformas do Estado que atingiram diretamente os servidores públicos federais (ANDES-SN, 2007).

Contudo, é preciso analisá-lo numa perspectiva dialética, percebendo o aparente em contradição com sua essência, que se relaciona com uma sociedade capitalista, em que suas determinações e seu modo de produção afetam todos os aspectos sociais. Como leciona Gil, “Para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e em todas as suas conexões” (1994, p. 32).

De acordo com Kosik (2002), há que se superar a pseudoconcreticidade, mostrando a necessidade de se entender as condicionantes que determinam a parte na sua relação com o todo. Adentrar na essência do significado de uma RT que, baseada num valor monetário imediato, não contribui para a carreira dos docentes EBTB, na medida em que está desco-

lada da promoção e progressão funcionais, e, mais do que isso, se afasta de uma construção coletiva que vise melhorar não só a remuneração dos docentes, mas, fundamentalmente, seu trabalho e sua carreira.

Assim, essas novas configurações da carreira EBTT corroboram com o fortalecimento das políticas neoliberais que visam reduzir os custos do Estado como forma de aliviar a crise do capital, na medida em que estimulam os docentes a se acomodarem com uma gratificação que, aparentemente, recupera parte das perdas salariais, mas que na realidade terão, em médio prazo, redução nos salários, pois não possibilitam a progressão ao topo da carreira. Além disso, não há um comprometimento do governo com a melhoria das condições objetivas do trabalho docente, uma vez que a política adotada reduz o incentivo à formação em pós-graduação por meio de sucessivos cortes nos recursos para a pós-graduação além de, paulatinamente, não garantir a liberação total do professor para esse fim, se distanciando das possibilidades de formação para uma visão crítica da sociedade, que é possibilitada, em grande medida, pela pesquisa acadêmica. **US**

É mister afirmar que todo benefício ao professor é importante para a superação das distorções salariais advindas de uma estagnação na carreira. Esses ganhos reais na remuneração contribuem para a recuperação frente aos processos históricos de defasagem salarial, decorrentes de inúmeros planos econômicos, assim como de prejuízos provocados por Reformas do Estado que atingiram diretamente os servidores públicos federais.

notas

1. Ideologia proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do XX, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado.
2. O chamado liberalismo econômico, geralmente denominado de capitalismo, é uma decorrência lógica do princípio básico do liberalismo, a saber, que em sociedade é desejável buscar a maior liberdade possível para cada um que seja compatível com igual liberdade para todos. Aplicando esse princípio à área econômica, o liberalismo defende a tese de que o governo deve se abster de toda e qualquer tentativa de atuar diretamente na economia (como Estado-empresário), ou mesmo de regular ou fiscalizar a economia, ou de nela intervir de qualquer forma (como, por exemplo, para tentar “aperfeiçoar” o mercado) (CHAVES, 2007, p. 9).
3. Expressão-símbolo do liberalismo econômico: o mercado deve funcionar livremente, sem interferência.
4. Dados referentes a 01 de março de 2013, ocasião em que passou a vigorar o RSC. De acordo com a Comissão Especial de Avaliação do RSC/CPPD, esses dados são aproximados, devido ao tempo de tramitação de processos de promoção e progressão funcional, não solicitação por parte do docente mediante titulação, não comprovação definitiva etc.

- ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2007). **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE para Educação Superior**. Caderno ANDES nº 25. Brasília: ANDES-SN, 2007.
- ALVES, L.G. O Liberalismo e a produção da escola pública moderna. In LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 61-86
- BRASIL. Lei 12.772, de 28 de dezembro 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- _____. Lei 11.784, de 28 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- _____. Lei 11.784, de 28 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro 1996 - Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.
- CHAVES, E.O.C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para educação: uma defesa. In LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 1-60
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 1994.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- KOSIK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição. In: KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 7ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LOCKE, John. **O segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- RIBEIRO, M. E. Formação continuada de professores: desafios e perspectivas no atual contexto político educacional. In: RIBEIRO, M. E.; CUNHA, D. A-; PEREIRA, E. N. G- (ORGS). **Formação continuada de professores**. Entrelaçando saberes e práticas inovadoras. Castanhal, PA: GEPPE, 2013. p. 37-50.
- SETEC/MEC. Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016. Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=43041-portaria-setec-n17-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- SILVA, C.C; AZZI D; BOCK.R. Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a iniciativa Via Rápida na América Latina. In; HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais** - São Paulo, Cortez, 2008. p. 15-86.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Economistas", 1983.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 4.685, de 06 de agosto de 2015. Dispõe sobre a regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no âmbito da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/sege/boletim-interno/downloads/resolucoes>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

referências

Brasil em tempos de contrarrevolução

Kátia Lima

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: katiaslima@globo.com

Resumo: O artigo examina a configuração da luta de classes no Brasil, dialogando com a obra de Florestan Fernandes, a partir dos conceitos de capitalismo dependente, padrão compósito de hegemonia burguesa, expropriação dual do excedente econômico e contrarrevolução preventiva e prolongada. Considerando o caráter ultraconservador da burguesia brasileira como um traço constitutivo da sua dominação, o texto problematiza o sentido de um governo de coalizão de classes, caracterizado por alianças entre frações da burguesia brasileira, os países imperialistas e a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora, dirigida pelo Partido dos Trabalhadores. Por fim, considera que esta política de coalizão de classes constituiu uma fase da contrarrevolução preventiva que viabilizou uma das mais intensas ofensivas conservadoras à classe trabalhadora na atualidade.

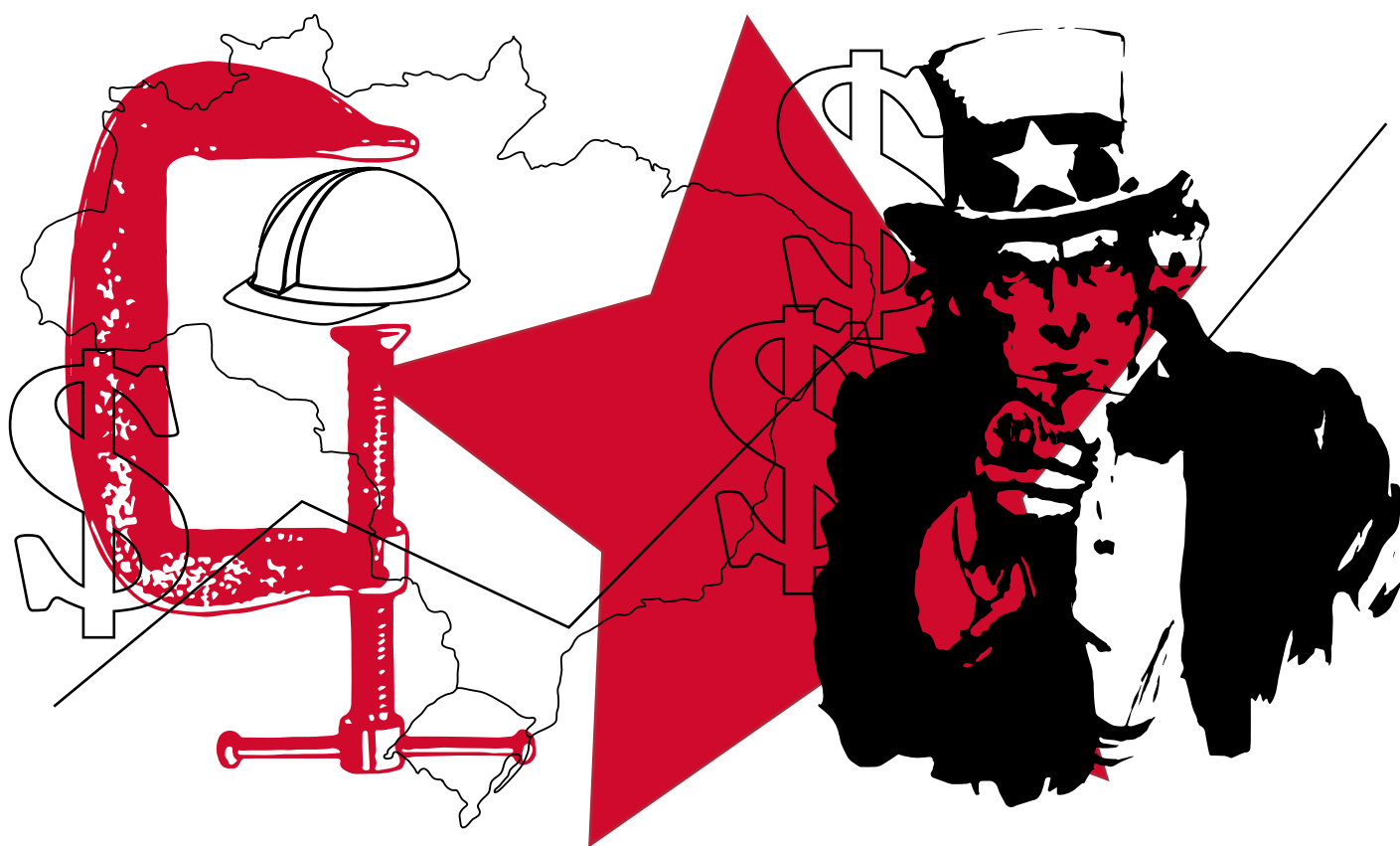
Palavras-chave: Capitalismo Dependente. Contrarrevolução Preventiva e Luta de Classes.

Introdução

Nos limites deste artigo, apresentamos como objetivo examinar a configuração da luta de classes no Brasil a partir do diálogo com a obra do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes, recuperando, particularmente, os conceitos de capitalismo dependente, padrão compósito de hegemonia burguesa, expropriação dual do excedente econômico

e contrarrevolução preventiva, considerando esta teorização como instrumental analítico fundamental para a compreensão da contrarrevolução burguesa em curso no Brasil.

Em um primeiro momento, utilizamos os conceitos acima indicados para fundamentar a análise do caráter ultraconservador da burguesia brasileira como um traço constitutivo de sua dominação de classe. Partindo destas considerações, recuperamos o



conceito marxista de contrarrevolução burguesa, ressaltando como Florestan Fernandes realiza uma ampliação deste conceito, apreendendo a contrarrevolução como um processo permanente e prolongado.

As crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de “democracia restrita”, de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes.

Destacamos que a ótica da luta de classes atravessa a análise do capitalismo no Brasil, a partir de um duplo movimento: apreendendo os condicionantes “externos” que caracterizam a hierarquização entre os países centrais e os países capitalistas dependentes e, simultaneamente, o papel fundamental que a bur-

guesia brasileira e a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora convertida à ordem, conduzida pelo Partido dos Trabalhadores, exerceu para a reprodução do projeto burguês de sociabilidade na atualidade.

Um processo relacionado com as mudanças na conjuntura internacional e nacional de ofensiva do capital contra o trabalho e, simultaneamente, de aburguesamento da referida burocracia partidária e sindical da classe trabalhadora que substituiu na sua pauta de ação política a “revolução contra a ordem” pela “ocupação do poder”, através da coalizão de classes, consubstanciando um novo “acordo pelo alto” na história brasileira, demarcando o período de 2003 a 2016.

Problematizamos, por fim, em que medida esta política de coalizão de classes se constituiu como uma etapa da contrarrevolução burguesa, inaugurando uma nova fase da ofensiva conservadora aos direitos da classe trabalhadora em curso, no Brasil, a partir do ano de 2016.

Capitalismo dependente e padrão compósito de hegemonia: bases para a análise da natureza da burguesia brasileira

Florestan Fernandes analisa o capitalismo no Brasil a partir da forma de integração do país à economia internacional, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas, da “partilha do mundo” gerada pelas transformações na economia mundial. No entanto, essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição “de fora”, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica. “A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica” (FERNANDES, 1968, p. 90).

Apesar da imagem construída pelos países imperialistas de que o subdesenvolvimento seria uma contingência interna ou uma condição transitória de determinados países e regiões, para posteriormente alcançarem o pleno desenvolvimento e que

Florestan Fernandes analisa o capitalismo no Brasil a partir da forma de integração do país à economia internacional, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas, da “partilha do mundo” gerada pelas transformações na economia mundial.

o crescimento econômico levaria, “naturalmente”, à superação do subdesenvolvimento, “ignorou-se que a expansão capitalista da parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial, algo que Rosa Luxemburgo deixara bem esclarecido em sua teoria geral da acumulação capitalista” (FERNANDES, 1975a, p. 290).

A modernização das relações econômicas no Brasil, pautada em um crescimento econômico de autonomia relativa, acaba por disfarçar os laços históricos de dependência e o fato de que a expansão das forças produtivas depende de determinadas condições estruturais, ou seja, de formas de organização da pro-

dução que não ocorrem no capitalismo dependente.

Este quadro de crescimento econômico de autonomia relativa funda-se no papel que o Brasil desempenha na divisão internacional do trabalho e também em uma ideologia estrategicamente construída de que este crescimento, com participação ativa do Estado brasileiro, levaria o país ao desenvolvimento econômico e social. Uma ideologia que atravessou e constituiu o discurso “desenvolvimentista” e foi recuperada, pelos governos de coalizão de classes, conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores no período 2003/2016, com base no projeto identificado como “novo desenvolvimentismo” ou “social desenvolvimentismo”. Defendendo um possível “crescimento econômico com justiça social”, o chamado “neodesenvolvimentismo” desconsidera o “impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira [...] e os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho (SAMPALIO JR, 2012, p. 681).

O desenvolvimento por associação dependente, em sua face histórica ou atual, mantém a primazia do mercado, combinada com a intervenção reguladora do Estado, sob a orientação dos países imperialistas e a condução interna da burguesia brasileira. Este processo evidencia que, de fato, os países imperialistas investem no desenvolvimento do capitalismo nos países capitalistas dependentes, desde que eles cresçam nos marcos do padrão dual de expropriação do excedente econômico, isto é, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida, tanto pela burguesia brasileira, como pela burguesia internacional, duas faces de um mesmo projeto burguês de sociabilidade.

A questão não está, como muitos pensam, em distinguir entre uma ‘burguesia nacional’, agente do nacionalismo econômico, e uma ‘burguesia internacional’, agente direto do imperialismo, encarando-se a primeira como um mal menor e necessário. As qualificações propostas são inconsistentes e o problema não é que existam duas burguesias, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta (FERNANDES, 1975, p. 146).

Isto significa que crescimento econômico e dependência não são elementos políticos excludentes

e que se constituem, de fato, nas bases do capitalismo dependente. “É claro que o crescimento capitalista se dá, acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo como condições e efeitos inelutáveis” (FERNANDES, 1975a, p. 291).

Este padrão dependente de desenvolvimento capitalista estará expresso, na atualidade, em um “imperialismo total” (FERNANDES, 1975a) que: (a) organiza a dominação externa, a partir de dentro, e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, da comunicação e o consumo de massa, até a importação maciça de tecnologia e de uma concepção de educação voltada para a formação da força de trabalho e para a conformação aos valores burgueses; (b) aprofunda as dificuldades para que os países latino-americanos, entre esses o Brasil, garantam seu crescimento econômico em bases autônomas; e (c) estimula o fato de que, nas economias dependentes, como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estejam empenhados na exploração do subdesenvolvimento como estratégia para garantir sua lucratividade.

Neste quadro, a burguesia brasileira associa-se conscientemente à burguesia internacional para a manutenção de seus interesses econômicos e políticos, bem como limita a participação dos trabalhadores com vistas a impedir qualquer possibilidade de construção de uma “revolução contra a ordem”, ou mesmo uma “revolução dentro da ordem” que não seja controlada e consentida por seus quadros dirigentes.

A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis: 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); e 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 1975a, p. 217).

Assim, não devemos entender a burguesia brasileira como uma “burguesia fraca”, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos

da dependência estabelecida com os países centrais, pois estes necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico.

Ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente, meras ‘compradoras’ (típicas de situações coloniais e neocoloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa (FERNANDES, 1975a, p. 296).

Neste sentido, os pactos de dominação ou pactos conservadores entre frações da classe dominante, mais do que marcas de determinados momentos históricos, demonstram as características da burguesia brasileira: submissão consentida ao capital internacional; negociação com camadas conservadoras internas e a luta por seus interesses particularistas, que só fazem aprofundar nossa dependência em relação aos países centrais do capitalismo e ampliar, internamente, a desigualdade econômica-social.

Esta composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo e/ou ativo dos trabalhadores, também não constituem fenômenos historicamente datados, mas são características inerentes à natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes.

Esta composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo e/ou ativo dos trabalhadores, também não constitui fenômenos historicamente datados, mas é característica inerente à natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes.

Desta forma, o padrão compósito de hegemonia burguesa é um traço constitutivo, estruturante da dominação de classe, atravessando nossa formação

econômico-social e denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho, de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

Aburguesamento das burocracias sindicais e partidárias da classe trabalhadora, democracia restrita e contrarrevolução burguesa no Brasil

É neste quadro analítico, identificando o padrão de hegemonia burguesa inerente ao capitalismo dependente, que Florestan Fernandes recupera o conceito de contrarrevolução burguesa. Os conceitos de revolução e contrarrevolução são fundamentais na teoria marxista. Ao longo de sua obra, Marx e Engels formulam um conjunto de análises sobre a revolução como um fenômeno da luta de classes.

O desenvolvimento do capitalismo está associado ao papel revolucionário assumido pelo padrão clássico de revolução burguesa, como ruptura radical com as antigas relações de produção, ou pelo papel conciliador assumido pelo “padrão capitalista dependente de revolução burguesa”, isto é, a transição “não clássica” ao capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo está associado ao papel revolucionário assumido pelo padrão clássico de revolução burguesa, como ruptura radical com as antigas relações de produção, ou pelo papel conciliador assumido pelo “padrão capitalista dependente de revolução burguesa”, isto é, a transição “não clássica” ao capitalismo. Esta transformação histórica da burguesia em classe dominante e dirigente impõe o debate sobre as ações revolucionárias e contrarrevolucionárias que executa historicamente e em cada formação econômico-social, inicialmente para configurar o sistema capitalista e posteriormente para sair de suas crises; reconstituir constantemente suas margens de lucros e reproduzir seu projeto de sociabilidade. A teoria marxista identifica, portanto, o caráter revolucionário e contrarrevolucionário assumido historicamente pela burguesia.

Como o desenvolvimento do capitalismo está enlaçado aos antagonismos entre capital e trabalho, a luta de classes indica, simultaneamente, uma forma de dominação burguesa e um elemento de negação e de contraposição a esta dominação que está presente na luta histórica da classe trabalhadora por sua autonomia e organização como e enquanto classe. Um elemento, portanto, essencialmente revolucionário, que configura o papel histórico da classe trabalhadora como sujeito político, na construção da “revolução contra a ordem” burguesa. O capitalismo como contradição em processo, revolução e contrarrevolução como elementos correlatos expressam a manifestação histórica da luta de classes.

Marx escreve em 1848 o artigo *A burguesia e a contrarrevolução*, no qual elabora uma análise da revolução alemã, indicando o procedimento contrarrevolucionário que caracterizou a política conciliadora da burguesia através do estabelecimento de acordos com as forças conservadoras da monarquia para divisão do poder político. Também analisa, em *A luta de classes na França* e em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, o papel da contrarrevolução na França, demonstrando como a burguesia “de classe revolucionária convertia-se rapidamente em classe contrarrevolucionária e, em breve, demonstraria, no esmagamento da Comuna de Paris, do que era capaz” (FERNANDES, 1995, p. 60).

Na mesma direção política estão as várias publicações de Lênin, entre elas *O Estado e a Revolução* e *Que fazer?*. A primeira analisa as principais tarefas do proletariado na construção do processo revolucionário e a segunda apresenta a síntese dos avanços realizados pelo socialismo na Rússia e os embates com as forças contrarrevolucionárias institucionalizadas em um regime opressor e cruel.

Rosa Luxemburgo também participa efetivamente dos debates e da luta do movimento socialista contra a contrarrevolução burguesa, identificando como o processo revolucionário e essas ações contrarrevolucionárias espalham-se pela Europa, criticando severamente o papel do revisionismo socialdemocrata, que, retirando da pauta a revolução socialista, substituída por um conjunto de reformas pontuais, fortalece estas ações contrarrevolucionárias e o esmagamento da organização e das lutas socialistas. Este

debate está presente, especialmente, em *Reforma ou Revolução?*, publicado em 1900.

Leon Trotsky é outro importante marxista que problematiza esta temática em várias publicações. Destaque, especialmente, para *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* e o segundo volume de *A história da revolução russa – a tentativa de contrarrevolução*, nos quais Trotsky analisa este padrão totalitário de defesa dos interesses conservadores no contexto das lutas socialistas na Alemanha, bem como a ação contrarrevolucionária no processo de conquista de poder pelos bolcheviques.

Recuperando este conceito como profícuo instrumental para análise do padrão de hegemonia burguesa no Brasil, Florestan Fernandes aborda, em *A revolução burguesa no Brasil*, como a burguesia brasileira atua de uma forma diferenciada, em termos do padrão burguês “clássico” de revolução burguesa. Na medida em que a conformação da ordem capitalista no Brasil não implicou uma ruptura com a ordem rural, mas foi sendo efetivada a partir de um conjunto de composições; por um lado, entre os estratos sociais de origem oligárquica e os emergentes interesses industriais e financeiros e, por outro, com os países imperialistas, a burguesia não assume seu papel como “classe revolucionária”. Sua ação estará circunscrita a estas composições e à aceleração do padrão dependente de desenvolvimento.

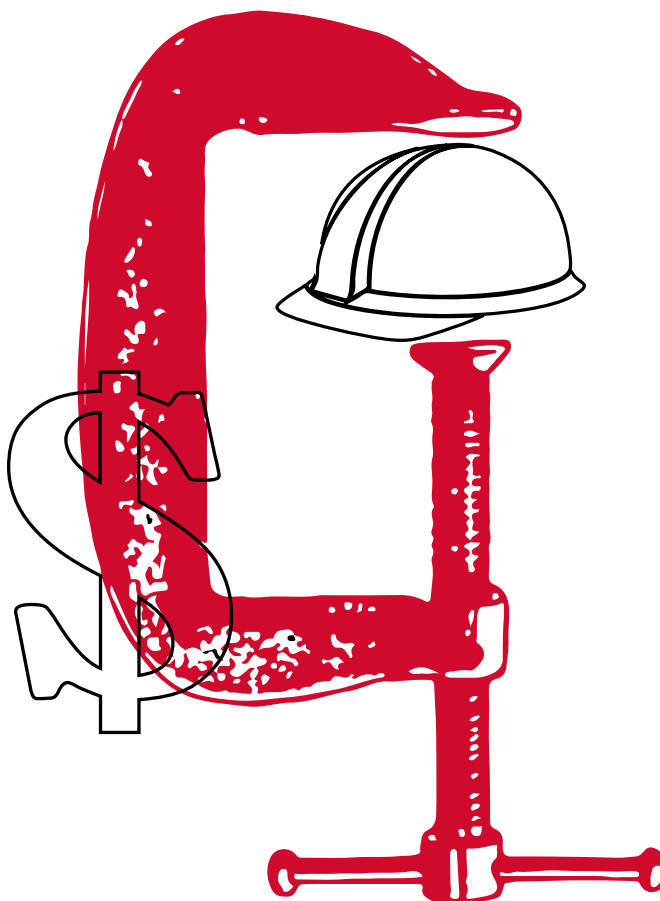
Florestan Fernandes (1975a, p. 362) identifica a contrarrevolução burguesa de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, associada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês.

O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe militar e em nome de ‘ideais revolucionários’, constitui, de fato, uma contrarrevolução. Seu caráter contrarrevolucionário se evidencia de modo específico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial. No plano interno, ele surgiu como uma contrarrevolução, no sentido específico, porque não se tratava realmente de uma ‘autodefesa da democracia contra o comunismo internacional’; [...] o que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, [...] no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo

massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. [...] Quanto ao plano externo, o golpe de Estado faz parte de um ciclo mais amplo, que levou a guerra fria e a doutrina do desenvolvimento com segurança do centro para a periferia do mundo capitalista (FERNANDES, 1980, p. 113/114).

A segunda forma de identificação da contrarrevolução burguesa está articulada com a existência de “fases seguras e construtivas da contrarrevolução” (FERNANDES, 1975a, p. 347).

Com a ‘situação sob controle’, a defesa a quente da ordem pode ser feita sem que os ‘organismos de segurança’ necessitem do suporte tático de um clima de guerra civil, embora este se mantenha, através da repressão policial-militar e da ‘compressão política’. Em consequência, a contrarrevolução preventiva, que se dissipa ao nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal (FERNANDES, 1975a, p. 362).



O conceito de contrarrevolução burguesa é, portanto, ampliado e utilizado para identificar ações autocráticas de defesa da ordem do capital, bem como ações relativas às práticas formais da “democracia restrita”, ou seja, institucionalizadas através de um conjunto de relações jurídicas e políticas. “Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido político; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 1975a, p. 212).

O desdobramento do processo contrarrevolucionário, nestas “fases seguras e construtivas” de “democracia restrita”, se dá pela combinação de repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que convive com as desigualdades socioeconômicas.

Esta ação contrarrevolucionária “a frio” ocorre graças a um elemento político fundamental: no capitalismo, a totalidade da vida social é apresentada através de sua decomposição em esferas diferenciadas – o político e o econômico. Assim, o controle da produção e sua apropriação pela burguesia são identificados como questões econômicas, afastadas da arena política. Desta forma, é possível explorar

Esta ação contrarrevolucionária “a frio” ocorre graças a um elemento político fundamental: no capitalismo, a totalidade da vida social é apresentada através de sua decomposição em esferas diferenciadas – o político e o econômico. Assim, o controle da produção e sua apropriação pela burguesia são identificados como questões econômicas, afastadas da arena política.

o trabalhador, apropriar-se da mais-valia e manter a propriedade privada e, simultaneamente, criar um ordenamento político, social e jurídico, no qual os antagonismos de classe são esvaziados pela construção da aparência necessária de instâncias democráticas de representação, divisão de poderes e dos direitos fundamentais dos cidadãos, sem alterar as formas de propriedade privada e exploração econômica. Uma cidadania abstrata, descaracterizada, sob a aparência

de que trabalhadores e burgueses são iguais juridicamente, portanto, uma concepção de cidadania absolutamente descolada da luta de classes.

As ações contrarrevolucionárias “a frio” demonstram, desta forma, a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista. Para a realização das ações contrarrevolucionárias, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução preventiva e prolongada na qual três aspectos foram fundamentais: (i) estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia (em sua dupla face: brasileira e internacional); (ii) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora; e (iii) limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias.

Em relação ao primeiro aspecto, as disputas estabelecidas entre as frações de classe articuladas aos interesses imperialistas e as frações intermediárias que lutam pela “liberdade de competir” indicam a necessidade de acordos e pactos que estimulem a solidariedade de classe e a defesa, em última instância, da ordem burguesa. Nesta mesma direção, realizaram uma política de coalizão de classes, através de alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora. Esta composição estimulou o aburguesamento destas burocracias, que passaram a identificar o alargamento da participação política dos trabalhadores na democracia burguesa como o horizonte político de suas ações.

O que é a democracia burguesa: como forma política da república democrática, uma ditadura de classe dissimulada com fundamento na representação, na divisão de poderes e nos direitos fundamentais dos cidadãos; como forma política dos regimes burgueses de exceção, uma ditadura de classe explícita, pela qual o poder real da minoria se organiza e se impõe sem o consentimento da maioria, garantindo pela força a eficácia da democracia restrita (FERNANDES, 1980, p. 14).

Neste sentido, os “métodos pacíficos de luta” e os “meios democráticos de negociação” (FERNANDES, 1980, p. 22) levaram esta burocracia sindical e partidária a assumir uma política de conciliação, negli-

genciando as ações políticas que indicassem a urgência da ruptura com a ordem burguesa.

Consideramos, com base na interlocução com Florestan Fernandes, que a luta da classe trabalhadora pelo alargamento democrático dentro da ordem deve ser tática e não estratégica. A democracia representativo-parlamentar, nos marcos da “revolução dentro da ordem”, deve estar direcionada para o acúmulo de forças em direção à “revolução contra a ordem” burguesa. A ocupação do poder institucionalizado e a execução de um conjunto de reformas políticas não podem ser concebidas como o horizonte da luta, sob o risco de incorporação subordinada da classe trabalhadora ao projeto burguês e, em última instância, de seu apoio direto ou indireto às posições substancialmente contrarrevolucionárias.

Esta face da contrarrevolução expressou a ação política da burguesia brasileira no sentido de responder à ampliação das desigualdades socioeconômicas na atual configuração do capitalismo – e, particularmente, do capitalismo dependente – e restringir ao máximo as pressões de setores combativos e classistas da classe trabalhadora por ações “dentro da ordem” e, principalmente, “contra a ordem”; enfim, tratava-se da configuração de uma etapa fundamental da luta de classe no contexto nacional. Um processo que atravessou a década de 1990, operando uma “metamorfose da consciência de classe” (IASI, 2006), assumindo a sua expressão mais significativa no período 2003/2016.

As análises de Florestan Fernandes (1980, p. 43) demonstram, portanto, que a contrarrevolução “a frio” estava em curso, indicando novas configurações na luta de classes e evidenciando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade de apresentar “o velho sob a aparência do novo”, pois, “basta incorporar um setor mais amplo da vanguarda operária e das burocracias sindicais ou partidárias do proletariado às classes médias para convertê-los em burgueses e em *cavaleiros andantes da democracia burguesa*” (FERNANDES, 1991, p. 82/83, grifos nossos).

Como afirma Florestan Fernandes em entrevista à *Revista Tempo Social*, da USP, no ano de 1995, a burguesia brasileira enfrenta os momentos de crise com alianças e pactos políticos que objetivem, em última instância, preservar sua dominação de classe.

Florestan Fernandes, nesta citada entrevista, responde a seguinte questão:

Como o senhor define a burguesia brasileira? A burguesia é, como sempre foi no Brasil, muito articulada, o que faz com que ela tenha uma unidade, se não econômica, no sentido de vencer as diferenças regionais, pelo menos cultural e de orientação política. E, apesar das diferenças setoriais, que implicam também variações na participação no poder efetivamente político, no poder político estatal, esses setores se entendem bem em qualquer momento de crise e são capazes de desenvolver um esquema de conciliação que os acomode e que ofereça compensações a todos (FERNANDES, 1995a).

O caráter ultraconservador da burguesia brasileira e os limites de um governo de coalizão de classes

As análises de Florestan Fernandes nos auxiliam a compreender os eixos constitutivos da configuração da luta de classes em um país marcado pela inserção capitalista dependente na economia mundial. Suas análises evidenciam a impossibilidade de constituição de um governo de coalizão de classes, compondo alianças com uma burguesia que historicamente conduz o capitalismo de forma heterogênea, conciliando

Esta face da contrarrevolução expressou a ação política da burguesia brasileira no sentido de responder à ampliação das desigualdades socioeconômicas na atual configuração do capitalismo – e, particularmente, do capitalismo dependente – e restringir ao máximo as pressões de setores combativos e classistas da classe trabalhadora por ações “dentro da ordem” e, principalmente, “contra a ordem”; enfim, tratava-se da configuração de uma etapa fundamental da luta de classe no contexto nacional.

os interesses dos países imperialistas com os setores mais arcaicos do país, que relutam em promover sequer a desagregação da expropriação fundada no latifúndio e no trabalho escravo.

A política de coalizão de classes adquire, portanto, um caráter específico. É a manifestação da contrarre-

Tabela 1 - Relação entre o gasto público com o serviço da dívida e o gasto público com as áreas sociais no período 2003/2005

Ano	Gasto público com o serviço da dívida	Gasto público com as áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Segurança Pública, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Organização Agrária, Energia e Transporte)
2003	R\$ 132.491.140	R\$ 70.802.49
2004	R\$ 124.119.549	R\$ 65.249.035
2005	R\$ 139 bilhões	R\$ 99 bilhões

Tabela laborada pela autora com base nos Documentos da Auditoria Cidadã da Dívida, números 16, 18, 19 e 20, disponíveis em <http://www.divida-auditoriacidadada.org.br/> e <http://www.auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Informativo-agosto-2011.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2010.

Tabela 2 - Percentual do orçamento geral da União gasto com os juros e amortizações da dívida pública em comparação com os percentuais do OGU gastos com as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social no período 2006/2015

Ano	Percentual do orçamento geral da União gasto com os juros e amortizações da dívida pública	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Saúde	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Educação	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Assistência Social
2006	40%	4,72%	1,96%	2,64%
2007	32,36%	4,95%	2,14%	3,09%
2008	30,57%	4,81%	2,57%	3,08%
2009	35,57%	4,62%	2,88%	3,09%
2010	44,93%	3,91%	2,89%	2,74%
2011	45,05%	4,07%	2,99%	2,85%
2012	43,98%	4,17%	3,34%	3,15%
2013	40,30%	4,29%	3,70%	3,41%
2014	45,11%	3,98%	3,73%	3,08%
2015	42,43%	4,14%	3,91%	3,05%

Tabela elaborada pela autora com base nos Boletins da Auditoria Cidadã da Dívida, números 09, 11 e 14, disponíveis em <http://www.divida-auditoriacidadada.org.br/>. Acesso em 20 de julho de 2010.

volução preventiva e prolongada na atualidade. Este desdobramento do processo contrarrevolucionário foi possível na medida em que a burguesia brasileira combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que conviveu com o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores e convertidas à ordem do capital.

O tributo colonial da dívida pública constituiu-se em uma das principais ações da contrarrevolução neoliberal conduzida pelos governos do Partido dos Trabalhadores, materializando, na atualidade, o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico historicamente vigente no Brasil (LIMA, 2005). Este tributo colonial manteve-se durante todo o período contrarrevolucionário conduzido pelo governo de coalizão de classes (2003/2016), demonstrando que o projeto em curso não indicava qualquer ruptura com a histórica inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e com a heteronomia cultural a ele associada, como indicam as tabelas 1 e 2.

A mesma política de privilegiamento do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública pode ser identificada na tabela 2, com os dados relativos ao período 2006/2015.

Apesar da pauta de ação política do governo de coalizão de classes (2003/2016) atender aos interesses da burguesia, em sua dupla face, local e internacional, frações ultraconservadoras da burguesia brasileira reivindicaram um novo momento no pacto de dominação de classe, retirando do “acordo pelo alto” a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora convertida à ordem do capital. Neste contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo no contexto mundial, o governo, apesar de manter a política de concessão ao capital, tendo como pauta central o ajuste fiscal, encontrou-se pressionado por novas disputas.

Em meados do ano de 2016, o esgotamento de uma fase da contrarrevolução neoliberal estava anunciado. As frações da burguesia brasileira conduzidas especialmente pelas empreiteiras e pelo agro-

negócio e comandadas pelo capital financeiro operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o *impeachment* (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) tornou-se um golpe conduzido sem qualquer prova material. A crise política instaurada pelo término de uma fase da contrarrevolução preventiva e prolongada não se deu pelo fato do governo de coalizão ter ampliado direitos para os trabalhadores, mas pelo próprio esgotamento da política de tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses de classes.

A disputa entre os setores governistas, conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores e frações da burguesia expressando os interesses da alta burguesia financeira, agroexportadora, industrial, comercial e de serviços e os setores ultraconservadores desta mesma burguesia brasileira estava em curso. Não se tratava, como ainda não se trata, de uma disputa entre projetos antagônicos de sociedade, mas das disputas entre frações da classe burguesa pela ocupação do poder para garantia de seus interesses econômicos e políticos.

Apesar da pauta de ação política do governo de coalizão de classes (2003/2016) atender aos interesses da burguesia, em sua dupla face, local e internacional, frações ultraconservadoras da burguesia brasileira reivindicaram um novo momento no pacto de dominação de classe, retirando do “acordo pelo alto” a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora convertida à ordem do capital.

A política de coalizão de classes abriu as portas da antessala para a ofensiva ultraconservadora, que busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro. Estas frações não necessitam mais das negociações conduzidas na fase anterior da contrarrevolução: cooptação das lideranças da classe trabalhadora e seu aburguesamento. Elas evidenciam toda a natureza antinacional, antissocial e antidemocrática da burguesia brasileira, reconduzindo as bases do “capitalismo selvagem” em sua mais pura expressão (FERNANDES, 1995, p. 141).

Por outro lado, setores classistas e combativos da

classe trabalhadora organizam ações em defesa dos direitos da classe. Desde as manifestações de junho de 2013 que eclodiram no Brasil, estes setores mostram a força dos trabalhadores atentos às ofensivas conservadoras aos direitos sociais, denunciando a precarização dos serviços públicos e desmascarando o mito do “neodesenvolvimentismo” conduzido pelo governo de coalizão de classes, em seu esforço de tentar conciliar o inconciliável antagonismo entre capital e trabalho.

Considerações para o debate e as ações políticas

A contrarrevolução burguesa realizou, portanto, ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar as crises do próprio capitalismo e conformar mentes e corações ao seu projeto de sociabilidade. Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, a partir do corrente ano (2016), o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia em sua luta pela reprodução do capital. Nesta luta, uma das suas principais ações é, justamente, o ataque virulento aos direitos da classe trabalhadora.

Cabe aos setores classistas e combativos da classe trabalhadora a tarefa de reorganização da classe; de crítica às políticas de conciliação, cooptação e apassivamento dirigida pelos governos do Partido dos Trabalhadores e de reafirmação da atualidade das ações políticas contra a expropriação econômica e a dominação ideocultural conduzidas pela burguesia.

Consideramos, portanto, que recuperar o legado intelectual militante de Florestan Fernandes para a análise das ações contrarrevolucionárias conduzidas pela burguesia brasileira e pela burocracia sindical e partidária convertida ao capital é tarefa urgente e necessária, que contribuirá para reafirmarmos a construção da “revolução contra a ordem” burguesa nas pautas das lutas da classe trabalhadora. **US**

AUDITORIA Cidadã da Dívida. Boletins da Dívida. Número 9, de 2 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.divida-auditoriacidadada.org.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. RJ: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª. Ed. RJ: Zahar editores, 1975.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975ª.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** SP: Alfa-Omega, 1975b.

_____. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980.

_____. **O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 43).

_____. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. SP: Xamã, 1995.

_____. Entrevista à Revista Tempo Social da USP. Disponível em <www.fflch.usp.br/sociologia/revista/temposocial/v7e2/florest7.html>. (1995ª). Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. Capitalismo dependente e imperialismo. In Fernandes, Florestan. **Em busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos**. SP: Xamã, 1995.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LIMA, Kátia. **Reforma da Educação Superior nos anos de contrarrevolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. Tese (Doutorado) defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Disponível em <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=816>. Acesso em: 27 ago. 2016.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

referências

O estado brasileiro e as políticas de garantia do direito à cidade: análise dos governos de Lula e Dilma (2003-2014)

Ada Kallyne Sousa Lopes

Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: ada.kallyne@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de discutir a direção econômica, política e social adotada pelo Estado brasileiro no desenho das políticas sociais voltadas para o direito à cidade nos governos de Lula e Dilma (2003-2014). Para respondermos a este escopo, problematizamos, em linhas gerais, o processo de neoliberalização e seus desdobramentos na América Latina, levando em consideração as particularidades históricas deste continente, bem como os rebatimentos deste processo na configuração das políticas sociais e em que medida este solo histórico serviu de base para a gênese de um novo desenvolvimentismo. Em seguida, assinalamos a propagação deste novo desenvolvimentismo no Brasil e seus rebatimentos em relação às políticas sociais voltadas ao direito à cidade.

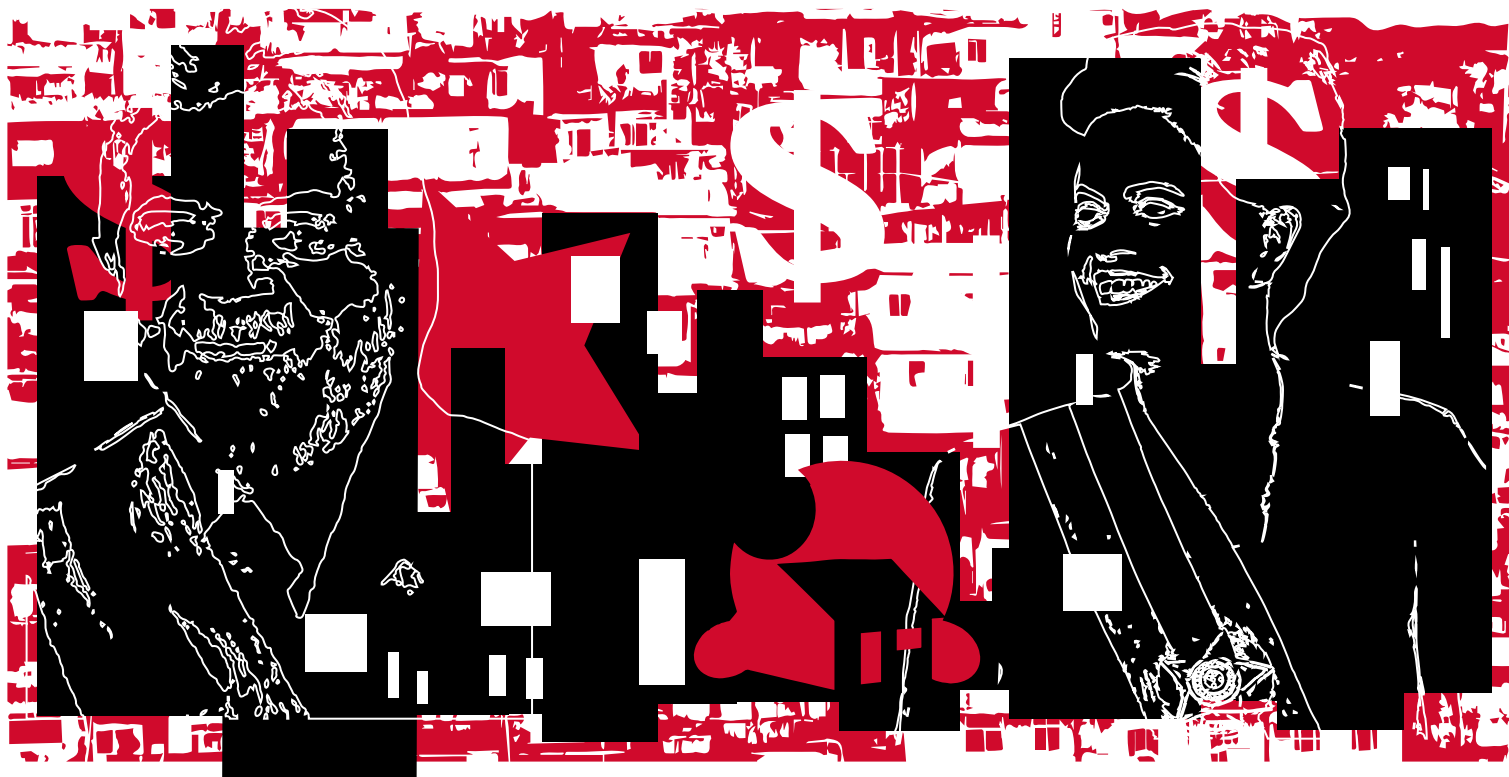
Palavras-chave: Estado Brasileiro. Políticas Sociais. Cidades.

1. Introdução

O direcionamento econômico, político e social adotado pelos Estados nacionais na condução de sua política macroeconômica e no desenho de suas políticas sociais não se dá de forma isolada a partir de decisões singulares de cada governante. Existem diferentes fatores de ordem material-concreta e político-ideológica que interferem nesta dinâmica, sendo necessário, portanto, apreendermos os nexos entre a realidade macroscópica, com todas as suas nuances

em tempos de financeirização, e as decisões tomadas pelos governos de cada país.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo discutir a direção adotada pelo Estado brasileiro no desenho das políticas sociais voltadas para o direito à cidade nos governos de Lula e Dilma. Para respondermos a este escopo, tomamos como ponto de partida a análise das transformações ocorridas no cenário mundial, a partir dos anos de 1970, com o processo de neoliberalização das economias capitalistas e os desdobramentos nos países latino-americanos.



A escolha por este percurso se deu pela necessidade de situar o objeto de estudo deste trabalho no processo de construção histórica das últimas décadas do século XX e início do século XXI, pois, apesar da direção social, econômica e política adotada pelos Estados nacionais, a partir dos anos 2000, apresentar sinais de ruptura com o receituário neoliberal, muitos dos marcos deste período (como a desregulamentação dos mercados, a financeirização da economia e a hipertrofia do capital fictício) se acentuaram nos anos posteriores e tiveram rebatimentos diretos na estrutura e dinâmica das economias dos países periféricos.

Dessa forma, a análise aqui empreendida está centrada em dois pontos: o primeiro busca problematizar, em linhas gerais, o processo de neoliberalização e seus desdobramentos na América Latina, levando em consideração as particularidades históricas deste continente, bem como os rebatimentos deste proces-

so na configuração das políticas sociais e em que medida este solo histórico serviu de base para a gênese de um novo desenvolvimentismo; e o segundo ponto privilegia a apreciação da propagação deste novo desenvolvimentismo no Brasil, a fim de discutir o direcionamento do Estado brasileiro nos governos de Lula e Dilma em relação às políticas sociais voltadas ao direito à cidade.

2. A neoliberalização dos países de capitalismo periférico: o caso da América Latina

A compreensão do processo de neoliberalização vivenciado pelos países latinos requer que esboçemos, em linhas gerais, uma síntese dos principais direcionamentos econômicos e políticos defendidos pelo neoliberalismo. Pois é a partir do resgate destes

pilares que poderemos elucidar os mecanismos de implementação destes princípios nas economias periféricas da América Latina – iniciada nos anos 1980 e 1990 do século XX – assim como os rebatimentos, no continente, da intensificação da internacionalização de instituições e mercados financeiros após os anos 2000.

Diante das transformações ocorridas no cenário mundial com a crise estrutural do capital, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um processo de profunda crise fiscal e de legitimação que obrigou os países centrais a entrarem num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. As respostas articuladas do capital ao enfrentamento da crise tiveram como pilar de sustentação três grandes frentes de ação que se materializaram por meio de uma ofensiva ao trabalho e suas formas de organização e luta, por uma reestruturação do paradigma produtivo e por uma reforma e contrarreforma do Estado.

Em face a essas necessidades, o neoliberalismo surgiu como a saída encontrada pelos capitais internacionais para restaurar as condições necessárias para a acumulação do capital, ganhando expressiva adesão entre os países capitalistas, inicialmente encabeçada pelos Estados Unidos e Inglaterra. Assim, o neoliberalismo enquanto corrente orientadora de práticas e de pensamentos político-econômicos

[...] propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O Estado [...] deve estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2005, p. 12).

Desta forma, a ênfase do neoliberalismo se encontra na defesa da liberdade de mercado e da propriedade privada como meios necessários para a recuperação e retomada das taxas de lucros dos países capitalistas.

Para consecução deste objetivo, figuram dentre os principais mecanismos a serem operados pelas eco-

nomias capitalistas a privatização e mercadorização de bens comuns – como habitação, educação, saúde e recursos naturais – com a finalidade de abrir novos campos à acumulação do capital; e centralização cada vez maior em atividades financeiras marcando um estilo especulativo e predatório nas transações financeiras dos mercados internacionais e atuação do Estado como principal agente de redirecionamento de verbas públicas em benefícios de corporações (HARVEY, 2005).

Comungamos com a tese defendida por Harvey (2005) de que as mudanças ocorridas no cenário político e econômico mundial, advindas do processo de neoliberalização das economias capitalistas, além de intensificar o modelo de acumulação por espoliação em detrimento de uma acumulação por produção, teve como pano de fundo a busca pela restauração do poder de classe de uma elite econômica, que, aliada aos administradores de alto escalão do setor financeiro, buscaram reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente.

Elite esta que, insatisfeita com as perdas provocadas pela crise, redesenhou suas estratégias de ação, sinalizando para um acirramento da exploração da força de trabalho, responsável pela ampliação das formas de mais-valia absoluta, uma fuga de capitais para outras fronteiras nacionais – com ênfase para os países sem excesso de mercadorias em relação à demanda – e para um massivo investimento em atividades financeiras em detrimento das atividades produtivas e comerciais.

Para Levy e Duménil (2014), o neoliberalismo deve ser compreendido como uma nova fase na evolução do capitalismo em que há uma concentração do poder capitalista nas instituições financeiras resultante da combinação entre revolução corporativa e financeira. Segundo estes autores, neste estágio de desenvolvimento do capital, se estabelecem padrões mais complexos de classes com o surgimento de uma camada estreitamente gerencial responsável pela manifestação de uma contradição entre a propriedade (posse do capital) e sua gestão.

De acordo com Carcanholo e Nakatani (2007), apesar da contradição entre gerência e posse ser importante na análise da atual etapa do capitalismo mundial, é necessário nos atermos para a contradi-

ção existente entre produção e apropriação do excedente capitalista, já que para os autores as políticas neoliberais

fueron el instrumento del capital para imponer al mundo la nueva etapa capitalista caracterizada por el dominio de la especulación por sobre la producción. El neoliberalismo es la ideología del capital especulativo parasitario y de la más cínica derecha, que consiguió imponerla como concepción ideológica dominante, como pensamiento único. Durante la década de los '90, llegó al auge de su prestigio.

Vale ressaltar que estas reconfigurações do capital não ocorreram de forma unívoca e uniforme em todos os países. Há variações e diferentes graus e contextos de implementação dos ideais neoliberais, que, apesar de não terem sido absorvidos de forma dogmática, apresentam um determinado padrão e semelhanças, por isso é consenso entre muitos autores a ideia de que o que na verdade ocorreu nos Estados nacionais foi um processo de neoliberalização. Nas palavras de Harvey (2005, p. 23):

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos [...]. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e das complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram [...] o processo de neoliberalização.

No contexto latino-americano, o desenvolvimento deste estágio do capitalismo financeirizado e especulativo encontrou condições históricas particulares. Como bem nos lembra Galeano (2010), desde o fim da Segunda Guerra Mundial ocorreu na América Latina um declínio dos interesses europeus em detrimento ao avanço de investimentos norte-americanos, que, na luta pela sobrevivência e supremacia do capitalismo, consolidaram sua hegemonia através da incorporação dos países latinos no espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos.

Dessa forma, gestava-se um modelo de economia, para a América Latina, pautado na inserção de em-

presas corporativas e imperialistas, que, conforme Galeano (2010), foi responsável pela desnacionalização das indústrias latinas, configurando um padrão destrutivo para o continente. As indústrias nacionais foram, assim, absorvidas pelo capital estrangeiro industrializador, que passou a ter nos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) a única alternativa para a economia latina conter a recessão econômica e instabilidade monetária. Assim, o FMI se consolidava como um importante mecanismo de institucionalização do domínio financeiro de Wall Street no planeta.

Portanto, é neste cenário, modelado por traços históricos marcados pelos investimentos diretos de capital externo e por uma burguesia nacional parasitária e burocrática em descompasso com as condições materiais de vida da população latino-americana, que o neoliberalismo se processou após os anos de 1980.

Estas particularidades e características da América Latina conformaram as condições necessárias para a acumulação por espoliação e restauração do poder de classes das elites econômicas latinas, uma vez que os Estados nacionais já possuíam um histórico de dependência financeira com as instituições monetárias internacionais, como Banco Mundial e FMI. Ou seja, os ideais neoliberais foram implementados pelos governos latinos sem grandes resistências.

As políticas de ajuste neoliberais implementadas entre as décadas de 1980 e 1990 tiveram como objetivos o aumento da abertura das economias latinas para o exterior, a racionalização da participação do Estado na economia e a liberalização dos mercados, preços e das atividades produtivas em nome da competitividade. Para Mota, Amaral e Peruzzo (2012), com a emergência do neoliberalismo nas economias latinas, as discussões relativas ao desenvolvimento econômico e social eram

orientadas pelas reformas estruturais na economia, especialmente pela política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 156).

Dessa forma, a transformação dos Estados nacionais em territórios atrativos para o capital financeiri-

zado foi realizada por uma reorientação das bases de regulamentação das relações econômicas, políticas e sociais destes países por meio de ampliações de incentivos fiscais e de desregulamentações trabalhistas.

Segundo Behring (2008), a materialização destas reformas neoliberais tiveram na dívida pública dos países latinos o principal mecanismo de pressão, alterando, assim, as condições em que os Estados-nação articulavam os compromissos institucionalizados entre os grupos sociais no espaço nacional. Para a autora, isto acabou por gerar um fracionamento social e territorial, uma vez que a obediência ao receituário econômico estabelecido pelos organismos multilaterais erodia a soberania nacional destes países e sinallizava para o caráter político, econômico e ideológico destas reformas.

Para Montañó e Duriguetto, as políticas sociais neste cenário de reformas e contrarreformas passaram a seguir dois caminhos: o primeiro, de uma mercantilização e transformação destas em negócios, devendo ser acessadas via mercado; e o segundo, por uma refilantropização das expressões da questão social. Nessa perspectiva, as políticas sociais ganharam

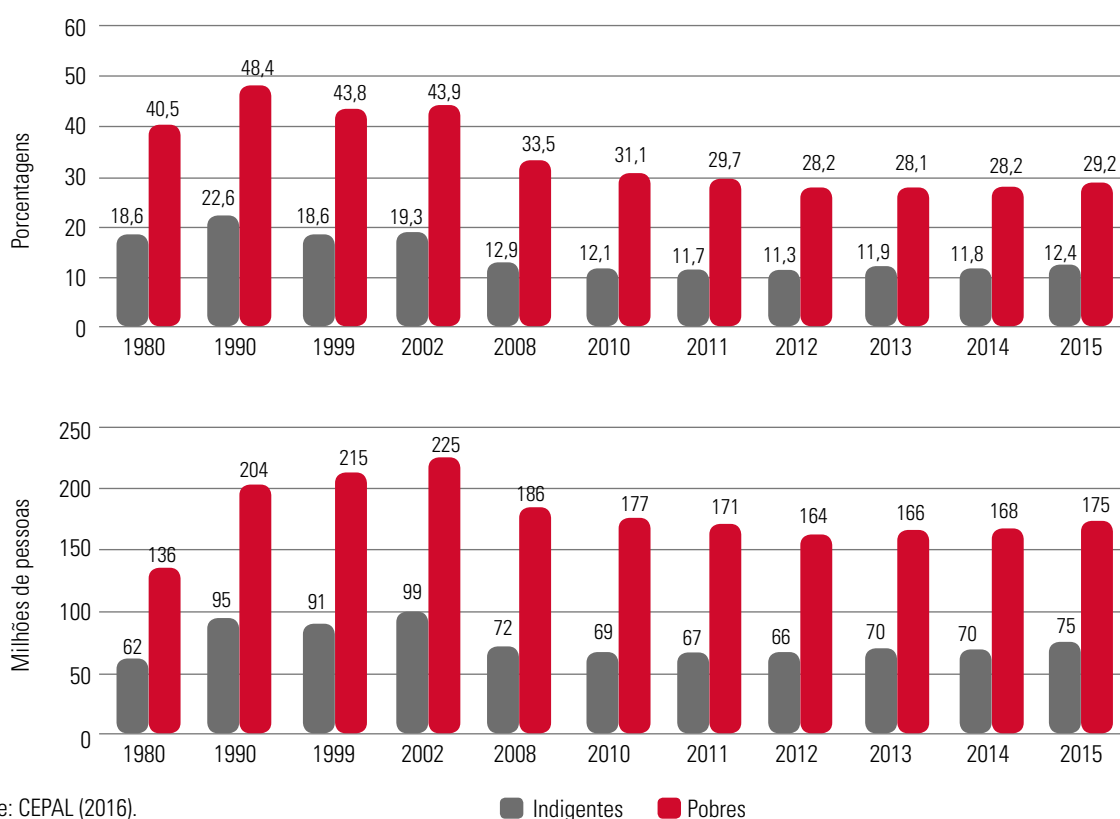
um caráter paternalista voltando-se para as camadas mais pobres da população, uma vez que o enfrentamento da questão social foi reduzido à questão da pobreza.

O efeito da focalização das políticas sociais no enfrentamento da pobreza absoluta, através de programas de transferência de renda, pode ser observada no Gráfico 1, em que os níveis do percentual de pobres na América Latina sofreu uma significativa redução entre as décadas de 1980 e 2015.

Dentre as reformas mais importantes adotadas pelo ideário neoliberal no âmbito social nos anos de 1990, destacamos o remodelamento dos sistemas de seguridade social, que, como descrito por Gomes (2016, p. 03),

Alguns países optaram por extinguir totalmente seus sistemas públicos, transferindo a totalidade da previdência social para o setor privado, como no caso da Bolívia (1997), México (1997) ou El Salvador (1998). Em outros, optou-se por uma combinação que criava sistemas privados de previdência que passam a competir com o sistema público (reforma do Peru, em

Gráfico 1 - América Latina: evolução da pobreza e indigência - 1980-2015



1993, ou Colômbia, em 1994) ou, ainda, que passam a ser complementares ao sistema estatal (Argentina, em 1994, e Uruguai, em 1996). O caso chileno é citado como exemplar de um Estado neoliberal mínimo, mas suas reformas foram anteriores à década de 1990, pois deu-se ao longo do regime ditatorial do general Augusto Pinochet (1973-1981).

Portanto, assistiu-se a uma reconfiguração do desenho das políticas sociais e a uma expansão de entidades e organizações da sociedade civil como ONGs, fundações e associações em substituição de programas universais de garantia de direitos sociais. Assim, instituiu-se uma concepção de política social enquanto paliativo ao invés de meio para a ampliação da cidadania e de novas conquistas civilizatórias.

Carcanholo e Nakatani (2007) enfatizam que, apesar da expressiva materialização dos ideais neoliberais na América Latina, na década de 1990, em especial nos países do cone-sul, a partir do começo do novo milênio, o neoliberalismo, enquanto um corpo de ideias orientadoras de modelos econômicos e políticos, começou a declinar, apresentando sinais de enfraquecimento no continente.

Transformações de grande importância para o quadro político latino-americano começaram a ocorrer quando forças políticas de esquerda e centro-esquerda, após os anos 2000, começaram a ocupar os governos em diferentes países como Brasil, Argentina, Equador, Venezuela, Uruguai e Bolívia.

Entretanto, para não incorrerem no erro de inferir que o desprestígio do neoliberalismo decorre da guinada à esquerda dos governos latino-americanos, devemos evocar ao debate o princípio defendido por Mascaro (2013) de que o Estado não pode ser apreendido apenas como mero gestor dos interesses imediatos da burguesia, que, ao ser ocupado por forças políticas voltadas para os interesses da classe trabalhadora, conseguirá implementar revolucionárias reformas políticas e econômicas. Ou seja, o Estado é um derivado necessário para a própria reprodução da dinâmica do capitalismo, que apresenta autonomia relativa em relação às classes. Nas palavras do autor,

O Estado é capitalista não por causa das variadas classes que disputam ou possuem diretamente seu domínio. Também os Estados

cujos governos são dominados por membros ou movimentos sociais da classe trabalhadora são necessariamente capitalistas. Havendo a necessidade de intermediar continuamente a relação de exploração da força de trabalho, por modo assalariado, regulando-a, bem como os processos contínuos do capital, o Estado mantém a dinâmica capitalista ainda quando seus dirigentes declaram oposição às classes burguesas (MASCARO, 2013, p. 46).

Diante do que foi enfatizado por Mascaro (2013), em relação ao funcionamento do Estado na sociabilidade capitalista, podemos identificar que o que vem ocorrendo no continente latino-americano, a partir dos anos 2000, com o desprestígio do receituário neoliberal, é um processo de remodelamento da máquina estatal, que passa a assumir o papel de dinamizador do setor produtivo, inaugurando um novo período desenvolvimentista no continente.

Conforme Castelo (2012), o novo desenvolvimentismo se apresenta como um projeto político de superação do neoliberalismo em que o Estado passa a atuar na regulação das falhas do mercado, reduzindo as incertezas do ambiente econômico ao intervir nas políticas cambiais e de juros, com ênfase para a promoção de exportações. Ou seja, o novo desenvolvimentismo pauta-se na aliança entre Estado e mercado na busca de um projeto de reprimarização da economia através da ampliação dos setores extrativistas com a implementação de transacionais.

Nessa perspectiva, como sustentado por Mota, Amaral e Peruzzo (2012), o crescimento econômico alcançado pela América Latina se dá através da exploração de exportação de *commodities* de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, petróleo, cobre, latão para a China e Índia e pela superexploração do trabalho como estratégia de geração de excedentes. Ainda conforme as autoras, muitos governos progressistas dos países latinos aderiram ao novo desenvolvimentismo após os anos 2000.

É importante assinalar que, apesar do receituário neoliberal ter apresentado sinais de desgaste e do novo desenvolvimentismo ter despontado no cenário mundial como uma terceira-via, as formas de acumulação do capital financeiro se mantiveram inalteradas com a permanência da globalização financeira. O que na verdade modificou-se foi a direção econô-

mica, política e social adotada pelos estados-nação.

Assim, buscaremos analisar no próximo item as conformações destas transformações no Estado brasileiro, nos governos de Lula e Dilma, a fim de evidenciarmos quais os pontos de continuidades e rupturas em relação às mudanças operadas no continente, com ênfase para o planejamento do Estado brasileiro referente à questão urbana a partir destes governos.

3. O novo desenvolvimentismo do estado brasileiro e o planejamento urbano

Tomando como suporte analítico os principais pressupostos do novo desenvolvimentismo elencados anteriormente, analisaremos os direcionamentos adotados pelo Estado brasileiro na condução da política econômica do governo Lula e Dilma (2003-2014) a fim de evidenciarmos os desdobramentos destes modelos econômicos no desenho das políticas sociais, especialmente as relacionadas à garantia do direito à cidade. Pois, como salientado por Barbosa (2013, p. 70), “a política econômica também pode criar tendências de longo prazo e alterar o curso de desenvolvimento de uma economia, promovendo avanços mais rápidos a favor de alguns setores ou grupos sociais”.

De acordo com Barbosa (2013), a política econômica adotada pelo Estado brasileiro nos anos de 2003 a 2014 pode ser sintetizada em quatro períodos. O primeiro corresponde aos anos iniciais do governo Lula (2003 a 2005), em que os ajustes na macroeconomia brasileira estavam voltados para uma redução da inflação, estabilização monetária e fiscal, diminuição do endividamento do setor público e expansão do volume de crédito.

Um dos fatos mais notáveis do ciclo de expansão econômica do Brasil no período 2004-2007 foi a expansão sem precedentes do crédito bancário. As principais causas para este fenômeno podem ser sumarizadas em três fatores: i) a criação do crédito consignado em folha de pagamento em 2003, que teria expandido o crédito às pessoas físicas; ii) a redução da

taxa básica de juros Selic, que teria reduzido as receitas com operações envolvendo títulos públicos realizadas pelos bancos e induzido estes últimos a expandirem suas operações de crédito; e iii) o ambiente macroeconômico favorável, seja pela sinalização, por parte do governo que assume em janeiro de 2003, de uma política macroeconômica *market friendly*, seja pelo cenário externo de expansão do comércio exterior, ou também pelas políticas de melhoria da renda dos segmentos mais pobres da população brasileira (ARAÚJO, 2012, p. 07).

Nota-se um alinhamento destas iniciativas com o ideário neodesenvolvimentista de intervenção estatal nas políticas de câmbio e juros, com a finalidade de redução das incertezas do ambiente econômico.

As transformações advindas destas medidas econômicas adotadas pelo governo Lula, com a expansão de crédito e políticas de melhoria de renda para as famílias brasileiras, depararam-se com cidadãos que viviam, conforme Vainer (2013), em cidades inseridas no capital financeirizado, funcionando como verdadeiras empresas, que concorrem com as demais cidades-empresas pela atração de investimentos.

Assim, as cidades na primeira década do século XXI absorvem as transformações macroscópicas do cenário mundial, imergindo numa matriz de planejamento pautada em uma ótica compartimentalizada da realidade em que a alocação de recursos e investimentos é destinada somente a uma parte da cidade, “priorizando as localizações com mais potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica” (MARI-CATO, 2001, p. 69). Nesse sentido, as cidades brasileiras continuaram a crescer de forma fragmentada e desordenada.

Cabe assinalar que, mesmo estando em curso uma matriz de planejamento urbano em consonância com as necessidades do capital financeiro já se gestava, desde a década de 1980, no Brasil, uma frente de resistência a este modelo de gestão das cidades. O principal marco conquistado por este movimento foi a aprovação da lei nº 10.257, em 2001, denominada Estatuto da Cidade.

Apesar de apresentar uma concepção de planejamento participativo e democrático que visa garantir a construção de cidades justas e sustentáveis promovendo a função social do espaço urbano, o Estatuto

da cidade teve que se confrontar com as condições objetivas e possibilidade histórica para a sua implementação neste período.

Para Maricato (2001), apesar do Estatuto da Cidade ter inaugurado uma nova concepção de planejamento urbano, são vários os desafios postos à concretização real de um modelo de planejamento democrático que vise garantir a justiça social por meio da democratização do acesso à cidade, especialmente numa sociedade marcada por contradições e desigualdades econômicas e políticas. Para a autora,

É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características (MARICATO, 2001, p. 51).

Dessa forma, se faz necessário compreender que, para a concretização real de um projeto de intervenção prático-social e político, como o Estatuto da Cidade, deve-se existir as condições objetivas de natureza material concreta para a sua realização, que, em tempos de financeirização da economia e desregulamentação dos mercados em que os Estados nacionais são pressionados para uma maior abertura de investimento direto estrangeiro, torna-se dissonante, além de condições subjetivas de cunho teórico-intelectual dos seus implementadores.

A questão ganha contornos cada vez mais complexos por serem os municípios os entes federados responsáveis pela implantação desta nova forma de gestão das cidades. Desde a promulgação da CF de 1988, o município passou a ocupar um novo lugar e função no tabuleiro intergovernamental, enfrentando dificuldades para a efetivação de suas novas competências, tais como a frágil capacidade administrativa e técnica de gestão, o baixo poder de arrecadação de receitas fiscais próprias e prestação de serviços públicos (como saúde, educação, habitação, saneamento, coleta de lixo e infraestrutura urbana).

Uma das iniciativas adotadas pelo governo Lula foi a criação, em 2003, do Ministério das Cidades, que passou a ser uma entidade subordinada ao poder executivo, responsável pelo estabelecimento de estratégias e diretrizes relacionadas ao desenvolvimento

urbano e a políticas setoriais como as de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana. Uma das primeiras ações desenvolvidas por este órgão foi a promoção de uma campanha nacional de incentivo à elaboração dos planos diretores municipais pelos governos locais.

Conforme Santos Junior e Montandon (2011), apesar dos avanços no processo de elaboração dos planos, os autores admitem que, na prática, o planejamento urbano brasileiro, mesmo apresentando rupturas com o antigo modelo tecnocrático de gestão das cidades, ainda possui continuidades ligadas à cultura conservadora, evidenciando, assim, as dificuldades de natureza objetivas e subjetivas ligadas à ideologia dominante e às correlações de forças sociais nesse período.

A nova fase da política macroeconômica adotada entre os anos de 2006 e 2008 é caracterizada por Barbosa (2013) como uma política expansionista, tanto do ponto de vista fiscal como monetário. Um dos símbolos mais marcantes deste período é a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que

consiste em uma série de investimentos prioritários em infraestrutura econômica e social que procura elevar a taxa de investimento da economia e começar a eliminar os principais gargalos logísticos do país. O PAC também contém um amplo programa de investimentos em energia, com destaque para o aumento dos investimentos da Petrobras na exploração e produção de petróleo na plataforma continental brasileira, na denominada camada do pré-sal (BARBOSA, 2013, p. 76).



A adoção destas medidas pelo governo evidencia o entrelaçamento entre o direcionamento adotado pelo Estado brasileiro e os interesses do grande capital internacional e nacional, uma vez que a primarização da economia com a exportação de *commodities* beneficia diretamente importantes grupos proprietários de empresas agrominerais nacionais e estrangeiras. Para Sampaio Junior (2012, p. 682), ficam expostos “os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo – estruturas típicas da economia colonial”.

Os desdobramentos desta injeção de investimento financeiro, por meio do PAC, na gestão e no planejamento das cidades potencializou o crescimento urbano desigual e fragmentado, elevando o preço da terra urbana, que, dependendo da localização, passou a se tornar valorizada com a inserção de infraestrutura, uma vez que o direcionamento do investimento estava voltado para obras de setores estratégicos que buscavam beneficiar a acumulação do capital, como a construção de estradas, portos e hidrelétricas.

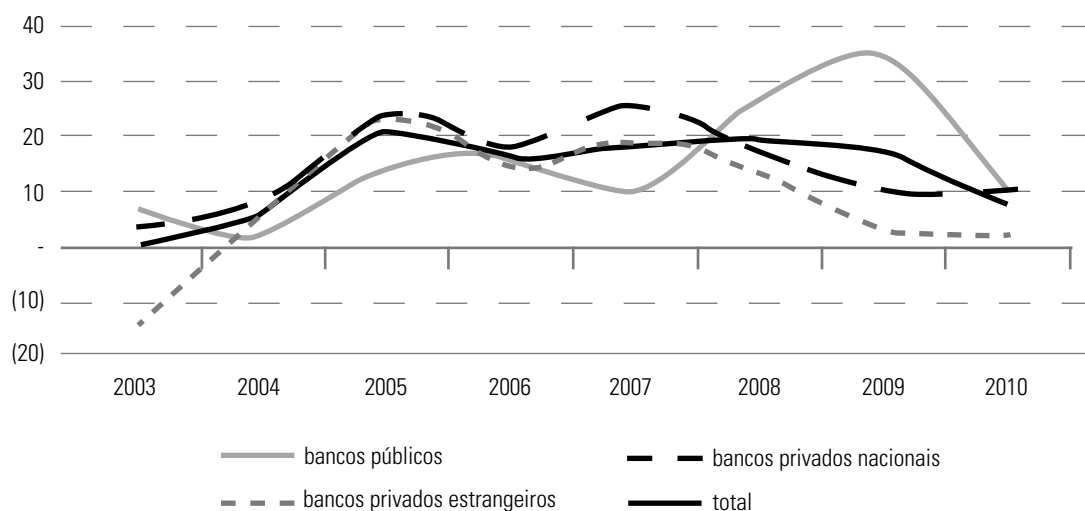
Com a crise financeira internacional, em 2008, que ocasionou uma queda gigantesca na valorização dos títulos privados no mercado especulativo e no preço das *commodities* no mercado internacional, a economia brasileira entrou novamente num processo de modificações. Dentre os principais impactos da crise

internacional sobre o Brasil, Barbosa (2013) enfatiza a contração de créditos, uma vez que a maior parcela da fonte de financiamento do Brasil provinha de recursos externos, a quebra de grupos empresariais ligados ao comércio externo com a queda dos preços internacionais das *commodities* e a desvalorização da taxa de câmbio que ocasionou perdas patrimoniais de grandes empresas exportadoras e a redução do poder de compra das famílias brasileiras. Ainda de acordo com Barbosa (2013, p. 81), as medidas adotadas pelo governo para conter este cenário de recessão foram:

- (1) o aumento da liquidez e redução da taxa Selic;
- (2) a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos mesmo em um contexto de queda da receita do governo;
- (3) as desonerações tributárias temporárias e permanentes;
- (4) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos;
- e (5) o aumento do investimento público em habitação.

Observa-se nesse processo de recuperação da economia brasileira um aprofundamento da financeirização por meio de uma maior liberalização econômica com a expansão da liquidez dos bancos. Como exposto por Araújo (2012), a política de crédito foi uma tônica adotada pelo Estado brasileiro desde 2003 na condução das suas estratégias macroeconômicas; entretanto, a partir de 2008, com a crise finan-

Gráfico 2 - Crédito total - Taxa de crescimento real por propriedade do capital (2003-2010) em %



Fonte: Araújo (2012).

ceira internacional, esta passa a ser conduzida pelos bancos públicos nacionais e não mais por bancos privados nacionais ou estrangeiros.

Dentre as estratégias adotadas pelo governo brasileiro no enfrentamento da crise, a que teve impacto mais direto na reconfiguração espacial das cidades foi o aumento do investimento público em habitação, com a criação, em 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida. Segundo Cardoso e Aragão (2013), o programa

aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo em que reduziu os juros [...]. Desta forma, buscou-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecer as atividades do ramo da construção civil, que experimentava uma fase de intenso crescimento desde 2006, mas que vinha sofrendo impactos da crise econômica.

Os impactos desta iniciativa foram diversos: intensificação dos processos de remoções e despejos de famílias que residiam em terrenos que se valorizaram devido à sua localização territorial, extensão da malha urbana das cidades, uma vez que os conjuntos habitacionais passaram a ser construídos em terrenos distantes e não atrativos para o capital imobiliário, intensificação dos problemas de mobilidade urbana em relação ao acesso a transporte coletivo, gentrificação dos espaços bem localizados, por serem atrativos para a construção de condomínios residenciais para a classe média e alta da sociedade brasileira, que também estavam incluídas na política de crédito do governo destinada à aquisição de habitação.

As cidades se transformaram em um verdadeiro canteiro de obras com a finalidade de recuperar os impactos da crise financeira na economia do país. Neste processo, não foi dominante uma direção social que tivesse a intencionalidade de proporcionar a democratização do acesso à cidade com vistas a garantir o acesso à terra urbana, à moradia digna e aos serviços públicos (como educação, saúde e transporte, entre outros).

Para Fernandes (2008), a realidade das cidades brasileiras ainda se caracterizava pela existência de uma enorme ilegalidade na ocupação do solo, um elevado déficit habitacional, ausência de serviços e equipamentos públicos essenciais à reprodução da

vida humana para uma enorme parcela de sua população. Um dos sinais de esgotamento deste cenário urbano brasileiro foram as chamadas Jornadas de Junho, em 2013, em que ocorreu um desencadeamento de inúmeras manifestações em diversas cidades do país.

Para Rolnik (2013), essas manifestações representam a síntese do agravamento da questão urbana, uma vez que a complexificação dos problemas citadinos mostraram que as pautas reivindicativas da reforma urbana elaboradas pelos movimentos sociais foram, há muito tempo, abandonadas pelos governantes de todas as esferas governamentais, já que, em alguns casos, as administrações públicas, mesmo revestidas de um discurso democrático, adotaram uma concepção neoliberal de gestão das cidades. De acordo com Romeiro, Guimarães e Koetz (2014, p. 25):

Este fue el detonante que evidenció el agotamiento del modo de vida cotidiano a los brasileños, em el contexto urbano, y ha demostrado la saturación del modelo con bajos investimentos sociales. Hasta el modelo político fue cuestionado, abriendo, los que algunos denominan de crisis de representación em Brasil. Actualmente, se debate mucho la reforma política, especialmente, sobre la necesidad de combatir la política clientelista que rige el sistema electoral brasileño, que tiene como base el financiamiento privado de campañas electorales. De esa manera, una de

As cidades se transformaram em um verdadeiro canteiro de obras com a finalidade de recuperar os impactos da crise financeira na economia do país. Neste processo, não foi dominante uma direção social que tivesse a intencionalidade de proporcionar a democratização do acesso à cidade com vistas a garantir o acesso à terra urbana, à moradia digna e aos serviços públicos (como educação, saúde e transporte, entre outros).

las pautas más discutidas es la necesidad de financiamiento público de campañas electorales, de manera a evitar la política de favores entre el empresariado y el Estado.

Conforme Maricato (2013), para que sejam superados os desafios postos à implementação de uma

política urbana compromissada com a promoção de uma condição cidadã a toda população, é necessário que haja uma reforma política que ponha um fim ao financiamento de campanhas eleitorais por empreiteiras ou setores relacionados aos interesses do capital. Pois, como destacado por ela, o Estado, em todos os níveis governamentais, fica preso aos interesses do mercado imobiliário e financeiro, uma vez que, ao financiarem as campanhas eleitorais, acabam por cobrar do poder público um retorno por seus investimentos, ou seja, esse cenário contribui para a permanência do modelo segregador de produção do espaço urbano.

Dessa forma, podemos observar que os direcionamentos políticos, econômicos e sociais adotados pelo Estado brasileiro nos governos de Lula e Dilma apresentaram-se em consonância com as tendências norteadas pelo capital internacional, ao adotarem um conjunto de medidas, que, em sua maior parte, fortaleciam o modelo de acumulação vigente.

São incontestáveis os avanços civilizatórios conquistados nestes governos e os desdobramentos destes nas condições de vida das famílias brasileiras. Entretanto, não podemos obscurecer de nossas análises o fio condutor que permanece orientando os direcionamentos e as tendências seguidas pelos estados nacionais, que é a necessidade sempre constante do capital se reestruturar e se reconfigurar em momentos de crise.

Considerações finais

A partir do percurso analítico aqui empreendido, podemos salientar que a estrutura e a dinâmica dos países capitalistas são conduzidas por orientações político-ideológicas e material-concretas que apresentam pontos de continuidade e de rupturas de acordo com cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas, buscando sempre responder às necessidades do capital.

Entretanto, esta é uma relação que se delineia em um espaço ocupado por diferentes correlações de forças sociais e diferentes projetos societários. Dessa forma, os direcionamentos adotados pelos dirigentes de cada estado-nação não são a-históricos ou arbitrários, estes estão imersos em um conjunto macroscópico de fatores e interesses nacionais e internacionais.

Nesse sentido, entendemos que a direção tomada pelo Estado brasileiro nos governos de Lula e Dilma (2003-2014) faz parte desta construção histórica do capitalismo financeiro, apresentando, assim, pontos de ruptura com o ideário do neoliberalismo, sem, contudo, superá-lo ou negá-lo em sua essência, especialmente em relação ao desenho das políticas sociais que, no período analisado, teve no combate à pobreza e à miséria seu *locus* prioritário de atuação. **US**

ARAÚJO, Victor Leonardo de. **Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010**. Ipea, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1717.pdf>. Acessado em: 11 jul. 2016.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: (Org.) SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo: São Paulo, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez, 2ª edição, São Paulo, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo y alternativas para a América Latina. Buenos Aires: **Herramienta**, 2007, v. 35.

referências

- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2012, n. 112, p. 613-636.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: (Org.) CARDOSO, Adauto Lúcio. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Ed. Letra capita, Rio de Janeiro, 2013.
- CEPAL, **Panorama Social de América Latina**. 2016.
- FERNANDES, Edésio. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. (Orgs) **Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte, Ed c/arte, 2008.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM: Porto Alegre, 2010.
- GOMES, Sandra. **O caso da América Latina**, 2016 (notas de aula).
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Editora Loyola, 2005.
- LEVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **A crise do neoliberalismo**. Editora Boitempo, São Paulo, 2014.
- MASCARO, Alisson Leandro. **Estado e forma política**. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2001.
- _____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: (Org.) MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. Editora Cortez, São Paulo, 2012.
- RONILK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: (Org.) MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.
- ROMEIRO, P.; GUIMARÃES, I. M. S. G. & KOETZ, V. Derecho a la Ciudad en América Latina. In: SAULE JR., N.; ZÁRATE, L. & EMANUELLI, M. S. (coords.). **Avanzando en la Implementación del Derecho a la Ciudad en América Latina y a nivel Internacional**. S.l.: Plataforma Global pelo Direito à Cidade, s.d.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2012, n. 112, p. 672-688.
- SANTOS JR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtman. Síntese, desafios e recomendações. In: SANTOS JR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtman (Orgs). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Letra Capital, Rio de Janeiro, 2011.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: (Org.) MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.

referências

Expressões do trabalho docente precarizado: os professores substitutos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Brasil

Danielle Coelho Alves

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: daniellecthoalves@gmail.com

Erleniasobral do Vale

Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: erlenia@yahoo.com.br

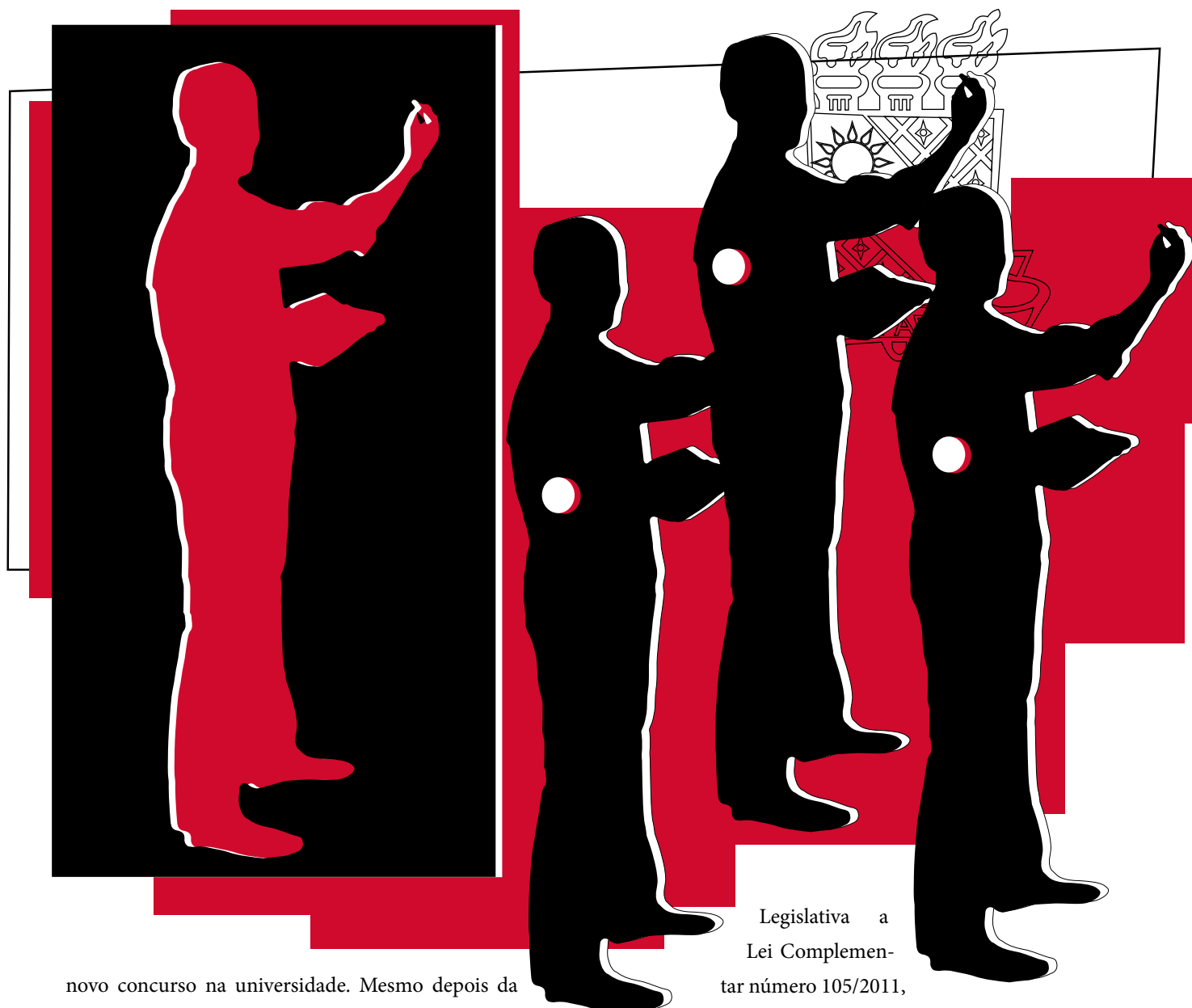
Resumo: O presente artigo é um recorte do trabalho de conclusão de curso “Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE”, que problematizou aspectos do labor destes sujeitos, com foco na precarização vivenciada por eles no seu exercício profissional. Tal precarização é íntima do processo de mercantilização da educação e encontram-se aqui expostos alguns elementos sobre estas duas realidades, dentro de um contexto de ampliação do número de professores temporários na instituição e sobrecarga de trabalho dos referidos sujeitos. Tal política de troca de efetivos por substitutos permanece viva nas universidades estaduais cearenses, um reflexo da política de ensino superior dos governos estaduais.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Precarização. Educação Superior.

1. Introdução

O presente texto problematiza o atual processo de precarização do labor docente no contexto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) dentro de um cenário de contratação temporária de professores em condições adversas de trabalho. Buscou-se compreender este processo, identificando os elementos de flexibilização da política educacional que favorece o crescimento do ensino superior privado em detrimento da universidade pública.

É importante ressaltar a dinâmica de contratação desses profissionais nos últimos anos, principalmente após 2008, em que se tem em cada edital de seleção um número maior de vagas para este cargo. São realizadas muitas seleções para admissão de professores substitutos e somente em 2012 (com muita pressão política) foi realizado concurso público para tentar suprir a grande demanda nas universidades estaduais cearenses, posto que desde 2005 não era realizado um



novo concurso na universidade. Mesmo depois da realização deste concurso para efetivo, a UECE tem 263 professores em condição de substituto, que, em sua maioria, não estão cumprindo as regras próprias da instituição para esta forma de vínculo, conforme é expressa na Lei Complementar 14/99, que delimita a contratação de professores nesta modalidade apenas para suprir carência temporária na instituição, que são expressas nos casos de afastamentos para cursar pós-graduação, licença de saúde etc. O que ocorre, porém, é que as contratações não suprem vagas decorrentes de aposentadorias e exonerações, que não são repostas. Portanto, a necessidade de realização de um novo concurso existe, ao passo que existem as vagas na instituição.

Numa tentativa de legalizar a ilegalidade, o chefe do executivo fez tramitar e aprovar na Assembleia

Legislativa a
Lei Complementar
número 105/2011,

que permite ampla liberdade para a contratação de professores temporários, alegando os seguintes casos: cobrir a demanda de urgência das Universidades Estaduais, quando não houverem sido ainda criados cargos efetivos para provimento ou até que se ultimem as providências necessárias à realização e finalização das etapas do concurso público. Desnecessário delongar sobre o caráter essencialmente deletério da carência crônica de professores de carreira e a massiva presença de substitutos para o desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

O vínculo temporário é determinante para outro tipo de relação com a instituição, entretanto, na UECE muitos professores fizeram mais de uma seleção, passando, em certos casos, até 10 (dez) anos como substituto, submetendo-se, portanto, a várias

seleções. Situação que foi percebida pela pesquisadora, posto que algumas de suas professoras atuaram como substitutas neste período de tempo. A partir do ano de 2008 e a conquista do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - PCCV¹, a condição desigual em que atua o trabalhador docente substituto piorou, comparado ao professor efetivo, principalmente a condição salarial, em que um professor substituto pode chegar a receber menos da metade do salário de um professor efetivo. Esta condição diferenciada já se colocava historicamente no acesso às condições de outras atividades próprias da universidade pública, como pesquisa e extensão.

2. Determinantes para a precarização

As determinações que norteiam a situação de precarização do trabalho docente na UECE só se tornam compreensíveis à medida que visualizamos o conjunto de transformações societárias que se particularizam no Brasil e no cenário cearense. O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a universalização de direitos de cidadania. Como se demonstrou, o ensino superior sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do ca-

As determinações que norteiam a situação de precarização do trabalho docente na UECE só se tornam compreensíveis à medida que visualizamos o conjunto de transformações societárias que se particularizam no Brasil e no cenário cearense. O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a universalização de direitos de cidadania.

pitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, seja pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou pela flexibilização de leis com o fim de facilitar a abertura e a disseminação de empresas de ensino superior. É nesse contexto que a expansão do ensino superior no Brasil é protagonizada, fundamental-

mente, pelo setor privado, inclusive beneficiado com financiamento público por meio de parcerias público/privado, como é o caso do Prouni e Fies.

A bibliografia pesquisada apontou que a reforma universitária objetivou imprimir sobre o sistema público os mesmos parâmetros adotados nas empresas privadas, como produtividade, gestão de resultados, eficiência e eficácia. Como consequência, operaram-se transformações significativas na estrutura curricular, vinculando-a às demandas do mercado de trabalho e comprimindo o tempo de formação; submeteu-se o financiamento a contratos de gestão que vinculam verbas à expansão das matrículas, objetivando aumentar a razão aluno/professor, como é o caso do Reuni, que é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, instituído em 2007, e que consiste em um dos principais debates da comunidade acadêmica desde então.

O Reuni mudou a concepção de universidade, estabeleceu um novo paradigma para o ensino superior que modifica em sua essência o conceito de universidade pública, ressignifica suas funções sociais, altera a estruturação dos cursos de graduação e o trabalho docente desenvolvido nas instituições federais de ensino superior (ANDES, 2013, p. 21).

Do ponto de vista prático, os governos neoliberais nos anos 2000 (FHC, Lula e Dilma), ainda que tenham algumas importantes diferenças em suas iniciativas e ações, desataram forte ataque a estas instituições por meio do sucateamento de suas estruturas físicas, com repasse condicionado de verbas, com uso de metas para controle do trabalho docente e, ainda, arrocho salarial para professores e profissionais técnico-administrativos.

No período recente da História do Brasil, os governos têm seguido orientações do capital estrangeiro e de organismos internacionais (como Banco Mundial e FMI), segundo os quais a preocupação deve se deter nos níveis fundamental e médio de educação. Na análise dos financiadores internacionais, o ensino superior, além de muito custoso para países emergentes, pode ser mais eficiente se gerido segundo os cânones da empresa privada e, de preferência,

sob sua iniciativa e responsabilidade. Segundo Haddad (2008, p. 12):

o setor de serviços é um dos setores de interesse da Organização Mundial do Comércio; nele, a educação é um dos serviços disponibilizados para fins de comercialização internacional e diminuição de barreiras [...]. O ensino privado é um mercado crescente no setor de serviços, crescente e rentável. No mundo inteiro, os interesses privados sobre esse bem público vêm ocupando espaço, pressionando legislações nacionais e internacionais, ampliando o mercado em cada país e no contexto internacional.

De acordo com dados do Censo do Ensino Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao analisar o número total de matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, no período de 1991 a 2012, constata-se a seguinte situação: em 1991, o setor público tinha participação nas matrículas da ordem de 38,70% contra 61,30% no privado; em 2012, esses índices são 28,96% e 71,04%, respectivamente. Ou seja, em 1991, num total de 1.565.056 matrículas no ensino superior no Brasil, 959.320 eram no setor privado, contra 605.736 no setor público. Já em 2012, do total de 5.923.838 de matrículas, há um maior distanciamento entre esses dois setores, ficando o setor público com 1.715.752 matrículas e o setor privado com 4.208.086 de matrículas. Percebe-se claramente o predomínio do setor privado. Infere-se ainda que, desde o início dos anos 2000, a participação do setor público não chega aos 30% das matrículas totais.

Mudança significativa acontece com a educação tecnológica a partir do programa Brasil Profissionalizado, lançado pelo governo federal em 2007. Este programa tem o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, através do repasse de recursos para que os estados invistam na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional como forma de integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

A exemplo do Brasil Profissionalizado, em 2011 foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como

objetivo ampliar o acesso ao ensino técnico e profissionalizante e, além disso,

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio (PRONATEC, 2011).

O Brasil Profissionalizado acabou sendo inserido dentro do Pronatec, que abrange, ainda, outras iniciativas, como, por exemplo, o Fies técnico e o bolsa formação. É importante ressaltar que essas iniciativas governamentais que têm a busca da qualificação profissional como principal bandeira para a sua legitimação também são utilizadas pelos governos com a

O Brasil Profissionalizado acabou sendo inserido dentro do Pronatec, que abrange, ainda, outras iniciativas, como, por exemplo, o Fies técnico e o bolsa formação. É importante ressaltar que essas iniciativas governamentais que têm a busca da qualificação profissional como principal bandeira para a sua legitimação também são utilizadas pelos governos com a finalidade de deslegitimar a função das universidades públicas [...].

finalidade de deslegitimar a função das universidades públicas, reforçando o discurso de que estas instituições são ineficientes e não priorizam a formação para o mercado de trabalho.

Dentro dessa perspectiva, a ex-presidenta Dilma Rousseff, na época da disputa à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), afirmou em sua propaganda política² no dia 04 de setembro de 2014 que a prioridade de seu segundo governo na área educacional teria como foco a educação básica, coincidentemente como preconizado pelo Banco Mundial em seus pacotes de reformas, que têm os seguintes elementos centrais:

Prioridade na educação primária; melhoria da eficácia da educação; ênfase nos aspectos administrativos; descentralização e autonomia das instituições escolares, entendida como transferência de responsabilidade de gestão e de captação de financiamento, enquanto ao Estado caberia manter centralizadas as funções de fixar padrões, facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar, adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos e monitorar o desempenho escolar; a análise econômica como critério dominante na definição das estratégias (HADDAD, 2008, p. 24).

Além disso, Dilma Rousseff também reforçou que continuará investindo na educação profissionalizante através do Pronatec. Também comemorou o fato de ter atualmente no Brasil 7 milhões de matrículas, mas, em nenhum momento, ela pontuou que essas matrículas são, em sua maioria, com a iniciativa privada e parte delas na educação a distância.

2.1 O Ceará nesse contexto

Esta perspectiva da política educacional vem sendo utilizada no Ceará com as escolas estaduais de educação profissional do ex-governador Cid Gomes, que, em dezembro de 2013, inaugurava a 100ª escola e destacava no site do governo:

O objetivo das ETEPs é vincular a educação básica à educação profissional, dando oportunidade aos jovens de complementarem seus estudos, além de promover a formação para o mundo do trabalho. Para isso, são ofertados 51 cursos técnicos em 74 municípios cearenses na capital e no interior. Em todo o Estado, são 36 mil jovens atendidos e a meta é finalizar 2014 com 140 escolas em funcionamento (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2013).

Venâncio (2014), ao realizar um estudo sobre o financiamento das universidades estaduais, relatou que durante o primeiro governo de Cid Gomes ocorreu um alto investimento no ensino profissionalizante e isso pode ser verificado no investimento em 2007, que foi de R\$ 733.603,35; já em 2010, esse gasto passa a ser de R\$201.355.066,23, ocorrendo, assim, um aumento em termos percentuais de 273,47%. No segundo mandato de Cid Gomes, constata a ma-

nutenção dos gastos relacionados ao ensino profissionalizante, tendo em dois anos uma execução de recursos superior a 70%. É nítido que o ensino profissionalizante foi uma política pública priorizada pela gestão de Cid Gomes, tendo, nos últimos três anos, uma aplicação de recursos muitas vezes superior ao gasto com o ensino superior que abrange as três Universidades Estaduais.

Os dados aqui revelados são suficientes para inferir que os seguidos governos estaduais têm demonstrado grande desinteresse pelo sistema de ensino superior estadual, fato que se revela nos pronunciamentos públicos dos governantes ao invocarem a Constituição Federal e afirmarem que sua obrigação é com o ensino médio, sendo o nível superior de competência da União; falas comuns, por exemplo, nos governos Lucio Alcântara (2003-2007) e Cid Gomes (2007-2011; 2011-2015) quando arguidos pelos movimentos em defesa das universidades estaduais. Fato que desrespeita a própria Constituição Estadual, que prevê:

Art. 224. O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição (CEARÁ, 1989, p. 60).

Ao mesmo tempo em que se desobriga das funções de investir nas estaduais, o governo cearense tornou-se importante protagonista da integração do ensino médio e profissionalizante no âmbito do programa Brasil Profissionalizado, conforme já foi mencionado.

Segundo documento intitulado *Relatório Síntese dos Seminários da UECE, URCA e UVA*, elaborado pelas seções sindicais no Ceará no ano de 2014, existia uma demanda emergencial por professores nas instituições de 163 vagas na UECE, 296 vagas na Universidade Regional do Cariri (URCA) e 123 na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), decorrentes de aposentadorias, exonerações, falecimentos e cursos sem disciplinas, no caso das duas últimas.

Infere-se, pois, que na esteira da valorização do

ensino médio integrado, o governo do Estado tem desprezado as universidades estaduais sob o argumento de que o ensino superior é responsabilidade da União, tese que esconde outros interesses desse governo, dentre os quais pode-se destacar o próprio fato de que uma boa parcela de recursos vem do governo federal, ou seja, o governo do estado gasta bem menos com este programa.

Ressalta-se, ainda, a própria lógica em que está inserida a educação segundo os determinantes do capital, onde se preconiza a qualificação em detrimento de uma formação mais ampliada. Deste modo, é mais interessante aos governos investirem nesse formato de educação, tendo em vista a própria demanda do mercado de trabalho que anseia por jovens minimamente qualificados.

Tais posturas, reveladas acima, e suas prioridades para a mercantilização do ensino superior acabam por ocasionar mudanças dentro das universidades, desde o aligeiramento das formações à troca de professores efetivos por substitutos.

2.2 Os impactos no mundo do trabalho

Dentro do cenário de mudanças no mundo do trabalho, no contexto de mundialização do capital, expansão dos processos de financeirização e reestruturação produtiva em caráter global, percebe-se os impactos destas mudanças no Brasil, apesar de suas particularidades, tendo em vista que o processo de industrialização aqui foi tardio e não foi vivenciado o *Welfare State* tal como nos países de capitalismo central.

Aumentaram neste contexto as formas de precarização do trabalho em geral, como bem sinalizam as pesquisas no campo crítico. O capital obteve novas formas de extrair dos trabalhadores um nível de mais-valia, particularmente pela intensificação dos processos de trabalho. Criaram-se postos de trabalho cada vez mais flexíveis e a exigência por trabalhadores polivalentes.

Direitos trabalhistas historicamente adquiridos pela força do movimento da classe trabalhadora são ameaçados e retirados neste cenário. Emergem neste contexto locais de trabalho com salários e mão de obra flexíveis, com o início do processo de terceiri-

zação e contratos temporários. Lógica esta que também se acentuou no gerenciamento do setor público, como é a situação dos professores substitutos da UECE.

Bosi (2006) e Chauí (2003) têm posições próximas no que se refere ao processo que traz o professor à Universidade. Ambos destacam que uma das formas mais visíveis da precarização do trabalho docente é a intensificação da jornada de trabalho, fazendo com que esses professores não tenham a possibilidade de realizar atividades fora da sala de aula. Este parece ser o caso da UECE, na qual são poucas as oportunidades de se inserir em atividades de pesquisa e extensão. Os docentes temporários têm, em média, uma dedicação de 16 a 20 horas exclusivamente para a sala de aula, conforme foi percebido no decurso da pesquisa.

Tal situação de precarização é visualizada na UECE mediante a disparidade salarial entre substitutos e efetivos, o que acaba levando os professores da universidade a buscarem outros locais para lecionar, sobrecarregando os mesmos com uma extensa jornada de trabalho, que por vezes dificulta a continuação da carreira acadêmica desses profissionais.

Direitos trabalhistas historicamente adquiridos pela força do movimento da classe trabalhadora são ameaçados e retirados neste cenário. Emergem neste contexto locais de trabalho com salários e mão de obra flexíveis, com o início do processo de terceirização e contratos temporários. Lógica esta que também se acentuou no gerenciamento do setor público, como é a situação dos professores substitutos da UECE.

É nítida a política de troca de docentes efetivos por temporários, pois, no período de 2000 a 2010 foram criadas somente 249 vagas para professor efetivo, ao mesmo tempo em que a UECE ofertou 963 vagas para professores substitutos e 63 vagas para professores visitantes; há um aumento exponencial no número de seleções públicas para o preenchimento de vagas temporárias. Situação que obteve crescimento após 2008, ano em que os docentes efetivos obtiveram o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - PCCV, que gerou ganhos salariais através da implementação

das gratificações (exercício profissional, dedicação exclusiva e incentivo profissional); os salários dos docentes efetivos ganhou o “status” de ser um dos melhores das universidades estaduais brasileiras.

Desde 2011 a campanha do movimento sindical e estudantil tem se centralizado na luta para concurso público, dado que a sua não realização tem significado intensificação do trabalho docente e formas precarizadas de contratação. Luta retomada em 2013, através de novo movimento grevista e que pela primeira vez contou com a participação dos três segmentos que compõem a universidade: estudantes, professores e servidores. Movimento que trouxe como frutos a ampliação e o aumento remunerativo das bolsas de iniciação científica e de assistência estudantil da universidade, a regulamentação do plano de cargos docente e abono salarial para os servidores técnico-administrativo, entre outros. Em setembro de 2014, a greve foi retomada devido ao descumprimento dos acordos, dentre os quais a realização de concurso para professor efetivo. Greve esta que foi suspensa em janeiro de 2015, com a promessa do governo de realização de concurso para cobrir a demanda emergencial de vagas exposta no decurso deste texto.

Desde 2011 a campanha do movimento sindical e estudantil tem se centralizado na luta para concurso público, dado que a sua não realização tem significado intensificação do trabalho docente e formas precarizadas de contratação.

3. Alguns resultados da pesquisa

A UECE conta com uma estrutura de dois *campi* na capital e 06 (seis) unidades no interior do estado, que atendem a uma demanda de cerca de 18.000 estudantes e com um quadro docente de 1074, dos quais 811 são efetivos e 263 são substitutos. Para realização de tal estudo, utilizou-se como campo empírico seus dois *campi* da capital: *campus* do Itaperi e *campus* Fátima, locais onde surgiram as primeiras inquietações de pesquisa a partir da observação do cotidiano laboral de vários professores substitutos e a fragilidade da situação de contratos temporários numa conjuntura de exigência de muita dedicação e envolvimento profissional.

Os informantes dessa pesquisa foram os professores substitutos da UECE, lotados na capital, prioritariamente aqueles que estavam em atividade no ano de 2014, quando foi realizada a pesquisa de campo. Trabalhou-se com um universo de 165 professores substitutos, conforme número do Departamento de Pessoal. Deste universo, aplicou-se questionários a 19 (dezenove) sujeitos e foram realizadas 03 (três) entrevistas, cujos alguns aspectos serão revelados neste item.

Inicialmente verificou-se a relação entre o processo de mercantilização do ensino superior e a precarização do trabalho docente na contemporaneidade, posto que as determinações dos organismos internacionais submetem a educação ao viés econômico, ampliando-se o número de instituições de ensino superior privadas, fato confirmado na pesquisa.

Uma das surpresas desta investigação foi o fato de que, apesar de todos os limites que a condição de substituto impõe, os mesmos buscam realizar pesquisa na instituição ou em outras na qual possuem vínculo. Destaca-se que os sujeitos pesquisados, em geral, não têm condições objetivas de realizar o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) e, quando realiza, como pode ser verificado na presente pesquisa, acaba por realizar estas atividades em condições adversas, com poucas bolsas (não foi possível verificar se as bolsas são remuneradas), sem redução da carga horária. Impõe-se, dessa forma, uma sobrecarga de trabalho, que, em alguns casos relatados, pode chegar a ter uma carga horária semanal de quase 72 horas, sendo que o contrato é para uma jornada de 40 horas.

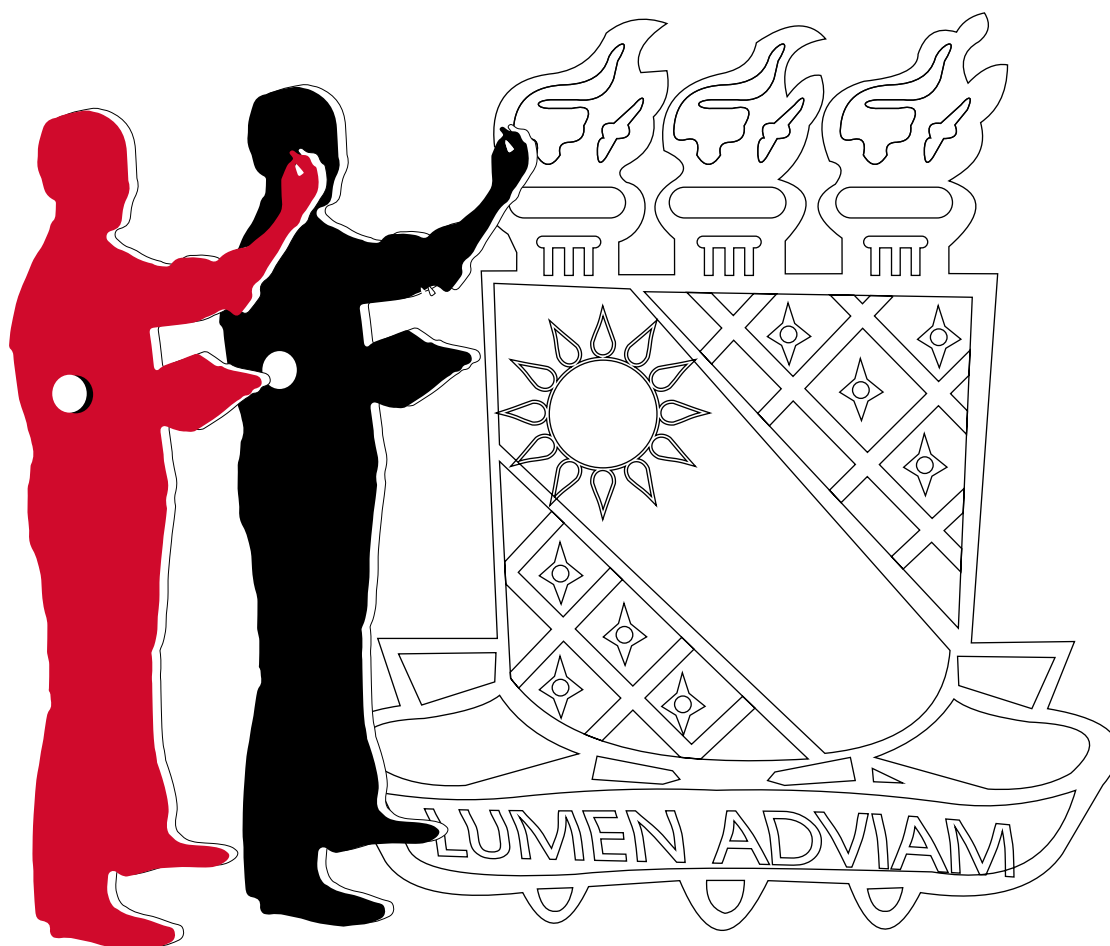
Evidencia-se, portanto, que a precarização do trabalho docente, no caso através da contratação de professores substitutos, precariza também o ensino, visto que o mesmo não deve se separar da pesquisa e da extensão, e o professor precarizado encontra mais dificuldades para realizar o tripé. Dificuldade que se estende aos efetivos, posto que o número de bolsas disponíveis na instituição é bem aquém da demanda real, realidade comprovada nos relatórios das seleções de bolsa que constam no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGPQ)³.

Ressalta-se, deste modo, que este cenário de precarização atinge também os docentes efetivos, ao

passo que as condições de trabalho na universidade não são as ideais e, dentro dessa conjuntura, outro fator que ganhou destaque na pesquisa foi o fato dos professores substitutos, em sua maioria, não perceberem que os seus pares docentes também estão em situação de precarização. Destacou-se, ainda, que alguns dos temporários atribuem aos efetivos a culpa por suas péssimas condições laborativas. Cria-se, a partir daí, um racha na identidade de classe destes sujeitos. Aspecto abordado por intelectuais como Harvey (1992), Alves (2000, 2007, 2013) e Antunes (2002, 2011), que subsidiaram o referencial teórico desta pesquisa. Um dos impactos objetivos/subjetivos de maior destaque nesta literatura crítica é a atual situação de heterogeneidade vivida pela classe trabalhadora que acaba por dividi-la numa aparente incompatibilidade de interesses e, portanto, com clara repercussão na sua organização política. Hoje existem claras dificuldades de organização dos substitutos na UECE, como bem sinalizou a tentativa do SINDUECE na luta pela equiparação salarial, cujo envolvimento numérico dos professores foi mínimo, dada a rotatividade e, também, o receio de envolvimento dos docentes.

Percebeu-se, ainda, que os sujeitos pesquisados tendem a compreender e sentir os rebatimentos do trabalho precarizado ao longo de sua trajetória docente. Inicialmente, tem-se um ideal de profissão, repleto de sonhos e expectativas do que é ser professor universitário. Nas entrevistas com professores que atuam como substitutos há mais tempo, entretanto, é perceptível que estes sujeitos deram ao ser substituto um viés negativo, fato que não foi visualizado nos docentes com pouco tempo de instituição.

Questionados sobre as condições de precarização da instituição, os aspectos mais ressaltados diziam respeito às condições infraestruturais da UECE, não sendo abordada a sua própria condição de professor em situação de precarização. E, novamente, não era assinalado que parte destas condições também são vivenciadas pelos efetivos da instituição. Neste sentido, Alves (2013) aborda a precarização em duas dimensões essenciais que se complementam: 1) a precarização das condições salariais e de trabalho; e 2) a precarização do *homem-que-trabalha* que ocorre no plano da subjetividade humana, explícito em “desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais de classe”, que, no extremo, levam aos adoecimentos.



Ele reforça, ainda, que a precarização do trabalho caracterizou-se pela demissão incentivada, terceirização e degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas, processos visualizados no ambiente da UECE.

Verificou-se também que a inserção deles na trajetória docente é considerada como um retorno à universidade que os formou, reforçando a importância que a UECE tem no cenário educacional. Ser substituto também é considerado uma boa forma de se inserir no mercado de trabalho, pois, segundo eles, atuar na universidade pública ainda é algo que gera certo “status”. Ressaltou-se, ainda, que o contrato temporário na UECE é bom, pois assegura alguns direitos trabalhistas. A despeito de todos os elementos de precarização da condição temporária, a situação de trabalho nas IES privadas ainda é pior, com regime de trabalho horista e, mesmo com todo o descaso de sucessivos governos estaduais com as três universidades estaduais, elas nunca deixaram de ser uma referência inclusive para o mercado de trabalho.

A pesquisa revelou um perfil de substitutos jovens, que estão iniciando as suas carreiras, que buscam se

nômico. Possibilitou, ainda, perceber que esta situação implica aos sujeitos pesquisados a busca por outra ocupação como fonte alternativa de complementar a renda. Na presente investigação, ficou exposto que 57,8% dos pesquisados têm outro vínculo empregatício.

A questão da falta de equiparação salarial entre efetivos e substitutos acaba por “obrigar” muitos professores temporários a buscarem outras formas de complementar a renda, ocasionando para a vida desses sujeitos um atrelamento do que Alves (2013) vem a chamar de tempo de vida subsumido a tempo de trabalho, dadas as exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

Esta situação também prejudica a própria atividade docente dele, ao passo que, na busca de complementar a sua renda, ele se submete a um outro emprego. Na investigação, ficou exposto que 57,8% dos pesquisados têm outro vínculo empregatício e estes trabalhos, em geral, são atividades acadêmicas em outras instituições de ensino. E, por vezes, é complicado conciliar as atividades na UECE com as do outro local de trabalho. Tal como foi exposto na pesquisa, quando um pesquisado destacou como ponto positivo a aceitação e compreensão por parte dos estudantes da UECE quando este tem que se ausentar de sua atividade nesta universidade para resolver problemas de seu outro local de trabalho.

A própria forma de contrato dos referidos docentes já é, em si, um viés da precarização, pois limita a sua vida na academia a um tempo de permanência na instituição de 01 (um) ano, prorrogável por mais 01 (um) ano, ou seja, ele acaba por limitar algumas atividades para este prazo, como participação em pesquisa, orientações de monografia. Pontua-se, entretanto, que a realização destas atividades não geram redução da carga horária destes sujeitos, como ocorre com os professores efetivos.

Considerações finais

Os achados da pesquisa revelam muitos elementos de identidade com as questões vividas por todos aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho como elemento de sobrevivência. Esta é uma

A questão da falta de equiparação salarial entre efetivos e substitutos acaba por “obrigar” muitos professores temporários a buscarem outras formas de complementar a renda, ocasionando para a vida desses sujeitos um atrelamento do que Alves (2013) vem a chamar de tempo de vida subsumido a tempo de trabalho, dadas as exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

qualificar para almejar novos voos na docência, seja na UECE ou em outra instituição. Então, estar numa universidade pública ainda é algo que lhes proporciona algumas vantagens, pois dessa forma estão melhorando seu currículo *Lattes*, tão importante nestes tempos de produtivismo acadêmico. Entra em questão aqui também a competitividade e o esforço individual como elementos que garantem a empregabilidade, elemento ideológico que atinge a classe trabalhadora em todos os níveis.

A comparação salarial entre professores efetivos e substitutos possibilitou demonstrar o quanto essa troca é vantajosa ao Estado, do ponto de vista eco-

situação historicamente vivenciada pela classe trabalhadora, prejudicada ainda mais por um cenário em que coloca o trabalhador à deriva de uma lógica empresarial que, atingindo a política educacional, escolhe baratear custos da mão de obra, com redução de direitos, rotatividade e universalização de uma situação que deveria ser, por lei, esporádica.

A ampliação da precarização é assim revelada no salário, nas condições inferiores de trabalho, no uso rotativo da mão de obra, nas dificuldades e receios de organização política da categoria, na necessidade de complementar renda com outros trabalhos, nas estratégias individualizadas de atuação e no telos de ascensão a efetivo, às vezes alheio à participação política, a exemplo da luta coletiva por concurso público, na qual se percebia pouca presença de professores substitutos. Inclusive, em conversa informal, um destes sujeitos chegou a relatar que a luta por concurso docente não era a sua prioridade.

Nestas considerações finais é ainda interessante destacar que a atual ampliação do quadro de substitutos na UECE se insere no contexto de luta pela manutenção da própria universidade, pois os últimos governos nem mesmo sinalizam seu projeto para ensino superior público no estado, como ocorreu no período estudado por Moraes (2000) [...], quando a ascensão empresarial ao poder demandava uma disputa de hegemonia por parte desta elite. Hoje, com o crescimento vertiginoso do ensino superior privado, fica evidente que a defesa da universidade pública pertence ao movimento docente e discente. Observou-se o quanto essa questão é bem mais complexa que a simples troca de uma forma de contrato: trata-se de uma questão política e de interesse do grande capital pelo desmonte da educação pública.

Vale ressaltar que, apesar da realização de concursos para professores efetivos em 2012 e 2015 (concurso este que ainda não teve seus aprovados nomeados), o número de docentes com contratos temporários permanece elevado na instituição. O governo estadual continua com a sua prática de desvalorização da carreira docente, ao passo que se nega a implementar reajuste salarial e equiparação salarial entre efetivos e substitutos. Ignora as necessidades para o bom funcionamento da instituição, corta o financiamento que já era limitado e diminui a quantidade de bolsas de

iniciação científica e de pós-graduação. Apesar de todo esse descaso, a universidade resiste e vem sendo apontada como a melhor instituição do Norte, Nordeste e Centro-Oeste⁴. Lutas e greves foram travadas ao longo dos últimos anos pautando melhorias para a instituição e somente através dessas mobilizações que conquistas foram obtidas, como os últimos concursos, melhorias na carreira docente e políticas de assistência estudantil. Fica evidente que a luta em defesa da educação deve ser primordial na vida dos sujeitos que compõem a universidade (professores, servidores técnico-administrativos e estudantes) e de toda a sociedade. **US**

notas

1. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - PCCV foi uma conquista do movimento docente de 2008, em uma conjuntura em que os professores das universidades estaduais tinham o terceiro pior salário das universidades estaduais, com perdas que giravam em torno de 67%. O PCCV é uma conquista, porque institui melhoria significativa na remuneração dos professores, recuperando perdas salariais acumuladas nos últimos 12 anos, fortalecendo o vencimento-base, abrindo a perspectiva de conquistas de salários mais dignos (SINDUECE, SINDIUVA E SINDURCA, 2008, p. 4).

2. COLIGAÇÃO COM A FORÇA DO POVO. Dilma na TV - programa 8 - educação. Exibido no dia 04 de setembro de 2014, às 13h15. Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/campanha/dilma-na-tv-programa-8-319>>. Acesso em: 05 set. 2014.

3. Ver mais em: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <http://www.propgpq.uece.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=5:inicio-cientifica&Itemid=15>.

4. A Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi eleita pela 6ª vez a melhor universidade Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, segundo o Ranking Universitário da Folha (RUF), divulgada na última segunda-feira, 19. A pesquisa mediu a qualidade de 195 universidades brasileiras por meio dos indicadores de ensino, inovação, internacionalização, pesquisa e mercado. A Universidade Federal do Ceará (UFC) ficou em 10º lugar dentre as melhores universidades do País. No ranking geral, a UECE ocupa a 48ª posição. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/uece-e-eleita-a-melhor-universidade-estadual-no-norte-nordeste-e-cent.html>>.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDES. **Dossiê Nacional**: Precarização das Condições de Trabalho I. Brasília: abril 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BOSI, Antonio de Pádua. Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980-2005). In Revista **Universidade e Sociedade**, n. 38, 2006.

CEARÁ. [Constituição (1998)] Constituição do Estado do Ceará, 1989. - Fortaleza: INESP, 2016. 182p.

Atualizada até a Emenda Constitucional 86 de 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/danialves/Downloads/Const%202015%20260-200%20Atualizada%20emenda%2086.pdf>.

Acesso em: 10 nov. 2016.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Set./out./nov./dez. 2003 n. 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **100ª escola profissional será inaugurada**. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/component/content/article/9715/9715>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

HADDAD, Sergio. **O impacto nas políticas Banco Mundial, OMC e FMI educacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Sinopse Estatística da Educação Superior 2012. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MORAIS, Elvira de Sá. **A UECE e a política estadual do ensino superior**. Fortaleza - CE: Anna Blume, 2000.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO. **Objetivos do Pronatec**. Brasília: PRONATEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/o-que-e>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SINDUECE; SINDIUVA; SINDURCA. **PCCV: Uma história de luta**. Fortaleza: 2008.

_____. **Relatório Síntese dos Seminários da UECE, URCA e UVA**. Fortaleza: SINDUECE; SINDIUVA; SINDURCA, 2014. 11p.

VENÂNCIO, Anderson Albuquerque. **O financiamento das universidades estaduais**. Fortaleza, 2014 (mimeo).

referências

O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão

Tales Willyan Fornazier Moreira

Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social - GEFPESS da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
E-mail: taleswf@live.com

Lesliane Caputi

Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
E-mail: lesliane@hotmail.com

Resumo: As reflexões contidas neste texto são parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), no formato de monografia, intitulado "Movimento Estudantil de Serviço Social e o Projeto Ético-Político na Formação Profissional". Trata-se de uma construção coletiva dos/as autores/as que se propuseram a desenvolver pesquisa e construir conhecimentos acerca da dimensão político-organizativa do segmento estudantil no âmbito da formação profissional, com enfoque no Movimento Estudantil de Serviço Social, com vistas a identificar qual a contribuição e o compromisso deste para o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Serviço Social. Projeto Ético-Político. Formação Profissional.

Introdução

A história da profissão de Serviço Social, no Brasil, vem sendo escrita por muitas mãos e há longas datas, na direção da construção de outra ordem societária que seja contrária à ordem do capital. O projeto profissional hegemônico construído no âmago do Serviço Social, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, traz uma proposta de formação profissional para vida social, isto é, uma formação que vá além das demandas do mercado, que supere

a perspectiva de formação de mão de obra técnica e que possibilite a formação de profissionais críticos/as, com uma perspectiva de totalidade, para que tenham condições de intervir na realidade social e extrair dela as múltiplas determinações e contradições oriundas do modo de produção operante.

Nesse sentido, tal proposta defendida hegemonicamente pelas entidades da categoria (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -



ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social - conjunto CFESS-CRESS), em consonância com a direção social da profissão, representa a síntese da maturidade política e intelectual do Serviço Social brasileiro, a qual é resultado de uma construção coletiva da categoria em todo o país.

O Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS teve/tem contribuição inquestionável na (re) construção da história da profissão. Assim, se faz mister destacar o histórico protagonismo político dos/as estudantes no delineamento do significado social do Serviço Social brasileiro. Com aproximadamente 40 anos de história, o MESS, e notadamente a ENESSO, vem construindo uma trajetória de lutas e resistências na mesma trincheira de lutas da classe trabalhadora. Sem dúvidas, esta trajetória também foi/é perpetrada por diversos limites e desafios que

obstaculizam a práxis política dos/as estudantes – os quais devem ser pensados sob o prisma macrosocietário, enquanto rebatimentos dessa estrutura de sociabilidade que nos convoca cotidianamente a sucumbir à lógica destrutiva do capital.

O atual cenário, marcado por um profundo avanço do conservadorismo, de forças antidemocráticas, da opção pós-moderna, da ofensiva à organização política e coletiva, se coloca cada vez mais desafiador e nos convoca, necessariamente, ao fortalecimento político-organizativo. Estes tempos tão “temerosos” não nos traz outra possibilidade: é necessário lutar e (re)existir! E esta luta deve ser no sentido de construir mediações e possibilidades de saída, de fato, pela esquerda e não propostas reformistas e de conciliação de classes, pois, no fim, sabemos que quem paga essa dívida é a classe trabalhadora.

Nesse sentido, as reflexões contidas neste texto objetivam apresentar um breve resgate histórico da

organização política dos/as estudantes de Serviço Social no Brasil e o seu significado para o exercício profissional do/a assistente social, bem como contribuir com reflexões acerca da necessidade de fortalecimento do MESS, sobretudo na atual contextura tão adversa, enquanto alternativa para manutenção do legado crítico e da direção social da profissão.

Movimento Estudantil de Serviço Social no Brasil: histórico de lutas e resistências

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS vem sendo construída por diversas gerações, se configurando enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social. Têm-se registros desta contribuição do segmento estudantil, bem como de sua organização política, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro.

De acordo com Ramos (2011, p. 119), “os estudantes, por exemplo, não são considerados, em muitos países, partícipes das articulações profissionais como

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS vem sendo construída por diversas gerações, se configurando enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social. Têm-se registros desta contribuição do segmento estudantil, bem como de sua organização política, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro.

o são no Brasil, onde organizam eventos, participam de campanhas e elaboram documentos em conjunto com as demais entidades representativas da categoria”. Tal afirmação evidencia uma característica da profissão no cenário brasileiro e também nos traz a responsabilidade ética e política em garantir esta participação coletiva construída historicamente no Serviço Social.

O MESS se configura enquanto movimento social e não pode ser concebido fora da trama das relações macrossocietárias, sendo necessário pensá-lo a partir das múltiplas determinações e contradições que abrangem a totalidade social. Somente a partir destas

relações e das dinâmicas inerentes a elas, as quais rebatem diretamente na organização política do MESS, é que podemos pensar este movimento.

Enquanto Movimento Social, o MESS pode ser compreendido também como sujeito coletivo na busca de uma questão em comum, ou seja, uma coletividade que expressa consciências compartilhadas e lutam por vontades históricas determinadas. Este sujeito coletivo elabora e cria uma identidade, se organiza através de práticas políticas das quais seus membros defendem os seus interesses e expressa essas vontades construindo suas lutas.

De acordo com Gohn (2011, p. 335), “se configuram enquanto ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Nesse sentido, em sua ação concreta, esse sujeito coletivo lança mão de diversas estratégias de lutas para darem visibilidade às suas pautas, que variam desde uma simples denúncia, até mobilizações, marchas e concentrações (GOHN, 2011).

Nesta direção, o MESS se insere, enquanto organização política dos/as estudantes de Serviço Social, na defesa intransigente de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, de uma formação profissional que esteja na direção hegemônica da profissão, ou seja, a serviço dos/as trabalhadores/as. Ademais, as lutas travadas no âmbito do MESS contribuem para o delineamento do projeto profissional, denominado por José Paulo Netto (1999) como Projeto Ético-Político, o qual está vinculado à construção de outro projeto societário.

Apesar de alguns setores entenderem que o MESS não se constitui enquanto movimento social por ser um movimento transitório, concordamos com Guimarães quando aponta que:

[...] o argumento da transitoriedade dos estudantes é absolutamente insuficiente para negar o acúmulo e a perspectiva histórica do ME, especialmente porque acreditamos que o debate deve ser pautado sob a ótica não do indivíduo, mas de um sujeito coletivo. Evidente que o(a) estudante enquanto sujeito individual tem diante de si um período temporal bastante limitado para intervenção e articulação no âmbito do movimento estudantil, mas faz-se necessária a capacidade de se reconhecer no

outro e perceber a história como a continuação da obra coletiva. O processo de disputa por uma educação voltada para a transformação e construção de uma outra sociabilidade, sem dúvidas, transcende trajetórias individuais. Daí temos a convicção de que a transitoriedade se refere de fato aos sujeitos que militam no ME e de forma alguma ao movimento estudantil em si (GUIMARÃES, 2014, p. 80).

Assim, é fundamental apreendermos as particularidades da organização política do MESS atreladas, sobretudo, ao significado social do Serviço Social, no contexto de reprodução das relações sociais, bem como das demandas colocadas à profissão e às necessidades sociais que buscamos responder frente às expressões da “questão social”, o que confere evidentes implicações à nossa organização (GUIMARÃES, 2013).

Portanto, entendendo o MESS enquanto movimento social, inscrito no processo que permeia a totalidade da realidade social, não estando isento dos rebatimentos, bem como de todas as contradições postas neste cenário, e, também, enquanto um movimento que possui particularidades concernentes à categoria profissional de Serviço Social, apreender os elementos estruturais e conjunturais que envolvem todo esse conjunto de complexos é imprescindível.

As múltiplas alterações que têm ocorrido nos últimos períodos, tanto na esquerda brasileira como na própria juventude, têm provocado, também, várias dificuldades no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes, o que corresponde a determinações diversas de ordem estrutural e conjuntural. Nesse sentido, a ação política do MESS vem sendo materializada em um contexto enorme de ofensiva à organização coletiva crítica e combativa, mas este continua configurando-se como um espaço potencial de luta política (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Inferese pensar aqui o quanto o modelo societário burguês vigente e sua constante articulação para regressão dos direitos e perpetração da ofensiva à organização coletiva, os processos de criminalização dos movimentos sociais¹, bem como de qualquer possibilidade de inquietação política na contextura neoliberal, rebatem na participação e organização do movimento estudantil, visto que há um fortalecimen-

to ideológico do individualismo, da concorrência, da desmobilização política e da fragilidade de identidade com as lutas sociais, se estabelecendo como característica central das relações sociais.

Este processo tem se intensificado com o agudizamento do projeto neoliberal a partir, sobretudo, da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido,

Se o movimento não aglutina e nem mobiliza tanto os estudantes como no passado, isso se torna mais problemático numa conjuntura marcada pelo neoliberalismo. A realidade dos últimos 20 anos de uma sociedade baseada na concorrência – imposta pelas leis de mercado –, no individualismo e numa “inversão de valores” subjacentes a uma ideologia conservadora e estruturante do *status quo*, faz parte da retórica estudantil para explicar a falta de participação dos estudantes e o distanciamento destes das entidades (MESQUITA, 2003, 124).

Inferese pensar aqui o quanto o modelo societário burguês vigente e sua constante articulação para regressão dos direitos e perpetração da ofensiva à organização coletiva, os processos de criminalização dos movimentos sociais, bem como de qualquer possibilidade de inquietação política na contextura neoliberal, rebatem na participação e organização do movimento estudantil, visto que há um fortalecimento ideológico do individualismo, da concorrência, da desmobilização política e da fragilidade de identidade com as lutas sociais, se estabelecendo como característica central das relações sociais.

Apesar deste cenário, que tende ao solapamento do protagonismo dos/as estudantes de Serviço Social, o MESS tem se mantido firme em sua perspectiva política e vem contribuindo na construção da história da profissão no Brasil. Assim, concordamos com Braz e Matos (2008, p. 180) quando dizem que “apesar da conjuntura de desmobilização política, podemos afirmar que o Movimento Estudantil em Serviço Social, e notadamente a ENESSO, vem contribuindo para a formação de sujeitos críticos e ativos [...], com inserção nos debates e lutas políticas.”

A formação de sujeitos críticos e com condições políticas de inserção em debates e lutas está total-

mente atrelada à proposta hegemônica do projeto de formação profissional defendido pelas entidades da categoria a partir, sobretudo, dos meados da década de 1990, após a construção das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS. Esta proposta de formação traz consigo uma perspectiva de formação para a vida social, isto é, uma formação que transcende a lógica de formação de mão de obra técnica para atender a interesses mercantis, tal como as diretrizes aprovadas e encaminhadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e Ministério da Educação - MEC. As diretrizes do MEC suprimem elementos essenciais da proposta de formação construída coletivamente pela categoria, sobremaneira, no que se refere à direção social da formação, aos conhecimentos e habilidades fundamentais para desempenho da profissão de Assistente Social (IAMAMOTO, 2014).

Nesse sentido, pois, o MESS enquanto um espaço coletivo que possibilita a formação política e teórica dos/as estudantes, faz interlocução e fortalece a direção social do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, que tem a perspectiva de totalidade da realidade social. É com

Historicamente, o MESS, atrelado às demais entidades de organização da categoria profissional (ABEPSS, ENESSO e conjunto CFESS-CRESS), tem demonstrado um protagonismo político que tem fortalecido a mesma em suas diferentes instâncias, contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e propositiva na reafirmação do projeto ético-político da profissão.

esta condição de apreender o todo que se apresenta na realidade concreta e, com a apropriação dos valores éticos e políticos, bem como de todo arcabouço teórico-metodológico e dos conhecimentos que balizam a profissão, que o/a profissional terá condições de se inserir no espaço sócio-institucional e construir suas propostas de intervenção para o exercício profissional, pois como bem apontado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tal perspectiva defendida “expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Historicamente, o MESS, atrelado às demais entidades de organização da categoria profissional (ABEPSS, ENESSO e conjunto CFESS-CRESS), tem demonstrado um protagonismo político que tem fortalecido a mesma em suas diferentes instâncias, contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e propositiva na reafirmação do projeto ético-político da profissão. Nas palavras de Ramos (2011, p. 119):

[...] o segmento estudantil é considerado como sujeito fundamental no processo de organização política da categoria dos(as) assistentes sociais, no Brasil. Considerados como profissionais em formação, são incluídos, pelos demais segmentos da profissão, no processo de articulação e mobilização do Serviço Social.

Os/as estudantes possuem papel fundamental no processo de organização política da categoria profissional e, há longas datas, vem contribuindo para a (re)construção do Serviço Social no cenário brasileiro. São estes sujeitos que colaboram na reafirmação e defesa dos valores éticos e políticos hegemônicos da categoria, se colocando na contramão dos ideários concernentes ao projeto neoliberal e neconservador, os quais também estão presentes no corpo profissional.

De acordo com Santos (2007), há registros históricos da existência de documentos no Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social (Atual Centro Acadêmico 3 de Março da FAPSS - SP) que são de 26 de maio de 1953; entretanto, há registros que constam organização política das/os estudantes anterior a essa data. Desde essa época, as/os estudantes de Serviço Social estão imbricadas/os com a trajetória de luta, mobilização e organização dos movimentos reivindicatórios da sociedade brasileira, sendo partícipe fundamental no processo de organização política da categoria profissional.

A participação e o protagonismo do segmento estudantil também ocorreram quando o corpo profissional começou a questionar suas ações e formas de intervenção na realidade social. Segundo Santos (2007, p. 16), “mesmo sob condições de abafamento político, possuem evidências do contato dos estudantes com o Movimento de Reconceituação na América Latina no período de 1965 a 1975 e o contato das vanguardas estudantis com as teorias sociais críticas”.

Durante o contexto autocrático ditatorial, diversos movimentos sociais – entre eles o MESS – sofreram várias tentativas de repressão, sobretudo após a criação do AI-5, em que se teve o aumento das medidas coercitivas dos militares. Neste cenário, era proibida qualquer forma de manifestação política, assembleia, reunião e organização, o que nos faz refletir, inclusive, nossos tempos atuais com o avanço exarcebado de processos criminalizatórios dos movimentos sociais e das lutas coletivas que questionam o que está posto.

Assim, tentava-se imprimir ao segmento estudantil um processo de desmobilização política, fazendo com que os/as estudantes sofressem as consequências caso não cumprissem as ordens.

A partir do endurecimento e das medidas coercitivas do regime militar, a ENESS, bem como a UNE, CA's e DA's e DCE's – entidades que compõem a estrutura do movimento estudantil –, foram proibidas de exercerem suas atividades. Os registros dos encontros, bem como muitos documentos históricos da ENESS, foram queimados e/ou extraviados pelo regime militar, sendo inexistentes nos arquivos da atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO (SANTOS, 2007, p. 113).

Mesmo em meio a esse período de repressão e abafamento político, têm-se registros dos encontros dos/as estudantes, os/as quais mantiveram suas reuniões mesmo que na condição de “clandestinidade”. Tal característica de luta e resistência se faz presente na contextura hodierna, em que mesmo com uma conjuntura extremamente adversa e desoladora, perpetrada por um cenário político de ofensiva à organização coletiva, o MESS se articula e constrói os espaços de organização política, fazendo um verdadeiro convite à rebeldia aos/as estudantes.

No ano de 1963, foi realizado um Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, em Porto Alegre, em que surge a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. No final da década de 1970, o MESS passa por um processo de reorganização política, sobretudo com a organização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS, em 1978 e, apesar de ter ocorrido outro encontro nacional antes do golpe militar, convencionou-se em contar os encontros a partir dessa reorganização do movimento.

O I ENESS ocorreu no Paraná, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e este espaço evidenciava, desde então, a preocupação dos/das estudantes em discutirem a conjuntura, a realidade brasileira, bem como suas implicações na formação profissional e na organicidade do MESS. Segundo Doria:

Em 78, já com o processo de abertura política, e, impulsionados pelo desejo de alcançarmos a democracia, os movimentos sociais se inflamam a organizar-se politicamente; dentro do insurgente Movimento Estudantil de Serviço Social, a reorganização estudantil, no bojo da renovação do Serviço Social, temos o I ENESS como base para a construção de uma nova orientação para a Formação Profissional (DORIA, 2007, p. 1).

Destacam-se dois elementos importantes ocorridos no I ENESS: os/as estudantes começam a incorporar o debate acerca da reformulação do currículo mínimo e aprova-se uma comissão responsável pelo aprofundamento desta discussão, demonstrando o compromisso com a formação profissional e com o rompimento do conservadorismo na profissão.

O outro aspecto é que fora aprovada também uma

Mesmo em meio a esse período de repressão e abafamento político, têm-se registros dos encontros dos/as estudantes, os/as quais mantiveram suas reuniões mesmo que na condição de “clandestinidade”.

comissão para organizar o II ENESS, denotando a necessidade de continuidade dos debates e do fortalecimento do MESS. De acordo com Doria (2007), a comissão foi considerada o embrião da organização política do MESS, pois incentivou a criação das regiões e dos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social - ERESS, nestas regiões.²

Em 1979, a Universidade Católica de Salvador (UCSAL) sediou o II ENESS. Neste encontro ocorreu a efetivação da divisão das sete regiões, a fim de possibilitar maior capilaridade nas ações da executiva. Este ENESS também protagonizou a criação do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social - CONESS, o qual é responsável pela discussão e organização dos ENESS.

Além disso, houve a criação da Secretaria Executiva Nacional desta entidade estudantil de Serviço Social, a qual foi composta por integrantes da escola sede do próximo encontro nacional, bem como por membros de uma escola de cada região. Tal encontro apresentou um processo de construção de maturidade ética e política e preocupação com a discussão de formação profissional.

A linha política do II ENESS é direcionada para a reformulação da Formação Profissional, visando a uma ruptura com o processo vigente – o conservadorismo – e na busca da construção do pensamento social crítico como base de sustentação do ensino em Serviço Social [...] (DORIA, 2007, p. 2).

Destarte, o segmento estudantil incorporou de forma significativa o compromisso e a preocupação de contribuir com esta discussão, engendrada no processo de formação, que os encontros subsequentes sinalizavam esta temática. Nesta direção, o engajamento político do MESS era tamanho que, conforme Doria nos aponta:

[...] no ano seguinte o III ENESS organizado pelo Diretório Acadêmico da PUC (Minas) teve como tema: “Serviço Social, Formação Profissional e Intervenção na Realidade”; dentro do encontro, mais uma vez, a direção política, como já sinalizava a temática, foi direcionada para o debate de formação profissional, o que culminou com a construção de uma proposta unificada de currículo, tendo ainda o encaminhamento de buscar junto a ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social o debate sobre a proposta dos estudantes, além de levantar a questão de ampliação da representatividade da entidade junto aos estudantes, através da participação dos estudantes como membros desta entidade (DORIA, 2007, p. 3).

Em 1981, ocorre o IV ENESS na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, segundo o documento da ENESSO “Pro Dia Nascer Feliz” (1994), os debates relacionados à formação profissional evidenciavam a necessidade do rompimento com o modelo tradicional norte-americano e com a dicotomização entre teoria e prática no Serviço Social. É nesse encontro também que se tem o marco da representa-

tividade estudantil na ABESS, pois, de acordo com Ramos (1993 *apud* ENESSO 1994), na última convenção da ABESS, realizada em setembro de 1981 em Vitória, os/as estudantes garantiram a mudança da estrutura da entidade que contaria, a partir de então, com um/a estudante por região, além de um/a vice-presidente (professor/a).

Nesta linha de argumentação, concordamos com Doria (2007) que a conquista da representatividade estudantil no âmbito da associação que discute o ensino e a formação em Serviço Social representou um marco na estrutura da entidade. Ademais, também evidencia-se que as reivindicações estudantis apresentaram resultado e que os debates travados pelo MESS tiveram legitimidade em meio às entidades. Além disso, em 1981 inicia-se a discussão, no âmbito da executiva, sobre a criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE/SESSUNE.

Nos próximos anos, a executiva continua realizando encontros nacionais e regionais e estes expressavam a preocupação com a discussão da formação profissional, bem como o amadurecimento político que a categoria vinha trilhando. Nas palavras de Doria:

Nos anos que se seguem, continuamos no debate sobre formação profissional e aproximação com os interesses populares [...] dentro da perspectiva de aproximação com os anseios das classes subalternizadas; dentro dessa constante de debate sobre formação profissional, cada vez mais, os encontros tornam-se espaço profícuo de formulação para a atuação profissional (DORIA, 2007, p. 3).

Acerca do debate sobre a criação da SESSUNE, esta discussão surge novamente no VIII ENESS, em 1985, fomentada principalmente por estudantes do Rio de Janeiro. Entretanto, somente em 1988³, no X Encontro Nacional, ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é que tem-se a criação da SESSUNE, a qual tinha como tarefa principal articular as lutas do MESS com as demais entidades das categorias, bem como as demais executivas de curso, presentes na União Nacional dos Estudantes - UNE.

Contudo, a SESSUNE vigorou apenas por cinco anos e, no XV ENESS, que ocorreu em São Leopoldo, RS, em 1993, os/as estudantes de Serviço Social deliberam pela mudança de SESSUNE para Executiva

Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, devido a divergências com a UNE, tendo em vista que esta se afasta dos princípios que o MESS coaduna, alinhando-se às tendências governistas.

Nesse sentido, o MESS rompe com a UNE e passa a gozar de maior autonomia e fortalecer as lutas específicas do Serviço Social, a partir da executiva de curso.

A mudança de nome da entidade, posteriormente, para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) reflete a opção política do MESS de almejar maior autonomia frente à UNE (Ramos, 1996). Importante ressaltar que esta não foi uma alternativa isolada no Serviço Social, mas uma estratégia de organização política dos(as) estudantes das diversas áreas, que defendiam as executivas de curso como alternativa viável no processo de reorganização estudantil (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Nos últimos anos, a ENESSO tem protagonizado inúmeras lutas no âmbito da categoria profissional, bem como se articulado com setores de esquerda em diversas lutas coletivas. Os/as estudantes participaram e contribuíram em momentos históricos para o Serviço Social brasileiro como, por exemplo, na elaboração do Código de Ética Profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Também vem encampando lutas acirradas em defesa de uma formação profissional pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, se colocando contrária a todo o processo de mercantilização, aligeiramento e precarização da formação.

Além disso, tem construído diversos outros espaços coletivos de luta para além das pautas específicas dos/as estudantes, o que evidencia que o MESS não se constitui enquanto um movimento endógeno; ao contrário, apresenta um caráter de classe, alinhado às lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as. Assim, historicamente, as bandeiras de lutas que o MESS e a ENESSO têm encampado se circunscrevem na consonância de lutas coletivas na direção social, ética e política da profissão no solo brasileiro, que é, indubitavelmente, na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as. Concordamos com Guimarães que:

[...] as bandeiras de luta de um movimento social são um dos aspectos que conformam

o seu projeto de ação, na proporção em que direcionam e sinalizam horizontes políticos para atuação do movimento. Investigar as principais bandeiras de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social, na contemporaneidade, é, nessa perspectiva, uma expressiva possibilidade para apreendermos o sentido e a ideologia presente em suas reivindicações, bem como fomentarmos a reflexão acerca da natureza política das mesmas (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Obviamente que essas lutas “expressam a síntese das necessidades e interesses que os sujeitos que constroem o movimento estudantil objetivam alcançar, o que está diretamente relacionado com o *lôcus* de sua atuação – a universidade –, e dão sustentação prática ao movimento, alimentando sua ação política e aglutinando novos sujeitos a partir disso” (GUIMARÃES, 2013, p. 95). Ou seja, sem dúvidas, o MESS atua nas lutas concernentes aos interesses estudantis, pois são, inclusive, questões relacionadas às necessidades de ordens objetivas dos/as estudantes que, em grande medida, estão condicionadas à permanência na universidade. Entretanto, seria um equívoco dizer que as lutas dos/as estudantes de Serviço Social e da ENESSO se limitam a essas questões.

Assim, historicamente, as bandeiras de lutas que o MESS e a ENESSO têm encampado se circunscrevem na consonância de lutas coletivas na direção social, ética e política da profissão no solo brasileiro, que é, indubitavelmente, na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as.

A ENESSO, enquanto entidade máxima de representação dos/as estudantes de Serviço Social, responsável pelo direcionamento da organização política no âmbito do MESS – o qual deve estar em sintonia com nosso projeto profissional – possui documentos que representam de forma incontestável a direção ético-política da entidade e seu compromisso com a luta mais geral dos/as trabalhadores/as, como, por exemplo, o caderno de deliberações e estatuto.

O compromisso da ENESSO com os/as trabalhadores brasileiros e com um projeto transformador da sociedade está expresso no Estatuto da ENESSO, que apresenta e define

as formas de organização e representação de seus membros, bem como está expresso no Caderno de Deliberações - CD, que contém todos os resultados acumulados das discussões políticas e de formação profissional em Serviço Social realizadas em cada ENESS (EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL – ENESSO, 2013, p. 8).

As lutas no âmbito do MESS e da ENESSO transcendem as pautas estritamente estudantis, os seis eixos que norteiam as discussões nos encontros (Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões), os posicionamentos presentes no Caderno de Deliberações da executiva, bem como a organização da entidade expressa no estatuto da ENESSO representam, indubitavelmente, seu caráter de classista. Nesta linha de argumentação, o Art. 1º do Estatuto da ENESSO (2013) traz que:

A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe e de qualquer forma (ENESSO, 2013, p. 5).

Infere-se, pois, que as lutas travadas historicamente no âmbito do MESS, robustecidas pela ENESSO, nos permitem afirmar acerca do seu caráter revolucionário, atrelado a diversas outras lutas coletivas que possuem o horizonte estratégico de rompimento com o modo de produção operante e construção de um projeto de sociabilidade anticapitalista, isento de qualquer forma de exploração, dominação e opressão. Os documentos supracitados expressam o posicionamento ético e político da entidade e o projeto de sociedade que queremos construir.

Assim, o CFESS Manifesta de 15 de maio de 2011, construído juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, traz um posicionamento da gestão “ENESSO Vermelha” (2010/2011), o qual ratifica nossa afirmação quando diz que “por meio dos nossos encontros, reu-

niões e mobilizações, a ENESSO vem historicamente protagonizando as lutas estudantis que se somam aos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que caminham no contrafluxo do sistema opressor e desigual que é o capitalismo.”

Ainda nesta linha de argumentação, nos amparamos em Guimarães e concordamos com os aspectos apresentados por ela quando diz que:

[...] não restam dúvidas de que a articulação do MESS com outros movimentos sociais e organizações de esquerda faz-se extremamente necessária, principalmente neste contexto de grandes ofensivas dos metabolismos do capital. [...] O conjunto de bandeiras de luta, estratégias de organização e alianças que o Movimento Estudantil de Serviço Social tem estabelecido indica a abrangência de sua atuação, ao mesmo tempo em que são reveladores de alguns desafios a serem problematizados e, principalmente, enfrentados no cotidiano da atuação do movimento (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Outro elemento importante que nos faz refletir sobre nossa responsabilidade ética e política de fortalecer o MESS em tempos umbrosos de retrocesso à opção neoconservadora, de criminalização dos movimentos sociais e ofensiva à organização coletiva é que estudantes que são quadros do MESS poderão vir a ocupar futuramente os espaços de representação nas demais entidades da categoria, bem como em outros setores.

É interessante ressaltar que o Movimento Estudantil (ME) se estabelece como uma arena de formação política da maioria dos(as) futuros(as) dirigentes profissionais que irão atuar na Abepss e no Conjunto CFESS/Cress. Enquanto movimento social com base social transitória, o ME é um *lócus*, muitas vezes, de iniciação de parcelas da juventude na militância política, se configurando como um espaço de formação político-ideológica de militantes que, depois, irão atuar em outras esferas organizativas. O ME de Serviço Social, em particular, vem desenvolvendo esse importante canal de capacitação de militantes políticos, que, ao saírem da graduação, continuam participando de outras entidades da categoria ou em outros espaços organizativos (RAMOS, 2011, p. 120).

O fortalecimento da organização política dos/as estudantes na direção social gestada no seio profissional a partir da década de 1980, implica, não obstante, o fortalecimento da categoria de modo geral, bem como colabora para maiores possibilidades de construção de mediações com vistas a se concretizar o Projeto Ético-Político profissional, pois são estes sujeitos que poderão, a partir de sua formação política-ideológica no âmbito do MESS, ocupar espaços de representação em outras entidades da categoria, bem como em outros espaços político-organizativos, contribuindo com outras lutas sociais.

Além do mais, o MESS, enquanto um espaço de formação política, teórica e de fortalecimento ético dos valores defendidos hegemonicamente pela categoria, contribui de forma significativa no exercício profissional do/a assistente social. Em outras palavras: as respostas profissionais às demandas apresentadas pelo movimento da realidade dependerão, obviamente, das condições objetivas postas por esta realidade concreta, mas também da apropriação de todo arcabouço teórico-metodológico, dos fundamentos e valores da profissão (IAMAMOTO, 2003). Logo, se o processo de formação não possibilitar a apreensão de tais elementos, as respostas profissionais também serão fragilizadas. E é nesse movimento que o MESS tem sua contribuição enquanto uma possibilidade de fortalecimento teórico e político em consonância com a direção social da profissão.

A ENESSO atualmente se organiza e se representa pela Coordenação Nacional - CN, responsável por executar as estratégias e táticas deliberadas nos encontros nacionais, bem como pelas suas Coordenações Regionais - CRs. Estas se dividem estrategicamente em sete regiões, devido à abrangência territorial do país, e são responsáveis por articular a base estudantil nos espaços de militância e executar tarefas políticas no âmbito concernente à sua região, de acordo com as deliberações dos encontros nacionais, regionais e locais.

Além destas representações supracitadas, também há: os/as Secretários/as de Escola, que são responsáveis por fazer a interlocução com as bandeiras de lutas da entidade, seus posicionamentos políticos, bem como articular ações concretas em sua escola, as quais devem estar em consonância política

com a ENESSO; e os/as representantes discentes em ABEPSS que, apesar de serem estudantes que irão militar e construir plataformas de lutas no âmbito da ABEPSS, para o serem, estes/as devem antes ser militantes orgânicos/as da ENESSO, pois são nos fóruns da executiva que estas representações são indicadas para comporem a chapa da ABEPSS. A contribuição política da representação discente em ABEPSS no âmbito do MESS é de extrema relevância, pois, sem dúvidas, se constitui enquanto o principal elo entre a ABEPSS e a ENESSO.

Devido à dimensão do território geográfico brasileiro, a executiva se divide estrategicamente em 07 (sete) regiões para conduzir e dar capilaridade em seu trabalho em todo o país, objetivando garantir a organização, representação e fortalecimento do MESS. Anualmente ocorre o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS e os Encontros Regionais - ERESS, onde são eleitas as representações estudantis em nível nacional e regional, respectivamente. A duração das gestões da ENESSO, tanto para

Devido à dimensão do território geográfico brasileiro, a executiva se divide estrategicamente em sete (07) regiões para conduzir e dar capilaridade em seu trabalho em todo o país, objetivando garantir a organização, representação e fortalecimento do MESS. Anualmente ocorre o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS e os Encontros Regionais - ERESS, onde são eleitas as representações estudantis em nível nacional e regional, respectivamente.

Coordenação Nacional - CN quanto para Coordenação Regional - CR, é de um ano. Os/as Secretários/as de Escola podem ser eleitos tanto no ERESS, quanto em assembleia, em sua respectiva escola, organizada pelos Centros e/ou Diretórios Acadêmicos de Serviço Social. Já os/as representantes discentes nacionais em ABEPSS são eleitos/as a cada dois anos no ENESS e os/as regionais a cada dois anos nos Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social - SRFPMESS, uma vez que, diferentemente da ENESSO, as gestões da ABEPSS possuem duração de dois anos.

O fortalecimento desta militância política se faz imprescindível, sobretudo, nos tempos atuais de acirramento das lutas de classes, num cenário político envolto pela perspectiva de mercantilização e retrocesso dos direitos e dos serviços, de desmobilização e adensamento do individualismo.

Assim, nos quase 40 anos de rearticulação do MESS, mesmo com diversos desafios postos à organização política do segmento estudantil, os/as estudantes vêm construindo uma trajetória de lutas e resistências na mesma trincheira de luta da classe trabalhadora. Como sabemos, a história não começa quando entramos nela; o caminho percorrido pelo MESS foi/é construído por muitas mãos, em diversas gerações, que coletivamente conduziram o direcionamento político da ENESSO em solo fértil de criticidade e enfrentamento aos ditames do capital.

A história do Serviço Social vem sendo escrita a muitas mãos. É uma história-síntese de muitas gerações de estudantes e profissionais, de lutas e contribuições de diversos sujeitos individuais e coletivos. Mesmo em um contexto de regressão de direitos e ofensiva à organização coletiva, continuamos a escrever a história do Serviço Social brasileiro na luta e, neste percurso, o Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante. Entretanto, a relevância da organização crítica dos(as) estudantes de Serviço Social não se esgota aí e transborda o campo estritamente político (GUIMARÃES, 2014, p. 79).

É em virtude disso que o MESS tem se colocado frente às lutas e resistências em defesa do projeto de formação profissional hegemônico da categoria, contribuindo para a construção de mediações que visem concretizar os princípios éticos e políticos gestados no seio profissional nas últimas décadas e, não obstante, conformando possibilidades de fortalecimento das lutas mais gerais da classe trabalhadora, cujo horizonte estratégico almejado é o de construção de uma sociedade sem classes.

Considerações finais

Frente a todo o exposto, evidencia-se o protagonismo político do MESS, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro e, além disso, enquanto dimensão político-organizativa do segmento estudantil, possui papel essencial no fortalecimento da organização política da categoria profissional, no exercício profissional do/a assistente social enquanto possibilidade de materialização de elementos do Projeto Ético-Político e, não obstante, para o robustecimento das lutas sociais.

Os tempos atuais se colocam extremamente desafiadores para nós enquanto classe trabalhadora. Temos o fortalecimento do conservadorismo, o avanço estarecedor do reacionarismo, de perspectivas pós-modernas e um retrocesso eminente de direitos conquistados historicamente através de muita luta, se constituindo enquanto um cenário de solapamento agudizado de possibilidades para os/as trabalhadores/as. Nesta direção, o que nos resta é nos organizar e lutar.

Eis, pois, a necessidade que temos de fortalecer a luta coletiva, a organização política e, a nosso ver, a juventude possui contribuição incontestável na construção de possibilidades à esquerda para classe trabalhadora. Por isso, reviver a história do Movimento Estudantil de Serviço Social – o qual sempre esteve a serviço da classe trabalhadora, fazendo um convite à rebeldia aos/as estudantes para construírem mediações no contrafluxo do capital – é de suma importância e se constitui enquanto uma possibilidade de robustecimento para este segmento.

A história do MESS vem sendo protagonizada em um contexto de enormes ofensivas à organização política e coletiva, sofrendo o rebatimento do individualismo, da não identidade com as lutas coletivas, contudo, este ainda continua sendo um *locus* de grande potencial de construção da luta política, na direção de uma sociabilidade livre de exploração e opressão, fraterna e emancipada. Assim, alicerçados/as nas reflexões poéticas de Mauro Iasi, concluímos que:

“É tempo de lutar
É tempo de festa, tempo de cantar
As velhas canções e as que ainda vamos inventar.
Tempos de criar, tempos de escolher.
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.
É tempo de dar nome aos bois,
De levantar a cabeça
Acima da boiada,
Porque é tempo de tudo ou nada.
É tempo de rebeldia.
São tempos de rebelião.
É tempo de dissidência.
Já é tempo dos corações pularem fora do peito
Em passeata, em multidão
Porque é tempo de dissidência
É tempo de revolução!”

US

notas

1. A esse respeito, destacamos a criação da lei antiterrorismo (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016), a qual foi sancionada no governo da presidenta Dilma Rousseff (PT). Tal lei representa um retrocesso no campo democrático dos processos de mobilização e organização política, pois estabelece como crime algumas das estratégias históricas de lutas de alguns movimentos sociais.

2. A ENESSO se divide estrategicamente em 7 regiões, devido à dimensão territorial do país, para conseguir dar capilaridade em suas tarefas políticas em âmbito nacional. Os Estados que compõem as regiões são: Região I - Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV: Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Região V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e Região VII - São Paulo.

3. O X ENESS era pra ter sido realizado em 1987, entretanto, por dificuldades enfrentadas pela escola que iria sediar o encontro, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), não ocorreu o X ENESS, sendo escolhida como nova escola sede para sediá-lo, no ano subsequente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

notas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 96, p. 174-182, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

DORIA, André Luiz Novais. Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: história de luta e organização política do movimento estudantil. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Textos, Artigos, TCC's e Dissertações**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-do-mess.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Documento: pro dia nascer feliz:** contribuição para momento estudantil de Serviço Social. Salvador, 1994. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/pro-dia-nascer-feliz-contribuic3a7c3a3o-para-o-mess-julho-1994.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Estatuto**. Cuiabá, 2013. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 54, p. 70-81, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-875933811.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

referências

- _____. Movimento estudantil de serviço social: lutas, alianças e organizações. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 51, p. 93-103, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1445514730.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 117-149, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social**, Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- RAMOS, Sâmia Rodrigues. A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 22, p. 113-122, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1727/1601>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação**: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. 2007. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) -Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/a-participao-politica-dos-estudantes-de-servicio-social-na-defesa-e-na-consolidao-da-direcao-social-da-formacao-a-praxis-politica-dos-estudantes-e-a-relacao-com-a-forma.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

referências

Fundação privada dita “de apoio”, inovação e a refuncionalização da universidade¹

Giovane S. Ramos

Pesquisadora do COLEMARX-FE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: giovane.ramos@gmail.com

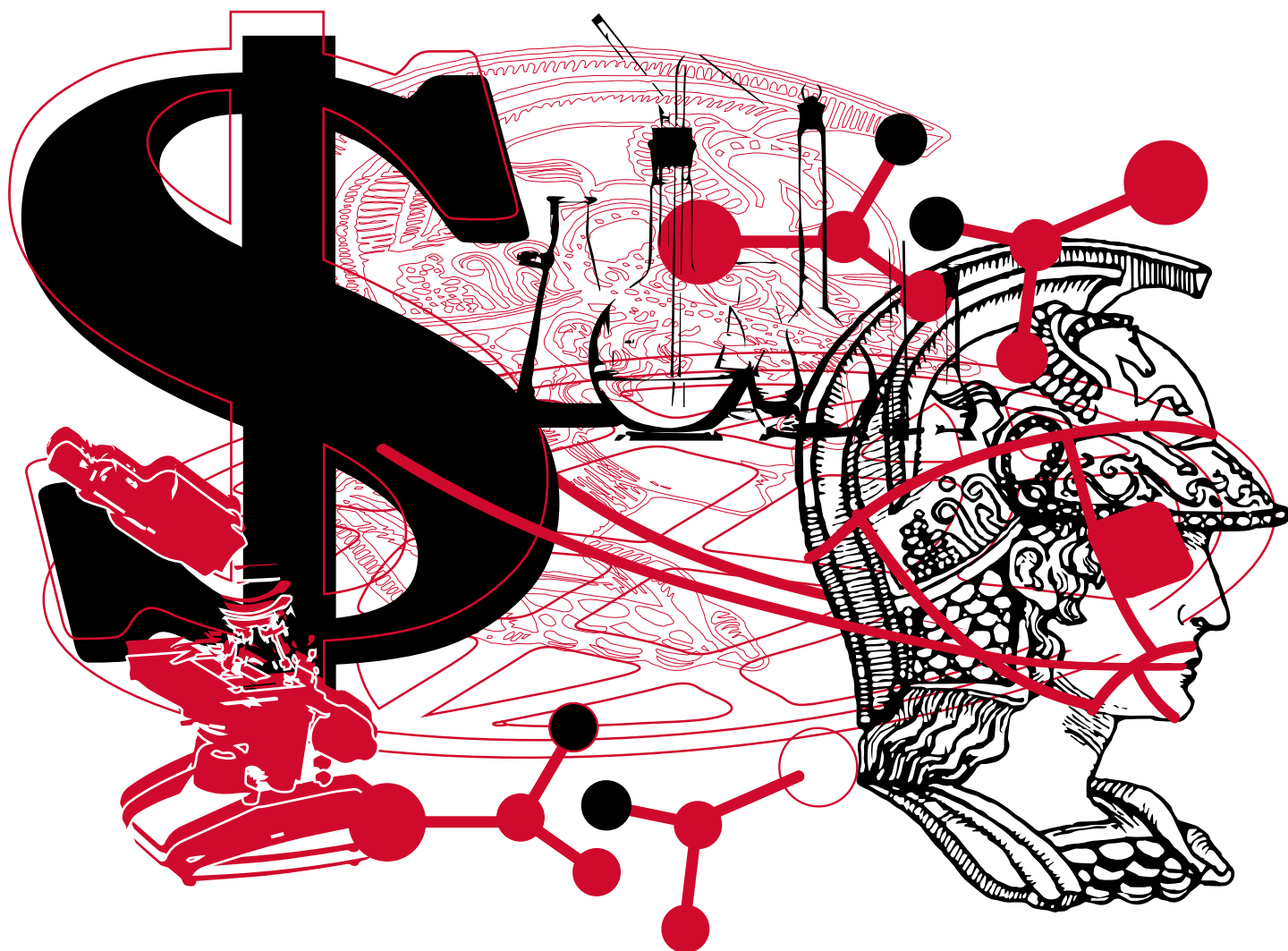
Resumo: Este trabalho tem por finalidade analisar a atuação das fundações privadas ditas “de apoio” no interior da universidade pública ao intermediarem financiamentos para a execução de parte dos projetos e programas da instituição universitária e a forma como essa parceria se materializa sob a perspectiva de uma economia capitalista dependente e heterônoma. Sob essa subordinação, a universidade distancia-se (e tem sido distanciada) da sua função de produção e de socialização do conhecimento novo, de alcance universal e comprometido com os problemas nacionais e da humanidade. Nos apoiamos no Materialismo Histórico para melhor compreendermos no télos contemporâneo – a vantagem comparativa – a paulatina transformação da universidade pública num dos espaços de reprodução ampliada do capital via fundações de apoio. A investigação mostrou que a política de educação, particularmente para a educação superior, tem subsumido à política de Ciência, Tecnologia e Inovação, configurando um processo de refuncionalização da universidade.

Palavras-chave: Universidade Pública. Fundação Privada. Inovação.

Introdução

Florestan Fernandes contribui significativamente para a compreensão da subordinação estrutural dos países latino-americanos ao imperialismo. Com efeito, contribui de modo original para a compreensão da forma como as classes sociais se configuram sob a hegemonia das frações dominantes e, particularmente, o que obstaculiza um movimento revolucionário, de fato, da burguesia nacional, para além dos limites da dependência e da subordinação.

Sob uma realidade heterônoma, um país, ao se incorporar ao mercado mundial e às suas respectivas estruturas internacionais de poder, denota uma forma particular de integração nacional. Considerando-se a economia desigual² e a não existência de um projeto autopropelido e autossustentável, as nações se caracterizam como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 2008, p. 101).



Na base dessa acumulação, motivação interna e pressão externa (HARVEY, 2009, p. 128). Dessa forma, o processo de desenvolvimento interno das nações, pretendido pelas camadas dominantes, encontra respaldo no processo desejado pelo capitalismo hegemônico. Outros países também se identificam de modo dependente e submisso à burguesia imperialista, a partir do movimento de dominação de suas classes internas, porém harmônicas com o grande capitalismo.

Para Florestan, o capitalismo dependente configura

uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. Nos planos da estrutura, funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização do mercado suscita uma realidade nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar,

estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1968, p. 36-37).

No Brasil, Florestan (1968) aponta para a coexistência dialética entre setores arcaicos e modernos na economia. Identifica uma burguesia presa a um lastro colonial e escravocrata, não-autônoma como classe, o que a impede de realizar um projeto auto-propelido e de dimensões democráticas, ainda que o mesmo já tenha ocorrido com a burguesia externa, o que Florestan denominou “demora cultural”. As classes, fundamentais para o autor, se constituem como

classes no interior das relações estabelecidas entre os *centros de decisão hegemônicos* e os *satélites dependentes* e por meio dessas relações. Da organização da hegemonia internacional deriva a organização local, expondo as relações estreitas nessa dependência dos *centros hegemônicos* e a organização social interna. Desse modo, a heteronomia presente na sociedade se harmoniza com a dominação imperialista: países que ofereçam força de trabalho de baixo custo aos países do capitalismo central, alargando, de uma parte, a extração de mais-valia e, de outra parte, como mercado consumidor de produtos importados ou produzidos pelas filiais das multinacionais (a concentração de renda possibilita, inclusive, o consumo de produtos de luxo).

Sob moldes burgueses, a formação intelectual necessária à classe trabalhadora segue como um investimento. Na universidade, a produção do conhecimento expressa essa contradição: embora existam *loci* de pensamento original e crítico, as políticas gerais tensionam os espaços relativamente autônomos de produção e socialização de conhecimento novo.

Sob moldes burgueses, a formação intelectual necessária à classe trabalhadora segue como um investimento. Na universidade, a produção do conhecimento expressa essa contradição: embora existam *loci* de pensamento original e crítico, as políticas gerais tensionam os espaços relativamente autônomos de produção e socialização de conhecimento novo.

Ademais, o fluxo dos recursos auspicia os conhecimentos funcionais e congruentes com os interesses particularistas do capital. Com efeito, é a partir desse difícil equilíbrio que as universidades forjam os seus projetos, práticas e conflitos.

A degradação das condições de trabalho e das cadeias produtivas repercute de modo vigoroso na universidade. Cadeias produtivas complexas induzem formação simbolicamente sofisticada, ainda que em termos funcionais para o capital. Inversamente, derivam processos formativos simplificados de um parque produtivo também simplificado.

Para Florestan, as economias dependentes “aspiram” o modelo dos países desenvolvidos, o que traz

graves implicações, particularmente, um estado de fracionamento desses países do qual se valem os *centros hegemônicos*. Para ele,

[...] a tendência a procurar na Europa ou nos Estados Unidos a satisfação de extenso conjunto de centros de interesses e de valores alimenta um processo de alienação intelectual e moral de imensas proporções. Ao contrário do que se supõe comumente, o fato crucial não está, aqui, na procedência externa de categorias de pensamento e dos modos de agir, mas na maneira de interligá-los, que toma como ponto de referência permanente os núcleos civilizatórios estrangeiros em que eles forem produzidos. Daí resulta um estado de dependência fundamental (FLORESTAN, 1979, p. 186).

Não se trata somente de copiar o modelo, mas da condição heterônoma dos países dependentes como expressão de natureza histórica e, portanto, da possibilidade de modificação da sua posição no intercâmbio econômico, político e cultural com o centro hegemônico no contexto internacional de poder. Governos antagônicos ao neoliberalismo acabam por implementar políticas das frações locais da burguesia e, sob a condição capitalista dependente, o país é inserido na economia-mundo. Assim, a autonomia limitada dos países reverbera, também, na autonomia da universidade.

De acordo com Leher (2012),

esse processo não poderia ter sido encaminhado sem forte ação ideológica que de alguma forma difundiu nas massas a crença de que de fato “não há alternativa”. Mas a questão da ideologia não pode ser vista como algo desvinculado do padrão de acumulação (LEHER, 2012).

Universidade e inovação

Diante da mundialização e a subsequente financeirização do capital na contemporaneidade, os avanços científicos-tecnológicos e a adequação de espaços como universidade pública passam a ser utilizados para a realização de serviços. A estratégia das grandes corporações mantém as suas matrizes como *lôcus* da inovação tecnológica, reservado aos países

capitalistas dependentes um lugar subsidiário, não de inovação, mas de ajustes de pacotes tecnológicos importados dos países hegemônicos (RAMOS, 2015).

Com efeito, a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, MARE, 1995), o Estado foi reconfigurado juridicamente de modo a adequar-se à “inexorável” modernização, balizada pela *ideologia da globalização* (LEHER, 1998). Caso os países se adequem às orientações e condicionalidades advindas dos organismos multilaterais e do seu intelectual coletivo, o Banco Mundial, o futuro será de sucesso e prosperidade. Em suma, a crise estrutural do capitalismo (DUMÉNIL; LEVY, 1996) forjou as condições para a disseminação dessa “forma de pensar e reagir” ou a colonização do conhecimento. As frações burguesas locais e a burguesia internacionalizada tomam como pressuposto a utilização das universidades e dos centros de pesquisa aos seus interesses operacionais numa contundente ressignificação do *ethos* acadêmico.

A inovação não é feita na universidade, mas nas empresas, conforme Edwin Mansfield (1998). A universidade é convertida em espaço de formação de “recursos humanos” enquanto “presta serviços” a essas corporações. Ao ressignificar a função da universidade, a Lei nº 10.973 (BRASIL, 2004), a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), alterada pela Lei 13.243 (BRASIL, 2016), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCT&I), que “Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação afronta a autonomia universitária (art. 207, CF, 1988)”; afronta, também, o artigo 218, no Título VIII, da *Ordem Social*, Capítulo IV - *Da Ciência e Tecnologia*: “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas” e também receberá “tratamento prioritário” (§ 1º, *idem*). O documento afirma também que “a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional” (§ 2º, *idem*, *ibidem*).

Com efeito, a LIT permitirá afastar a pesquisa aplicada dos *problemas brasileiros*, subordinando-a aos interesses particularistas das corporações. O mesmo ocorre com os editais das principais agências de fo-

mento. Geralmente, as corporações aqui localizadas não possuem departamentos de pesquisa e desenvolvimento próprios. Consequentemente, contratam as universidades públicas para realizar serviços de seus interesses, de preferência propiciados por verbas igualmente públicas (Ramos, 2015). Essas transações podem ser intermediadas por fundações privadas num claro esgarçamento da fronteira entre o público e o privado. A partir da Lei nº 11.079 (BRASIL, 2004), a Lei das Parcerias Público-Privadas, são instituídas as parcerias público-privadas no âmbito da administração pública, permitindo contratos particularistas, não sem prejuízo à autonomia universitária, mesmo que se fale em nome dessa autonomia.

Universidade e as fundações privadas ditas “de apoio”

Regulamentadas e legitimadas pelos decretos nº 5.205 (BRASIL, 2004) e nº 7.423 (BRASIL, 2010), respectivamente, as fundações privadas são ditas sem fins lucrativos e com características especiais. Atuam como intermediárias entre os recursos públicos e a universidade e objetivam o auxílio e o fomento aos projetos de pesquisa, ensino e extensão das universidades federais.

A inovação não é feita na universidade, mas nas empresas, conforme Edwin Mansfield (1998). A universidade é convertida em espaço de formação de “recursos humanos” enquanto “presta serviços” a essas corporações.

Sob essa condição, não devem se imiscuir nas atividades-fim das universidades. Prescindem dos processos licitatórios e devem cumprir com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Entretanto, destacaram-se as irregularidades administrativas, cobrança irregular de taxas/mensalidade de cursos, contratações irregulares, remuneração dos docentes pela venda de serviços, dentre outras, conforme atestam publicações divulgadas em dossiês pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN: Dossiê Nacional 1 - 2006 e Dossiê Na-

cional 2 - 2008) e suas seções sindicais. Os dossiês asseveram que as fundações ultrapassaram os limites da sua atuação e se valeram do uso de recursos públicos.

A presença das fundações privadas ditas “de apoio” nas instituições públicas trouxe muita polêmica entre segmentos da sociedade civil, particularmente na parcela social mais organizada. Docentes e estudantes se apropriaram de argumentos criteriosos em debates que se efetivavam dentro e fora do ambiente universitário, diante do estreitamento imposto aos princípios dessa instituição pública. Parte considerável de contratos de parcerias público-privadas firmadas pelas instituições de ensino superior (IES) é mediada pelas fundações. Objetivando consolidá-las, o governo federal publicou leis e decretos que regulamentavam e legitimavam as mesmas no interior da universidade. As legislações, nesse caso, assumem caráter importante na análise das relações estabelecidas entre o público e o privado. Esta análise pode identificar a congruência entre a desresponsabilização do Estado frente ao financiamento da educação superior

vel externalizar serviços e custos, obtendo, a baixo ou nulo custo, os serviços nas universidades, em nome da integração dessas instituições com as empresas, uma relação considerada virtuosa, congruente com a chamada “sociedade do conhecimento”.

Por outro lado, seus defensores, inclusive reitores e parlamentares, alegaram que os questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) (Acórdãos 2.731/2008 e 1.255/2010), por exemplo, se constituíram numa “violação da autonomia universitária”, além de “obstrução burocrática ao desenvolvimento e crescimento ágil da pesquisa”. Argumentaram que “não é possível prescindir das fundações” (ADUSP, 2004, p. 7) que permitem a “captação de recursos”, viabilizando atividades tidas como complementares e que não comprometeriam a função social da instituição. Paradoxalmente, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Ministério da Educação (MEC), a Corregedoria Geral da União (CGU) e as instituições universitárias alegam que as fundações facilitam o desenvolvimento de ações com vistas à “inovação tecnológica”.

Assim, foi aprovada a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (Lei de Conflitos de Interesses). Conforme o art. 3º, inciso I, conflito de interesses: [é] a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. Em maio de 2013, numa ação conjunta, MEC e CGU elaboraram a cartilha *Coletânea de Entendimentos*, um conjunto de normas dirigidas aos gestores das instituições federais de ensino superior (IFES) a fim de que as fundações sigam intermediando contratos, contudo evitando o questionamento dos órgãos de controle, o que causou intenso movimento nas IFES, no aparato de ciência e tecnologia e nas fundações em função das “prescrições contraditórias e arbitrárias”. Como produto da articulação entre a Corregedoria Geral da União (o MCT à época) e o MEC, foi promulgada a Lei nº 12.863 (BRASIL, 2013), originada da Medida Provisória nº 614, que regulamentou os “convênios entre a IFES ou demais ICTs apoiadas, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas

A presença das fundações privadas ditas “de apoio” nas instituições públicas trouxe muita polêmica entre segmentos da sociedade civil, particularmente na parcela social mais organizada. Docentes e estudantes se apropriaram de argumentos criteriosos em debates que se efetivavam dentro e fora do ambiente universitário, diante do estreitamento imposto aos princípios dessa instituição pública.

e, ainda, a diminuição da pressão interna, considerada a complementação salarial muitas vezes resultante dos projetos intermediados pelas fundações.

A identificação do arco de correlação de forças na proposição e elaboração da legislação pertinente é essencial, em particular, para identificar os setores econômicos que se valem da intermediação dessas fundações para obter, nas universidades, serviços que as próprias corporações não estão dispostas a custear. Afinal, com a LIT, a Lei nº 11.196 (BRASIL, 2005), a Lei do Bem, a Lei das PPPs (BRASIL, 2004) e com os programas dos órgãos de fomento, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), é possí-

e organizações sociais”, ampliando o leque de possibilidades para a atuação das fundações e, consequentemente, diminuindo progressiva e rapidamente o controle social a partir dos colegiados universitários.

Em 2014, o art. 3 da Lei nº 8.958 (BRASIL, 1994) foi regulamentado pelo Decreto nº 8.240 e o art. 1-B, pelo Decreto nº 8.241. Os decretos dispõem sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio aplicável a contratações cuja origem seja de recursos públicos ou não e instituem os ECTI, os convênios de educação, ciência, tecnologia e inovação, abrindo a possibilidade de múltiplos participantes, inclusive na sua gestão, execução e financiamento, respectivamente.

Por sua natureza privada, as fundações produzem contradições no que diz respeito à autonomia universitária em todas as suas esferas – acadêmica, administrativa e gestão financeira –, geralmente com escasso ou nenhum controle social por parte de órgãos colegiados da universidade, possibilitando, por exemplo, a alteração de prioridades de pesquisa e perfis de curso. Cursos como os MBAs são privilegiados em detrimento da pós-graduação *stricto sensu*. Ao mesmo tempo, podem interferir nas relações, criando nichos de poder. Nesse caso, sob uma perspectiva de redução do Estado, segundo a qual não seria incompatível que as atividades-fim da universidade pública também contemplem interesses do mercado. Entretanto, a autonomia universitária é incompatível com a determinação da instituição pelo mercado. Não se trata de impedir que a universidade celebre contratos, realize compras etc.; contudo, a inobservância da autonomia constitucional passa ao largo do discurso dos defensores das fundações. E, é claro, com graves consequências à função da universidade:

As normas que regem os procedimentos administrativos das universidades, como a Lei das Licitações (1993), embora sejam justificadas como requisitos para a manutenção dos princípios do bom uso das verbas públicas (isonomia, impessoalidade e publicidade), frequentemente colidem com prerrogativas explicitamente garantidas pela Carta Magna (autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial) (RAMOS, 2015, p. 18).

Conforme CORREIA (2011),

é neste terreno jurídico pantanoso e com o agravante da falta de respeito às previsões constitucionais da autonomia, da democracia e da responsabilidade do Estado para com o devido financiamento (recursos para custeio e capital suficientes para a provisão adequada do numerário de pessoal técnico-administrativo e docente e para a atribuição de salários compatíveis com a responsabilidade social dessas funções) das IES que passaram a se multiplicar as fundações privadas autodenominadas “de apoio” (CORREIA, 2011, p. 112).

Universidade, autonomia e função social

O debate sobre a autonomia, desde os anos 90, passa a ser disputado também pelos neoliberais que encontram nesta expressão esteio para o seu propósito de ampliar a esfera do mercado no cotidiano das universidades³, ou seja, a autonomia é o espaço onde o mercado se locupleta. As fundações não seriam necessárias se procedimentos heterônomos não

Por sua natureza privada, as fundações produzem contradições no que diz respeito à autonomia universitária em todas as suas esferas – acadêmica, administrativa e gestão financeira –, geralmente com escasso ou nenhum controle social por parte de órgãos colegiados da universidade, possibilitando, por exemplo, a alteração de prioridades de pesquisa e perfis de curso.

subjugassem a universidade. É crucial reconhecer que determinados contratos e convênios realizados pelas fundações privadas ditas “de apoio” afrontam os princípios do direito público constitucionais. Ao afrontar a função social da universidade, a convertem, no limite, a uma mera “prestadora de serviços”.

Com efeito, a problemática das fundações não se restringe aos procedimentos de determinados programas nas universidades que delas se valem. Também não se restringem aos procedimentos do MEC e do MCTI. Existe uma indução vinda da esfera econômica para que as universidades modifiquem as suas prioridades, contemplando as necessidades das empresas. O exame da LIT permitiu o estabelecimento

de nexos entre a universidade e a economia: as transformações engendradas nos termos da lei convertem a universidade numa organização aberta às demandas do mercado.

Em virtude da abertura das universidades aos interesses privados, por meio das fundações privadas ditas “de apoio” e da LIT, é possível verificar tensões na própria função social das universidades. De instituição dedicada à produção (e socialização) do conhecimento novo, relacionado às questões epistemológicas e lógicas do conhecimento científico, filosófico, cultural, artístico e aos problemas nacionais, a universidade tem sido tensionada a assumir um projeto de conhecimento pragmático e utilitário, ressignificado como Pesquisa e Desenvolvimento (Inovação) voltado para fins particularistas, que aprofundam a heteronomia cultural e científico-tecnológica. Sob a perspectiva do capitalismo dependente, a heteronomia “se impõe” (na verdade, é imposta), na medida em que a universidade se adapta às demandas da expansão do capitalismo, ao mesmo tempo em que não debate efetivamente a problemática do que é desenvolvido e produzido no seu interior, distanciando-se, dessa forma, dos problemas nacionais (LEHER, 2003).

Em virtude da abertura das universidades aos interesses privados, por meio das fundações privadas ditas “de apoio” e da LIT, é possível verificar tensões na própria função social das universidades.

A função social da universidade, construída na modernidade nas concepções napoleônica e *humboldtiana*, não se consolidou por aqui. Desse modo, a universidade foi uma instituição tardia, consolidada apenas no século XX, e não chegou a se constituir como um dos pilares da revolução burguesa *sui generis*, que caracteriza a formação econômico-social brasileira. Mais do que descaso dos setores dominantes com o futuro da universidade, as frações burguesas dominantes se contentaram com o uso instrumental, tópico, da universidade, cerceando a sua autonomia e restringindo seu alcance a fins imediatistas. Por isso, o modelo da universidade napoleônica, organicamente vinculado ao projeto burguês

francês de queimar etapas para alcançar a revolução industrial, não se verificou no Brasil de modo pleno. Apenas resquícios desse projeto podem ser verificados nos anos 1950 com a constituição do aparato de C&T, de fortalecimento da pesquisa em instituições como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a Universidade de São Paulo (USP), por exemplo. Tampouco o modelo foi *humboldtiano*, pois em nenhum momento a universidade foi fortalecida em sua autonomia e em sua liberdade acadêmica, voltada para a produção de conhecimento novo.

O caso brasileiro, nesse sentido, é um processo complexo – mesclado e irregular –, no qual diversas influências foram conformando a universidade até o período da última ditadura militar (1964-1985) ou, nos termos de Dreyfuss (1986), da ditadura militar-empresarial, quando a influência do modelo estadunidense assumiu grandes proporções, no contexto da reforma universitária (Lei nº 5.540/1968).

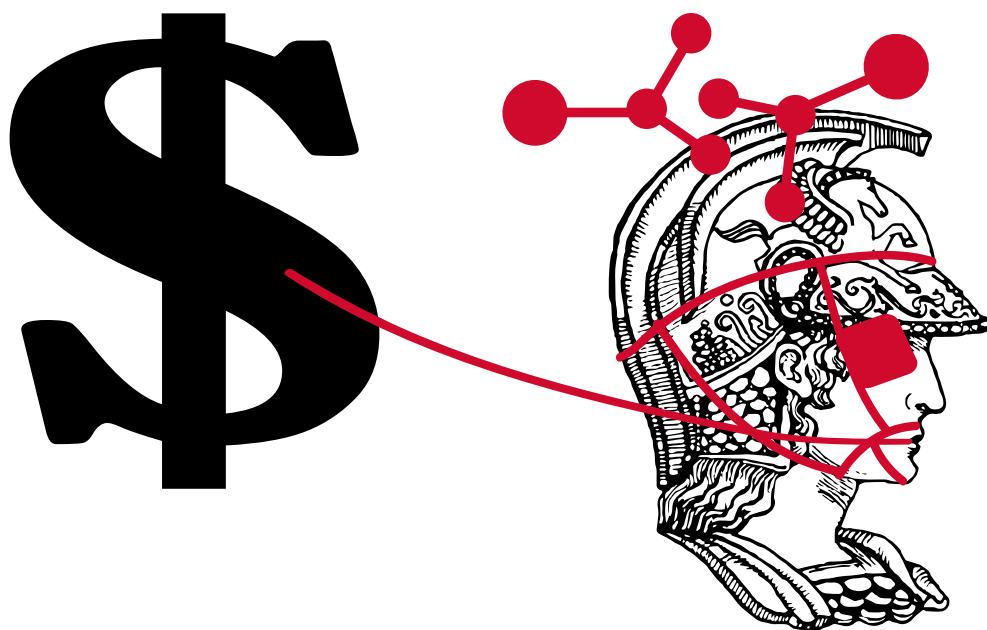
As formas atuais de heteronomia não foram inauguradas pelos governos dos anos 1990. Com efeito, a universidade tem sido alvo de projetos reformistas, de forma mais intensa desde o último período ditatorial. A pesquisa básica, a pesquisa tecnológica e a pesquisa e desenvolvimento são alvos de medidas de controle governamental nesse período. A pós-graduação passa a contar com aparatos institucionais que visam sistematizar a pesquisa no país e, com isso, também sofre mudanças substanciais.

É importante registrar que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criado em 1951, num contexto nacional-desenvolvimentista, buscou, em sua origem, cumprir desafios geopolíticos, como o domínio da tecnologia nuclear. Intento semelhante a este pode ser verificado na constituição do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), igualmente inserido nos desafios geopolíticos do período. Como muitos cientistas apregoavam a relevância da ciência básica, em especial nas biociências, paulatinamente esses laboratórios e grupos passaram a ser apoiados. Vale lembrar que muitos desses grupos de pesquisa vinham sendo apoiados por fundações estrangeiras vinculadas ao grande capital, em especial dos Estados Unidos, e por isso já possuíam uma certa capacidade instalada e pessoal qualificado para pesquisa.

Com a ditadura, sobretudo a partir de 1965, tornam-se evidentes os esforços do governo brasileiro e das agências de “cooperação” estadunidenses (*U.S. Agency for International Development-USAID*, Aliança para o Progresso) de promover reformas na universidade de modo que as mesmas estivessem associadas ao desenvolvimento, que, no contexto, significava um aprofundamento do capitalismo monopolista no país. A consequência central para as políticas de educação superior no país, como ficaria evidente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), era que a universidade deveria se abrir aos interesses e às prioridades econômicas. Daí, a centralização do aparato de Ciência e Tecnologia na área do Planejamento e a definição, cada vez mais precisa, de linhas e programas de pesquisa prioritários, que poderiam “direcionar” os projetos de pesquisa para os desafios do desenvolvimento. A ciência interessada, isto é, a ciência aplicada a fins pragmáticos do capital, exigiria uma dura repressão para apagar os últimos traços nacional-desenvolvimentistas no país (como no desmonte da Universidade de Brasília (UnB), afastar os professores críticos à ditadura e ao seu modelo econômico – Ato Institucional nº 5 (BRASIL, 1968) e Decreto nº 477 (BRASIL, 1969) – e ampliar os convênios com as universidades estadunidenses, notadamente em programas de pós-graduação sob forte influência da Guerra Fria. Justamente nesse contexto, foram erigidas as bases para a expansão da pesquisa e da pós-graduação, viabilizando a formação de docentes e a pesquisa sistemática na universidade e nos centros públicos de pesquisa.

A chamada reforma universitária de 1968 esboça o modelo estadunidense para a universidade brasileira. Num contexto de corte de verbas, pautada na racionalização dos meios em relação aos fins, a universidade é instada a (re)organizar-se em departamentos e a adotar o sistema de créditos, num movimento que traz desdobramentos como a indução à pesquisa; afinal, sem recursos próprios para a pesquisa, seus professores e estudantes deveriam aderir a programas de objetivos pragmáticos, utilitaristas. O fortalecimento de perspectivas teóricas afins ao modelo da modernização conservadora se deu por meio da oferta de bolsas, convênios internacionais e recursos das agências de Ciência e Tecnologia (C&T), resultando em editais de pesquisas congruentes com a chamada modernização conservadora e tecnocrática do Estado. Isso passaria a demandar uma maior presença da universidade pública.

Por isso, a expansão da pós-graduação veio acompanhada da despolitização desses espaços de pesquisa. A ditadura fortaleceu a pesquisa nas universidades com tradição, reforçando os vínculos com as agências de fomento Finep e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também, em algumas universidades do Nordeste, objetivando consolidar os seus apoios regionais – casos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), por exemplo. A massificação da graduação, uma necessidade advinda da pressão por vagas e também para a formação do exército industrial de reserva, entretanto, dar-se-



-ia pela expansão das instituições privadas isoladas, voltadas à massificação do ensino, distantes, portanto, da pesquisa sistemática.

A ditadura militar-empresarial calibrou a pesquisa universitária às demandas do capitalismo monopolista, impondo censura, perseguições, afastamentos, cassações, prisões e mesmo assassinatos de professores e estudantes. Mas, ao mesmo tempo, erigiu as bases da pós-graduação brasileira. A inter-relação entre a universidade e as ações de viés econômico do governo e com o mercado de trabalho materializou-se no estabelecimento de programas ligados à área de planejamento de governo, com vistas à expansão de matrículas notadamente para dar conta das demandas de força de trabalho exigidas pelo mercado. Sob essa lógica, a universidade foi vista também como um caminho para a ascensão social e, por isso, tornou-se uma pretensão social de vastos setores sociais, a despeito do fato de que estava sendo conduzida para os trilhos da modernização conservadora.

Sob o ponto de vista do trabalho acadêmico, os segmentos que apoiaram a ditadura na universidade se ajustaram aos requisitos de uma ciência voltada para as necessidades do modelo econômico, difundindo um *ethos* pragmático e utilitarista que, após

A ditadura militar-empresarial calibrou a pesquisa universitária às demandas do capitalismo monopolista, impondo censura, perseguições, afastamentos, cassações, prisões e mesmo assassinatos de professores e estudantes. Mas, ao mesmo tempo, erigiu as bases da pós-graduação brasileira. A inter-relação entre a universidade e as ações de viés econômico do governo e com o mercado de trabalho materializou-se no estabelecimento de programas ligados à área de planejamento de governo, com vistas à expansão de matrículas notadamente para dar conta das demandas de força de trabalho exigidas pelo mercado.

a chamada abertura política, pode ser encontrado, analogamente, na alegação da necessidade de existência das fundações ditas “de apoio”. De fato, as bases da heteronomia da pesquisa e do fomento à C&T possuem raízes nesse árido período ditatorial.

A criação da Finep e o modo como foram estabelecidas as prioridades do FNDCT durante o go-

verno ditatorial foram instrumentos para a indução à pesquisa aplicada, voltada para as demandas do modelo econômico, imediatista, processo que acarretou no esfacelamento da autonomia universitária e na ressignificação da função social da universidade. O financiamento é fundamental e se constituiu em mecanismo que contribuiu forçosamente para a dominação consentida da universidade, campo fértil para a heteronomia.

Após o período da ditadura, em que a industrialização contou com empresas estatais que criaram uma plataforma ao capitalismo monopolista, processo este estancado pela crise mundial dos anos 1970, a economia brasileira passou por profundas mudanças a partir da “crise da dívida”, de 1982. De fato, desde então, o Programa de Ajuste Estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) forçou a subordinação da economia ao padrão das vantagens comparativas, o que, claramente, colocou uma pá de cal sobre qualquer intento de industrialização com cadeias produtivas internas ao país. As privatizações e a abertura econômica, sobretudo no início dos anos 1990, redesenharam em profundidade o parque produtivo, situação que repercutiu de modo avassalador nas políticas para a educação em geral.

Desse modo, com a segmentação das cadeias produtivas e as privatizações das empresas estatais, os poucos departamentos de pesquisa e desenvolvimento foram fechados, excluindo alguns setores, como o da indústria petrolífera, da agricultura e da pecuária. Com a abertura da economia, a maioria das empresas nacionais e multinacionais abandonou o intento de estruturar departamentos de P&D próprios. Por isso, a inovação (mais propriamente, a pesquisa e desenvolvimento) cumpre um papel distinto daquele dos países do capitalismo central. Ao absorverem tecnologia externa, o que as empresas demandam é, essencialmente, serviços de adequação das tecnologias, certificações, padronização de protocolos, ajustes nos serviços de energia, telecomunicações, mas não o desenvolvimento local de inovações. As empresas não consideram estratégico a criação de um setor P&D. O Brasil, na sua condição capitalista dependente, está inserido na economia mundial em circuitos produtivos detentores de tecnologia de ponta, portanto, não é necessário que essa tecnologia seja produzida por

ele. Diante da possibilidade de lucros vultosos, em associação com o imperialismo, passa a ser estratégico, nesse caso, a utilização da mão de obra qualificada e dos espaços de formação dessa força de trabalho, configurando no país um quadro de menor sofisticação tecnológica, considerada a regressão da sua base produtiva. Logo, uma mão de obra de formação universitária simplificada não se constitui em impedimento à ofensiva do capital imperialista.

Considerações finais

Em linhas gerais, o setor empresarial não está disposto a investir em P&D e em laboratórios. Assim, as competências, particularmente competências específicas, entram em cena compondo de maneira pragmática a oferta de cursos compactos e aligeirados para a formação de mão de obra para ocupar postos de trabalho ao tempo que se busca a garantia da governabilidade. Ou seja, a formação de uma força de trabalho afeita ao *ethos* capitalista e facilitador da mobilização do capital.

Assim, a universidade, via fundações “de apoio”, passa a receber demandas de serviços, livrando as empresas do fardo de imobilizar capital fixo (laboratórios, equipamentos etc.) e força de trabalho qualificada e mais custosa. Em suma, a universidade preenche essa lacuna. É importante salientar que esse processo não fragiliza os setores econômicos que se lançaram no capitalismo monopolista. Desse modo, a heteronomia cultural subjacente ao capitalismo dependente expressa uma forma muito específica de aliança entre as frações hegemônicas locais e a hegemonia internacionalizada.

Sob o capitalismo dependente, um projeto de universidade autônoma tangencia o “impossível”, em face às relações com o capital imperialista, a exemplo do desenvolvimento do agronegócio e da produção de bens e serviços para o mercado. O Brasil busca adaptar seus processos de formação da universidade para a prestação de adequação tecnológica e da certificação às tecnologias importadas pelas corporações internacionais e locais. Consequentemente, muitos setores universitários se afastam da investigação dos problemas nacionais. No lugar de investigar formas

de potencializar a agricultura voltada para a produção de alimentos saudáveis, o Brasil rapidamente se converte no maior consumidor mundial de agrotóxicos, como vem denunciando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Problemáticas científicas como o modelo de desenvolvimento, a relação da economia com a promoção de boas condições de vida, a urgência do saneamento básico, os determinantes das desigualdades sociais, deixam de ser tratadas de forma privilegiada por muitos grupos de pesquisa, esvaziando a crítica e, no limite, a função social da universidade.

Em linhas gerais, sob o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que, dentre outras questões, também permite a gestão das políticas de inovação na universidade pelas fundações de apoio, aprofunda-se a forma privatizante da Lei de Inovação Tecnológica. Através das fundações privadas ditas “de apoio”, a universidade é refuncionalizada, tendo sua função social deslocada para as atividades de ensino massificado e, sobretudo, para a inovação tecnológica, que, no caso brasileiro, converte a pesquisa em serviços.

O processo de refuncionalização se materializa por meio de mudanças institucionais na universidade (como a criação da agência de inovação), o que, por sua vez, reconfigura o trabalho acadêmico e o próprio *ethos*, valores, princípios éticos, do fazer acadêmico.

Os docentes, nos marcos da inovação tecnológica, também assumiram funções de cunho administrativo e de gestão nas fundações, com prejuízos à pesquisa e à formação humana. A participação dos docentes, inclusive sob o regime jurídico de dedicação exclusiva (DE) na realização dos cursos e projetos, com distintos financiadores, confirma a sua conversão em prestadores de serviços subordinados à lógica empresarial sob o manto do ‘empreendedorismo’. A flexibilização do regime de trabalho docente comporta, assim, outras fontes de recursos para remuneração e os pagamentos por bolsas, afrontando o princípio da isonomia salarial.

Ao priorizar os cargos de gestão na universidade, a legislação da carreira também os libera para exercer funções na fundação. A precarização docente ganha novos contornos pela contratação de pro-

fessores de 20h e 40h sem dedicação exclusiva para atender à política de expansão e reestruturação da universidade

A intermediação dos recursos públicos pelas fundações privadas ditas “de apoio” agride a autonomia universitária com o respaldo do Estado, numa contundente inobservância do seu caráter constitucional. Ademais, os chamados núcleos de inovação tecnológica também podem se constituir sob a forma de fundação de apoio.

A presença desses entes privados encontrou respaldo numa parcela expressiva da comunidade universitária para prosseguir nas suas metas. Por um lado, encontramos os defensores da modernização da universidade *pari passu* a concepção do público não estatal. Por outro, a resistência também representativa na comunidade universitária buscando estratégias de enfrentamento à agressiva privatização. **US**

notas

1. Este artigo é parte da tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, em março de 2015.
2. A consideração do desenvolvimento desigual do capitalismo por Florestan Fernandes resulta de suas leituras marxistas, especialmente de Lênin e Trotsky. Sem a apropriação do desenvolvimento desigual, não teria sido possível a elaboração do conceito de capitalismo dependente.
3. Quando o Estado subordinou a universidade à lógica empresarial, obviamente seguiu os interesses do setor privado, recorrentemente viabilizados por medidas governamentais. Certamente, a redefinição da autonomia universitária, imprescindível para a desejada relação universidade-mercado, é resultado do catalisador documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BM, 1995). Este sugere (na verdade, orienta) que a autonomia de uma instituição está relacionada à capacidade desta em gerar recursos para suprir parcialmente suas necessidades.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ADUSP. **Universidade pública e fundações privadas: aspectos conceituais, éticos e jurídicos**. 2004. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/cadernos/fundacao.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

ANDES-SN. SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Dossiê Nacional 1**. 2006; **Dossiê Nacional 2**. 2008. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/40/Default.htm>>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 5.025, de 14 de setembro de 2004**. Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5205.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto 7.423, de 31 de outubro de 2010**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto 8.240, de 21 de maio de 2014**. Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8240.htm>. Acesso em: 27 mai. 2014.

_____. Presidência da República. **Decreto 8.241, de 21 de maio de 2014**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8241-21-maio-2014-778779-publicacaooriginal-144178-pe.html>>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013**. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12813.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

referências

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013**. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12813.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre normas gerais para a licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10973.htm>.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, setembro 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=121>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 set. 2016.

referências

CORREIA, Ciro T. A apropriação privada da universidade pública - as fundações privadas ditas de apoio. In: RAMPINELLI, Waldir J.; OURIQUES, Nildo (orgs. Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

DREYFUSS, Armand René. **1964. A conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **La dynamique du capital: um siècle d'économie américaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. Ver. São Paulo: Global, 2008;1968.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza**. São Paulo/SP, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

_____. **Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente**. 2012. Disponível em: <<http://www.insurgencia.org/educacao-superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. **Revista da ADUEL. Set. 2003**. Disponível em <http://web.sercomtel.com.br/aduel/revista%20autonomia/auton_priv.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016

MANSFIELD, Edwin. **Academic research and industrial innovation: an update of empirical findings**. In *Research Policy* 26, 1998, p. 773-776.

RAMOS, Giovane Saionara. **Universidade pública e fundações privadas: a hegemonia privatista na produção de discurso e na apropriação dos recursos**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08062015-143951/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão 2.731 de 26/11/2008**. Fiscalização de orientação centralizada. Tema de maior significância "educação". Avaliação do relacionamento das instituições federais de ensino superior com suas fundações de apoio. Relatório de consolidação. Diversas falhas. Determinações. Recomendações. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Fund.%20apoio.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

referências

As configurações das situações de violência e violação de direito dos indivíduos e famílias atendidos no CREAS Sede de Caucaia

Aline Aragão Pontes Barbosa

Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: allinearagao@yahoo.com.br

Rosane Castelo Branco

Mestranda em Avaliação e Planejamento em Políticas Públicas - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: rosanecastelo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo pretende apresentar uma análise sobre as configurações das situações de violência e violação de direito dos indivíduos e famílias atendidos no CREAS Sede de Caucaia nos anos de 2014 e 2015. A natureza da pesquisa realizada foi quali-quantitativa e os tipos de pesquisa utilizados foram bibliográfica e documental. Os dados levantados revelam que os idosos são as maiores vítimas de violência no município e que os desafios para alcançar a garantia dos direitos desses usuários são impostos pela lógica capitalista à emancipação dos indivíduos, submetendo amplos segmentos sociais à condição de extrema pobreza e à precarização das condições dignas de vida. Essa situação não é limitada apenas ao acesso a bens e serviços socialmente produzidos, mas à construção de valores culturais e éticos, essenciais à emancipação política e ampliação da visão de mundo e consolidação de direitos humanos.

Palavras-chave: Violência. Violação de Direito. Idosos.



Introdução

Desde a formação dos primeiros grupos humanos, a vida não foi isenta do que se denomina, no senso comum, de violência, do uso agressivo da força para dominar ou tomar o lugar do outro. As situações de violência estão presentes desde os primórdios da humanidade, no entanto, a partir do século XIX, tais práticas começaram a ser questionadas e caracterizadas como um fenômeno social, despertando interesse de várias áreas de estudo. Segundo Queiroz (2008), nos últimos anos, a violência passou a ser percebida como uma das maiores ameaças do final de milênio.

Ao falarmos de violência, não estamos nos referindo apenas a realidades concretas, mas a um sistema de classificação e de significação que orienta a nossa percepção dos fenômenos (RIFIOTIS, 1998, p. 26), afinal, tais fenômenos perpassam todas as estruturas sociais, tanto na esfera das relações pessoais como nas institucionais.

Queiroz (2008) compreende que a violência, de forma mais frequente, pode ser entendida como o uso da força física, intelectual ou psicológica para, de alguma forma, obrigar alguém a fazer algo que não deseja, impedindo-o de manifestar sua vontade. Assim, a violência configura-se como uma forma de violação de um dos direitos essenciais do ser humano: a liberdade.

Saffioti (2004) corrobora com Queiroz (2008) e salienta que o fenômeno da violência se faz presente na vida social e que muitas vezes está associada à ideia de poder, ou seja, quando se destaca a possibilidade de imposição da vontade de um sobre o outro. O outro é diferente e são essas diferenças que constituem a vida social, que, por sua vez, se efetiva através das relações sociais.

A presença de conflito nas relações sociais é evidente e o problema está na ideia de interesses em cho-

que, afirma Gregori (1993, p. 127). O autor deixa claro que quando interesses são contrariados e um dos interessados não está satisfeito, pode resultar em uma situação que vai buscar soluções através da violência. Arendt (1993) discorre sobre o uso da violência nas relações cotidianas, estabelecendo uma distinção entre poder e violência e fazendo uma discussão entre a esfera pública e privada. Para a autora, a violência ocupa o lugar vazio deixado pelo poder, ela se manifesta na sua ausência ou diante da sua perda. Algumas vezes, a violência aflora quando o dominador sente que seu “suposto poder” está ameaçado ou quando o diálogo não é mais possível entre os atores das relações de poderes.

Deste modo, Pereira (2006) conclui que tanto no contexto das relações da vida privada, como noutras mais amplas, o uso da violência não confere poder ao indivíduo, mas poder *sobre* o indivíduo. Estando o agressor dominado pelo desejo de dominação, este perde a capacidade de pensar e age pelo impulso, usando as palavras não para argumentar e sim para calar o outro. Neste sentido, Osterne (2008, p. 40) enfatiza que a violência não é fonte de poder, pois quanto mais poder, menos violência, quanto mais violência, menos poder.

O termo violência recobre fenômenos que não podem ser reduzidos somente ao crime e à violência institucional. Fala-se em violência no esporte, no trânsito, nas ruas, a violência contra as mulheres, contra as crianças, idosos, dentre outras. Esses fenômenos fazem parte do nosso cotidiano e são enredados numa teia de relações de força, tensões, hierarquias, desigualdades sociais e as situações de conflito em geral (RIFIOTIS, 1998).

Na atualidade, muito se fala em violência e em situações de violação de direito. A violência é uma das mais fortes expressões da questão social e vem se processando na sociedade de várias formas, atingindo vários públicos. Para Neto e Moreira (1999), temos:

A violência não é um fenômeno uniforme, monolítico, que se abate sobre a sociedade como algo que lhe é exterior e pode ser explicado através de relações do tipo causa/efeito como

“pobreza gera violência” ou “o aumento do aparato repressivo acabará com a violência”. Pelo contrário: ela é polifórmica, multifacetada, encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que interligam-se, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem (NETO; MOREIRA, 1999, p. 34).

O termo violência recobre fenômenos que não podem ser reduzidos somente ao crime e à violência institucional. Fala-se em violência no esporte, no trânsito, nas ruas, a violência contra as mulheres, contra as crianças, idosos, dentre outras. Esses fenômenos fazem parte do nosso cotidiano e são enredados numa teia de relações de força, tensões, hierarquias, desigualdades sociais e as situações de conflito em geral (RIFIOTIS, 1998).

Estudos de diferentes culturas e de cunho comparativo entre países têm demonstrado que pessoas de todos os *status* socioeconômicos, etnias e religiões são vulneráveis aos maus tratos que ocorrem de várias formas: física, sexual, emocional e financeira (MINAYO, 2005, p. 13).

A violência constitui um dos maiores entraves para a garantia da igualdade de direitos em um Estado democrático. Trata-se de um atentado aos direitos humanos e, para a compreensão deste fenômeno, é necessário um aprofundamento sobre as relações sociais e sobre o contexto onde essas relações são produzidas: na sociabilidade capitalista.

Diante desta realidade, esta pesquisa objetiva perceber como se configuram as situações de violência e violações de direitos que chegam ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) na sede do município de Caucaia - CE.

Caucaia faz parte da região metropolitana de Fortaleza, com clima semiárido brando e com uma população estimada de 353.932 habitantes, segundo dados do IBGE. A cidade enfrenta diversos problemas sociais, dentre eles a elevada desigualdade social, o alto índice de criminalidade, taxa de 25,38% de famílias em situação de extrema pobreza (segundo dados do IPECE) etc.

Com relação à violência, observa-se que, devido ao número elevado de denúncias e encaminhamentos recebidos, o município possui dois Centros de Referência da Assistência Social - CREAS, que são o

equipamento da Política de Assistência Social municipal responsável por acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direito e/ou violência.

Sendo assim, o presente estudo buscou, através da análise dos prontuários registrados no CREAS Sede, nos anos de 2014 e 2015, perceber qual é o público que mais sofre violência, bem como conhecer o tipo de violência mais praticada e a área de maior incidência dela.

Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se preocupa, conforme Minayo (2001), com uma realidade que não pode ser quantificada, devido ao universo de significados cujos fenômenos, diante da sua grande complexidade, não podem meramente ser reduzidos a variáveis.

Da mesma forma, pode-se dizer que se trata também de uma pesquisa quantitativa, na qual os dados coletados foram transformados em números, que, após análise, geraram conclusões que favoreceram o estudo e os resultados obtidos (GIL, 2008).

Quanto a isso, Minayo descreve que pode haver a integração de dados qualitativos com dados quantitativos, uma vez que a complementaridade desses dois modelos é estimulada. Segundo ela, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2001, p. 22).

A autora reforça a relevância desta complementaridade ao afirmar que:

As duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto, e que uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa (MINAYO, 1994, p. 57).

Utilizou-se o método da pesquisa documental para a coleta dos dados. Fonseca (2002) diferencia este método da pesquisa bibliográfica pelo fato da pesquisa documental recorrer a fontes diversificadas e sem tratamento analítico, que é o caso dos prontuários.

Já a pesquisa bibliográfica se utiliza de fontes constituídas por material já elaborado, composto basicamente por livros e artigos científicos.

Desta forma, a amostra deste estudo corresponde a 126 prontuários ao ano de 2014 e 127 referentes ao ano de 2015, totalizando 253 prontuários de famílias e indivíduos de diversas idades encaminhados ao CREAS por variadas situações de violência ou violação de direitos. Nenhum prontuário dos anos de 2014 e 2015 foi descartado para a pesquisa.

O prontuário do usuário atendido pelo CREAS é o documento que contém todas as informações sobre a situação de violência, desde a denúncia. É um acervo documental padronizado, organizado e conciso. Os registros dos atendimentos, visitas domiciliares, contatos telefônicos, encaminhamentos, bem como informações pessoais, são de extrema relevância para o acompanhamento do usuário e para a comunicação entre os membros da equipe. Assim, os prontuários são excelentes fontes de dados.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se preocupa, conforme Minayo (2001), com uma realidade que não pode ser quantificada, devido ao universo de significados cujos fenômenos, diante da sua grande complexidade, não podem meramente ser reduzidos a variáveis. Da mesma forma, pode-se dizer que se trata também de uma pesquisa quantitativa, na qual os dados coletados foram transformados em números, que, após análise, geraram conclusões que favoreceram o estudo e os resultados obtidos (GIL, 2008).

A partir da amostra selecionada, realizou-se uma análise retrospectiva dos dados disponíveis na fonte de pesquisa, buscando informações como: identificação do usuário (idade e sexo), classificação da violência e áreas de maior incidência das situações de violação de direito.

Os dados foram analisados com o auxílio da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Esta análise é formada a partir de três fases: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial. Foram feitos gráficos e tabelas para melhor visualizar tais dados e informações coletadas dos prontuários, facilitando a análise e interpretação destes.

Um olhar crítico sobre as configurações das situações de violência

Os indivíduos e/ou famílias dos prontuários em análise foram inseridos em um dos serviços existentes no CREAS: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.

Neste serviço, são inseridos indivíduos e famílias para serem acompanhados por uma equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos e advogado, que deverão prestar orientações, realizar os encaminhamentos, atendimentos técnicos e articulação com a rede socioassistencial, objetivando garantir os meios necessários para a superação da violação do direito vivenciada pelo usuário do serviço.

Os usuários chegam ao equipamento através de encaminhamento da rede socioassistencial, de denúncias advindas do Disque 100¹ ou, ainda, através de demanda espontânea. No caso de denúncia, é averiguada a veracidade das informações através de visita domiciliar, para posterior atendimento psicossocial.

Ao se configurar como uma situação de violência ou de violação de algum direito que possa estar favorecendo para que o indivíduo e a família estejam em situação de risco social, e por isso inseridos no

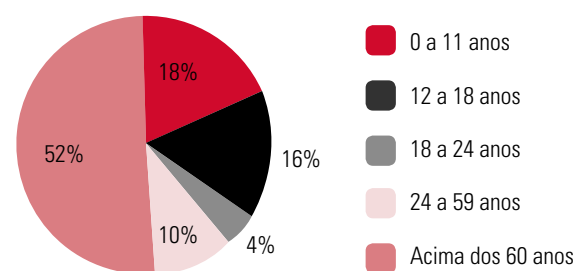
Neste serviço, são inseridos indivíduos e famílias para serem acompanhados por uma equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos e advogado, que deverão prestar orientações, realizar os encaminhamentos, atendimentos técnicos e articulação com a rede socioassistencial, objetivando garantir os meios necessários para a superação da violação do direito vivenciada pelo usuário do serviço.

serviço do PAEFI, o prontuário é aberto pelos orientadores sociais² e repassado à equipe técnica para iniciar o acompanhamento psicossocial. O acompanhamento é iniciado com uma nova visita domiciliar. Em determinados casos, são realizados, também, visita institucional, atendimento psicossocial, social ou psicológico, dentre várias articulações para que a situação seja cessada e superada.

No caso do PAEFI, alvo deste estudo, nos anos de 2014 e 2015 foi possível perceber, através de análise dos dados obtidos, que o grupo mais acompanhado

pela equipe é aquele que está acima dos 60 anos, ou seja, idosos, conforme definição do Estatuto do Idoso. Mais da metade do público atendido (52%) tem 60 anos de idade ou mais. O segundo maior grupo refere-se ao de crianças (18%), seguido do grupo de adolescentes (16%), enquanto que o de pessoas com idade compreendida entre 18 a 59 anos configura um quantitativo de apenas 14%, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Idade das vítimas atendidas nos anos de 2014 e 2015

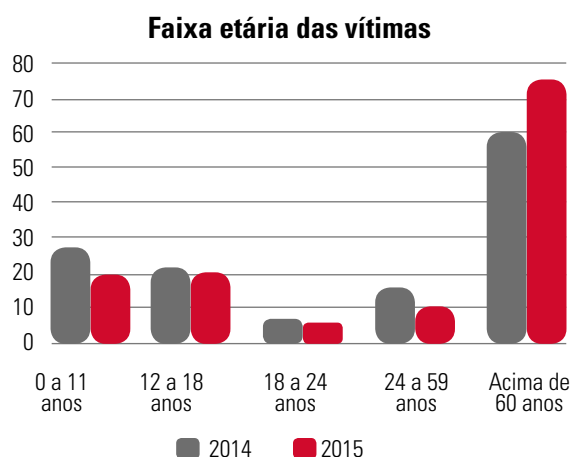


Fonte: Pesquisa Documental - Caucaia 09/2016.

Na tentativa de entender os motivos que poderiam explicar este dado, buscou-se o conceito de violência apontado por Queiroz (2008) e Safiotti (2004). Para elas, violência é uma maneira de se obrigar alguém a fazer algo que não deseja e que está associada à ideia de poder e de impor algo que é contra a vontade da vítima. Normalmente, o público mais vulnerável a sofrer tal imposição é aquele que não pode se defender, que é justamente o público debilitado, muitos inclusive já perderam a lucidez e dependem totalmente ou parcialmente do algoz.

Da mesma forma, as crianças e os adolescentes também apresentam um número elevado de vítimas. São também pessoas mais vulneráveis de serem violentadas devido à própria fragilidade típica de quem é dependente de cuidados, de assistência básica, bem como de quem pode ser mais facilmente chantageado e ameaçado emocionalmente por se tratarem de seres ainda em desenvolvimento.

No segundo gráfico, é possível visualizar que há constância entre os anos de 2014 e 2015 quanto às maiores vítimas de violência. Há grande disparidade no número de idosos que sofreram algum tipo de violação de direitos em comparação com os demais grupos de idade nos dois anos analisados.

Gráfico 1 - Comparativo de faixa etária das vítimas em 2014 e 2015

Fonte: Pesquisa Documental - Caucaia 09/2016.

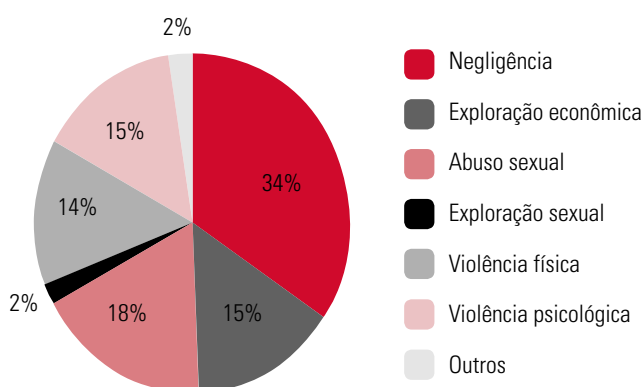
Já em relação aos tipos de violência que ocorreram a este público inserido no PAEFI e atendido no CRE-AS de Caucaia-CE, observa-se que, como o maior público são os idosos e estes, em sua grande maioria, são violados devido à sua condição de fragilidade, a negligência é o tipo de violência que mais se apresentou no período da coleta dos dados. O Manual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa (2014) da Secretaria de Direitos Humanos ressalta:

A população idosa pobre e dependente tem contra si três terríveis formas de violência: a violência estrutural, que trata as pessoas segundo os bens e a riqueza material que possuem e naturaliza a pobreza como se ela fosse uma culpa pessoal; a violência da discriminação, que considera as pessoas idosas pobres como um peso e um ser descartado; e a violência da negligência, pois geralmente é para esse grupo que os serviços de saúde, de assistência e de apoio mais falham (BRASIL, 2014, p. 32).

A negligência nesta faixa etária é caracterizada pela ausência de alimentação adequada, falta de cuidados básicos de higiene, administração inadequada de medicamentos (ou ausência desta), ou seja, os idosos não são corretamente assistidos por seus cuidadores. Outra forma comum de violência cometida contra os idosos é a exploração econômica, quando o benefício ou aposentadoria que lhe pertence é apropriado por terceiros. Ressalta-se que há situações em que ocorrem mais de um tipo de violência contra o

mesmo indivíduo, como a negligência e a exploração econômica, que quase sempre estão atreladas.

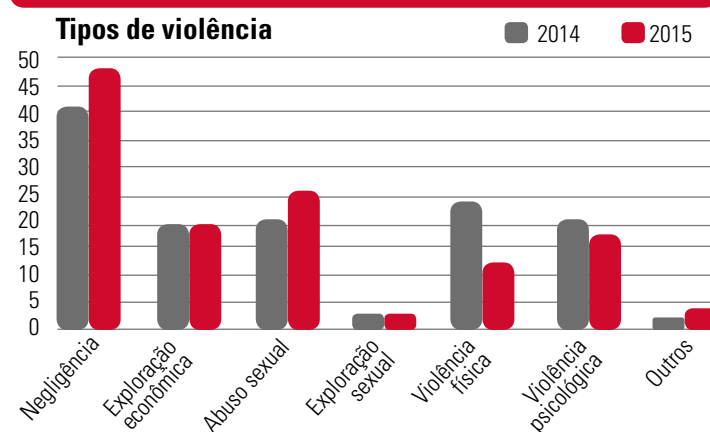
O gráfico abaixo mostra que a negligência é a violência mais praticada. Ressalta-se que, *geralmente, as queixas de abuso econômico e financeiro se associam com várias formas de maus-tratos físicos e psicológicos que produzem lesões, traumas ou até a morte* (BRASIL, 2014, p. 39) ferem direitos fundamentais e personalíssimos dos idosos em questão.

Gráfico 3 - Tipos de violência

Fonte: Pesquisa Documental - Caucaia 09/2016.

A segunda violência mais praticada é o abuso sexual, cometido contra o segundo maior público que realiza acompanhamento psicossocial: as crianças e os adolescentes. Estes são o maior alvo deste tipo de violência, enquanto que os agressores mais comuns são pessoas da própria família.

No quadro a seguir pode ser verificado que, mais uma vez, há uma constância de resultados entre os anos 2014 e 2015:

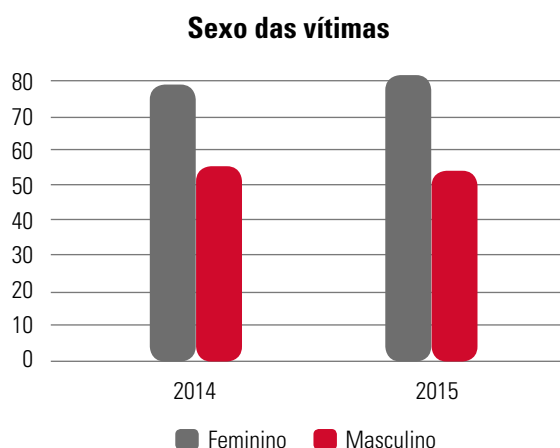
Gráfico 4 - Comparativo entre 2014 e 2015 quanto aos tipos de violência

Fonte: Pesquisa Documental - Caucaia 09/2016.

Pode-se dizer que a violência física e a psicológica foram tão significativas quanto a situação de exploração econômica e de abuso sexual vivenciadas pelos usuários do PAEFI.

Com relação ao sexo das vítimas, predomina o sexo feminino, como se vê no gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Sexo



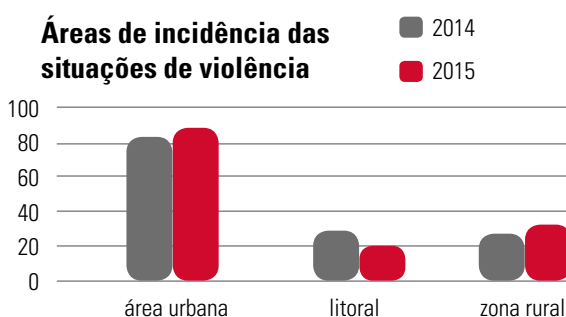
Fonte: Pesquisa Documental - Caucaia 09/2016.

Os dados em ambos os anos foram muito equivalentes, demonstrando que existe certa regularidade nestes casos no que diz respeito ao sexo das vítimas, estando a mulher em maior vulnerabilidade em casos de violência.

No município de Caucaia, *lôcus* deste estudo, conhecido pela população numerosa e pela grande extensão territorial, para uma melhor análise do perfil das pessoas atendidas pelo CREAS, foi necessário verificar também em qual área predominam estas ocorrências.

O gráfico a seguir mostra que é significativa a predominância de casos na área urbana, em detrimento da área de litoral, bem como da área rural.

Gráfico 6 - Área de maior incidência



Fonte: Pesquisa Documental - Caucaia 09/2016.

Ao pensar nos possíveis motivos desta situação, buscou-se conhecer a territorialização do município. Este é composto por inúmeras localidades consideradas como áreas rurais, sendo estas longínquas e afastadas, inclusive da rede de equipamentos que compõem a rede socioassistencial, e, por este motivo, muitas vezes desassistidos de um acompanhamento contínuo e permanente. São populações assistidas em situações apenas de mutirões realizados eventualmente pela Prefeitura, uma vez que muitos são, inclusive, carentes de recursos financeiros para se deslocarem para o centro do município em busca de atendimento nas suas necessidades sociais, de saúde e de outras políticas públicas.

Nos casos de violações de direitos dos atendidos pelo PAEFI, são situações que requerem um acompanhamento psicossocial contínuo, o que significa que deve haver uma rotina de atendimentos nas quais cabe ao usuário comparecer ao equipamento com certa regularidade para, assim, superar a situação vivenciada através das orientações e cuidados que recebe por parte do trabalho da equipe técnica, bem como encaminhamentos ao sistema de justiça. No entanto, quando este reside nas áreas mais afastadas, com dificuldades para se locomover até o equipamento, bem como desprovidos dos cuidados mais básicos que o Estado deveria garantir, ele se torna mais vulnerável para as situações de violência.

A leitura que se faz deste gráfico não deve ser no sentido de que, porque os usuários do PAEFI se concentram na área urbana do município, significa que nas demais áreas não ocorram situação de violação de direito. Deve ser questionado por quais motivos, quais dificuldades, os indivíduos e as famílias da área do litoral e da área rural não estão chegando até o equipamento e, por isso, estão vivenciando direitos violados, ainda mais do que aqueles básicos que já não são garantidos pela situação de vulnerabilidade que naturalmente já se encontram devido à questão territorial.

Desta forma, pode-se depreender que nem toda situação de violência é denunciada no CREAS para que ocorra o acompanhamento e, conseqüentemente, a situação seja superada. Quando ele chega, seja através de encaminhamento ou de denúncia, e até mesmo de demanda espontânea, por vezes a situação

já chegou a proporções que requerem intervenções urgentes e imediatas e somente se tornou de conhecimento de outro órgão público devido à situação de extrema violação.

Ocorre que o CREAS realiza um acompanhamento sistematizado e técnico, o que requer um período regular de atendimento ao usuário, para que sejam identificadas as potencialidades da família, bem como as vulnerabilidades e situações que requerem maior atenção e articulação com a rede de atendimento e, claro, para que o usuário, no decorrer dos atendimentos, sinta-se empoderado para superar a situação de violação vivenciada e para que ela possa ser cessada e o caso encerrado.

Considerações finais

A violência se apresenta como um dos maiores obstáculos para a garantia da igualdade de direitos entre os cidadãos de um Estado Democrático. A sociabilidade capitalista influencia diretamente nas relações sociais e nas situações que ferem os direitos básicos garantidos constitucionalmente.

Analisar os dados do equipamento da Assistência Social do município de Caucaia - CE que atende às vítimas de violência e violações de direitos nos revela uma cruel realidade contra a população idosa, as maiores vítimas de negligência e exploração econômica. Estes tipos de violência sempre vêm atrelados a outras ainda mais cruéis, como a violência psicológica e física.

O levantamento revela configurações bem mais complexas, pois sabe-se que o serviço não alcança todas as vítimas de violência do município e não consegue dar o suporte preconizado nas normativas da política de assistência social aos indivíduos e famílias acompanhados. Assim, amplos segmentos da sociedade encontram-se em situação de vulnerabilidade e negação de direitos fundamentais.

Os desafios para alcançar a garantia dos direitos destes usuários são impostos pela lógica capitalista à emancipação dos indivíduos, submetendo amplos segmentos sociais à condição de extrema pobreza e à precarização das condições dignas de vida. Essa situação não é limitada apenas ao acesso a bens e ser-

viços socialmente produzidos, mas à construção de valores culturais e éticos, essenciais à emancipação política e ampliação da visão de mundo e consolidação de direitos humanos. **US**

notas

1. Disque 100 é um serviço disponibilizado pela Secretaria de Direitos Humanos para recebimento de denúncias de violência e violação de direitos contra crianças e adolescentes, mulheres, deficientes e idosos. A ligação para o número 100 é gratuita e o anonimato garantido. As denúncias são encaminhadas para os órgãos de proteção mais indicados para averiguação da denúncia e acompanhamento do caso.

2. Orientador Social é o profissional de nível médio que compõe as equipes dos CREAS. Recepciona e oferta informações às famílias e indivíduos usuários do serviço.

- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs, 1993.
- MINAYO, M.C. de S. **Ciência, Técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: pesquisa social-teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- _____. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Violência contra idosos**: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2º Edição, 2005.
- NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. **A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural**. Ciência e saúde coletiva. V. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EDUECE, 2008.
- PEREIRA, B. O. Prevenção da violência em contexto escolar: diagnóstico e programa de intervenção. In J. C. S. Neto & M. L. B. P. Nascimento (Orgs.). **Infância, violência, instituições e políticas públicas** (pp.43-51). São Paulo: Expressão e Arte, 2006.
- QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró - RN: Edições UERN, 2008.
- RIFIOTIS, Theophilosa. **Dilemas éticos no campo da violência**. Comunicação & Educação, São Paulo, [13], set./dez. 1998.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

referências

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés,

com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados por e-mail e que não forem aceitos para publicação serão apagados;

7 - Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas, a dois exemplares.

A produção do espaço urbano de Fortaleza

Renata Mariano Cardoso de Oliveira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: renatamarianoss@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se propõe a contribuir para o debate do processo de produção do espaço urbano de Fortaleza, analisando a relação entre urbanização e desenvolvimento econômico e tentando apreender os determinantes da condição de exclusão de parte da população. O estudo revela o estado de segregação que marca a realidade da cidade de Fortaleza, denunciando a forma desigual com que a cidade se desenvolveu, gerando problemas graves no acesso à moradia de qualidade para as populações pauperizadas, provocando uma série de impactos, como as moradias em áreas de risco. São estes os seguimentos diretamente atingidos por enchentes, deslizamentos de terra e problemas de saúde decorrentes dos desequilíbrios ambientais, os quais se tornam incapazes de apresentar respostas a essas situações. Nosso estudo busca refletir sobre as repercussões econômicas nas questões socioespaciais e na degradação do meio ambiente no interior da cidade de Fortaleza.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano. Questão Socioeconômica e Ambiental.

Introdução

O processo de urbanização do território apresenta forte ligação com o desenvolvimento econômico de determinado país ou região. De acordo com Vergolino e Dantas (2005), a relação entre desenvolvimento econômico e urbanização explica-se pelo fato de serem as atividades do setor secundário¹ e terciário² essencialmente urbanas e desenvolverem-se em detrimento das atividades do setor primário³, o que colabora para o afastamento da população do campo,

juntamente com o crescimento demográfico dessa população e da estrutura fundiária concentrada, que gera desempregos e subempregos; e a atração para as cidades do país devido ao desenvolvimento econômico. São esses os principais fatores dos processos de urbanização recentes.

No Brasil, esse processo se deu de forma lenta e diferenciada, desenvolvendo-se somente a partir do século XVIII, período em que ocorreu a Revolução Industrial, mas atinge a maturidade apenas no século XIX. Milton Santos (1993) destaca que o país fora,



durante séculos, essencialmente agrário e que essa mudança dependeu de um conjunto de fatores. A expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram as bases do povoamento e da criação de riquezas, resultando no surgimento de cidades no litoral e no interior, com intuito de diminuir as distâncias em um país com tão grande dimensão territorial.

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1993, p. 26).

A partir do século XX, com o golpe militar de 1964 e a implantação do Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, que tinha como objetivos básicos formular políticas de combate à inflação ocasionada pelo Plano de Metas⁴ do Governo Juscelino

Kubitschek e implantar reformas estruturais com o incentivo à indústria de base, o país passa por um processo de rápida integração a um movimento de internacionalização em escala mundial, que exige o desenvolvimento da economia para atender, além do mercado consumidor interno em expansão, a demanda exterior. A modernização agrícola é reflexo desse processo, que se deu de forma desigual, especialmente a atividade industrial, que se desenvolveu mais fortemente na região Sudeste, a qual mantém ainda hoje a hegemonia deste setor no país, além dos maiores índices populacionais urbanos⁵.

Foi nesse período que ocorreu uma urbanização mais rápida e desordenada. Santos aponta uma especialização de tarefas entre os territórios, juntamente com novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais. Essa divisão territorial do trabalho exige uma circulação das mercadorias, visto que se trata de um processo de complementaridade da produção, gerando a especialização do território. No caso do Brasil, esse ajustamento

territorial apresenta dados particulares ligados a fatores de implantação e de aceleração do processo de informatização e produção. A implantação de meios técnicos, de capital fixo adicionado ao território e na condução da produção cada vez mais pelo capital, torna as diferenças notadas hoje no território muito mais sociais que naturais.

Há uma diferenciação extrema entre os tipos urbanos, possível porque se tornou viável o aproveitamento das virtualidades de cada área devido à facilidade de transporte e comunicação. Esse período é caracterizado também pela redistribuição das classes médias no território, bem como dos pobres para as cidades maiores, que são mais capazes de acolhê-los. “Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras” (SANTOS, 1993, p. 52).

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se insere etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século (século XX), mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993, p. 95).

Particularidades do Nordeste e primeiros planos de intervenção em Fortaleza

No Nordeste, a colonização do século XVI surgiu fundamentalmente ligada à atividade açucareira no litoral (FURTADO, 1998). No entanto, a demanda por carne, considerada importante artigo de consumo, e animais de tração associado com a abundância de terras, favoreceu a criação de um segundo sistema econômico, responsável pela colonização do sertão

nordestino. As primeiras cidades surgem no litoral de Recife e de Salvador, nos arredores dos portos, evidenciando a importância das exportações de produtos primários. A rede urbana do Nordeste passa a se constituir em decorrência deste mercado externo e, já no final do século XIX, é possível identificar alguma atividade industrial nessas cidades portuárias.

De acordo com Singer (1977), as usinas de açúcar marcam o início das atividades industriais no Nordeste brasileiro, já em fins do século XIX. Também nesse período, indústrias de fiação e tecelagem se instalam em Recife, além de fábricas de alimentos, bebidas, roupas, vassouras, charutos etc. A substituição dos engenhos pelas usinas implicou no desemprego de levadas de trabalhadores que migravam para as cidades a constituir mão de obra barata e mercado consumidor, além de implicar em mudanças nas relações de produção rural, expandindo a economia de mercado em detrimento da economia de subsistência.

Essa região apresentou uma urbanização mais lenta em relação ao resto do país devido à grande concentração fundiária e ao problema da seca no Sertão Nordestino e, conseqüentemente, à desigualdade de renda, mas se acelerou nas últimas décadas do século XX, devido às altas taxas de desemprego crescentes no campo. Moura (1975) apresenta um quadro da dinâmica migratória das três Regiões Metropolitanas do Nordeste na década de 1960, estimando que cerca de 435 mil pessoas passa a residir nos municípios de Recife, Salvador e Fortaleza; desse total 14%, 22% e 36%, respectivamente, eram oriundas das áreas rurais. Apresentou, ainda, características particulares que, de acordo com Milton Santos (1993):

Outra é a realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e terceirização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento. Um antigo povoamento assentado sobre estruturas arcaicas atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarreta retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização (SANTOS, 1993, p. 62-63).

Em Fortaleza, a primeira tentativa de ocupar o território deu-se em área de planície flúvio-marinha com a construção do fortim São Tiago. Ocupadas por mangues, as margens do rio Ceará representavam água e comida, além de serem seguras contra os “ataques” das comunidades nativas. No entanto, essa primeira tentativa foi frustrada devido à ocorrência da primeira seca que se tem registro, em 1605.

De acordo com Aderaldo (1993) e Campos (1988), a condição climática acrescida da grande resistência dos povos indígenas foram os responsáveis pelo longo e demorado processo de colonização, sendo o projeto retomado por Pe. Luís Figueira, em 1607, e Martins Soares Moreno, em 1612. O último é considerado como o real fundador do Ceará, sem, no entanto, constituir vilas ou cidades. No ano de 1699, às margens do rio Pajeú, é criada a Vila do Ceará, hoje Fortaleza. Naquele momento, objetivava-se construir uma cidade sob os moldes das cidades portuguesas, mas as dificuldades de tecnologias e de obtenção dos instrumentos apresentaram-se como entraves. Somente em 1726, o Rei instituiu duas vilas cearenses: São José do Ribamar do Aquiraz e Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Fortaleza não passava de uma ocupação rarefeita com traçado irregular e ruas não calçadas, limitada pelo Quartel⁶ e pelo riacho Pajeú, pela porção oeste do riacho da Precabura e pela serra da Ibiapaba. Mesmo pequena, foi convertida à cidade no ano de 1823 pelo imperador D. Pedro I, no entanto, as transformações foram lentas. A paisagem natural ainda apresentava-se predominante.

Nos primeiros anos como cidade, Fortaleza não possuía nenhum tipo de controle na organização das ocupações, sendo as primeiras tentativas somente no início do século XIX. Silva Paulet foi o autor do primeiro plano urbanístico que se tem registro, em 1812, que só foi colocado em prática anos depois, na administração de Antônio Rodrigues Ferreira, da década de 1850. O boticário foi responsável ainda pela implantação de uma ligação marítima direta com o Rio de Janeiro e com a Europa, facilitando o transporte e o acesso às técnicas mais avançadas, que promoveram a implantação de alguma infraestrutura em Fortaleza.

Ainda nesse período, Fortaleza configurava-se como predominantemente rural. Os rios que compõem a bacia hidrográfica da cidade já eram utilizados na manutenção das propriedades, embora sem preocupação em proteger ou utilizar de forma responsável. Nesse sentido, de acordo com Santos:

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade (SANTOS, 2002, p. 203).

A evolução intra-urbana de Fortaleza é exemplo dessa substituição. No final do século XIX, a cidade ganha centralidade regional por ser sede de diversos equipamentos e serviços públicos, tais como o Liceu do Ceará, a Escola Normal, as faculdades de Direito, Agronomia, Odontologia, Farmácia e Medicina, Central de Correios e Telégrafos, Secretaria da Fazenda, Santa Casa, o Mercado Público e o Cemitério São João Batista, dentre outros.

Em 1875, Adolfo Herbster produz a segunda tentativa de controle do crescimento urbano, além de introduzir as vias Duque de Caxias, Dom Manuel e avenida do Imperador à malha viária urbana, porém sem muito sucesso. O aspecto do espaço intra-urbano da cidade, já no início do século XX, evolui e, com o crescimento, tem-se o aumento das distâncias e das necessidades de transporte e acesso da população. “Daí, a implementação do transporte público feito por bondes elétricos (1914), do aparecimento dos primeiros automóveis e dos telefones a manivela” (SOARES, 2005).

Ainda segundo a autora, citando Dantas (2002):

Inicialmente o impacto das novas formas de encurtar os tempos de percurso também foi pequeno nas relações entre sociedade e natureza. As novas vias, mais largas e agora calçadas em pedra tosca ainda não cobriam riachos ou córregos; assim como não margeavam as áreas de dunas e as faixas de praia da cidade, que continuava sendo, de certa forma, ignoradas e relegadas às comunidades de pescadores e às instalações portuárias. Por certo, o único serviço/equipamento público que se voltava para os riachos e lagoas era o das instalações de esgoto

e drenagem. A cidade, principalmente a das classes mais abastadas, em seu desenvolvimento socioespacial, ainda não considerava o mar e sua paisagem (DANTAS, 2002 *apud* SOARES, 2005, p. 27).

O crescimento de Fortaleza se deu no sentido sertão, desenvolvendo um imaginário interiorano que não se utilizava das belas praias, exceto para fins terapêuticos. As áreas litorâneas ficavam destinadas às atividades portuárias e à moradia de comunidades de pescadores e imigrantes vindos do interior. Essa população pobre e ignorada se instalou como pôde em casas precárias e sem nenhuma infraestrutura, situadas em localidades como o Pirambu, que ainda hoje carece de serviços. A década de 1930 representou um período de crescimento demográfico e aumento da área urbana, mas sem ampliação da infraestrutura de água e esgoto ou de transporte público.

Fortaleza assume “ares” de cidade moderna: ruas pavimentadas em concreto, para um melhor trânsito dos automóveis; alargamento de mais vias, principalmente no Centro da cidade; iluminação pública elétrica, as primeiras linhas radiofônicas e a inauguração do primeiro cinema. Apesar destes muitos progressos na Fortaleza das décadas de 1930 e 1940, a cidade continua a se desenvolver sem um real controle urbano (SOARES, 2005, p. 28).

No ano de 1933, Nestor de Figueiredo elabora o Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza, baseando-se nas diretrizes da Carta de Atenas⁷; no entanto, nunca foi realmente implementado. Do mesmo modo, o plano elaborado pelo urbanista Sabóia Ribeiro, em 1940.

Soares (2005) destaca o cunho paisagístico contido no último, no qual, segundo a autora, a natureza passa a ter função no processo de planejamento e “embelezamento” da cidade pela primeira vez. “Nesse sentido, o Plano propõe dentre outras coisas: a localização dos espaços para praças e jardins, de no mínimo 10% da área do bairro; e a implantação de parques urbanos e de avenidas-canais ao longo dos talwegues⁸, favorecendo o saneamento urbano” (SOARES, 2005). O plano não foi implementado, pois, já nessa época, a ganância dos proprietários de terra e o descaso do poder público impediam uma fiscalização

adequada do uso e ocupação dos solos. Sobre isso, afirma Aderaldo:

Os administradores de então entendiam que a melhor maneira de atender aos eleitores seria a permissão de todos os abusos em matéria urbanística. E foi mutilada a cidade e desrespeitada a sua natural tendência para as ruas largas, praças abundantes e aproveitamento dos espaços verdes (ADERALDO, 1993, p. 45).

A canalização do rio Pajeú demonstra a não aceitação ao plano de Sabóia Ribeiro. O plano inicial indicava a construção de uma avenida paisagística partindo da rua Pinto Madeira até a Praça da Sé, ao longo das margens verdes do riacho.

Nesse mesmo período, há uma valorização da área praiana, que passa a ser utilizada pelas elites para atividades de veraneio e lazer, e uma especialização crescente do centro, que passa de local de moradia a local de comércio e serviços.

A região metropolitana de Fortaleza e os aglomerados urbanos

O crescimento da cidade de Fortaleza pôde ser notado durante os anos 1970, quando a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi constituída oficialmente, apesar de observada uma expansão urbana drástica na cidade desde 1877⁹. Notava-se uma crescente disparidade na distribuição da população no território cearense, colocando a Capital em primazia absoluta pelo avançado processo de expansão urbana e concentração demográfica, embora em relação às metrópoles nacionais, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, houvesse um considerável distanciamento.

De acordo com Martine e Peliano, 1978, *apud* Araújo e Carleial, 2001:

Observa-se que o tamanho e a distribuição da população sobre o espaço refletem, em grande parte, a evolução da organização econômica e, portanto, que as realocações espacial e setorial das atividades econômicas são os principais determinantes da direção, intensidade e características das migrações internas. Nesta perspectiva, as migrações não podem ser avaliadas simplesmente em termos de sua

suposta deterioração do meio social nos lugares de destino senão, organicamente, em termos de todo o processo de deslocamento populacional. Assim, os movimentos migratórios são estruturalmente moldados pelo processo de acumulação de capital que penetra e se reproduz em espaços diferenciados de forma desigual.

A divisão do território em espaços rurais e espaços urbanos ocasiona um processo chamado de urbanização concentrada, causado pela migração de grandes contingentes populacionais às regiões metropolitanas, já que são estas que concentram as atividades, representando uma busca por melhores condições de vida. O aumento do fluxo migratório para a capital acontece principalmente devido à consolidação da cidade como centro coletor da produção agrícola e às facilidades encontradas; aos períodos cada vez maiores de estiagem no interior; e à forma de ocupação da zona rural, prevalecendo os grandes latifúndios para criação animal, que se utiliza de pouca mão de obra.

O crescimento urbano se deu em detrimento da falta de investimentos em infraestruturas sociais, tratando-se mais de uma distribuição da população pobre que se aglomerava nos espaços diante das limitadas possibilidades de sobrevivência, ocupando-se precariamente, quanto à remuneração e à proteção social, acarretando inúmeros problemas sociais, em destaque a falta de terras e habitações ou a má utilização dos espaços. Os flagelados da seca eram mantidos isolados em periferias da cidade, em estruturas precárias de cercados ou abarracamentos sob condições subumanas e total falta de higiene.

Datam de 1930-1955 os principais núcleos de favelas que ainda hoje têm expressão ou reminiscência: Pirambu (1932); Mucuripe (1933); Lagamar (1933); Morro do Ouro (1940); Varjota (1945), Meireles (1950); e Campo do América (1952). Chama atenção ainda o fato de que em uma amostra de 1.000 habi-

tantes residentes em favelas de Fortaleza, nos anos 60, constatou-se a incidência de 827 migrantes, um índice de 82,7% (SILVA, 1992). Uma das estratégias de lucro da expansão capitalista é a especulação imobiliária e fundiária que favorece a criação mercantil da escassez e os problemas de acesso à moradia se acentuam. Essa criação mercantil favorece a especulação e os dois juntos resultam na marginalização da população mais pobre.

Os novos determinantes no processo de crescimento da cidade, atrelados ao aumento significativo dos problemas urbanos, trouxeram a necessidade de intervenção pública e, para isso, a implementação de um plano diretor¹⁰, elaborado pelo urbanista Hélio Modesto, em 1962. Esse foi o primeiro plano com a tentativa de abordagem integrada dos aspectos físicos com aspectos socioeconômicos e administrativos. O plano tinha como diretriz o novo direcionamento das classes médias e altas da população para o Leste, apontando a necessidade de ampliação da urbanização naquela área¹¹.

A chegada dos anos 1970 para Fortaleza representa o marco da metropolização de fato da capital cearense, visível em termos de expansão da malha urbana e da verticalização do espaço. Nessa época, Fortaleza já concentra as principais atividades administrativas, comerciais, industriais, portuárias, sociais e culturais do Estado, exercendo uma área de influência, segundo o IBGE (1972), superior a 400 mil km², o que compreende a metade norte dos estados do Maranhão e do Piauí e todo o Ceará.

A busca de novos espaços pela burguesia que residia nas imediações da área central implicou em alterações marcantes na cidade e na supervalorização de alguns bairros, como a Aldeota, Meireles, Praia de Iracema, Papicu, Bairro de Fátima e outros. A Aldeota é, sem dúvida, o bairro mais valorizado da cidade,

Tabela 1 - Componentes do Crescimento Demográfico no Município de Fortaleza

Período	Incremento Total	Saldo Migratório		Crescimento Vegetativo	
		Incremento Parcial	%	Incremento Parcial	%
1940-1950	89.948	56.904	63.24	33.080	36.76
1950-1960	244.649	158.629	64.84	86.020	35.12
1960-1970	357.916	222.796	62.29	135.119	37.65

Fonte: Souza (2009), p. 15.

por ser o preferido da burguesia e da alta classe média. Por isso, conta com o melhor atendimento de infraestrutura de serviços urbanos, comércio e outros equipamentos. Essa condição de bairro da burguesia, logo, o mais completo, justifica a procura geral da classe média pelo bairro. Por ser um bairro dotado de grande parte da rede de esgoto sanitário, com razoável serviço de abastecimento d'água e coleta de lixo satisfatória, a intensa procura por imóveis na Aldeota, especialmente a partir dos últimos 10 anos, gerou um crescimento vertical acelerado. Essa condição de bairro de preferência da classe média hoje [...] marca bem a seletividade espacial, ou melhor, socioespacial (SILVA, 2009, p. 118-119).

De acordo com Silva (2009), ainda nos anos 1970, o início desse processo de verticalização é caracterizado por pequenos edifícios de apartamentos, possuindo quase sempre apenas três pavimentos. A construção de edifícios com grandes apartamentos, em substituição às residências, deu-se principalmente a partir dos anos 1980. Data ainda desse período o efetivo funcionamento do Distrito Industrial de Fortaleza, que, apesar de iniciado desde 1964, as con-

Nos últimos anos, observou-se a construção de novos equipamentos, como a ponte do rio Ceará e a abertura de novas vias; no entanto, não houve modificações na estrutura socioespacial já consolidada em Fortaleza. O lado leste da cidade continua crescendo, evidenciando um processo, hoje muito mais intenso, de expansão a qualquer custo, que desconsidera áreas verdes, de mananciais ou áreas de mangue.

dições de fixação da população (tais como transporte e abastecimento de água, dentre outras) só são possíveis a partir de 1970.

Fortaleza ganha novos equipamentos urbanos, tais como o Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé (1973), o Ginásio Paulo Sarasate (1971) e o Estádio Castelão (1973), além de obras estruturantes, como as avenidas Aguanambi e Leste-Oeste. Todas essas obras não escondem a divisão clara da cidade entre “Leste - rica” e “Oeste - pobre”.

Nos últimos anos, observou-se a construção de novos equipamentos, como a ponte do rio Ceará e a abertura de novas vias; no entanto, não houve modi-

ficações na estrutura socioespacial já consolidada em Fortaleza. O lado leste da cidade continua crescendo, evidenciando um processo, hoje muito mais intenso, de expansão a qualquer custo, que desconsidera áreas verdes, de mananciais ou áreas de mangue. Essa lógica desenvolve na sociedade um senso comum de espaço ocioso que deve ser ocupado. Associa-se a isso o abandono por parte dos órgãos públicos, que reforçam a ideia de “terrenos baldios” caracterizados pelo acúmulo de lixo e pela utilização indevida com fins de violência.

Sobre a compartimentação da cidade, Dantas (2002, p. 55) afirma que Fortaleza se divide em quatro partes: o Leste, composto pelos bairros Luciano Cavalcante, Aldeota, Meireles, Varjota, Edson Queiroz, dentre outros, caracterizado como zona residencial das classes mais abastadas; o Oeste, que engloba Jacarecanga, Pirambu, Barra do Ceará, Monte Castelo, dentre outros, onde se encontra uma população de baixa renda, proletária; o Sul, onde se localizam os primeiros conjuntos habitacionais, tais como Conjunto Ceará, Conjunto Palmeiras e Conjunto José Walter, dentre outros; e o Norte, que continua sendo ocupado principalmente pela população de pescadores remanescentes das praias de Iracema e Meireles.

Fortaleza de luta e resistência

Dentre as representações de resistência na cidade, escolhemos o bairro Serrinha e a Comunidade Garibaldi como exemplos, devido à aproximação, como fruto de projetos de pesquisa e extensão da Universidade Estadual do Ceará. Tal artigo é também resultado de trabalho de monografia apresentada ao curso de Serviço Social.

O bairro da Serrinha localiza-se na porção centro-sul da cidade de Fortaleza (CE) e seus primeiros loteamentos foram delimitados e reconhecidos na década de 1920. É administrado pela Secretaria Executiva Regional IV da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Neste bairro, além da existência do Aeroporto Internacional Pinto Martins, da Secretaria Executiva Regional (SER IV) e de algumas das avenidas mais movimentadas da cidade (como Dedé Brasil, Bernardo Manuel e Senador Carlos Jereissati), encontra-se

também a Lagoa da Itaperaoba que, de acordo com populares, foi ocupada de forma irregular a partir da década de 1950.

O bairro antes se chamava Dendê e passou ao nome de Serrinha devido às saliências de terras que formavam um serrote de barro vermelho existente em um sítio na localidade. Hoje o terreno pertence ao Ministério do Exército, apropriado por volta de 1940, em decorrência da 2ª Grande Guerra e da chegada dos americanos, e parte dele foi destinada para a construção da Base Aérea de Fortaleza. Relatos de moradores mais antigos descrevem que o local era formado por poucas famílias detentoras de muitas terras, que se dedicavam à agricultura e à criação de gado. Na localidade não havia transportes, escola, igreja, nem ruas, apenas uma piçarra que ligava Parangaba a Boa Vista, hoje Castelão, que possuía não mais que quatro metros de largura e era cheia de altos e baixos. Havia ainda estreitas estradas, utilizadas pelas pessoas para a locomoção de um sítio ao outro ou para a procura de lenha etc.

As saliências do relevo que deram origem ao nome do bairro foram retiradas na década de 1940, para a construção da Base Aérea de Fortaleza. Esta obra foi um dos grandes marcos da interferência urbanística no bairro Serrinha. Outros terrenos foram loteados já a partir dos últimos anos da década de 1950; esse fato foi motivado pelo surgimento de novos equipamentos na área e pela melhoria da acessibilidade ao centro da cidade, resultado da abertura de novas vias pavimentadas. Nesse período, Serrinha ainda era um distrito de Parangaba (CARDOSO, 2005, p. 69).

Esses relatos, muitas vezes romantizados (provavelmente produzidos pelos grandes proprietários da área ou por pessoas de suas linhagens de descendência), apontam a expansão da área como um processo livre de conflitos, no qual os terrenos eram gentilmente distribuídos aos novos moradores majoritariamente oriundos do interior¹² e que chegavam certamente fragilizados e vulneráveis. No entanto, o processo histórico nos aponta outra lógica predominante.

Serrinha era formada por piçarra, montes de terra vermelha, matas, lagoas, açudes e dividida em sítios pertencentes a pessoas de bom coração

que recebiam nomes de coronel ou doutor por serem nobres e dispensarem generosidade ao distribuir seus sítios com pessoas pobres, que, com força de vontade e coragem, aqui vinham morar cuidando de um pedaço de terra, plantando e construindo seus barracos. Serrinha tinha aspecto de colônia. (Material organizado pelo Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba sobre a história do bairro.)

O aumento populacional da região, dentre outros, teve como principal fator o êxodo rural, característica marcante do Nordeste brasileiro, que fora intensificado pela união de fatores, tais como o fenômeno climático da seca, acrescido da estrutura fundiária extremamente concentrada.

De acordo com Borzachiello, 1992, p. 30:

Seu crescimento acentuado, como vem ocorrendo nos últimos anos, tem vínculos íntimos com os longos períodos de estiagem que atingem o Ceará e sobretudo a estrutura fundiária vigente, que tem suas bases na grande propriedade dedicada à criação de gado [...]. Tanto os fatores de ordem climática, secas ou cheias, quanto os sociais, fundamentalmente a estrutura fundiária, dificultam, cada vez mais, a fixação da população no interior. Decorre desses fatos, dentre outros, o aumento dos fluxos migratórios para a capital, que aparece como uma das poucas alternativas de sobrevivência para esta população despossuída e sem rumo.

O aumento populacional da região, dentre outros, teve como principal fator o êxodo rural, característica marcante do Nordeste brasileiro, que fora intensificado pela união de fatores, tais como o fenômeno climático da seca, acrescido da estrutura fundiária extremamente concentrada.

E acrescenta: “O homem do campo que se desloca em busca de melhores condições de vida nas cidades, quando chega, é logo expulso para as periferias urbanas, ficando numa situação idêntica ou pior que a anterior” (p. 33). As alternativas de moradia para essa população, não raras vezes, são as encostas dos rios e locais de vegetação nativa, privados de serviços essenciais.

A região que compreende a Lagoa de Itaperaoba integra a bacia hidrográfica do rio Cocó, estando

hoje delimitada ao sul pela Avenida Dedé Brasil, a oeste pela Rua Dr. Justa Araújo, ao norte pela Rua Padre Nóbrega, e a leste pela Rua Benjamim Franklin, no bairro Serrinha, localizada em frente ao Campus Itaperi da Universidade Estadual do Ceará (UECE). De acordo com relatos dos moradores, até 1977, a lagoa era utilizada pela população como fonte de renda e de alimento, além de representar uma área de lazer que, assim como outras no bairro, passa pela ausência de fiscalização e pela apropriação por grupos especuladores e imobiliários.

De acordo com projeto de urbanização da Lagoa de Itaperaoba desenvolvido pela ONG Cearah Periferia, no ano de 1998, juntamente com os movimentos organizados do bairro - Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza - COMOV¹³ e a Associação dos Moradores do Bairro Serrinha - AMORBASE¹⁴, data de 1956 o início do Loteamento Parque Itaperaoba, no qual estava inserida a lagoa como espaço público, com livre acesso da população por todas as ruas que para lá convergiam. No entanto, devido à omissão na fiscalização da implementação do loteamento, aos poucos a lagoa foi perdendo seu espaço através de ocupações indevidas e até criminosas. Aterros e

define que são vulneráveis as pessoas que por “condições sociais, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde têm as diferenças estabelecidas entre elas e a sociedade envolvente, transformadas em desigualdade”. Assim, associada à degradação do bem natural, verifica-se a negação de direitos sociais frente à carência de moradia digna, saneamento, saúde, educação e lazer na Comunidade. Atualmente, a área está ocupada por pontos comerciais, bares, clube, residências particulares, casas que tomam o leito das ruas e da lagoa, intensificando a degradação socioambiental daquela área com a apropriação das margens da lagoa para fins privados, caracterizando as agressões mais evidentes como os esgotos clandestinos que lançam dejetos e produtos químicos e os aterros que reduzem o espelho d’água.

Fortaleza é, sem dúvida, hoje (1992), dentre as grandes cidades, aquela que apresenta as piores condições de vida para seus habitantes [...]. Nos bairros da zona leste e nos demais próximos ao centro comercial tradicional, o crescimento vertical indica a luta de alguns para permanecer em áreas mais dotadas de equipamentos e serviços ofertados. Na periferia da cidade, favelas ou mesmo bairros não muito distantes, porém com características de periféricos, a ausência da maioria dos equipamentos urbanos e dos serviços é quase completa (BORZACHIELLO, 1992, p. 93).

Ainda na década de 1970, diante da expansão urbana drástica, a estratégia de alguns governantes era de remoção das populações pobres que habitavam áreas de elevado interesse econômico para áreas periféricas da cidade, local onde os investimentos em infraestrutura eram precários. O Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza - PLANDIRF foi a materialização dessa estratégia no município. Enquanto que áreas localizadas ao leste e sudeste, principalmente os bairros da Varjota, Mucuripe, Vicente Pizon, Papicu, Cocó, Dunas e Praia do Futuro, eram reservadas para moradia das classes média e alta da população, a porção oeste da cidade, entrecortada pelo rio Maranguapinho e densamente ocupada, foi historicamente desassistida de políticas públicas que proporcionem as mínimas condições dignas de habitabilidade e bem-estar social.

No ano de 2006, estimativas apontavam que cerca

No ano de 2006, estimativas apontavam que cerca de um terço da população de Fortaleza morava em favelas. “Em 1985, o governo do Ceará registrava 234 favelas em Fortaleza. Em 1991, já eram 313.” No ano de 2006, segundo a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, esse número era de 661, embora o IBGE calculasse apenas 177, por desconsiderar os assentamentos com menos de 50 barracos. Em 2013, de acordo com o IBGE, são 509 comunidades sem nenhuma infraestrutura. Estima-se que 396.370 pessoas vivem em favelas, classificando-se como a 2ª maior população em favelas entre as cidades do Nordeste.

construções, fábrica de jeans, garagem de ônibus e clube recreativo são exemplos da utilização indevida do local à época.

A Comunidade Garibaldi formou-se no entorno da lagoa e se compõe, além das ocupações indevidas citadas acima, por moradia de muitas famílias que não tinham outra opção, classificadas como pessoas em situação de vulnerabilidade. Guimarães (1993)

de um terço da população de Fortaleza morava em favelas. “Em 1985, o governo do Ceará registrava 234 favelas em Fortaleza. Em 1991, já eram 313.”¹⁵ No ano de 2006, segundo a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, esse número era de 661, embora o IBGE calculasse apenas 177, por desconsiderar os assentamentos com menos de 50 barracos. Em 2013, de acordo com o IBGE, são 509 comunidades sem nenhuma infraestrutura. Estima-se que 396.370 pessoas vivem em favelas, classificando-se como a 2ª maior população em favelas entre as cidades do Nordeste¹⁶.

Em 2009, a RMF apresentava um déficit habitacional de 85.570 domicílios, dos quais aproximadamente 22.000 concentrados em Fortaleza. Se considerados como variáveis a coabitação, o domicílio improvisado feito de materiais rústicos e a moradia em cômodos cedidos ou alugados, observa-se a elevação dos percentuais, com mais de 92,5% do total de domicílios¹⁷. Em 2012, o número de habitações com deficiência chegou a 120.000. Segundo dados colhidos em 2014 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico, do Ministério das Cidades, constatou-se a precariedade do acesso da população de Fortaleza a serviços básicos. De acordo com a pesquisa, Fortaleza ocupava o 69º lugar na lista das 100 maiores cidades do país, em critério populacional, de acesso adequado à água (84,2%) e ao esgoto (47,5%). Em relatório divulgado pelo Instituto Trata Brasil¹⁸, em agosto de 2012, estima-se que cerca de 8 bilhões de litros de fezes, urina e outros dejetos são despejados diariamente nas águas dos córregos, dos rios e do mar em todo o Brasil.

O bairro Serrinha possui uma população estimada de trinta mil habitantes e ocupa uma área de 171,3 hectares. No bairro, os espaços públicos reservados às atividades de lazer, à prática de esportes e realização de eventos culturais são quase inexistentes, concentrando essas atividades na Praça das Juventudes, antiga Praça da Cruz Grande, que foi reformada, melhor equipada e entregue à população em detrimento de tantos outros espaços, como a conhecida Praça da Delegacia e a Lagoa de Itaperaoba, que parecem esquecidos pelo Poder Público.

A comunidade Garibaldi, que habita a área do entorno da lagoa, é formada por pessoas em sua maioria subempregadas, com baixa remuneração e

baixa escolaridade, predominantemente feminina e oriunda do interior, que residem em regime de coabitação em casas pequenas e desprovidas de banheiro. A totalidade é desassistida de saneamento básico e uma minoria tem acesso à água encanada. A unanimidade aponta a ausência de intervenções públicas na área e o desejo de sair do local, além da inutilidade da lagoa e dos constantes alagamentos em períodos chuvosos¹⁹.

Considerações finais

A Lagoa de Itaperaoba constitui-se em importante recurso hídrico para o bairro Serrinha, assim como lagoas e rios de outrora também apresentavam elevada importância para a cidade. Os motivos para sua preservação, como também de outros recursos da cidade, fazem-se imperativos no atual estágio de degradação que vivenciamos; no entanto, parece haver uma infeliz e insuperável contradição, que depreda os bens naturais para que a lógica desenvolvimentista se implante sem maiores preocupações.

O planejamento é uma das práticas fundamentais para que o ambiente urbano possa se desenvolver em harmonia, utilizando de forma consciente a natureza. No entanto, constatou-se a, partir das pesquisas bibliográficas e documentais, que, apesar do esforço e da preocupação de vários personagens históricos na elaboração de planos urbanísticos com vistas à organização socioespacial e seu processo de ocupação, a administração pública municipal desconsiderou grande parte das propostas. O planejamento nunca foi preocupação de seus dirigentes, que sempre al-



mejaram um rápido desenvolvimento da cidade e a centralização de atividades na mesma, de forma irresponsável e desigual.

Durante o processo de ocupação do território, planos urbanísticos como o de Silva Paulet, Adolfo Herbster, Nestor de Figueiredo e Sabóia Neto, se implantados, talvez tivessem colaborado com a elaboração de um espaço urbano mais agradável e justo para a sua população; no entanto, nunca foram implementados de forma a considerar e solucionar os conflitos socioespaciais e ambientais urbanos, vinculado-se ao modelo de desenvolvimento proposto pelo capitalismo. Nos casos recentes, os conflitos mais comumente observados referem-se à moradia e à saúde das populações; no entanto, configuram-se da mesma forma no que se refere aos protagonistas da história e o final majoritariamente feliz para os empresários de diversos ramos.

O estado de segregação e desigualdade no qual Fortaleza está inserido, assim como outras cidades brasileiras, a forma desigual com que a cidade se desenvolveu, gerando problemas graves no acesso à moradia de qualidade, principalmente pelas populações pauperizadas, tem provocado uma série de impactos socioambientais que apresentam-se muitas vezes irreversíveis. As ocupações em áreas de preservação ou sujeitas a riscos ambientais, cada vez mais frequentes, são exemplos desses impactos, como observado no caso estudado.

As desigualdades socioespaciais sensivelmente visíveis em toda parte são fruto desse processo de exclusão da parcela mais empobrecida da classe trabalhadora, os quais, na condição de vítimas do desenvolvimento socioeconômico, tornam-se incapazes de apresentar respostas práticas às situações que lhes são impostas. São esses segmentos que sofrem diretamente as consequências do modelo social em que estão inseridos, a favor ou contra suas vontades. A desigualdade socioespacial de Fortaleza se mostra em praticamente todo o município e se reproduz de maneira desordenada. **US**

notas

1. É o setor da economia que transforma matéria-prima extraída e/ou produzida pelo setor primário em produtos de consumo ou em máquinas industriais (produtos a serem utilizados por outros estabelecimentos do setor secundário). Geralmente apresenta porcentagens bastante relevantes nas sociedades desenvolvidas. É nesse setor que podemos dizer que a matéria-prima é transformada em um produto manufaturado. A indústria e a construção civil são, portanto, atividades desse setor.

2. Envolve a prestação de serviços às empresas, bem como aos consumidores finais. Os serviços podem envolver o transporte, distribuição e venda de mercadorias do produtor para um consumidor, que podem acontecer no comércio atacadista ou varejista ou envolver a prestação de um serviço, como o antiparasitas ou entretenimento.

3. O setor primário é o conjunto de atividades econômicas que extraem e/ou produzem matéria-prima. As atividades importantes neste setor incluem a agricultura, a pesca, a pecuária e a mineração em geral.

4. O Plano de Metas previa a substituição de importações, o investimento do Estado no setor público (construção de estradas e Brasília) e a indústria de base. O plano pretendia atingir seis setores da economia: energia, transporte, alimentação, indústria básica, educação e a construção da nova capital, Brasília, e combinava a ação do Estado com empresas privadas nacionais e capital estrangeiro. Gerou altas inflações e aumento do custo de vida da população.

5. Estima-se que, somente no Estado de São Paulo, no ano de 2011, o número total de habitantes chegou a 41.692.668, dos quais 95,94% vivem em áreas urbanas, apresentando, ainda, densidade demográfica inferior ao Estado do Rio de Janeiro, que também está inserido na região Sudeste. Fonte: Especial: DADOS E FATOS SOBRE SÃO PAULO [04/2012]. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/201204-saopaulo.php>. Acesso em: 01 dez. 2012.

6. Atualmente corresponde à 10ª Região Militar.

7. A Carta de Atenas foi o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. O evento teve como tema a “cidade funcional” e discutiu aspectos da arquitetura contemporânea. O documento final, redigido pelo francês Le Corbusier, fruto dessas discussões, define praticamente o conceito de urbanismo moderno, traçando diretrizes e fórmulas que, segundo os seus autores, seriam aplicáveis internacionalmente. A Carta considerava a cidade como um organismo a ser concebido de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas; desse modo, preconiza a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho. Tais preceitos influenciaram o desenvolvimento das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, a criação do Plano Piloto de Brasília, por Lúcio Costa. Este é considerado como o mais avançado experimento urbano no mundo que tenha aplicado integralmente todos os princípios da Carta. Entre outras propostas revolucionárias da Carta está o de que toda a propriedade de todo o solo urbano da cidade pertence à municipalidade, sendo, portanto, público.

8. Corresponde ao ponto mais profundo de um rio, cuja função do último também seja de uma linha limítrofe artificial de um território.

9. Registra-se que, somente neste ano, a capital cearense chegou a receber mais de 100.000 flagelados (NEVES, 2000 *apud* NOBRE, 2010).

10. O Plano Diretor está definido no Estatuto das Cidades como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. É uma lei municipal elaborada pela prefeitura com a participação da Câmara Municipal e da sociedade civil que visa estabelecer e organizar o crescimento, o funcionamento, o planejamento territorial da cidade e orientar as prioridades de investimentos. Fonte: http://www.pmsg.rj.gov.br/urbanismo/plano_diretor.php. Acesso em: 13 dez. 2012.

11. Até então, apenas a zona do porto tinha sido alvo de intervenções urbanísticas (abertura de vias) e de melhoria da infraestrutura (iluminação pública, pavimentação, rede de água etc.). As vilas de pescadores e as áreas de favela não haviam sido contempladas.

notas

12. Em estudo realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS/Governo do Estado do Ceará, 1967), foi pesquisada a procedência dos imigrantes para Fortaleza, observando-se que os contingentes humanos são originários, principalmente, das zonas do Sertão do Baixo e Médio Jaguaribe, do Sertão Central-Norte, da Ibiapaba e do Litoral, no Ceará.

13. A Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza - COMOV, fundada em 05 de outubro de 1995, foi originada do “Projeto Educação em Movimento”, que interferiu de maneira direta nas mudanças e democratização das escolas públicas do Bairro Serrinha, em Fortaleza inicialmente, com repercussão em diversos bairros adjacentes. Tem como missão ser uma tecnologia leve de participação popular e controle social, de desenvolvimento humano, social, econômico e ecoterritorial, focado na educação popular, na economia solidária, na agricultura urbana e orgânica, nas vivências e práticas de saúde popular e na promoção da cultura, como meio de produção e difusão do conhecimento. Fonte: <http://www.comovbr.blogspot.com.br/p/comov-digital.html> Acesso em: 13 dez. 2012.

14. Formada por moradores e representantes dos diversos movimentos presentes no bairro Serrinha.

15. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=386538>.

16. Fortaleza tem a 2ª maior população em favela entre cidades do Nordeste. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/11/fortaleza-tem-2-maior-populacao-em-favela-entre-cidades-do-nordeste.html>.

17. Projeto Observatório das Metrópoles. Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza, 2009.

18. O instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que tem como objetivo coordenar uma ampla mobilização nacional para que o País possa atingir a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto. O levantamento tem base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgado pelo Ministério das Cidades.

19. Os resultados completos da pesquisa são apresentados no trabalho Vulnerabilidade Socioambiental na Lagoa de Itaperaoba: Na corda bamba da justiça ambiental. Disponível em: https://www.academia.edu/28577846/Vulnerabilidade_Socioambiental_na_Lagoa_de_Itaperaoba_na_corda_bamba_da_justi%C3%A7a_ambiental.

notas

ADERALDO, Mozart Sopiano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada.**

Fortaleza: Edições UFC/Casa José de Alencar, 1993.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. CARLEIAL, Adelita Neto. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona* [ISSN 1138-9788], nº 94, ago. 2001. Número extraordinário dedicado ao III Colóquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-73.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2012.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana.** Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

referências

- CARDOSO, Ana Maria Ferreira. **Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba: perspectivas ambientais em construção**. Fortaleza, CE, 2005. (Monografia apresentada à Coordenação de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará)
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade de Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O neoliberalismo e a degradação ambiental**. Disponível em: <http://resistir.info/ambiente/neoliberalismo_ambiente.html>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- MOURA, Hélio A. Migrações para grandes cidades do nordeste: intensidade e características demográficas. **Revista econômica do Nordeste** - BNB. Fortaleza, 1975.
- NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Cercas e Secas na História do Ceará: expressões da questão social**. XII ENPES, Rio de Janeiro, 6 a 10 de dezembro de 2010.
- OLIVEIRA, Renata Mariano Cardoso. **Vulnerabilidade socioambiental na Lagoa de Itaperaoba: na corda bamba da justiça ambiental**. 2012. 77f. Monografia. (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/28577846/Vulnerabilidade_Socioambiental_na_Lagoa_de_Itaperaoba_na_corda_bamba_da_justi%C3%A7a_ambiental>. Acesso em: 18 set. 2016.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Hucitec: São Paulo, 1993
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SILVA, José Borzachiello da. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza em questão. Fortaleza: Multigraf, 1992.
- _____. Formação Socioterritorial urbana. IN: **De Cidade A Metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOARES, Joisa Maria Barroso. **Parque Ecológico do Cocó: A produção do espaço urbano no entorno de áreas de proteção ambiental**. 2005. 151f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005.
- SOUZA, Maria Salete de. Análise da estrutura urbana. IN: **De Cidade A Metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- VERGOLINO, José Raimundo; DANTAS, Marcelo. Os determinantes do processo de urbanização da região Nordeste do Brasil: 1970-1996. *Revista de Economia* [ISSN 2316-9397 (online)], Curitiba, V.31 n. 2, p. 7-33, jul./dez. 2005. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/economia/article/view/5574/4087>>. Acesso em: 1 dez. 2012.

referências

Reservas extrativistas no Ceará:

direitos, processos e resolução de conflitos

Maria do Céu de Lima

Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: duceu@yahoo.com.br

Resumo: A criação das reservas extrativistas (RESEX) na zona costeira do Ceará tem relação com solicitações encaminhadas pelas associações de moradores das comunidades do Batoque (Aquiraz) e Prainha do Canto Verde (Beberibe), que muito lutaram em defesa do direito à terra (moradia, trabalho e vida comunitária). Outras seis solicitações estão paradas no ICMBio, conforme mostram os autos dos processos. O simples ato de solicitar a criação de uma unidade de conservação (UC) coloca em cena a presença/ausência do Estado (e seus agentes) e gera expectativas. No que diz respeito à resolução dos conflitos, este é um caminho que precisa ser discutido no leque das estratégias comunitárias que visam à garantia do direito aos territórios tradicionais.

Palavras-chave: Zona Costeira. Comunidades. Territórios. Disputas. Resistências.

Introdução

Este texto põe em relevo o processo de criação de reservas extrativistas (RESEX) e a discussão sobre o seu papel na resolução de conflitos territoriais (para além da disputa pela posse da terra) na zona costeira do Ceará. Surgiu como questão de pesquisa como consequência do questionamento sempre referido em encontros ocorridos em diferentes localidades dos municípios cearenses quando os participantes

tratavam sobre os desafios enfrentados e, por consequência, da constante negação de direitos de comunidades e povos tradicionais na Zona Costeira do Ceará. Eles percebiam, a partir dos relatos e trocas de experiência, o agravamento das disputas em diferentes contextos locais, que era preciso resistir na terra e no mar buscando e construindo coletivamente alternativas para a superação dos conflitos que em



vários casos já duravam décadas. Alguns exemplos mais emblemáticos: Redonda, Ponta Grossa, Cumbe, Esteves, Canoa Quebrada, Prainha do Canto Verde, Uruaú, Barra Velha, Balbino, Batoque, Tapeba, Flecheiras, Apiques, Assentamento Maceió, Caetanos de Cima, Flecheiras, Capim Açú, Almofala, São José, Buriti, Barra das Moitas, Curral Velho, Xavier e Tatajuba (PEREIRA, 2008).

A permanência dos conflitos e o aumento da pressão dos chamados vetores de desenvolvimento (urbanização, veraneio, turismo, carcinicultura e a geração de energia eólica) sobre os territórios e modos de vida das comunidades e povos tradicionais levavam os pescadores, marisqueiras e lideranças comunitárias a questionarem sobre a efetividade das políticas públicas, inclusive sobre a situação dos pedidos de criação de reservas extrativistas encaminhados por associações de moradores. Nas discussões surgiam dúvidas sobre as razões das demandas que não prosperaram, tendo em vista que todas as solicitações ti-

nham em sua gênese históricos conflitos fundiários. Quais razões explicam e implicam as diferentes situações em torno da solicitação de criação de reservas extrativistas? Duas solicitações foram atendidas pelo Governo Federal: a dos moradores do Batoque (2003) e a dos moradores da Prainha do Canto Verde (2009). O que nos ensinam as experiências em curso? É possível adotá-las como estratégia de resolução de conflitos territoriais na zona costeira do Ceará?

Como ponto de partida para entender a constituição das reservas extrativistas, procurou-se a equipe do NEA-IBAMA-CE, que é sempre citada nas comunidades como os representantes do poder público que acompanharam a discussão da questão em algumas comunidades na zona costeira do Ceará. Analistas ambientais que participaram das discussões citadas e ainda atuando no setor informaram que as solicitações recebidas, através de associações de moradores, foram encaminhadas para abertura dos processos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através da Superintendência no Estado do Ceará. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a documentação foi redistribuída pelo IBAMA e passou para a responsabilidade da Coordenação de Criação de Unidades de Conservação (COCUC/ICMBio), em Brasília-DF.

Com o acesso e a leitura crítica da documentação disponível nos autos dos processos no ICMBio, percebeu-se: nos registros apostos por diferentes mãos, tem-se o reforço das informações que o contato da pesquisadora com a realidade empírica ajudava a vislumbrar. Descortinam-se comunidades enraizadas à beira-mar, à beira de rios ou manguezais, vivendo mediante determinadas condições de produção da vida, das relações sociais e da sociabilidade na zona costeira. Construíram territórios na zona costeira do Ceará que vêm sendo intensamente cobiçados e disputados, em alguns casos desde o início da década de 80 do século XX. Registre-se, a noção de território aqui adotada implica, necessariamente, em considerar para além das características geológicas do lugar as condições do existir (sentir, fazer, organizar

Interessa-nos investigar dimensões e condições fundadoras na construção de um (novo) entendimento sobre as possibilidades de resolução, ou não, de históricos conflitos por território – via criação de unidades de desenvolvimento sustentável – e suas implicações no modo de vida, no uso dos recursos naturais e na garantia dos patrimônios, em comunidades que realizam a pesca artesanal, na zona costeira do Ceará.

e viver). Ao mesmo tempo em que se referencia aos sistemas ambientais, aos meios e modos de vida, à tradição e à cultura, não se esquia de compreender as implicações das relações de poder (em suas múltiplas escalas).

Interessa-nos investigar dimensões e condições fundadoras na construção de um (novo) entendimento sobre as possibilidades de resolução, ou não, de históricos conflitos por território – via criação de unidades de desenvolvimento sustentável – e suas implicações no modo de vida, no uso dos recursos

naturais e na garantia dos patrimônios, em comunidades que realizam a pesca artesanal, na zona costeira do Ceará. O que resulta ou resultará da decisão (política) do Governo Federal em torno dos pleitos das comunidades para a criação de reservas extrativistas no Ceará? Em discussão a conflitualidade que passou a fazer parte desde meados da década de 70 do século XX do cotidiano dos moradores das comunidades tradicionais e os desdobramentos dos procedimentos administrativos nos órgãos federais pertinentes ao processo de constituição e gestão de unidades de conservação.

A análise que ora será apresentada sobre a temática busca ser um olhar interpenetrado por várias contribuições e leituras, mas que, no centro, põe em discussão o sistema de propriedade (coletiva) e as ameaças ao direito ao território (para além do direito à posse da terra), que se configuram com a instauração de disputas. Entendemos assim, motivados pela noção de conflito que requer compreender os “mecanismos” envolvidos:

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que adotam de apropriação do meio ameaçada pelos impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. O tipo de conflito que aqui identificamos tem por arena uma mesma unidade territorial compartilhada por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis que a atividade de um dos agentes produz sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2003, p. 03).

O debate sobre alternativas para assegurar o direito aos territórios tradicionais pelas populações ameaçadas de expulsão, através da criação de RESEX, ganhou força na zona costeira do Ceará pela expressiva atuação da equipe do Núcleo de Educação Ambiental (NEA/IBAMA-CE), pois, à época, fazia diferença o perfil dos técnicos, a participação engajada e a concepção de educação ambiental que balizavam as

ações e estratégias adotadas (IBAMA/Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2002) e com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A primeira solicitação de criação de RESEX foi encaminhada ao IBAMA-CE pela Associação de Moradores do Batoque, ainda em 1998, sob os auspícios do debate sobre os direitos sociais que ficaram inscritos no art. 225 da CF/88, regulamentados, em especial, nos art. 1º e 2º do Dec. nº 98.897, de 30/01/90, que dispôs sobre a criação das RESEX no Brasil. As outras sete solicitações foram posteriormente encaminhadas e já tinham como referência o que estabelecia o referido sistema.

1. Unidades de conservação de desenvolvimento sustentável

Do conjunto de experiências reconhecidas no Brasil, desde a década de 30 do século XX, desprende-se que foram várias as denominações utilizadas para identificar os diferentes tipos de Unidades de Conservação (UC). Os nomes atribuídos e seus perfis indicam vivências, concepções e formas jurídicas adotadas no trato da preservação e da conservação dos usos tradicionais e dos ecossistemas. Com a aprovação do SNUC, em 2000, estabeleceu-se o ordenamento jurídico basilar para criação, gestão e manejo dessas unidades, através do reconhecimento e aprimoramento dos instrumentos legais até então existentes em torno das áreas protegidas.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal (1988), institui o SNUC e dá outras providências, conforme estabelecido no capítulo III, art. 7º, que trata das categorias de UC. Nela ficou estabelecido que as UC dividem-se em dois grupos com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral (estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre); e II - Unidades de Uso Sustentável (área de proteção ambiental, área de relevante interesse ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular de patrimônio natural). Consagrou, no 1º parágrafo, que o objetivo das

Unidades de *Proteção Integral* é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nessa lei, e no seu 2º parágrafo, que o objetivo das Unidades de *Uso Sustentável* é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Isto posto, cabe registrar que, a exemplo dos direitos territoriais dos quilombolas e indígenas assegurados pela legislação brasileira, as populações tradicionais têm, também, seus direitos territoriais assegurados pelo SNUC. Nele, este direito está referenciado no grupo das unidades de uso sustentável (em especial as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável - RDS). O entendimento jurídico é que a função básica desses tipos de unidades é proteger os meios de vida e as culturas dos povos e comunidades, garantir o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, aperfeiçoar o conhecimento, as técnicas de manejo e gestão e promover a conservação da biodiversidade.

O entendimento jurídico é que a função básica desses tipos de unidades é proteger os meios de vida e as culturas dos povos e comunidades, garantir o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, aperfeiçoar o conhecimento, as técnicas de manejo e gestão e promover a conservação da biodiversidade.

Tal compreensão, em torno do direito ao território, consolida-se com a aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Populações Tradicionais (PNPCT), que foi instituída em 2007, por meio do Dec. nº 6.040/07. No seu art. 2º consta que tal política (pública) tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e instituições. Definiu, conceitualmente, quem deve ser identificado como sujeito do direito ao território tradicional, de que território se trata e a concepção de desenvolvimento sustentável.

I - *Povos e Comunidades Tradicionais*: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - *Territórios Tradicionais*: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os art. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - *Desenvolvimento Sustentável*: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (Dec. 6040/07, art. 3º).

Tendo-se em consideração as consequências socioambientais que resultam do processo de reprodução socioespacial na zona costeira – que tem sido marcado pela valorização capitalista da terra, pela tendência de urbanização dos “litorais” pela incorporação de novos processos produtivos (associados ao turismo, à carcinicultura e à geração de energia eólica) e pela desestruturação das atividades e dos meios de vida dos povos e comunidades tradicionais, a criação de duas reservas extrativistas espelha a resistência tecida no curso das lutas empreendidas por comunidades pesqueiras na zona costeira do Ceará, que tiveram suas solicitações atendidas.

2. Criação de reservas extrativistas na zona costeira

No seminário Tecendo resistências: desafios e perspectivas para a zona costeira cearense (em 5 de maio de 2004, na Prainha do Canto Verde), que contou com, além de entidades de assessoria, a participação de lideranças de organizações locais de dezesseis municípios da zona costeira cearense, rediscutiu-se a realidade e os desafios vividos pelos povos e comuni-

dades tradicionais e sobre a necessidade de definição de estratégias de resistência e afirmação do modo de vida das comunidades e povos tradicionais. Inclusive, naquele momento, com a avaliação sobre a contribuição das unidades de conservação para a resolução de conflitos fundiários. Em 2004, ainda repercutia como grande novidade, depois de tantos ataques aos direitos dos moradores por grileiros e especuladores, a vitória dos “batoqueiros” com a criação da Reserva Extrativista do Batoque, o que motivou a avaliação sobre o processo de criação das RESEX “como alternativas sustentáveis de desenvolvimento”. Constou na declaração final do referido seminário a seguinte decisão política: Solicitamos esforços das instituições públicas no sentido de avançarmos nas diretrizes e nas condições de implementação de reservas extrativistas na zona costeira do Ceará. Defendemos que as populações tradicionais costeiras possuem características peculiares, que devem ser levadas em conta nas formulações de políticas que visem à efetiva gestão dessas UC.

Por fim, cabe destacar que as referências talvez mais significativas na definição do que será ou não instituído dizem respeito às pressões político-econômicas que nem sempre estão referenciadas nas solicitações e nos documentos publicados na imprensa oficial dos municípios, dos estados e da União. Há uma diversidade de interesses em conflito, o que também explica, em várias situações, como veremos a seguir, quais são e por que há processos envolvendo demandas apresentadas pelas comunidades que ainda não foram concluídos.

No acesso e análise da documentação contida nos processos administrativos sob a responsabilidade da COCUC/ICMBio constam oito processos de solicitação de criação de reservas extrativistas no Ceará, abertos a partir das solicitações de criação de unidades de conservação de desenvolvimento sustentável, mediante encaminhamentos do IBAMA-CE. Todos os casos foram encaminhados por lideranças locais ou associações de moradores. Foram encaminhadas as demandas nos seguintes casos: Batoque (1988), Prainha do Canto Verde (2001), Tatajuba (2002), Assentamento Maceió (2003), Assentamento Sabiaguaba (2007), Xavier (2007), São Mateus (2007) e Foz do Jaguaribe/Cabreiro (2009) (Figura 1).

Dentre essas oito solicitações encaminhadas até abril de 2013, seis casos estão parados. Em apenas dois casos houve a tramitação em todas as etapas necessárias. Foram constituídas, a partir da publicação de decretos presidenciais, a Reserva Extrativista do Batoque e a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde. As demais solicitações também originaram processos administrativos, mas estão paradas no ICMBio. O que explica tais situações?

2.1. Demandas, justificativas e ações governamentais

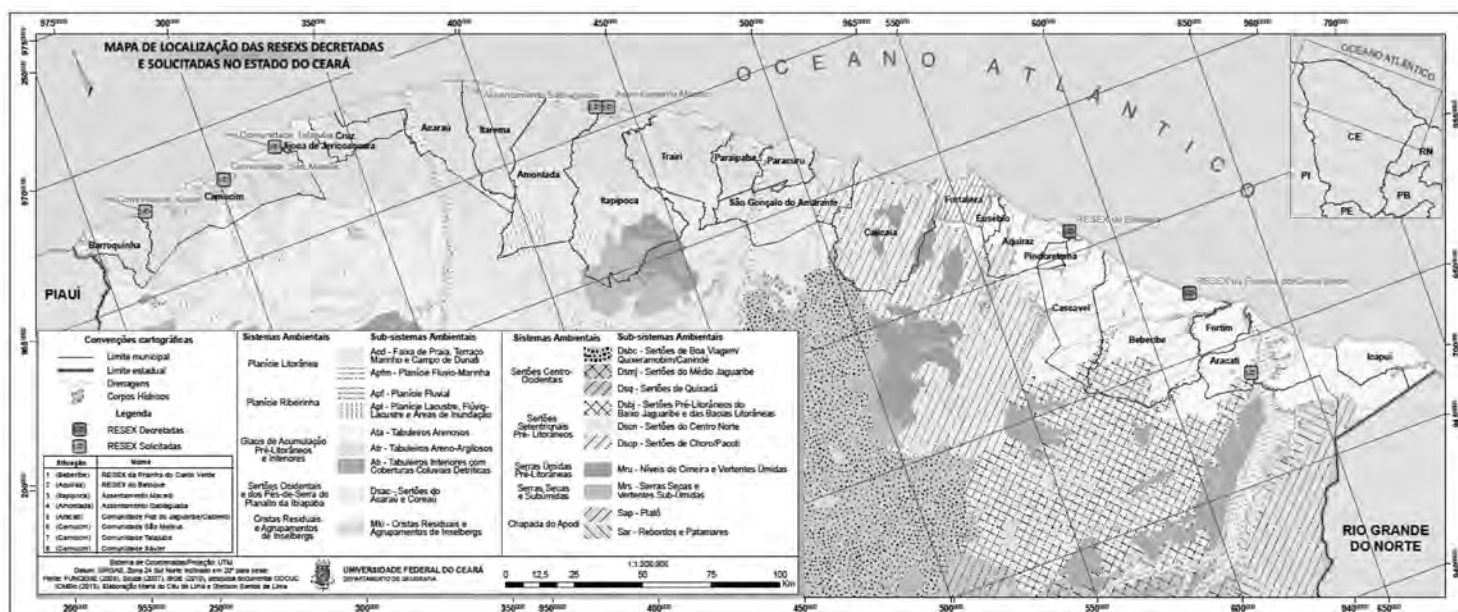
Da análise das centenas de folhas que constam nos oito processos administrativos emergiram componentes da trama que são, em parte, reveladores da natureza das demandas e das justificativas apresentadas pelos solicitantes, como também da ação do Estado (administrativa, política) em resposta aos pedidos de constituição de RESEX. A procura do que era essencial naqueles registros documentais foi alimentada por sugestivos diálogos e conversas com quem vivencia o cotidiano de um órgão gestor de conservação ambiental, num momento em que muitos pesquisadores e lutadores sociais identificam uma inflexão em torno da questão ambiental no Brasil e a violação de direitos humanos (à vida, ao ambiente equilibrado,

ao trabalho criativo, à liberdade e à emancipação).

No Dec. nº 4340, de 22 de agosto de 2002, que regulamentou artigos da lei que instituiu o SNUC, ficou aposto os parâmetros básicos para o ato de criação de unidade de conservação. As informações dos técnicos sobre a rotina do trabalho e o conjunto dos documentos recebidos, os documentos internos e os despachos da rotina institucional e, principalmente, as fichas de acompanhamento que constam nos processos em aberto sugerem que, em geral, tem-se estabelecido no ICMBio a realização das fases exigidas no processo de criação das reservas extrativistas.

Em resposta à pergunta de partida da investigação, que versa sobre as razões do não andamento de processos encaminhados por comunidades tradicionais ao Governo Federal com solicitação de criação de reservas extrativistas na zona costeira do Ceará, tendo-se até o presente momento apenas duas demandas atendidas, surgem os seguintes argumentos da equipe da COCUC/ICMBio: há na Coordenação mais ou menos 140 solicitações de criação de RESEX e de RDS; muitas das solicitações recebidas não se colocariam se houvesse políticas públicas que assegurassem condições de vida e trabalho nas localidades; diante de tamanha tarefa, trabalhamos com as possibilidades que se tem de atender às demandas; com a equipe reduzida, como é o caso, é impossível dar conta de tudo, e ao mesmo tempo; criar unidades de

Figura 1 - Mapa de localização das RESEXs decretadas e solicitadas no estado do Ceará - 2013



FONTE: Pesquisa ICMBio, 2013 ORG: LIMA; LIMA, 2013.

conservação federais requer negociar interesses com vários atores, inclusive com os governos estaduais e ministérios; se não houver novas manifestações das comunidades e de outros interessados, as solicitações ficam paradas; e nos casos das UC que foram criadas, aconteceram manifestações e acompanhamento dos processos. Por tudo isso, são estabelecidos critérios para priorizar os encaminhamentos em função da demanda das comunidades.

Não temos dúvida de que, dentre os casos de resistência e luta pelo reconhecimento dos seus direitos territoriais, em especial estão inscritas as comunidades pesqueiras marítimas (Batoque, Prainha do Canto Verde e Tatajuba), os assentamentos rurais (Maceió e Sabiaguaba/Caetanos de Cima) e as comunidades ribeirinhas (São Mateus e Cabreiro), que solicitaram a criação de reservas extrativistas. Essas comunidades atendem ao que foi estabelecido nas diretrizes definidas pelo SNUC e, posteriormente, pelo Dec. nº 6040/07, pois se caracterizam pela cultura diferenciada, pelo manejo de bens de uso comum e formas próprias de organização social; ocupam e constroem territórios tradicionais como condição

Não temos dúvida de que, dentre os casos de resistência e luta pelo reconhecimento dos seus direitos territoriais, em especial estão inscritas as comunidades pesqueiras marítimas (Batoque, Prainha do Canto Verde e Tatajuba), os assentamentos rurais (Maceió e Sabiaguaba/Caetanos de Cima) e as comunidades ribeirinhas (São Mateus e Cabreiro), que solicitaram a criação de reservas extrativistas.

para sua reprodução cultural, sociopolítica, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (LIMA, 2002; 2008; 2014).

2.2. Estágios das solicitações encaminhadas

Tendo em vista o resultado da pesquisa documental nos autos dos processos de criação de reservas extrativistas na zona costeira do Ceará que estão nos arquivos do ICMBio, há duas situações, em relação

às solicitações: a primeira caracterizada por processos que foram concluídos; e a segunda marcada por processos ainda em aberto. No primeiro tipo de situação estão as solicitações dos moradores das comunidades pesqueiras marítimas que resultaram na criação da RESEX Batoque (nº 02001001531/2002-13) e da RESEX da Prainha do Canto Verde (nº 02070004430/2010-822002), com todas as fases cumpridas, que, inclusive, possibilitaram a publicação dos decretos que oficializaram a constituição das duas UC, em 2003 e 2009, respectivamente.

A primeira das reservas extrativistas criadas no Ceará foi a do Batoque (município de Aquiraz), em 05/06/2003, por requisição, em 1998, da comunidade, através da associação de moradores; muito comemorada por ser uma conquista histórica, haja vista que desde o final da década de 1970 a comunidade lutava contra a especulação imobiliária e pela garantia do direito à terra. A demarcação da área territorial da RESEX, justificada como proteção do bioma marinho, excluiu a porção marítima do território que também era reivindicada pela comunidade. A retirada do mar territorial da delimitação constante do memorial descritivo (proposta inicial) foi encaminhada, atendendo solicitação, pelo CNPT/IBAMA. A documentação apensada no processo mostra que a redução da área territorial deu-se porque havia divergências que só foram superadas quase quatro meses depois da decretação, com a manifestação favorável à incorporação de porção marinha na área da UC pelo sr. José Viegas Filho, Ministro do Estado Maior (Aviso nº 480/DPE/SPEAEI/MD, de 24 de outubro de 2003). Tal manifestação só será considerada no contexto da solicitação de redefinição da área territorial da RESEX (ampliação dos seus limites para torná-la reserva extrativista e costeira), encaminhada, em 2011, através de abaixo-assinado que conta com assinaturas de 48 moradores do Batoque (processo nº 02150 000093/2011-45).

Com o reconhecimento do território tradicional, buscou-se valorizar as práticas ecológicas e as formas de exploração que os batoqueiros estabelecem com a terra, a lagoa e o mar; em destaque o trabalho artesanal e os meios de vida e sociabilidade que garantem o modo de ser da comunidade pesqueira marítima. Eis que surgiu um instrumento de gestão ambiental que

podia colaborar para “manter a preservação e conservação do meio ambiente, a sustentabilidade social e a garantia do espaço territorial dos batoqueiros” (COELHO, 1999).

A segunda experiência foi a RESEX da Prainha do Canto Verde (Beberibe), criada em 5 de junho de 2009, com uma área total de cerca de 29.216,71 hectares, com limites marinhos e terra firme. A comunidade entendeu, na década de 1980, a importância das lutas para, inclusive, garantir a permanência da pesca artesanal e dos outros meios de vida essenciais à existência da Prainha do Canto Verde. Era necessário resistir aos ataques externos de grileiros e especuladores e, ao mesmo tempo, desarticular a ação dos que eram do lugar, mas que também se aliavam (e se aliam) aos interesses contrários à comunidade. A partir daí, constituiu-se um grupo de famílias (inicialmente liderado por mulheres) que exerceu um elevado nível de articulação e politização, impulsionado pela luta da terra, pela coragem de enfrentar agentes externos em defesa da garantia do direito ao território onde vivem e do qual dependem para a sua sobrevivência e das gerações futuras. Muitas foram as dificuldades enfrentadas e as lutas travadas, inclusive no campo jurídico, desde a década de 1980; em 2001, inicia-se o processo de formalização do pedido de criação da RESEX pela comunidade, com atos administrativos da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPCV). O reconhecimento do direito ao território pelos praieiros justificou tal ato.

Apesar da comemoração em torno da constituição da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, os moradores foram surpreendidos com mais uma agressão. Um empresário cearense, possuidor de uma casa na vizinhança, proprietário de uma rede de ensino em Fortaleza, entrou com uma ação na justiça reivindicando judicialmente 315 hectares da sua área territorial, passando a atuar junto à comunidade para provocar um processo de divisão entre os moradores. Ao mesmo tempo que estabelecia práticas assistencialistas, com promessas de construção de um posto de saúde, doação de ambulância e distribuição de cestas básicas, divulgou junto a uma parte dos moradores que a criação da RESEX significaria perdas para a comunidade. Apoiou a criação de uma segunda associação de moradores na comunidade,

conhecida como Associação dos Independentes da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPCVA), que lidera a campanha “Natureza SIM, reserva Não!”. Várias famílias acreditaram na falácia e passaram, também, a questionar a criação da US.

Em razão de denúncia de irregularidade no processo de criação da UC, foi criado um grupo de trabalho e toda a tramitação foi analisada por servidores públicos do ICMBio e nela não foram encontradas irregularidades. Apesar da permanência do conflito no interior da comunidade e a participação de mais um empresário que disputa a posse da terra (processos tramitam na Justiça), os encaminhamentos necessários à consolidação da US vêm sendo feitos: mobilização para a participação comunitária, renovação do Conselho Deliberativo da Prainha do Canto Verde (2º mandato) e a expectativa da assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), que regulamentará a posse da terra.

Em razão de denúncia de irregularidade no processo de criação da UC, foi criado um grupo de trabalho e toda a tramitação foi analisada por servidores públicos do ICMBio e nela não foram encontradas irregularidades.

Na segunda situação estão os processos constituídos a partir das demandas de moradores da Comunidade Pesqueira Marítima de Tatajuba, do Assentamento Maceió, do Assentamento Sabiaguaba, da Comunidade Pesqueira Marítima de Xavier, da Comunidade de São Mateus e da Comunidade do Cabreiro, com poucas providências realizadas, o que nos permite afirmar que estão parados há bastante tempo. Para esses casos, os procedimentos administrativos realizados pelos ICMBio que foram identificados têm relação apenas com a abertura dos processos (recebimentos das demandas, dos abaixo-assinados, das manifestações de apoios, indicação de nomes de responsáveis e solicitações de informações à equipe do CNPT/IBAMA-CE, que fez visitas, organizou reuniões e, em alguns casos, produziu documentos sobre as realidades locais). Não há nos processos registros de contatos ou reuniões realizadas pelos responsáveis do ICMBio (indicados) ou outros analistas ambien-

tais com os solicitantes das demandas não atendidas que evidenciem interesse na consecução dos atos necessários à criação de tais UC.

Tal entendimento também está caracterizado no texto do Memo 158/09 - CGREX/DIUSP/ICMBio, de 5 de outubro de 2009, assinado por Érica Fernandes Pinto e enviado ao sr. Paulo Maier, diretor da DIUSP/ICMBio, quando justifica encaminhamento – em razão da reestruturação do órgão gestor das UC em macroprocessos e das novas competências das diretorias – dos processos de criação de RESEX no Estado do Ceará. A analista citada, coordenadora geral pelo Macrop processo Gestão Socioambiental DIUSP/ICMBio, registrou que, considerando a etapa específica dos autos das solicitações de criação de reservas extrativistas, tem-se o seguinte quadro diagnóstico:

I - Processo de criação da RESEX Maceió/Itaipoca (nº 0200700006103-77/93) (apensado ao 02007002558/2007-70 - Assentamento Sabiaguaba): está em fase inicial, sendo necessária a vistoria.

II - Processo de criação da RESEX Tatajuba (nº 02001004477/2002-50): foi realizada vistoria técnica em 2001, por isso faz-se necessário trabalho de mobilização da comunidade para

posterior encaminhamento para os estudos. Verificar possibilidade de conciliar as áreas propostas para a criação da RESEX Praia do Xavier e RESEX de São Mateus.

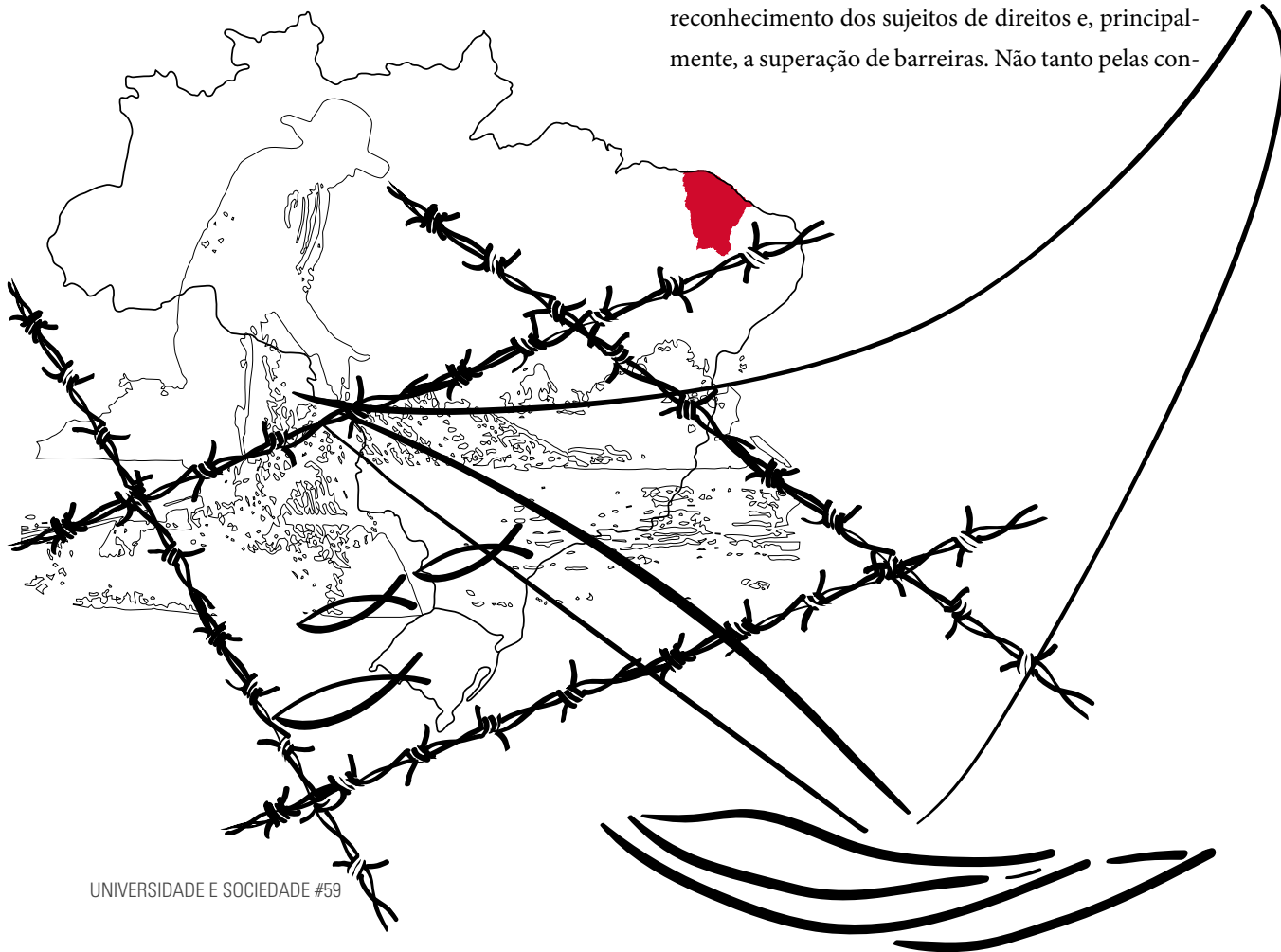
III - Processo de criação de RESEX Assentamento Sabiaguaba (nº 02007002558/2007-70) (apensado ao nº 0200700006103-77): está em fase inicial, sendo necessária a vistoria.

IV - Processo de criação de RESEX Praia do Xavier (nº 02007002472/2007-94): teve vistoria realizada em 2008 e a próxima etapa será a realização dos estudos. Verificar a possibilidade de conciliar as áreas propostas para criação da RESEX Tatajuba e RESEX de São Mateus.

V - Processo de criação da RESEX São Mateus (nº 02007000814/2007-94): está em fase inicial, sendo necessário realizar vistoria técnica. Verificar possibilidade de conciliar as áreas propostas para criação da RESEX Tatajuba e RESEX Praia do Xavier.

VI - Processo de criação da RESEX Foz do Rio Jaguaribe (nº 02007000375/2009-81): está em fase inicial, sendo necessário realizar vistoria técnica. (CGREX/DIUSP/ICMBio, de 5 de outubro de 2009).

Dos relatos escritos disponíveis, pode-se afirmar que criar uma UC requer mobilização comunitária, solidariedade, investimentos de recursos financeiros, reconhecimento dos sujeitos de direitos e, principalmente, a superação de barreiras. Não tanto pelas con-



dições técnicas, que podem ser facilitadas pelo uso de programas de computadores, pela disponibilização de imagens digitais e ferramentas de geoprocessamento, mas, sobretudo, pelas dificuldades que poderíamos chamar de políticas. São necessários estudos ecológicos sobre a fauna e a flora, a situação fundiária, as diferentes formas de apropriação e as atividades econômicas desenvolvidas nos territórios a serem protegidos. Os diagnósticos socioambientais, dependendo do tamanho da área, das dificuldades de acesso ou do grau de ocupação humana podem demandar um volume significativo de tempo, de trabalho e de recursos. No entanto, as experiências realizadas mostram que tais estudos não são demasiadamente complexos e poderiam ser realizados com garantia de bons resultados por equipes multidisciplinares.

O que pode tornar tal empreitada uma tarefa especialmente difícil são as resistências opostas por pessoas, grupos ou setores e seus partidários nos espaços de ação e decisão governamental e na representação política. Estes ocupam, exploram ou planejam explorar os recursos naturais, conhecidos ou potenciais, das áreas propostas. Não resta dúvida que interesses são atingidos, direta e imediatamente, quando as diferentes esferas do poder governamental decidem pela criação das UC em áreas valorizadas. Exemplos identificados de oponentes às UC são especuladores imobiliários, grileiros, empreendedores turísticos, carcinicultores e empresários do setor de produção de energia eólica, que agem com o uso do poder do dinheiro, de favores políticos e de ações jurídicas.

Considerações finais

A criação de unidades de conservação no Ceará tem gerado diversas discussões. Há mudanças sociais e disputas internas e externas em curso. A busca da compreensão dos elementos que envolvem essa problemática passa, como pôde ser visto, pelo desvendar da relação sociedade-espço, das questões culturais e do modo de realização das atividades econômicas, das políticas públicas, do papel da posse e da propriedade privada da terra, do entendimento do que são direitos sociais, da conservação dos patrimônios naturais e do papel do Estado e seus agentes.

Para além dessa discussão, o que ainda está em questão são as condições para a garantia do modo de vida, do trabalho artesanal, da cultura e do direito aos territórios tradicionais, pois mesmo no caso em que as UC (que demandam ampliação das suas áreas, como sugerido pela equipe gestora) foram decretadas, há tentativas de sua desconstrução, seja através da desafetação de parte das áreas e, principalmente, do descumprimento das regras básicas de uso dos patrimônios naturais e da posse coletiva (construções irregulares, comercialização de terrenos), além da falta de fiscalização e combate à pesca predatória.

A constituição de UC de uso sustentável em territórios das comunidades, portadoras de saberes complexos, com objetivo da promoção da resolução dos conflitos territoriais, é um caminho que deve ser discutido no conjunto de estratégias para a garantia do direito aos territórios tradicionais. Avançar na conquista dos direitos dos povos e comunidades tradicionais demandará capacidade de diálogo, mobilização, potencialização dos instrumentos de gestão compartilhada (a exemplo dos conselhos deliberativos) e a unidade dos atingidos pelo sistema do capital.

As reservas extrativistas, além de garantir direitos consuetudinários de posse da terra e garantia do direito ao território no Ceará, abrem espaço para a possibilidade de unir esforços de comunitários e abrir diálogo com esferas do poder público e outras entidades, ou seja, permitem a consolidação de um processo de gestão pública compartilhada dos recursos naturais e a permanência de modos de vida das comunidades pesqueiras marítimas. **US**

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais revelam onde o desenvolvimento emperra. **Justiça Ambiental**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 02, p. 02-03, nov. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

BRASIL. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de jan. de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm>. Acesso em: 18 dez. 2010.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul., 2000.

BRASIL. Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **DOU**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de ago. de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BRASIL. ICMBio. Instrução Normativa nº 03, de 18 de setembro de 2013. Disciplina as diretrizes, normas e

referências

procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das Categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **DOU**, Brasília, DF, 20 de ago. 2007. Seção I, nº. 182, p. 104. BRASIL. ICMBio. Instrução Normativa nº 05, de 17 de maio de 2008. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização dos estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal. **DOU**, Brasília, DF, 16 de maio 2008. Seção 1, nº. 93, p. 92.

COELHO, A. M. G. **Caracterização socioeconômica da comunidade do Batoque no litoral leste do estado do Ceará**. Fortaleza: IBAMA/NEA, 1999.

IBAMA. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Como o IBAMA exerce a educação Ambiental**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, conflitos e lutas**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

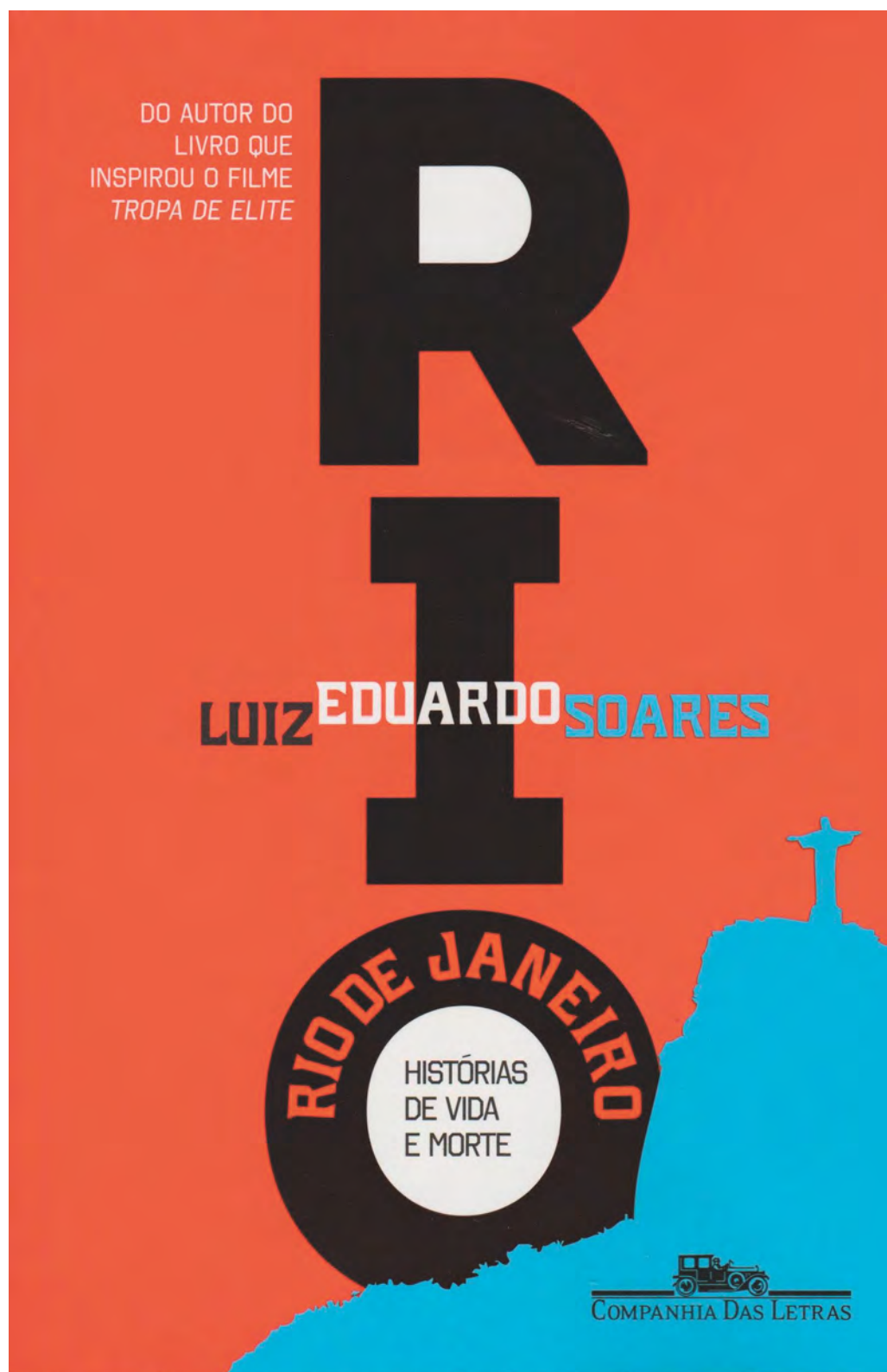
_____. Pesca Artesanal, carcinicultura e geração de energia eólica na zona costeira do Ceará. **Revista Terra Livre**. n. 31. AGB: São Paulo, 2008.

_____. Espaço de Gestão Pública Compartilhada em Resex no Ceará: experiência do CDRPCV - Beberibe/CE. *Revista Extensão em Ação*. Fortaleza, v. 1, n. 6, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaprex.ufc.br/index.php/EXTA/article/view/89/103>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MMA/ICMBio. **Relatório técnico GT RESEX PCV Port 550/2010**: memorial sobre o processo de criação do conselho deliberativo da reserva extrativista da Prainha do Canto Verde. DOU 29 de outubro de 2010.

PEREIRA, R. M. M. **As estratégias do movimento comunitário em defesa da terra na comunidade de Prainha do Canto Verde**. 2008. Monografia (Especialização em movimentos sociais, organizações populares e democracia participativa) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

referências



Título: Rio de Janeiro: histórias de vida e de morte

Autor: Luiz Eduardo Soares

Editora: Companhia das Letras, São Paulo

Ano: 2015

Rio de Janeiro: sobre *flashes* da barbárie

David Moreno Montenegro

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: davidmmontenegro@hotmail.com

Histórias que reviram sentimentos, abalam certezas e revelam nossa vulnerabilidade diante da violência que penetra nos poros e se espraia por toda a sociedade brasileira. Nada mais revelador de nossa aporia civilizacional, das contradições irremediáveis que parecem padecer nossa brasilidade do que a cidade maravilhosa ser o palco sobre o qual se desnudam personagens reais no livro *Rio de Janeiro: histórias de vida e de morte*, do antropólogo Luiz Eduardo Soares, obra editada pela Companhia das Letras em 2015. É no transcorrer das tramas e tragédias demasiadamente humanas que as camadas de significado vão se tornando mais fluidas e novas sínteses se mostram possíveis, dada a complexidade das vidas e trajetórias narradas. Nada parece ser como se mostra à primeira vista, seja a figura de um poderoso chefe do tráfico, de um *playboy* hedonista, atentados mafiosos (milicianos em terras tupiniquins) ou mesmo político de envergadura nacional, vez que as fragilidades humanas, muitas vezes de dimensões éticas, são trazidas à tona para revelar gestos, performances e movimentos que, de outro modo, permaneceriam nas coxias do teatro do poder no Brasil, recalcados por uma espécie de violência sistêmica que impõe o silêncio a tudo que apresenta poder latente de promover irrupções sociais em nossa história.

Partindo de narrativas ora em primeira pessoa, ora em terceira, variação que não interfere na força e profundidade dos relatos e análises, Luiz Eduardo

Soares impressiona na articulação de diversas esferas da realidade brasileira expostas em suas fraturas historicamente constituídas. É através de micro-histórias que, conduzidos pelo autor, adentramos aos subterrâneos do Brasil contemporâneo, acordos políticos espúrios que submetem sonhos e esperanças a disputas de posições de poder, articulações perversas entre o crime organizado e forças políticas, o fascínio narcísico que o mercado internacional de drogas pode exercer sobre indivíduos bem posicionados na estrutura social, corrupção endêmica que corrói nossas instituições de segurança pública, os porões da ditadura e suas práticas de tortura que legaram aos nossos tempos ações ainda muito denunciadas que tomam como alvo principal nossas polícias. Ao narrar acontecimentos próximos, o autor não deixa de apontar rastros que podem ser seguidos no sentido de ampliar o espectro de visão e análise sobre as cenas que se tecem numa espécie de *thriller* frenético de um filme de suspense que angustia, ainda mais, pela sensação de que a qualquer momento virá o golpe derradeiro; porém este não vem, mergulhando-nos numa espécie de purgatório dantesco...

Assim, a partir do temor do chefe do tráfico do complexo da Maré que vive instantes de forte apreensão, que antecedem a iminente ação policial que instalará mais uma Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, da guerra fratricida entre facções rivais que assolam a comunidade local e dificuldades enfrenta-

das por essas mesmas organizações criminosas em consolidar seu domínio territorial mediante o uso indiscriminado da violência, é possível unir pontas que revelam dilemas profundos enfrentados pelas metrópoles brasileiras. As mudanças no capitalismo contemporâneo, mais financeirizado, marcado pelo rentismo predominante, fluido e flexível, que não requer a fixação de seus capitais em territórios, exigindo, portanto, maior mobilidade pelo espaço urbano, parecem compor o pano de fundo da crise do tráfico como é operado nos morros cariocas. Seria essa uma das razões do declínio do tráfico baseado no emprego de tropas armadas e treinadas que intencionam a dominação e o estabelecimento de territórios definidos de atuação criminosa? A sensação é de estarmos testemunhando a incapacidade de nossas instituições formuladoras de políticas públicas em dar conta da dinâmica das novas complexidades que envolvem a tragédia do tráfico, bem como da derrocada de nosso antiquado ordenamento jurídico que se aterra numa lógica punitiva e encarceradora, impossibilitado de contornar os vieses, restos e sobras do fazer humano em terras periféricas. Esses elementos, por sua vez, parecem não ser absorvidos por uma legislação carente de imaginação e força criativa e que seja capaz de se reinventar permanentemente.

Do mesmo modo, ao revelar encontros e festas privadas, muitas movidas por inconfessáveis motivos, envolvendo empresários, políticos, autoridades públicas de variados níveis e instâncias de poder, destacando seus acordos e negociações com intuito de manutenção de velhas estruturas de dominação, mostra-se de forma contundente a reprodução de arcaísmos que há muito penetraram nas composições modernizantes no Brasil, processo que parece não se desenvolver de outro modo que não abraçado às forças do atraso, ainda marcado pelo clientelismo e patrimonialismo à brasileira. As dores sentidas nas carnes, o pavor e horrores psicológicos a que foram submetidos os perseguidos políticos em nosso país, vítimas dos tenebrosos anos de chumbo do golpe empresarial, civil e militar (1964-1985), projetaram em nossa sociedade contemporânea suas estruturas perversas. O tempo não foi suficiente para curar as chagas abertas pela repressão, não fomos capazes de

atravessar o fantasma da ditadura, reconhecer nossos erros históricos, reinventarmos nossas instituições, de criar novas formas de exercício da autoridade institucional do Estado. O resultado tem sido a permanência do estado de exceção, cujas “práticas cruéis voltaram a apontar seu crivo seletivo para pobres e negros, moradores de favelas e periferias” (SOARES, 2015, p. 165), afinal, “os benefícios do estado democrático de direito ainda não chegaram à base da pirâmide social” (idem). Neste ponto, acrescentaria que, a depender dos [des]caminhos de nossa história recente percorridos pelo autor, não há indícios de que estejamos próximos de ampliar os espaços de inclusão cidadã para além de alguns (mesmo que importantes) avanços conquistados nos últimos anos.

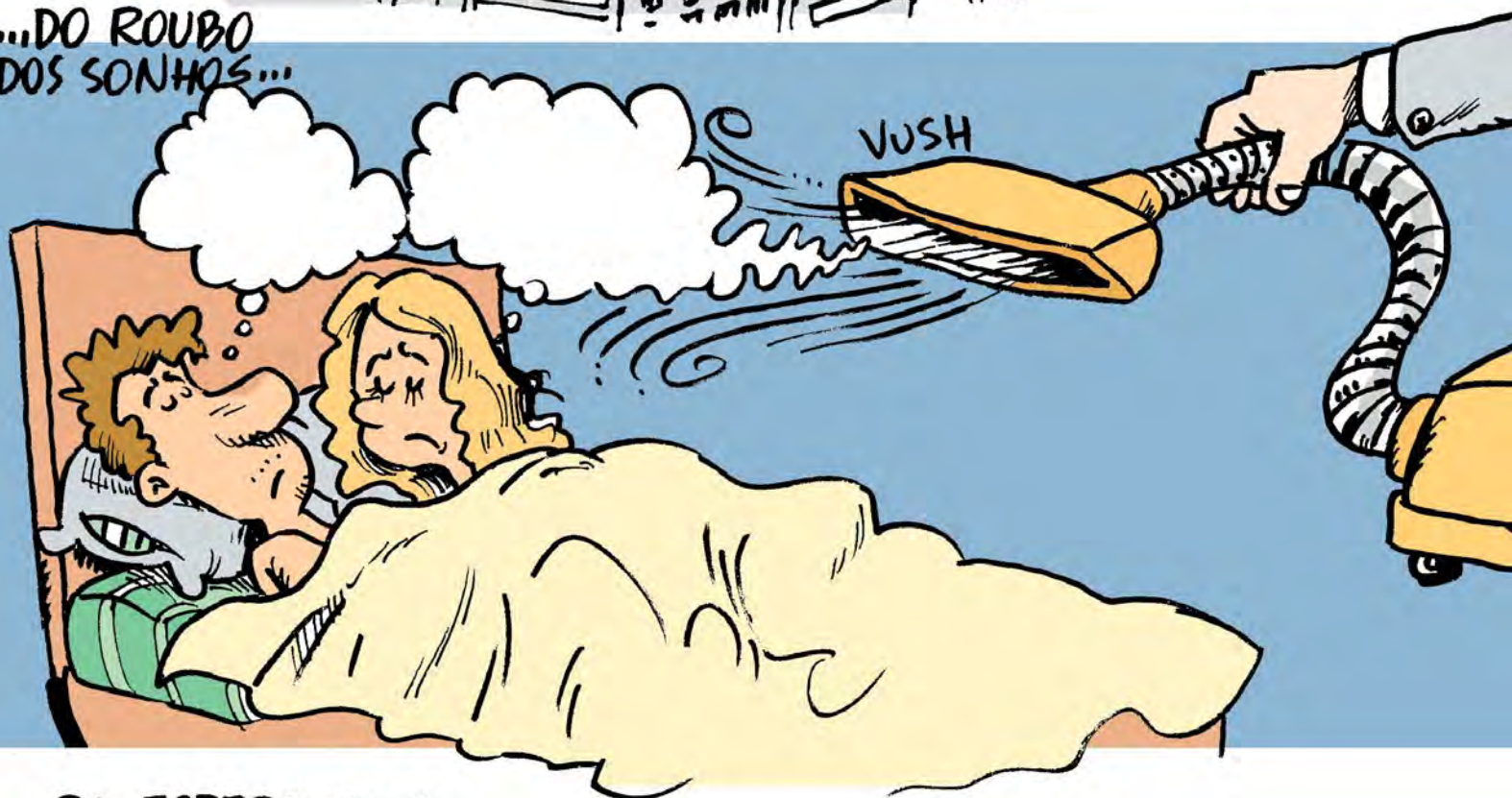
São nove histórias narradas pelo antropólogo, muitas em tom confessional, que revelam as inseguranças, medos e incertezas de um homem que se deparou com o desafio de tentar fazer reais os sonhos de uma geração. Para aqueles que identificarem, não sem certa razão, um pessimismo renitente nas letras de Soares, advirto: as histórias aqui encenadas não nos levam ao calabouço eterno, mas, ao contrário, apontam para o que pode ser considerado o primeiro passo de nossa redenção – o reconhecimento de nossa miséria. **US**

ESTAMOS NO LIMITE...

...DO CORTE DE
RECURSOS...



...DO ROUBO
DOS SONHOS...



...DA ESPERANÇA?



BIRA
DANTAS
- 2016 -

Ao companheiro **Marcio**

(Rondon de Castro)



Descansa, companheiro...

Seguimos sozinhos agora

Sem tua voz

Sem tua companhia

Sem tua sabedoria

Sem tuas lições

Descansa, companheiro

Tu estás conosco

Ouvimos tua voz

Sentimos tua presença

Temos tua sabedoria

Aprendemos tuas lições

Descansa, companheiro

Sozinho não ficarás

Algum de nós sempre

Ouvirá as palavras

Que ecoam do eterno

Nas ruas, nos conselhos

Descansa, companheiro

Saiba que perguntam por ti

Que fazes falta, sempre

Oram em silêncio tua ausência

No genuflexório da luta

Usam a palavra, sempre tua

Descansa, companheiro

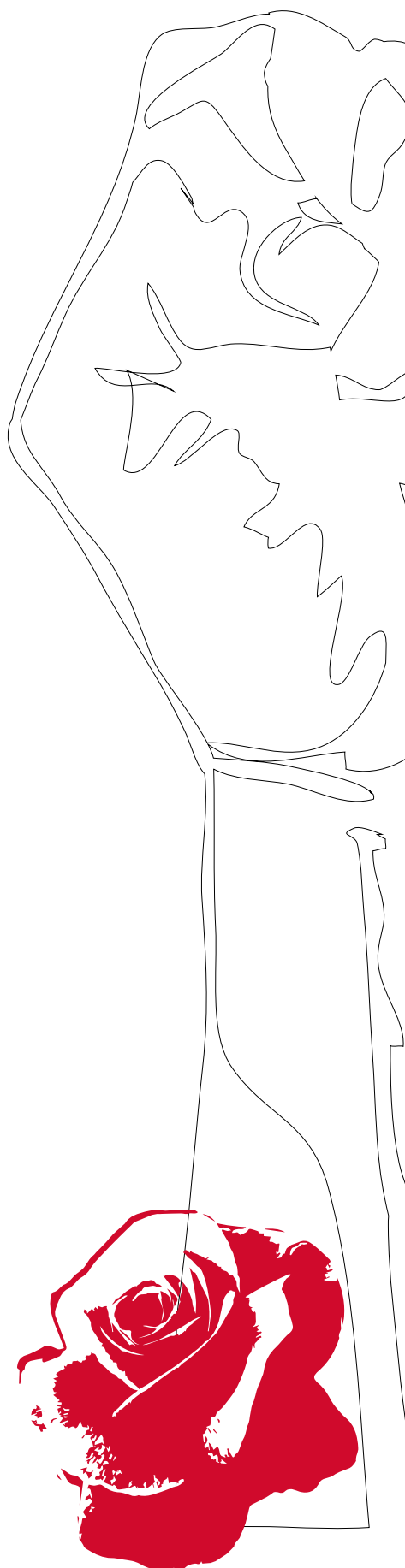
Para ti, agora, é o descanso...

Para nós, é teu passo dado

Na ação, na luta, no coração

E nas ideias – certas – de algo

Chamado revolução



“Vivemos um momento de resistência e de unidade”

Paulo Rizzo

Entrevista concedida a Ana Maria Ramos Estevão

Fotos: Daniel Garcia

Na véspera do dia dos professores, a Regional São Paulo do ANDES-SN recebeu o professor Paulo Rizzo, presidente do ANDES na gestão 2014-2016, para entrevista.

Paulo Rizzo, professor na Universidade Federal de Santa Catarina que já foi vice-presidente, segundo secretário e por duas gestões presidente do ANDES-SN, fala sobre o enfrentamento dos ataques aos trabalhadores da educação com o EBSEH e o Funpresp e sobre o aprofundamento da crise econômica e política que marcou sua última gestão.

Dá visibilidade, também, na sua fala, aos jovens estudantes, novos protagonistas nas lutas que surgiram nas jornadas de 2013 e que permanecem até hoje na ocupação das escolas e universidades, tipo de mobilização que transcende as tradicionais formas de luta.

Ao destacar a importância da independência do Sindicato em relação a governos e partidos, fala da crise institucional, das formas de representação dos partidos políticos e das instituições que, de maneira geral, atingem a juventude.

Vivemos um momento em que as questões corporativas e todas as nossas reivindicações específicas estão proibidas de serem atendidas pela política geral. Resta-nos, portanto, cumprir o papel que está posto para o ANDES devido à sua estrutura sindical, diferenciada das outras: conseguir fazer a articulação nacional e atuar no sentido de unificar a luta que ocorre nos estados.



Universidade e Sociedade: Hoje é véspera do Dia do Professor. Infelizmente, muita coisa ruim está acontecendo contra os professores em todo o mundo, mas, como você, resistimos! Paulo, você sabe que, como tradição, toda vez que muda a presidência do ANDES, a revista seguinte a esta mudança traz a entrevista do ex-presidente, né? É que você já foi várias vezes presidente...

Paulo Rizzo: Duas vezes.

US: Já foi vice, segundo secretário e depois foi presidente de novo. Vamos começar com aquela que é clássica: faz uma fala sobre o que caracterizou a sua gestão como presidente do ANDES na diretoria anterior.

PR: Nós tivemos uma gestão que se caracterizou pelo enfrentamento aos ataques que já se faziam sentir na educação, nos serviços públicos, na universidade de maneira geral. E tivemos que desenvolver diversas campanhas, diversas lutas ao longo da gestão (depois a gente pode aprofundar), mas eu já destacaria as lutas contra a implantação da EBSEH e a luta contra o Funpresp, e elas já tinham se iniciado, já vinham da gestão anterior, mas houve um grande desenvolvimento nessa última gestão. Ao longo da nossa gestão, a crise econômica foi se aprofundando e se desenvolveu; sobretudo já no último ano da gestão, houve o aprofundamento da crise política e terminamos a gestão no meio da crise política que tem passado o Brasil.

US: A caracterização passa primeiro pelo início do aprofundamento da crise econômica, que se junta com a crise “política” e, do ponto de vista social, porque foi no rescaldo da primavera de 2013, os movimentos estudantis e tudo...

PR: Participamos e acompanhamos as mudanças que começaram a se desenvolver a partir das jornadas de junho de 2013, quando – sobretudo – a juventude foi pras ruas. O estopim foi o problema de passagem de transporte, mas começaram movimentos de ação direta e nós tivemos uma compreensão, na diretoria do ANDES, que 2013 abriu um novo período das lutas sociais no Brasil. Então, o aprofundamento da crise e dos problemas decorrentes da crise, que são as retiradas de direito, os cortes na educação e no serviço público de maneira geral, são acompanhados por uma nova onda de lutas e mobilizações com características novas, que colocou um desafio para os

movimentos organizados – em particular os sindicatos – de debater, compreender esse novo momento e buscar se associar a esses movimentos. E quando nós, no final da nossa gestão de 2014 a 2016, desde 2015, temos talvez um dos movimentos mais importantes e interessantes que têm ocorrido no Brasil, que é o da ocupação das escolas, que é retomado agora contra a reforma do ensino médio e também contra a PEC 241, mas, sobretudo, contra a reforma do ensino médio. Foi um período bem interessante, porque as lutas sociais no Brasil não se arrefeceram; há novos atores nessas lutas e novas formas de mobilização que transcendem as formas tradicionais de luta dos sindicatos.

US: Esses novos atores que você está colocando são principalmente a juventude...

PR: É principalmente a juventude, porque são movimentos com um grau de espontaneidade muito grande e movimentos que fazem questionamentos às formas funcionais, em particular aos partidos políticos; e eu acho que há um desgaste dos partidos políticos muito grande no Brasil. As eleições municipais agora mostraram um índice elevado de abstenção, de votos brancos e nulos, principalmente nas grandes cidades...

US: Em São Paulo, em alguns lugares, chegou a 40%...

PR: A 40%, no caso de São Paulo. Isso não é um efeito só na juventude, mas expressam, vamos dizer assim, uma exaustão das organizações políticas no nosso país. Isso faz parte da crise política. A crise política não pode ser entendida simplesmente na dicotomia, na visão dualista no embate entre PT e PSDB, no *impeachment* da Dilma, defesa da Dilma; essa é a forma como apareceu mais concretamente na crise política no último período, mas há uma crise institucional das formas de representação dos partidos políticos e das instituições de maneira geral e isso atinge a juventude claramente, porque a juventude não acredita, não vê perspectiva nessas instituições para resolver os seus problemas. Pelo contrário: essas instituições não apenas não dão respostas, como são elas que estão aprofundando esses ataques.

US: Esse questionamento às instituições respinga também nas entidades sindicais. Qual é a

estratégia do ANDES pra entrar nessa área, para aproximar-se dessa juventude? Como chegar perto desses grupos de jovens que não são ainda professores universitários, mas que podem vir a tornar-se professores?

PR: A nossa atuação principal é no interior das universidades, das instituições de ensino superior. Historicamente, o ANDES sempre buscou fazer aliança com os seguimentos que compõem a comunidade universitária e, dessa forma, sempre foi parte da prática do ANDES a sua aliança com o movimento estudantil universitário. Mas, com relação a outros movimentos, a gente sempre teve essa preocupação de estar se associando, como foi no final da década de 80 e durante a década de 90, como o caso do fórum nacional em defesa da escola pública. E, agora, um pouquinho antes de tomarmos posse, em 2014, conseguimos realizar em conjunto com vários movimentos, como o I Encontro Nacional de Educação, buscando fazer um contraponto ao plano nacional de educação que havia acabado de aprovar transferência de recursos públicos para instituições privadas e buscar dar um passo no sentido de organizar, de juntar os movimentos em defesa da educação pública. E, depois, no final da nossa gestão, tivemos a oportunidade de ter o II Encontro Nacional da Educação, com participação não apenas da juventude universitária, mas também de secundaristas e alguma representação estrangeira, caso do Chile, por exemplo, onde os estudantes vêm protagonizando um movimento muito grande pela gratuidade da educação.

No Encontro Nacional da Educação se partiu para a construção dos comitês nos estados. Esses comitês estão envolvidos nas ações contra dois elementos importantes que a conjuntura impôs: a luta por uma escola sem mordada, contra o projeto da escola sem partido e a luta contra essa reforma do ensino médio. As ocupações das escolas dos diversos estados trouxeram à tona não apenas uma movimentação em defesa da qualidade da educação, de recursos para educação, mas de defesa da liberdade de educação.

Em boa parte, isso esteve presente em vários encontros dos quais a gente participou e em várias situações nessas ocupações de escola que têm uma participação expressiva de jovens que são oprimidos pelas suas opções sexuais ou suas condições de raça

e de etnia. Então, eu penso que é um movimento, é um processo muito, muito rico e que voltou agora. Desde o processo de *impeachment* e as medidas que o Temer tem tomado, têm aparecido em todas as cidades movimentos novos. Estão ocorrendo cenas que relembram 2013 em todas as cidades. A estratégia do Sindicato deve ser de se aliar a esses movimentos e fazer aliança não significa que nós vamos ensinar alguma coisa pra eles, que o Sindicato vai impor alguma coisa; penso que nós vamos aprender e ensinar, coletivamente, a organização da luta.

US: Fale sobre o papel do ANDES-SN como protagonista desse processo que é, nesse momento, na nossa avaliação, uma das maiores contribuições que a gente podia dar para a formação de um bloco efetivo de esquerda...

PR: Sempre fez parte da história do ANDES a busca de se articular a diversos movimentos. Essa busca sempre foi ativa e o ANDES sempre jogou um papel importante nas articulações de movimentos sociais, sindicais etc. Mas nós, com o advento do governo Lula, em 2003, passamos a ter problemas para realizar essas unificações. Logo, com esse advento do governo Lula, algumas coisas aconteceram: organizações como a Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, a CNTE e outras organizações consideraram que não havia mais necessidade de continuar com o fórum nacional em defesa

“ Sempre fez parte da história do ANDES a busca de se articular a diversos movimentos. Essa busca sempre foi ativa e o ANDES sempre jogou um papel importante nas articulações de movimentos sociais, sindicais etc. Mas nós, com o advento do governo Lula, em 2003, passamos a ter problemas para realizar essas unificações.

da escola pública e agora nós tínhamos um governo, nós íamos ter as conferências e o governo estava em disputa; era esse o discurso. Você não precisa ficar fazendo organização independente, tem que fazer a disputa dentro do governo. Então, foi dissolvido o fórum nacional em defesa da escola pública. Mas continuaram outras coisas, em 2004 é constituído o Proifes...

US: Que, aliás, está no FONASEFE, né?

PR: Sim, uma organização que surge enquanto fórum e depois vai se consolidar como uma organização sindical, que sai de dentro do ANDES. São pessoas que estavam dentro do ANDES e saem numa articulação feita dentro do Ministério da Educação para dividir o movimento docente e porque não aceitavam a democracia. Essa é a minha avaliação: não aceitavam a democracia do ANDES.

Então, como o ANDES manteve-se independente, com autonomia em relação ao governo durante os dois mandatos do Lula e da Dilma, o primeiro inteiro da Dilma e a parte que ela esteve no poder, era difícil fazer as articulações com todas as centrais, com todos os movimentos. Eu me lembro que em 2013 houve um movimento muito forte e eu tive a oportunidade de estar numa reunião no palácio do planalto com a Dilma. Ela chamou todas as centrais sindicais para uma reunião para ver o que o governo podia fazer pela situação do transporte. E foi interessante porque eu fui representando a CSP CONLUTAS, junto com o

“Hoje nós vivemos uma situação diferente, porque é uma situação que ocorre já na atual gestão; esse governo ilegítimo do Temer não era na gestão que estávamos. Estão todos contra esse governo, pois ele está aplicando medidas drásticas do ajuste fiscal, então, há uma maior possibilidade de haver essas unificações de luta e de se construir, inclusive, uma greve geral para ter uma resposta dos trabalhadores a esses ataques tão profundos.

Zé Maria, porque o ANDES fazia e faz parte da secretaria executiva da CSP CONLUTAS e estavam todas as centrais. Algumas faziam contraposição às falas da presidente – que era o caso do Paulinho da Força –, mas faziam uma oposição burocrática e à direita, mas a Dilma, nessa oportunidade foi interessante, porque ela fez o discurso da responsabilidade fiscal.

US: Já há três anos...

PR: É, porque tem que resolver o problema de transporte, mas não pode subsidiar, não pode ter tarifa zero, porque temos que ter responsabilidade fiscal. E nessa reunião, a primeira fala foi do presidente da CUT, que diz que “estão buscando macular

a imagem da senhora e a CUT não vai permitir, vai defender sua imagem”. A CTB faz uma fala: “mas a senhora tem que fazer alguma coisa, os trabalhadores têm problemas, precisam de uma resposta da senhora”; foram tendo várias falas e nós, da CSP CONLUTAS, falamos: “olha, a gente sente muito, mas a gente discorda da responsabilidade fiscal, não é essa a saída pra resolver o problema que as pessoas estão na rua reivindicando”. Então, várias organizações, sobretudo movimentos sindicais, a Central Única dos Trabalhadores e a CTB tinham um envolvimento na governabilidade; isso levou a uma dificuldade de fazer todas as alianças numa situação em que o ANDES, embora represente vários setores, é representante dos docentes das universidades federais e os docentes das universidades federais têm uma relação direta com o governo federal.

Todas as nossas lutas nas federais – não só nas federais, mas sobretudo nas federais – tinham que ter um enfrentamento ao governo. Nossas mesas de negociação eram com o governo e continuam sendo com o governo, seja qual governo esteja lá e, por isso, tinha que manter a independência. Por que foi criado o Proifex? Foi criado para ter entre os professores uma organização de apoio ao governo que não fosse independente em relação ao governo. E entre os servidores públicos havia várias organizações que mantinham independência, mas outras em que tinha uma disputa muito grande dos setores que apoiavam o governo com os setores que queriam independência e o fórum dos setores públicos federais, o FONASEFE, era um palco de disputa muito grande de “vamos mobilizar ou não vamos?, vamos enfrentar ou não vamos?”. E o ANDES, no FONASEFE, vivia essa experiência.

Nós tivemos um papel muito importante para articular ações do FONASEFE, para reunir centrais sindicais diferentes, perspectivas diferentes e fazer atuações importantes nas campanhas salariais, nas campanhas de defesa do serviço público, na luta contra o EBSEH, na luta contra o Funpresp e várias lutas, mas era difícil...

Hoje nós vivemos uma situação diferente, porque é uma situação que ocorre já na atual gestão; esse governo ilegítimo do Temer não era na gestão que estávamos. Estão todos contra esse governo, pois ele está

aplicando medidas drásticas do ajuste fiscal, então, há uma maior possibilidade de haver essas unificações de luta e de se construir, inclusive, uma greve geral para ter uma resposta dos trabalhadores a esses ataques tão profundos. Mas isso não quer dizer que esteja fácil...

US: Nem quer dizer que vai haver greve geral...

PR: Nem quer dizer que vai acontecer. Porque algumas das organizações têm compromisso firmado com o capital. É só lembrar, no que diz respeito à reforma trabalhista e até mesmo da previdência, a ação de algumas assembleias de alguns dos sindicatos. Nós enfrentamos uma etapa da reforma da previdência no governo Lula protagonizada pelo Berzoini, do sindicato dos bancários. Na questão trabalhista, nós temos aquela proposta do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do acordo coletivo especial.

US: Que já é o começo do legislado valer menos que o acordado...

PR: Sim... Em relação à reforma da previdência, o palácio do planalto e a casa civil já estavam em negociação, no governo Dilma, com a CUT, a CTP e outras centrais. Então, fica evidente que, se há esses compromissos com o capital por parte de algumas organizações, elas não vão aderir de imediato ao enfrentamento à defesa dos direitos.

US: Sem serem pressionados pelas bases, né?

PR: O avanço no neoliberalismo no Brasil que começa nos anos 90 vai ter consequências no movimento sindical. A grande guinada que teve na história do movimento sindical recente no Brasil foi com a repressão à greve dos petroleiros, quando Fernando Henrique toma posse em janeiro de 1995 e, em maio, ele põe os tanques nas refinarias e reprime a greve dos petroleiros. É nesse momento que surge o tal do chamado sindicalismo de resultado como uma resposta. Estamos num momento difícil, os trabalhadores precisam abrir mão dos direitos para ter a garantia do emprego, que começa a desenvolver uma onda de que os direitos são prejudiciais ao trabalhador, que é o que hoje está de forma exacerbada. O discurso tenta justificar a retirada do direito dos trabalhadores como uma coisa boa ao trabalhador, porque se você

reduz os encargos sociais, reduz os direitos, reduz os compromissos da empresa com os trabalhadores e, aí, vai ser mais fácil ter postos de trabalho. Então, esse é o discurso neoliberal que é assumido pelo sindicalismo de resultado que vai gerar a criação do movimento da força sindical...

US: Que agora está entrando no serviço público também...

PR: É, mas essa concepção vai se alastrar para além da força sindical e nós vamos ter essa disputa durante os últimos 15 anos com todas as centrais sindicais. Uma disputa grande do movimento sindical, porque várias centrais acreditam nisso e atuam nesse sentido e isso permanece... Ainda hoje isso permanece em várias centrais e vários sindicatos, entendendo que vai ter que negociar o direito dos trabalhadores. E o ANDES tem tido uma posição – não só o ANDES, mas principalmente o ANDES – e tem sido importante na resistência à retirada de direitos.

US: Nenhum direito a menos e nenhum deles é negociável.

PR: Isso.



Em relação à reforma da previdência, o palácio do planalto e a casa civil já estavam em negociação, no governo Dilma, com a CUT, a CTP e outras centrais. Então, fica evidente que, se há esses compromissos com o capital por parte de algumas organizações, elas não vão aderir de imediato ao enfrentamento à defesa dos direitos.

US: E a reforma no ensino médio? Como você vê essa luta para a nova diretoria? Você daria algum conselho em relação a essas coisas para a Eblin, como ex-presidente (e a Eblin como atual), ou para a diretoria como um todo? Tem muita novidade dentro da luta nesse momento e não são boas.

PR: Na verdade, há um processo no mundo de contrarreforma da educação que atinge todos os níveis da educação e de buscar aligeirar a educação, de priorizar o que é operacional e de considerar como supérfluo aquilo que não é diretamente operacional, aquilo que pode gerar pensamento crítico. O mode-

lo mais aprofundado disso é o modelo do próprio Estados Unidos, que é exportado pra todo mundo e exportado, inclusive, através da venda de serviços, da distribuição na América Latina toda, não só na América Latina, mas de excluir na América Latina os sistemas educacionais existentes. Isso vem ocorrendo no México, ocorreu no Chile...

US: Tentaram fazer na Inglaterra, né?

PR: Tentaram fazer na Inglaterra, não deu certo. Recentemente o congresso dos Estados Unidos tinha um projeto de lei curioso, aparentemente de defesa dos Estados Unidos, de pôr fim à importação de pesquisadores, de cérebro etc. e tal. E aí no Wall Street Journal aparece uma matéria criticando, dizendo “como os Estados Unidos vão parar de importar cérebros do restante do mundo?”, porque, com o tipo de ensino que tem, não é capaz de formar pessoas competentes etc. É o mesmo ensino de péssima qualidade que estão tentando implantar no Brasil. É exatamente a destruição do pouco que se tem de educação pública, crítica, humanista, inclusive, para fazer um processo de aligeiramento, de precarização ainda maior do processo de formação. Então, veja como as coisas

estão associadas, se não diretamente nos agentes das propostas, mas a reforma do ensino médio está no mesmo bojo da proposta da escola sem partido. Acho que a reforma do ensino médio até dispensaria o escola sem partido.

US: A impressão que dá é que se uma coisa não passar, a outra passa. Cercam-nos de todos ângulos.

PR: É importante recuperarmos da História do Brasil o período da ditadura, que implantou desde uma reforma universitária apoiada, a partir dos acordos MEC-USAID, com as recomendações da USAID, do ensino médio, e o que tinha de matéria ideológica, tinha educação moral e cívica e estudo de problemas brasileiros, certo?

US: Voltando para a reforma do ensino médio, o que é isso?

PR: Bom, está em curso um processo de intensificação da desqualificação da educação, o ataque da educação enquanto direito, juntamente com um retrocesso ideológico muito grande. E há de se ter a clareza que o centro é retirar o direito às lutas em defesa da qualidade da educação. Não é apenas o pro-



cesso de mudança de conteúdos curriculares, mas é conjuntamente um processo de amordaçamento dos professores e das comunidades da educação de maneira geral. E mais – eu acho que a gente tem que debater a seguinte pergunta: por que a reforma do ensino médio é lançada por medida provisória? Por que esse governo não está aí pra promover o debate sobre os problemas do país? Ele tá aí é pra função de fazer rapidamente, o mais rápido que puder, todas as medidas necessárias ao ajuste fiscal.

A posição do MEC está clara: antes do término do nosso mandato, tivemos uma audiência com o Ministério da Educação do novo governo. Ainda não tinha terminado o processo de *impeachment*, mas Dilma já tinha sido afastada. Nós tínhamos entregado a pauta de reivindicação dos professores. Nós fomos ao MEC, fomos recebidos pela secretária executiva do MEC e depois a FASUBRA foi recebida mais recentemente. Ela falou a mesma coisa, com algumas nuances diferentes do que falou para o ANDES-SN: “não tem problemas financeiros nas universidades, houve muitos erros na gestão passada, no governo passado, no governo anterior, de planejamento, de assumir coisas que não podia fazer, tem obras, mas nós vamos tentar fazer as obras, o que tem é uma folha de pagamento muito grande”, e isso foi dito claramente; e, “com relação aos custos, a universidade tem que ser criativa”...

US: Sim, vamos procurar outras formas...

PR: Outras formas... Então, aquilo que já aparecia na nossa gestão de ameaças, de algumas falas isoladas (como foi a do presidente da CAPES, que falou de contratar professores por OS), coisas que apareciam de forma fragmentada, estão aparecendo agora de forma mais concretizada. Então, se pra alguém é surpresa ver a reforma do ensino médio vir por medida provisória, é importante não ficar surpreso, porque poderá vir contratação por OS de professores das universidades e poderão vir a se entregar vários setores do serviço público para administração por OS ou por empresas, como foi a EBSEH, porque o que está em curso é o desmonte do Estado brasileiro.

Então, para responder à pergunta do que eu acho importante para o Sindicato, digo que é conseguir associar as diversas frentes de luta. Esse é o desafio

da gestão que dirige o ANDES sempre: é conseguir articular. São tantos os ataques tentando pulverizar a nossa ação, que não podemos nos isolar.

Qual é o desafio do momento? O desafio não é a escola sem mordaza, não é a reforma do ensino médio, não é a suspensão da contratação de professores, não são cada um dos problemas e a gente vai ter que ficar atirando em todos eles... Nós temos que atuar enfrentando todos esses ataques, todas essas situações. É um momento de resistência, mas conseguindo dar uma unidade na ação do Sindicato, na unidade dos seus setores. Foi importante na semana passada o ANDES ouvir os setores que temos conjuntamente (as estaduais com as federais e municipais). Só o ANDES tem a capacidade de juntar todos os setores da educação pública. Quero dizer, não é só ele; há outras entidades que teriam essa capacidade – talvez até maior que o ANDES. Evidentemente, a CNTE poderia fazer isso. Com toda a base da educação básica dos estados e dos municípios, podia estar unificando nacionalmente, mas não faz isso; ela mantém as lutas pulverizadas. O ANDES vem, o tempo inteiro, buscando dar repercussão nacional e unificar nacionalmente a luta das estaduais.

US: E tem a ver com a forma como a gente se organiza enquanto sindicato, nacionalmente.

PR: Exatamente. Então, eu acho que o que está posto para o ANDES é exatamente conseguir fazer essa articulação nacional e atuar no sentido de unificar o que ocorre nos estados. Por exemplo, agora está estourando a greve no Paraná; o Ceará está em greve há cinco meses.

“ Bom, está em curso um processo de intensificação da desqualificação da educação, o ataque da educação enquanto direito, juntamente com um retrocesso ideológico muito grande. E há de se ter a clareza que o centro é retirar o direito às lutas em defesa da qualidade da educação. Não é apenas o processo de mudança de conteúdos curriculares, mas é conjuntamente um processo de amordaçamento dos professores e das comunidades da educação de maneira geral.

US: Nas estaduais...

PR: É. E no Paraná todo mundo entrou em greve e, mais uma vez: já foi lá, um ano e meio atrás... Por que estão voltando as greves agora? Estão voltando as greves num contexto de ocupação de escolas e onde tem mais escolas ocupadas é no Paraná, porque o Beto Richa não cumpriu os acordos de greve. O Ceará está em greve por quê? Porque o governo estadual não cumpre os acordos. O Ceará é uma loucura. Como é que o governo responde? Responde com a PEC, ele responde com uma renegociação, o que está criando é uma possibilidade de renegociação da dívida dos estados pra gerar mais dívida; a 257 é o exemplo, é o nosso pacote grego... O que foi feito na Grécia é o que está sendo feito aqui.

US: Sem o plebiscito e sem consulta popular...

PR: É, sem o plebiscito. Imagina o que é pegar todas as dívidas dos estados brasileiros e renegociar todas essas dívidas? Elas ficam aumentando, ninguém vai pagar dívida nenhuma, vai pagar juros. Criou-se aqueles sistemas de debentures, que uma empresa nacional que não é fiscalizada pelo TCU pode emitir títulos, os estados renegociam sua dívida ali e os bancos fazem os investimentos diretos. Há um processo da financeirização da economia, a economia em todas as situações, seja num período de desenvolvimento, seja num período de retração, produz lixo, o mercado financeiro produz seu lixo, são os títulos financeiros que perdem valor, que têm um valor de face, mas seu valor de mercado é menor, e produz isso de monte. E com a crise, é uma explosão de papéis sem valor.

“ O governo Temer recorre ao Fundo Monetário Internacional e está pegando empréstimo do FMI mais do que está cortando do serviço público. Ele está pegando empréstimo pra quê? Pra fazer investimentos. Vai investir em infraestrutura? Não. Vai negociar a sua dívida. Ele recorre ao Fundo Monetário Internacional pra criar as condições pra continuar sendo um país que paga as maiores taxas de juro e alimentar o mercado financeiro.

Bom, e onde vai jogar esse lixo? Tem dois lugares pra jogar esse lixo: nos estados e nos fundos de pensão. Isso aconteceu nos Estados Unidos, isso aconteceu no Brasil, isso aconteceu na Europa. E no caso da Grécia? O que aconteceu com a Grécia? O banco central europeu, também com esse sistema de criar uma empresa, jogou os papéis sem valor pra Grécia e a Grécia tinha que pagar em *cash* para o Banco Central, mas ela não tinha o dinheiro, então ela recorreu ao FMI, pegou um empréstimo no FMI pra pagar papéis que não tinham valor. Quando teve a crise de 2008 nos Estados Unidos, o FED (que é o Banco Central dos Estados Unidos) pegou os papéis podres dos bancos e pagou *cash* pros bancos. O sistema que estão querendo criar aqui no Brasil vai produzir isso: nós vamos ser depositários do lixo do capital financeiro. Em escala mundial. Porque os estados nacionais não são chamados, a política monetária não é apenas pra possibilitar a acumulação de capital por meio do pagamento de juros ao capital financeiro, é de ser a seguradora contra os riscos do mercado. E o Estado brasileiro faz isso há bastante tempo com uma eficiência, uma subordinação muito grande e agora o governo acabou de recorrer ao Fundo Monetário Internacional. O governo Temer recorre ao Fundo Monetário Internacional e está pegando empréstimo do FMI mais do que está cortando do serviço público. Ele está pegando empréstimo pra quê? Pra fazer investimentos. Vai investir em infraestrutura? Não. Vai negociar a sua dívida. Ele recorre ao Fundo Monetário Internacional pra criar as condições pra continuar sendo um país que paga as maiores taxas de juro e alimentar o mercado financeiro.

US: Na sua avaliação, como fica a luta do Sindicato enquanto tal? Refiro-me às questões corporativas.

PR: Mas olha só, todas as nossas questões corporativas, todas as nossas reivindicações específicas estão proibidas de serem atendidas pela política geral, certo? A lei de diretrizes orçamentárias pra 2017, federal, proíbe contratações em todo o serviço público. Os caras querem aprovar uma PEC que vai congelar os salários por 20 anos. Bom, então, eu tenho dado aula, vou acender a luz da sala de aula, tá faltando lâmpada na sala de aula, não tem reposição. Aí, vão dizer que é um problema de administração e como

vai se resolver o problema da lâmpada? Não vai se resolver. Não tem recurso, tem cortes; então, o que acontece é que todas as nossas reivindicações imediatas, corporativas, materiais etc. estão impedidas de serem atendidas por um processo geral. Isso significa que a gente abandona as reivindicações específicas? Não, de jeito nenhum.

O ANDES define a sua pauta, leva para o governo, cobra do governo, tem pauta específica sendo levada para as reitorias, pelas seções sindicais, mas nada disso vai ser atendido se não houver um enfrentamento político geral, porque o que acontece? Com as medidas que o governo vem fazendo e que são anunciadas como um mal necessário, tenta-se criar um consenso de que precisa ou o Estado vai quebrar. Se não fizer isso, o Estado vai quebrar. Não vai quebrar porcaria nenhuma. Vai cobrar imposto de quem tem fortuna, vai cobrar imposto das transações financeiras, vai cobrar imposto do rentismo, vai cobrar imposto não da classe trabalhadora através dos serviços, não vai cobrar da classe trabalhadora, vai tirar de quem está ganhando dinheiro, que é quem, inclusive, sonega imposto. O Brasil é um país rico, tem uma das maiores economias do mundo, não está quebrado. Então, nós temos que ter um movimento de grande porte para barrar essas medidas: é isso que está posto hoje. Por isso, tem que buscar essas articulações, tem que cobrar das centrais sindicais a chamada da greve geral, a organização da greve geral. Agora, o que é que vai levar aos grandes enfrentamentos no Brasil? E aí é um problema da dinâmica dos movimentos sociais. A greve geral não é um esquema que tem data marcada, que é montado num laboratório. Os dirigentes sindicais vão se reunir, vão fazer um apelo e os trabalhadores vão sair parando...

US: Quando o cálice transborda, né?

PR: Em situações como em 1906, a greve da revolução de 1906 da Rússia, o que levou à greve geral foram as demissões de operárias numa fábrica. A situação era tão forte: demitiram umas operárias, começou uma greve e aquela greve foi se espalhando por toda a Europa, o que levou Rosa Luxemburgo, se contrapondo aos anarquistas, a dizer que não é a greve que vai levar à revolução, é a revolução que gera as grandes greves, a revolução enquanto situação políti-

ca. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: tem que ter todo o esforço de articulação de lutas, construir a greve geral, mas saber que o que vai deflagrar as lutas pode ser qualquer coisa, quem sabe? Pode ser os professores...

US: Então, que sejam os professores e os estudantes...

PR: Quero falar mais uma coisa – acho que isso é sabido no ANDES, que tem trabalhado muito com base na compreensão da crise estrutural do capitalismo. Está acontecendo um negócio interessante: o reconhecimento dessa crise, com alguns intelectuais se manifestando. A declaração que vou citar não é de um grande analista político, mas de um grande intelectual: do Veríssimo, o escritor. Qual a declaração dele? Que o capitalismo não tem saída. Essa é a declaração que ele faz. Está saindo um livro novo do David Harvey...

US: O capitalismo se esgotou?

PR: Não, ele fala que o capitalismo está morto... Recentemente foi lançado um livro do David Harvey em que a análise dele é a mesma: ele chega à

“ O ANDES define a sua pauta, leva para o governo, cobra do governo, tem pauta específica sendo levada para as reitorias, pelas seções sindicais, mas nada disso vai ser atendido se não houver um enfrentamento político geral, porque o que acontece? Com as medidas que o governo vem fazendo e que são anunciadas como um mal necessário, tenta-se criar um consenso de que precisa ou o Estado vai quebrar. Se não fizer isso, o Estado vai quebrar. Não vai quebrar porcaria nenhuma. Vai cobrar imposto de quem tem fortuna, vai cobrar imposto das transações financeiras, vai cobrar imposto do rentismo, vai cobrar imposto não da classe trabalhadora através dos serviços, não vai cobrar da classe trabalhadora, vai tirar de quem está ganhando dinheiro, que é quem, inclusive, sonega imposto.



conclusão de que o capitalismo acabou. Não que o capitalismo não tenha sobrevida, não tenha possibilidades de se recuperar, mas a crise é tão profunda, o grau de concentração de capital é tão grande, que as saídas que ele consegue fazer, a cada crise que estoura, é aproximar a próxima crise e introduzir cada vez mais elementos da barbárie se manifestando no mundo inteiro. E por que isso é interessante e a gente vê alguns intelectuais falando isso? Porque o fato do capitalismo não ter saída não quer dizer que haja alternativa pra ele... Que haja algum movimento...

“É preciso entender essa situação da crise política no Brasil como o fim de uma época ou o fim de um período em que de alguma forma se acreditava ou se buscava dar uma roupagem, uma saída aqui para o desenvolvimento do capitalismo num processo de conciliação de classes. A conciliação de classes e as políticas social democratas tiveram efeito na fase de expansão do capitalismo, por exemplo, na Europa pós-guerra, época de construção de grandes obras, a onda mais larga de expansão do capitalismo.

US: Ele não vê o socialismo...

PR: Quer dizer que tem movimento no mundo capaz de se contrapor e de ser uma alternativa; quer dizer, ele está falido, mas não tem construído no mundo, em outros países, alternativas políticas de enfrentamento. Mas essa compreensão é importante...

US: E aí, é o fim da história?

PR: Pode ser, pode ser a barbárie, não sei... Não, mas é que isso coloca os desafios... Ou seja, de toda discussão que vem falando do neoliberalismo, dos sindicatos, dos partidos, é que não há espaço pra tentar reformar o capitalismo, esse espaço não existe mais.

É preciso entender essa situação da crise política no Brasil como o fim de uma época ou o fim de um período em que de alguma forma se acreditava ou se buscava dar uma roupagem, uma saída aqui para o desenvolvimento do capitalismo num processo de conciliação de classes. A conciliação de classes e as políticas social-democratas tiveram efeito na fase de expansão do capitalismo, por exemplo, na Europa pós-guerra, época de construção de grandes obras, a onda mais larga de expansão do capitalismo. Aí tinha pleno emprego, estado do bem-estar social, houve a

possibilidade de não ter questionamentos ao capitalismo. Na crise estrutural ele não tem como, não tem como ter reformas... E não é por acaso... As medidas podem vir por quaisquer mãos. Na França, que é um dos nossos exemplos recentes de enfrentamentos e de lutas, é um presidente social democrata que faz a reforma trabalhista, pois nenhum cara de direita antes teve coragem, conseguiu. Isso não é uma crítica às organizações em si, isso é questão de ter a compreensão de que a perspectiva tem que ser uma perspectiva de enfrentamento.

US: A única saída é o enfrentamento?

PR: É o enfrentamento... Porque o jogo é pesado, é destruição; isso sou eu que digo.

US: Não sei se a gente vai dar conta do que vem pela frente se não for em larga escala, né?

PR: Mas olha só, o ANDES não vai fazer nada sozinho, ele é apenas uma parte e representa um setor que não é um setor.

US: Fundamental do capitalismo...

PR: Não, não é... Mas o que está posto é que não dá pra acreditar, não dá pra apostar que vão ter mudanças. Não tem como. Não é o Temer que é do mal, nós não somos maniqueístas, não pode ter nada, eles têm que destruir tudo, tudo eles têm que destruir, é fazer terra arrasada, mesmo que isso tenha repercussões ruins pra própria economia.

US: E o custo humano desse processo? E a transformação do exército industrial de reserva em população sobrando, a quantidade de gente nesse país vivendo em situação de miséria extrema, a polícia matando gente pobre, preta, da periferia, sem nenhum direito? Você tem uma quantidade imensa de gente nesse país que é absolutamente prescindível. Nem de gente o capitalismo precisa mais.

PR: Uma das coisas mais grotescas da notícia sobre os cortes é que o primeiro a ser afetado pela PEC 241 vai ser o auxílio à educação para crianças com deficiência...

US: Vamos falar de coisa boa: deixe uma mensagem de esperança para o ANDES, para a diretoria nova... Pois enquanto tiver um fiapinho de esperança, a gente se agarra, né?

PR: Quero deixar registrado nessa entrevista que o ANDES-SN é um sindicato que tem um grau de discussão, de elaboração muito grande. Todas as questões passam por profundas análises por parte do ANDES-SN. Todos os temas relativos à educação, à ciência e tecnologia, à economia, à política...

US: Questão de gênero...

PR: As questões de gênero... Todas as questões são profundamente debatidas no ANDES. Ele é uma referência, não apenas pra sua própria categoria, é uma referência para todos os movimentos... O ANDES – e eu falo da minha experiência na diretoria na última gestão como presidente – é que ele é uma referência para muitos movimentos, porque ele é um espaço de elaboração muito positivo e tem que continuar mantendo esse espaço, mantendo a qualidade da sua elaboração, das suas análises, das suas elaborações, mantendo o exercício da democracia que sempre o caracterizou. E sendo um defensor árduo, um defensor intransigente da liberdade de expressão, da liberdade acadêmica e de resistência à desqualificação que se quer fazer da educação em todos os níveis.

US: Então vamos esperar que o congresso de janeiro esteja lotado, né? Cheio de ideias.

PR: Com certeza. O lançamento deste número da revista vai ser um sucesso.

US: Paulo, obrigada, viu?

PR: Isso vai dar um trabalho pra você... **US**

“ Todas as questões são profundamente debatidas no ANDES. Ele é uma referência, não apenas pra sua própria categoria, é uma referência para todos os movimentos... O ANDES – e eu falo da minha experiência na diretoria na última gestão como presidente – é que ele é uma referência para muitos movimentos, porque ele é um espaço de elaboração muito positivo e tem que continuar mantendo esse espaço, mantendo a qualidade da sua elaboração, das suas análises, das suas elaborações, mantendo o exercício da democracia que sempre o caracterizou.

Nos Sertões, Euclides da Cunha nos trouxe as palavras que apontavam o “homem”, a “terra” e a “luta”. Nas fotos que seguem, o trinômio euclidiano continua valendo. No entanto, há tempos que a imagem deixou de valer mil palavras. A imagem é dura. A fotografia – independente do bem ou do mal – apenas reflete aquilo que o seu autor busca através do clique de sua máquina. Sempre disseram que a foto é o resultado de estar no lugar certo na hora certa... E com o talento certo. O Brasil dos últimos anos produziu esses momentos “certos”, aqueles segundos que não nos deixam saudades, mas lembranças de um período de lutas e sofrimento. Momentos que nos tiraram da zona de conforto. O que seriam apenas as palavras para descrever a tragédia da barragem de Mariana (MG)? Como poderíamos, com palavras, nos aproximarmos da angústia, do medo e da tristeza daquela ocasião? O que seriam as palavras,



Dura poesia



Jovem indígena Xikrin passa por muro com pichação contra a hidrelétrica de Belo Monte



Fotos: Anderson Barbosa / Fractures Collective

Grafite na cidade de Altamira, em protesto contra a Norte Energia, empresa administradora das obras da hidrelétrica de Belo Monte



Homem tenta recuperar o que sobrou de sua casa, após deslizamento de terra durante forte chuva em Altamira; uma das medidas de compensação dos impactos causados pelas obras de Belo Monte seria a remoção das famílias que vivem em áreas de risco; parte das famílias não recebeu nenhuma indenização e nem foi realocada



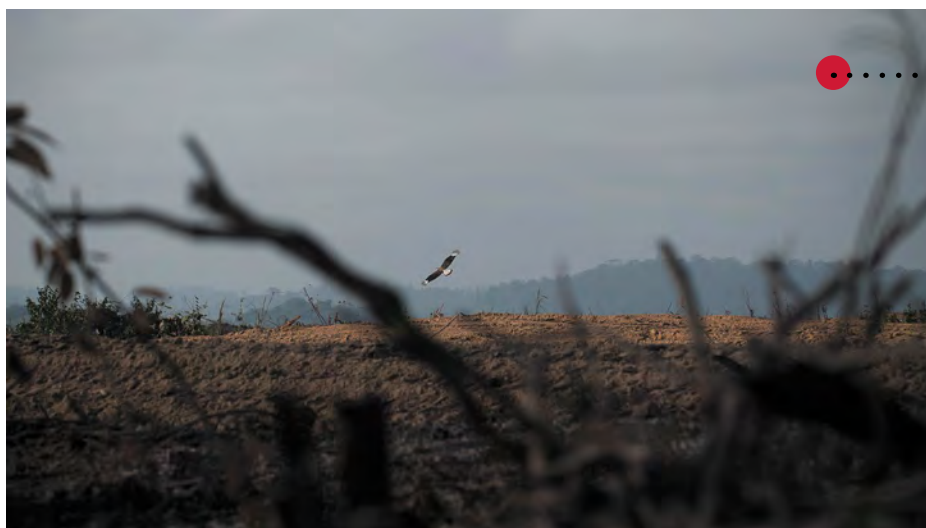
Pescadores bloqueiam a rodovia Transamazônica em protesto contra a falta de transparência da Norte Energia com relação à pesca na região





meras reflexões de algo que a fotografia nos mostra? Um fotógrafo, saído do céu e abençoado pelos deuses, nos traz aos olhos a lama que sepultou 19 pessoas e destruiu um patrimônio que pertence à humanidade. O que seria dessa tragédia se não fossem aquelas imagens, que encheram de revolta os brasileiros contra a ganância de uma empresa mineradora? Não houve qualquer avanço na recuperação daquelas áreas, mas a imagem ficará para sempre nos nossos corações. Não é apenas a informação que nos interessa, mas a lembrança daquilo que nos foi tirado. Vimos a morte de um rio, vimos a lama sepultar uma das mais belas regiões do nosso país... Vimos a impunidade prevalecer no atendimento dos culpados.

- Imagem da primeira
- etapa das obras da
- hidrelétrica de
- Belo Monte, o sítio
- Belo Monte, onde
- hoje está o lago
- formado para a
- geração de energia



Gavião sobrevoa ilha desmatada na região da volta grande do Xingu; com a permanente cheia do rio após a consolidação da hidrelétrica de Belo Monte, as ilhas ficaram submersas e, para evitar a emissão de metano com o apodrecimento das árvores, todas as ilhas foram desmatadas



..... ● Fogo em mata de uma das ilhas nas proximidades do canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte

Novamente, vimos uma natureza assustada pela agressão humana, animais lutando pela vida contra uma onda devastadora, líquida e grossa... De novo! E o lucro novamente se mostra na destruição, contra os índios retirados de terras ancestrais para dar espaço a uma outra barragem: a de Belo Monte. Saberíamos ou nos importaríamos com os indígenas se apenas palavras chegassem aos nossos ouvidos? O que são essas imagens que nos incomodam, que nos mostram iguais, desesperados com a orfandade do Estado que devia protegê-los? Enxergamos o branco de seus olhos e não apenas ouvimos a palavra "horror"...



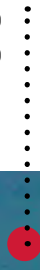


Barco no estuário da Ilha do Cardoso,
município de Cananeia, São Paulo



Rio São Francisco, município
de Paratinga, Bahia

Capivara no lixo do
rio Pinheiros, São Paulo





Estiagem no rio São Francisco -
captação de água com uso de bomba,
quilombo Mangal e Barro Vermelho,
município de Sítio do Mato, Bahia



Plantação de banana orgânica, quilombo
Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, município
de Eldorado, São Paulo



Lavadeira no rio São Francisco,
quilombo Mangal e Barro Vermelho,
município de Sítio do Mato, Bahia

Quem se lembraria de agricultores abandonados e perdidos pelas estradas se apenas se ouvissem sobre sua existência? Agora, as fotos mostram rostos, mostram sentimentos expressos nas faces... Distantes de nós? Talvez não. Não seria uma boa resistência a capivara que luta para sobreviver nas águas de um rio extremamente poluído na cidade de São Paulo? Não é um alento a indígena que se banha nas águas de uma usina ou a existência de pescadores que ainda tentam a sorte no Rio Xingu?

Lixo no rio Pinheiros,
São Paulo

Foto: Lineu Kohatsu



Foto: Daniel Garcia

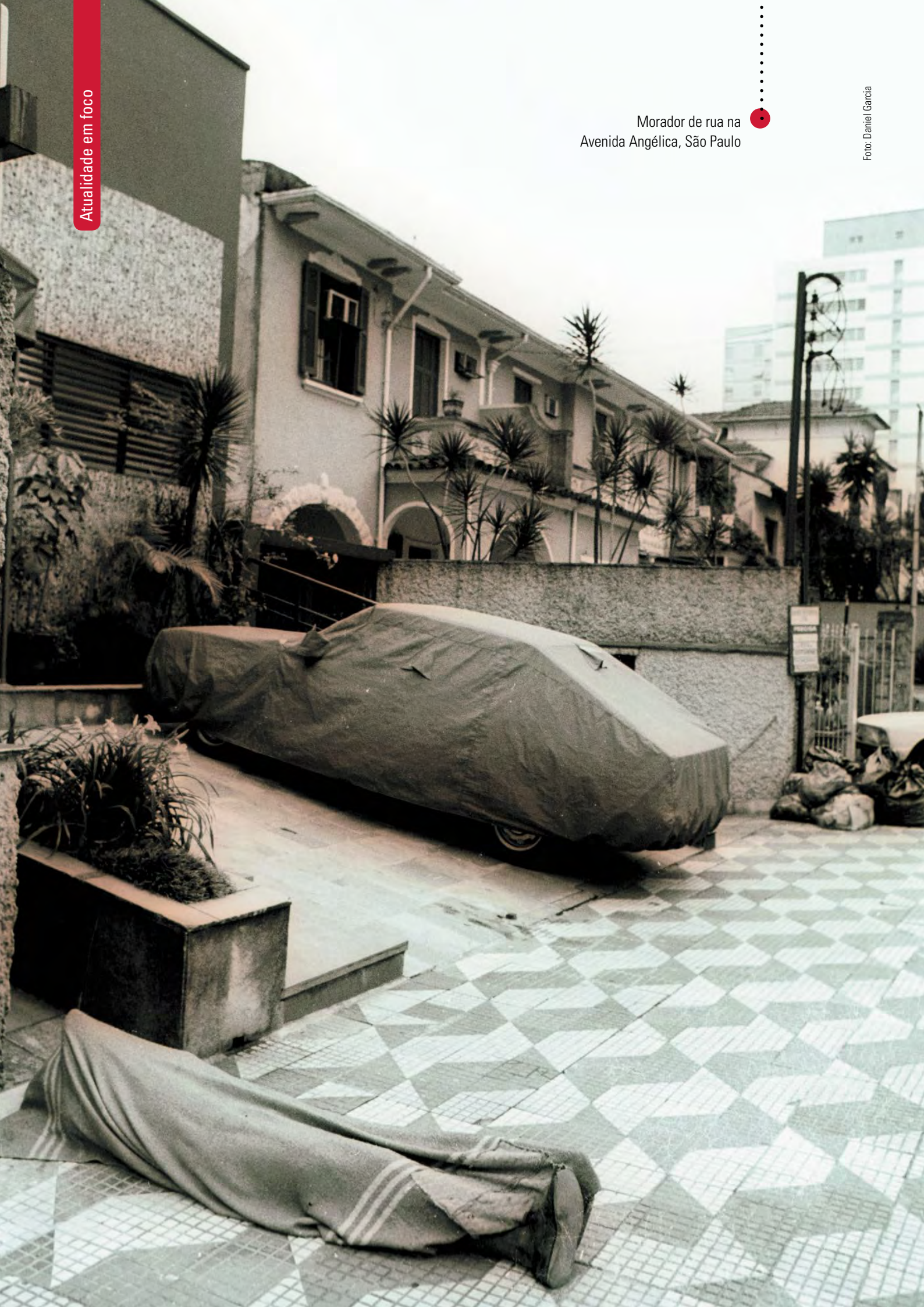
Luis Gonzaga Gêge, do Movimento Moradia na Cidade,
líder no combate pela moradia e justiça habitacional;
coincidentemente, as bandeiras formam uma grande
letra V de VIDA, São Paulo



-
- Jovem durante Ato das Centrais Sindicais,
- Praça da República, São Paulo

Morador de rua na
Avenida Angélica, São Paulo

Foto: Daniel Garcia





...

Estudantes e PM em passeata em São Paulo

Cada fotografia equivale a segundos cercados por histórias, por vidas. Sem as fotografias, esses momentos estariam fadados a serem cobertos pela fumaça da cumplicidade, pela omissão na defesa da vida.

Em pleno mundo consciente da importância daquilo que a natureza nos traz, a motosserra ainda é o instrumento que martela nossos ouvidos. Nunca se derrubou tanta árvore como agora... Nunca a natureza esteve tão ameaçada, nunca estivemos tão próximos do caos, nunca estivemos tão perto de perdermos aquilo que nos identifica como tripulantes de uma nave chamada Terra.

Existe muita poesia nas imagens, mesmo essas que nos machucam... As rimas combinam homem, consciência e luta. Nas páginas que se seguem, os fotógrafos nos mostram aquilo que seus olhos viram. E que nos dizem, entre lama, sofrimento e morte: "estamos lutando...". Que não irão nos sobrepujar nunca. E que o homem, antes de tudo, é um bravo. **US**

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE

Eblin Joseph Farage (ADUFF)

1º VICE-PRESIDENTE

Luís Eduardo Acosta Acosta
(ADUFRJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Cláudia Alves Durans (APRUMA)

3º VICE-PRESIDENTE

Olgaídes Cabral Maués (ADUFPA)

SECRETÁRIO GERAL

Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)

1º SECRETÁRIO

Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA)

2º SECRETÁRIO

Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL)

1º TESOUREIRO

Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG)

2º TESOUREIRO

João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR)

3º TESOUREIRO

Epitácio Macário Moura (SINDUECE)

REGIONAL NORTE I

1º VICE-PRESIDENTE

Marcelo Mario Vallina (ADUA)

2º VICE-PRESIDENTE

Leandro Roberto Neves (SESDEF-RR)

1º SECRETÁRIO

Manuel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC)

2º SECRETÁRIA

Lúcia Marina Puga Ferreira (SIND-UEA)

1º TESOUREIRO

Ana Cristina Belarmino de Oliveira (ADUA)

2º TESOUREIRO

Sandra Maria Franco Buenafuente (SESDEF-RR)

REGIONAL NORTE II

1º VICE-PRESIDENTE

Andréa Cristina Cunha Solimões (ADUFPA)

2º VICE-PRESIDENTE

Raimundo Wanderley Correa Padilha (SINDUNIFESSPA)

1º SECRETÁRIO

Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA)

2º SECRETÁRIA

Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP)

1º TESOUREIRO

Rigler da Costa Aragão (SINDUNIFESSPA)

2º TESOUREIRO

André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP)

REGIONAL NORDESTE I

1ª VICE-PRESIDENTE

Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI)

2ª VICE-PRESIDENTE

Sirlane de Souza Paiva (APRUMA)

1º SECRETÁRIO

José Alex Soares Santos(SINDUECE)

2º SECRETÁRIO

Daniel Vasconcelos Solon (ADCESP)

1ª TESOUREIRA

Raquel Dias Araujo (SINDUECE)

2ª TESOUREIRA

Joana Aparecida Coutinho (APRUMA)

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE

Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG)

2º VICE-PRESIDENTE

Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE)

1º SECRETÁRIO

Flávio Henrique Albert Brayner (ADUFEPE)

2ª SECRETÁRIA

Karina Cardoso Meira (ADURN)

1º TESOUREIRO

Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB)

2º TESOUREIRO

Antônio Gautier Farias Falconieri (ADFURRN)

REGIONAL NORDESTE III

1ª VICE-PRESIDENTE

Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)

2º VICE-PRESIDENTE

Jailton de Jesus Costa (ADUFS)

1ª SECRETÁRIA

Lana Bleicher (APUB)

2ª SECRETÁRIA

Graciete Bastos de Souza (ADUFS-BA)

1º TESOUREIRO

Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB)

2º TESOUREIRO

Vamberto Ferreira Miranda Filho (ADUNEB)

REGIONAL PLANALTO

1ª VICE-PRESIDENTE

Jacqueline Rodrigues Lima (ADUFG)

2º VICE-PRESIDENTE

Erlando da Silva Rêses (ADUnB)

1º SECRETÁRIO

Paulo Henrique Costa Mattos (APUG)

2ª SECRETÁRIA

Fernanda Ferreira Belo (ADCAC)

1º TESOUREIRO

Fernando Lacerda Júnior (ADUFG)

2ª TESOUREIRA

Eva Aparecida de Oliveira (ADCAJ)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE
Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADLeste)
2º VICE-PRESIDENTE
Roseli Rocha (ADUEMS)
1ª SECRETÁRIA
Vanessa Clementino Furtado (ADUFMAT)
2º SECRETÁRIO
Maurício Farias Couto (ADUFMAT)
1ª TESOUREIRA
Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT)
2º TESOUREIRO
Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS)

REGIONAL LESTE

1ª VICE-PRESIDENTE
Renata Rena Rodrigues (ASPUV)
2ª VICE-PRESIDENTE
Trícia Zapula Rodrigues (SINDCEFET-MG)
1ª SECRETÁRIA
Sandra Boari Silva Rocha (ADUFSJ)
2ª SECRETÁRIA
Valéria Siqueira Roque (ADFMTM)
1º TESOUREIRO
Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES)
2º TESOUREIRO
Roberto Camargos Malcher Kanitz (ADUEMG)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª VICE-PRESIDENTE
Juliana Fiúza Cislighi (ASDUERJ)
2º VICE-PRESIDENTE
Cláudio Rezende Ribeiro (ADUFRJ)
1ª SECRETÁRIA
Lorene Figueiredo de Oliveira (ADUFF)
2ª SECRETÁRIA
Elza Dely Veloso (ADUFF)
1ª TESOUREIRA
Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ)
2º TESOUREIRO
Bruno José da Cruz Oliveira (ADUNIRIO)

REGIONAL SÃO PAULO

1ª VICE-PRESIDENTE
Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP)
2º VICE-PRESIDENTE
José Vitório Zago (ADUNICAMP)
1ª SECRETÁRIA
Lindamar Alves Faermann (SINDUNITAU)
2º SECRETÁRIO
Itamar Ferreira (ADUNICAMP)
1ª TESOUREIRA
Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos
(*REG-SP/FAC. SUMARÉ)
2º TESOUREIRO
Antonio Euzébios Filho (ADUNESP)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE
Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR)
2ª VICE-PRESIDENTE
Mary Sylvia Miguel Falcão (SINDUNESPAR)
1º SECRETÁRIO
Douglas Santos Alves (SINDUFFS)
2º SECRETÁRIO
Bruno Martins Augusto Gomes (APUFPR)
1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (SINDUTF-PR)
2º TESOUREIRO
Rolf de Campos Intema (SINDUTF-PR)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Rondon Martim Souza de Castro (SEDUFMS)
2º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto Saraiva Gonçalves
(S SIND ANDES-SN UFRGS)
1º SECRETÁRIO
Caiuá Cardoso Al-Alam (SESUNIPAMPA)
2º SECRETÁRIO
Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPEL)
1º TESOUREIRO
Getúlio Silva Lemos (SEDUFMS)
2º TESOUREIRO
Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - 70302-914

Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716

E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Avenida Tefé, 121, Conj. 31 de Março - Japiim 1 - Manaus - AM - 69078-000

Tel.: (92) 3237-5189

E-mail: andesnorte1@bol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos

Caixa Postal 8603 - Belém - PA - 66075-110

Tel.: (91) 3259-8631

E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - 60015-038

Tel.: (85) 3283-8751

E-mail: andesne1@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - 52020-160

Tel.: (81) 3037-6637

E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Tancredo Neves nº 1.632, Sala 1113 - Salvador - BA - 41820-020

Tel.: (71) 98789-9483 / (71) 9266-1680

E-mail: andesne3andes@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - 30130-002

Tel.: (31) 3224-8446

E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 68, Quadra A, Lt. 05, Casa 03 - Centro - Goiânia - GO - 74030-020

Tel.: (62) 3213-3880

E-mail: andesrp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Av. Edgar Vieira (antiga Alziro Zarur), 338, Sala 03 - Cuiabá - MT - 78068-365

Tel.: (65) 3627-7304

E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - 05410-010

Tel. (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940

E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1306 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20047-900

Tel.: (21) 2510-4242

E-mail: andesrj@msm.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - 80420-080

Tel.: (41) 3324-6164

E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - 90410-002

Tel.: (51) 3061-5111

E-mail: andesrs@andes.org.br

Contra o Ajuste Fiscal e a retirada de direitos

Contra a política de conciliação de classe

**FORA
TEMER**

Auditoria da Dívida Pública

Rumo à greve geral!

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



Ilustração a partir de dólar de prata, 1897



Ilustração a partir do óbolo de Caronte, Grécia, *circa* 450 a.C.

Ilustração da capa feita a partir de gravura de Gustave Doré, "A Barca de Caronte" (1857), para edição da Divina Comédia, de Dante Alighieri

